



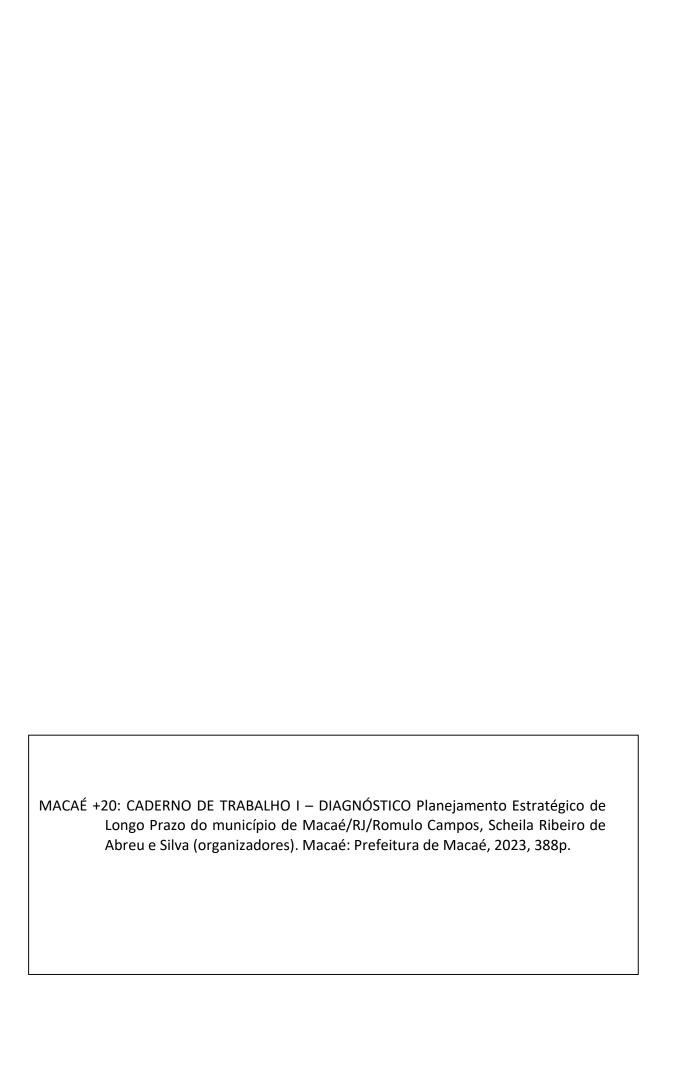
DIAGNÓSTICO CADERNO DE TRABALHO I

MACAÉ +20: CADERNO DE TRABALHO I - DIAGNÓSTICO

Planejamento Estratégico de Longo Prazo do município de Macaé/RJ

Romulo Campos Scheila Ribeiro de Abreu e Silva

(Organizadores)



PREFEITO

Welberth Porto de Rezende

REALIZAÇÃO

ESCRITÓRIO DE GESTÃO, INDICADORES E METAS – EGIM

Gerente: Romulo Alexander Campos

Coordenação de Indicadores e Metas - Scheila

Ribeiro de Abreu e Silva

EQUIPE EGIM

Alexandre Beraldi dos Santos

Alfredo Luiz Pessanha Manhães

Ana Paula Previtali

Carla Maria Tavares Sancho

Darana Carvalho de Azevedo

Haroldo Pereira da Silva Porto Júnior

Marcelo José Borsato

Michele Roberto Cornélio

Ricardo Rangel Murteira

GESTORES MUNICIPAIS

Alex da Silva Xavier — Ouvidoria Geral do Município

Alexandre Azevedo da Cruz – Secretaria Municipal de Saúde

Ana Lúcia Ribeiro da Conceição — Secretaria Municipal Adjunta de Habitação

Aristofanis Quirino dos Santos — Secretaria Municipal Adjunta de Recursos Humanos

Carlos Eduardo Jardim - Secretaria Municipal de Agroeconomia

Carlos Wagner de Moraes – Secretaria Municipal de Fazenda

Cláudio de Freitas Duarte – Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Macaé - MACAEPREV

Cristiano de Almeida Silveira - Secretaria Municipal Adjunta de Trabalho e Renda

Denis Marques Ribeiro Madureira Sabino -Secretaria Municipal Adjunta de Qualificação Profissional

Edilson dos Santos Santanna – Controladoria Geral do Município Edilson Simões da Silva – Secretaria Municipal Adjunta de Relações Institucionais

Edvandro da Silva Lameu – Secretaria Municipal Adjunta de Comunicação

Érica Gonçalves Cortez – Secretaria Municipal de Administração

Everson de Araújo Coriolano – Secretaria Municipal Adjunta de Segurança

Fabiano Lima Paschoal de Souza – Procuradoria Geral do Município

Fabrício Afonso Rodrigues Maia - Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Acessibilidade

Felipe Pereira Bastos - Secretaria Municipal Adjunta de Obras

Flaviá Picon Pereira — Secretaria Municipal Adjunta de Ensino Superior

Gilcimar Figueiredo Prata – Secretaria Municipal Adjunta de Defesa do Consumidor

Gustavo Silva Gusmão dos Santos – Secretaria Municipal Adjunta de Licitações e Contratos

Isaura Sales da Silveira Monteiro - Secretaria Municipal de Ambiente e Sustentabilidade

Jair Gomes de Barcelos Júnior - Secretaria Municipal Adjunta de Pesca e Aquicultura

Jayme Muniz Ferreira Neto – Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana

José Vasconcelos de Luna Júnior – Secretaria Municipal Adjunta de Governo

Joseferson de Jesus Florêncio - Secretaria Municipal Adjunta de Defesa Civil

Kleber de Almeida Costa – Secretaria Municipal Adjunta de Cerimonial

Leandra Lopes Vieira — Secretaria Municipal de Educação

Leandro Borba Mussi – Secretaria Municipal de Cultura

Leonardo Anderson da Silva – Secretaria Municipal Adjunta de Turismo

Luiz Fernando Borba Pessanha – Secretaria Municipal da Casa Civil

Marcos Paulo de Mesquita Lemos - Secretaria Municipal Adjunta de Ciência e Tecnologia

Marvel Paolino Maillet - Secretaria Municipal de Esportes

Mayara de Souza Machado Rezende Tebaldi – Secretaria Municipal Adjunta de Alta e Média Complexidade

Natália Pires Antunes - Secretaria Municipal Adjunta de Atenção Básica

Rafael de Oliveira Bichara Amorim – Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Animal

Ricardo Pereira Moreira - Secretaria Municipal Adjunta de Saneamento

Robério Fernandes Dias - Secretaria Municipal Adjunta de Educação Básica

Rodrigo da Silva - Secretaria Municipal Adjunta de Serviços Públicos

Rodrigo de Oliveira Cavour – Gabinete do Prefeito

Rodrigo Ferreira Vianna - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda

Rodrigo Franco Curvelo - Secretaria Municipal Adjunta de Interior

Santiago Borges de Almeida Gomes – Secretaria Municipal de Infraestrutura

Sebastião Carneiro da Silva Junior – Secretaria Municipal Adjunta de Patrimônio

Sheila Juvêncio de Oliveira Viana – Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres

Thiago Rocha Gomes - Secretaria Municipal Adjunta de Políticas Energéticas

Vinícius de Oliveira Teixeira – Observatório da Violência

Wagner Carvalho Motta – Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento

Zoraia Braz Sobrinho Dias — Secretaria Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

TÉCNICOS

Alan Camilo C. Lima - Secretaria Municipal Adjunta de Ciência e Tecnologia

Aline César Jesus - Secretaria Municipal Adjunta de Turismo

Alice Ferreira Tavares – Secretaria Municipal Adjunta de Ensino Superior

Amanda Maia Malfacini Machado - Secretaria Municipal de Saúde

Andreza Lima Farinha - Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres

Anna Carolina Gomes de Moraes Sobrinho -Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres

Anne Tolissano de Cordova - Secretaria Municipal Adjunta de Trabalho e Renda

Artur Augusto Scofield Souza Filho - Secretaria Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Bayard do Couto e Silva - Secretaria Municipal de Fazenda

Bernardo Vasconcelos Gonçalves - Secretaria Municipal Adjunta de Políticas Energéticas

Bruna Mussi de Oliveira Santana - Secretaria Municipal Adjunta de Ciência e Tecnologia

Bruno Cassius Dutra- Secretaria Adjunta de Serviços Públicos

Camila de Souza Fonte Miranda - Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Acessibilidade

Cleidimar Robaina da Silva - Secretaria Municipal Adjunta de Ciência e Tecnologia

Cynthia Freire Rangel Fernandes - Secretaria Municipal Adjunta de Educação Básica

Dayse Aparecida Carvalho Frota - Secretaria Municipal Adjunta de Qualificação Profissional

Denize Neto – Ouvidoria Geral do Município

Deroce Barcelos Alves - Secretaria Municipal de Fazenda

Edson Luis Silva Costa - Secretaria Municipal de Ordem Pública

Elisângela Alexandre Pereira Sossai -Secretaria Municipal de Ambiente e Sustentabilidade

Erani Viana Neves Cardim - Secretaria Municipal de Educação

Eric Lacerda de Schueler - Secretaria Municipal Adjunta de Defesa Civil

Felipe Dias Ramos Loureiro - Secretaria Municipal de Educação

Fernanda Nunes Monteiro - Secretaria Municipal Adjunta de Habitação

Flavio Antonio Dutra Sayão - Secretaria Municipal de Ambiente e Sustentabilidade

Jessica Aguiar Câmara - Secretaria Municipal Adjunta de Recursos Humanos José Carlos de Almeida Meirelles - Secretaria Municipal Adjunta de Proteção e Defesa do Consumidor

José Geraldo de Souza - Secretaria Municipal de Cultura

Juliana Rodrigues Moraes Ascenciano -Secretaria Municipal de Ordem Pública

Kátia Costa Miranda - Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Acessibilidade

Leandro Neves - Procuradoria Geral do Município

Luciano Ferreira Fernandes – Secretaria Municipal de Saúde

Luis Claudio Peixoto Santos - Secretaria Municipal de Cultura

Luzia dos Santos Santana - Secretaria Municipal de Saúde

Manoel Farias Junior - Observatório de Segurança Pública

Marcia V. S. Costa - Secretaria Municipal Adjunta de Trabalho e Renda

Marcio Bittencourt - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Marcos Nascimento - Secretaria Municipal Adjunta de Obras

Marianna Alves Gonçalves - Secretaria Municipal de Agroeconomia

Olimpio Cançado Nobrega - Secretaria Municipal Adjunta de Obras

Osni Aparecido Calanca - Secretaria Municipal Adjunta de Relações Institucionais

Pablo Moreira Caetano - Secretaria Municipal Adjunta de Saneamento

Pablo Ramon Soares de Souza - Controladoria Geral do Município

Paula Guedes - Secretaria Municipal Adjunta de Habitação

Raimundo da Silva Neto - Secretaria Municipal Adjunta de Qualificação Profissional

Rodrigo Mariano da Silva - Secretaria Municipal Adjunta de Saneamento

Rodrigo Peçanha da Silva - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Ronilda Rodrigues - Secretaria Municipal Adjunta de Habitação

Rui Siqueira de Paiva e Silva - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana

Simone Sales Caldeira Rodrigues - Secretaria Municipal Adjunta de Relações Institucionais

Tatiana Gama - Secretaria Municipal Adjunta de Comunicação

Ully Hashimoto Mayerhofer - Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres

Vania Sodré Hatab - Secretaria Municipal Adjunta de Turismo

Vitor Hugo B. C. da Silva - Observatório de Segurança Pública

COORDENAÇÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO WORKSHOP DE GESTÃO PÚBLICA

NO ÂMBITO DO MACAÉ +20

Dr. Giuliano Alves Borges e Silva – UFF Campus Macaé

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL

RELATORES

EIXO 1 – DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Robério Fernandes Dias - Secretário Municipal Adjunto de Educação Básica

EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Rodrigo Peçanha da Silva - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

EIXO 3 – CIDADE INTELIGENTE

Rui Siqueira de Paiva e Silva - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana

EIXO 4 – PLANEJAMENTO URBANO E RURAL

Elisângela Alexandre Pereira Sossai -Secretaria Municipal de Ambiente e Sustentabilidade

Marcos Nascimento - Secretaria Municipal Adjunta de Obras

EIXO 5 – AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E DESASTRES NATURAIS

Eric Schueler - Secretaria Municipal Adjunta de Defesa Civil Joseferson de Jesus Florêncio - Secretaria Municipal Adjunta de Defesa Civil

EIXO 6 - TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Alice Ferreira Tavares – Secretaria Municipal Adjunta de Ensino Superior

EIXO 7 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Alex da Silva Xavier – Ouvidoria Geral do Município

MEDIADORES

EIXO 1 – DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Cremilda Barreto Couto - FEMASS

Inês Leoneza de Souza– Centro Multidisciplinar UFRJ- Macaé

Paula Martins Sirelli – UFF - Campus Rio das Ostras

EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Camilla Borges Sampaio - FEMASS

Alexandre Beraldi Santos – UFF – Volta Redonda; EGIM

EIXO 3 – CIDADE INTELIGENTE

Bruno Barzellay Ferreira da Costa – Centro Multidisciplinar UFRJ- Macaé

EIXO 4 – PLANEJAMENTO URBANO E RURAL

Gisele Silva Barbosa - Centro Multidisciplinar UFRJ- Macaé

EIXO 5 – AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E DESASTRES NATURAIS

Gésily de Souza Aguiar - NUPEM/UFRJ

Grazielle Heguedusch dos Santos Almeida Pereira - NUPEM/UFRJ

Janimayri Forastieri de Almeida - NUPEM/UFRJ

Vinnícius Machado Schelk Gomes – NUPEM/UFRJ

EIXO 6 - TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Leonard Barreto Moreira – UFF – Campus Macaé

EIXO 7 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Antoniana Dias Defillipo- UFF – Campus Rio das Ostras

APOIO

Centro Multidisciplinar UFRJ – Macaé Universidade Federal Fluminense – capus Macaé

Faculdade Municipal Ângelo da Silva Santos Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade- NUPEM/UFRJ – Macaé Instituto Federal de Ciência e Tecnologia – Campus Macaé

Universidade Cândido Mendes

CONSULTA

REPENSAR MACAÉ

CRÉDITOS

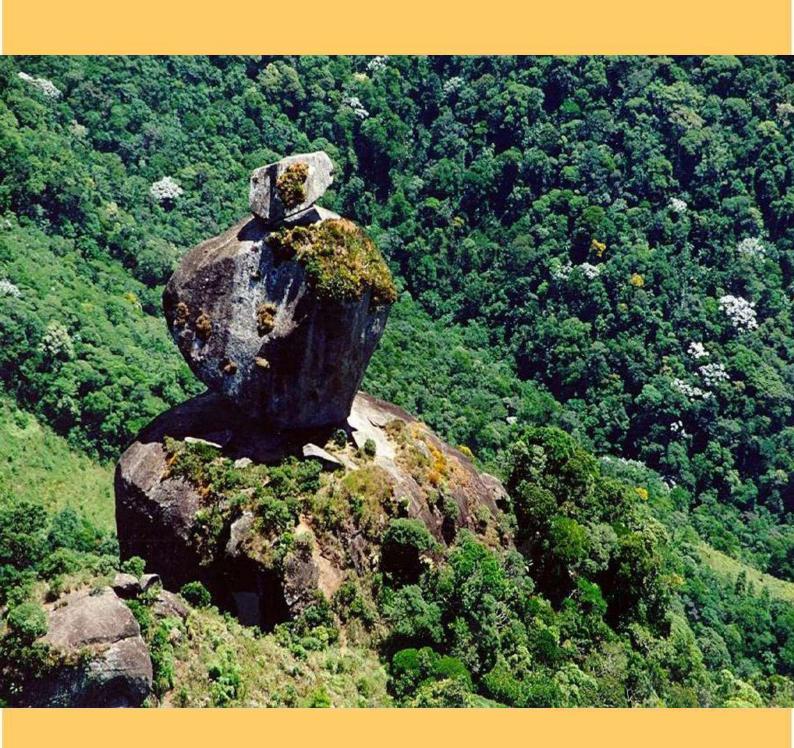
Arte e Fotografia - Secretaria Adjunta de Comunicação Social

Diagramação - Michele Roberto Cornélio Fotografia – Claudia Barreto; João Barreto Affonso; Romulo Campos; Secretaria Adjunta de Comunicação Social

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Universidade Federal Fluminense – Campus Macaé

Associação Comercial e Industrial de Macaé - ACIM



SUMÁRIO

| APRESENTAÇÃO | 3 |
|---|-----|
| O PLANO MACAÉ+20 | 5 |
| CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO | 6 |
| POPULAÇÃO E VETORES DE CRESCIMENTO | 6 |
| MACROECONOMIA | 16 |
| QUESTÃO REGIONAL | 19 |
| EIXO I – DESENVOLVIMENTO SOCIAL | 20 |
| CULTURA | |
| EDUCAÇÃO | 26 |
| ENSINO SUPERIOR | 37 |
| ESPORTES | 41 |
| HABITAÇÃO | 48 |
| POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL | 53 |
| POLÍTICAS PARA MULHERES | 57 |
| QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL | 62 |
| SAÚDE | 66 |
| EIXO II – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL | 117 |
| AGROECONOMIA | 118 |
| TURISMO | 122 |
| PESCA E AQUICULTURA | 128 |
| TRABALHO E RENDA | 140 |
| POLÍTICAS ENERGÉTICAS | 148 |
| DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | 152 |
| FAZENDA | 155 |
| LICITAÇÃO | 161 |
| OUVIDORIA | 164 |
| PROCON | 170 |
| EIXO III – CIDADE INTELIGENTE | 176 |
| MOBILIDADE URBANA | 177 |
| ORDEM PÚBLICA | 186 |
| CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 194 |
| COMUNICAÇÃO | 198 |
| OUVIDORIA | 201 |
| PROCON | 207 |
| FIXO IV – PLANFIAMENTO LIRBANO E RURAL | 213 |

| AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE | 214 |
|--|-----|
| SANEAMENTO | 232 |
| DEFESA CIVIL | 240 |
| OBRAS | 244 |
| SERVIÇOS PÚBLICOS | 249 |
| HABITAÇÃO | 253 |
| MOBILIDADE URBANA | 258 |
| EIXO V – AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E DESASTRES NATURAIS | 267 |
| AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE | |
| SANEAMENTO | 286 |
| TURISMO | 294 |
| DEFESA CIVIL | 301 |
| OBRAS | 305 |
| SERVIÇOS PÚBLICOS | 308 |
| POLÍTICAS ENERGÉTICAS | 312 |
| EIXO VI – TECNOLOGIA E INOVAÇÃO | 316 |
| CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 317 |
| DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | 323 |
| ENSINO SUPERIOR | 326 |
| POLÍTICAS ENERGÉTICAS | 331 |
| QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL | 335 |
| EIXO VII – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO | 339 |
| COMUNICAÇÃO | 340 |
| CONGEM | 343 |
| ESCRITÓRIO DE GESTÃO, INDICADORES E METAS - EGIM | 349 |
| FAZENDA | 359 |
| LICITAÇÃO | 365 |
| OUVIDORIA | 368 |
| PROCON | 374 |
| PROGEM | 378 |
| RECURSOS HUMANOS | 381 |
| RELAÇÕES INSTITUCIONAIS | 384 |

É preciso garantir que os serviços prestados à população sejam feitos da melhor forma possível. Assim, utiliza-se o planejamento estratégico municipal como uma metodologia para sintetizar dentro do espaço, tempo e capacidade, as estratégias, objetivos e ações municipais.

Sendo as demandas populacionais a vocação do serviço público, para que esta seja realizada com eficiência, é imprescindível o planejamento. Essa é a importância desse plano.

Com esse intuito, a Prefeitura Municipal de Macaé apresenta o plano **Macaé+20**, uma ferramenta de gerenciamento com o objetivo de tornar a gestão do município mais eficiente, refletindo, diretamente, no bem-estar da população.

O plano tem por finalidade reduzir as incertezas e promover direcionamento às ações municipais no percurso das mudanças econômicas, sociais e políticas, através de um debate construído com coerência e respeito à diversidade, para a escolha de um futuro desejável e factível.

Nesse intuito o plano **Macaé+20** é elaborado com o objetivo de delinear uma cidade estruturalmente planejada mediante a criação de um ambiente favorável ao seu desenvolvimento de forma sustentável, buscando garantir a equidade e a justiça social.

Para tanto, o plano leva em conta os desafios atuais enfrentados pela administração municipal, nos cenários estadual e federal e a perspectiva de integração regional, envolvendo e ampliando as ações em comum com os nove municípios que integram a Região Nortefluminense, envolvendo diversos níveis e papéis estratégicos de um município em um projeto global, ponderando a missão, as táticas, o orçamento e o controle dos desígnios das ações municipais.

Macaé+20 primou pelo empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando a participação de diversos segmentos da sociedade e à discussão das diferenças. Formulado com a contribuição de atores das instituições públicas e privadas, de segmentos do comercio, de empresários, tanto quanto de intelectuais acadêmicos, pesquisadores das mais diversas áreas, assim como da sociedade civil, garantindo os princípios da gestão democrática e participativa.

O plano está estruturado em 7 eixos norteadores, sendo eles: desenvolvimento social; desenvolvimento econômico sustentável; cidade inteligente; planejamento urbano e rural; ambiente, sustentabilidade e desastres naturais; tecnologia e inovação e; modernização da gestão.

Sua elaboração contempla as seguintes etapas:

- Planejamento Interno realizado um levantamento junto aos secretários sobre as perspectivas para a Macaé do Futuro e a elaboração de um diagnóstico preliminar;
- Construção do Diagnóstico Apresentação dos principais indicadores e enquadramento com as diretrizes do ODS; oficina com secretários e técnicos da prefeitura para levantamento dos principais problemas e construção da versão final do diagnóstico, acrescentando a contribuição dos técnicos das áreas.
- Validação do Diagnóstico e construção dos pilares e metas que norteiam os eixos construído em seminário com a participação de técnicos da prefeitura, secretários, empresários, sociedade civil organizada. O seminário tem a contribuição de pesquisadores acadêmicos, na apresentação de estudo sobre os eixos, assim como na construção dos pilares e objetivos. (Estamos nessa etapa, no momento)

Etapas futuras:

- Levantamento das principais causas, propostas e metas com base no diagnóstico, será
 construída uma oficina com a participação de técnicos e secretários do poder executivo,
 facilitada pelos pesquisadores acadêmicos para a identificação das principais causas e
 levantamento de propostas e metas. Nessa etapa ocorrerá, também, consulta popular através
 de pesquisa online e urnas de sugestões postas em pontos estratégicos da cidade.
- Construção da versão final do Plano- A ser aprovado em audiência pública e remetido à Câmara Municipal para aprovação e posteriormente publicação pelo poder executivo.
- Enfim, com o Macaé+20, abrimos o caminho para a construção da dinâmica do gerenciamento, superando o pensamento estático da administração pela ideia dinâmica por uma visão de gerenciamento de projetos e por técnicas de trabalho participativas, transparentes e dinâmicas.
- Avançamos na condução do processo de desenvolvimento, em vez de correr atrás dele, aproveitando melhor os recursos e potenciais existentes dessa cidade de beleza e riqueza naturais.

O plano Macaé+20 é uma ferramenta de trabalho que faz parte de um planejamento estratégico mais amplo e de longo prazo, cuja perspectiva fundamental e base é a orientação da gestão por resultados. O processo de construção do **Macaé+20** está pautado por uma melhor visão de longo prazo, considerando o que pode e se deseja alcançar, identificando pontos fortes e de melhoria, assim como novas tendências e possibilidades nas diversas esferas da gestão pública.

Estruturado em etapas sucessivas e complementares, alicerçadas na gestão democrática e participativa, tem privilegiado a participação de diferentes atores, tendo em conta a importância do nivelamento de conhecimento acerca da realidade municipal e o consequente mapeamento dos desafios a serem enfrentados.

Os principais desafios a serem superados e as estratégias a serem empreendidas para que Macaé alcance o futuro desejado em cada uma de suas áreas de resultado, tem sido amplamente trabalhada por gestores e técnicos. O caminho escolhido está baseado em indicadores primários e secundários, diagnosticando os problemas atuais, tendo em vista a realização de soluções que levem bem estar aos cidadãos.

Com base nessa ferramenta, será estruturado o Plano Estratégico Operacional de Longo Prazo da Prefeitura de Macaé, cuja dinâmica contempla três fases desdobradas em etapas, cada uma delas contando com uma série de ações voltadas à sua concretização, conforme a (Figura 1)



Figura 1 – Fases operacionais

De forma breve, apresentamos, a seguir, o cenário atual em que se encontra o município e no qual o Plano Estratégico Operacional de Longo Prazo estará situado. A compreensão da dinâmica demográfica municipal e também regional possibilita a compreensão acerca das demandas futuras em diferentes áreas, como, emprego, saneamento, moradia, vagas na educação, formação e qualificação profissional, atendimento na saúde, entre outras.

Com grande potencial de desenvolvimento, desde a sua atividade primeira até os recentes tempos, Macaé transformou-se significativamente, recebendo pessoas de várias partes do país e do mundo, com alteração estrutural da sua economia e cultura.

Enquanto cidade estratégica para o desenvolvimento regional, do estado e do país, possuidora da principal base operacional das atividades *offshore* da Bacia de Campos, os investimentos impulsionados pelo desenvolvimento econômico acelerado não foi acompanhado por um desenvolvimento social capaz de promover melhorias para o bem estar da população, em especial, apresentando déficits na infraestrutura urbana, nos serviços públicos essenciais e ainda insuficiente capacidade de gestão e promoção do seu desenvolvimento.

POPULAÇÃO E VETORES DE CRESCIMENTO

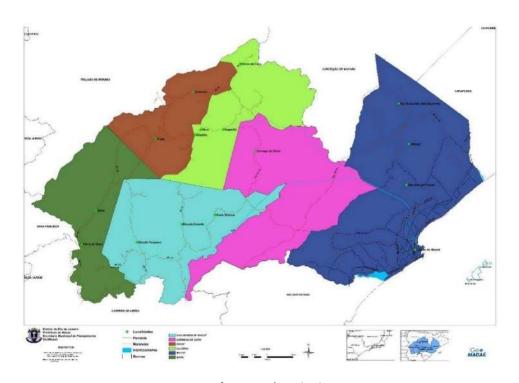
O município de Macaé localiza-se na mesorregião Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro, na microrregião de Macaé, e está localizado entre as coordenadas 22º 22' 15" S e 41º 47' 13" W. O município faz limite com os municípios de Trajano de Moraes e Conceição de Macabu na porção Norte; Rio das Ostras e Casimiro de Abreu na porção Sul; Carapebus e Oceano Atlântico na porção Leste; Nova Friburgo na porção Oeste.



Mapa das Regiões e Municípios do Estado do Rio de Janeiro. Fonte: Fundação CEPERJ, 2014.

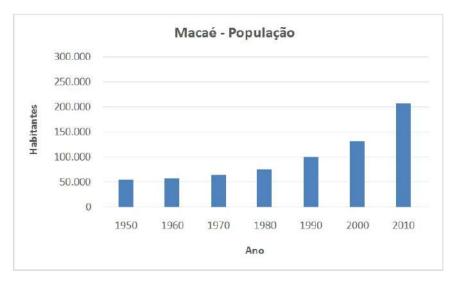
Contando com uma área total de 1.218,1 km² e 40 quilômetros de litoral, o clima é quente e úmido na maior parte do ano, com temperaturas que variam entre 18ºC e 30ºC, com amplitude térmica considerável, ocasionada pela troca de ventos entre o litoral e a região serrana, relativamente próximos. A altitude média da área urbana (faixa litorânea) é de 7 m, mas vai se elevando até a região serrana, atingindo 1.429 m no Pico do Frade, ponto culminante municipal.

A expansão urbana desordenada tem sido um dos mais graves problemas enfrentados por cidades em todo o mundo, inclusive no Brasil. O município de Macaé é o exemplo claro do crescimento populacional intenso e sem o devido controle, provocado pela migração em busca de trabalho nas atividades decorrentes da exploração de petróleo na Bacia de Campos.



Macaé - Mapa dos Distritos. Fonte: Prefeitura Municipal de Macaé, 2012.

Macaé apresenta a maior parte da população residente concentrada na faixa litorânea do município, o que caracteriza sua área urbana. A partir de informações obtidas pelos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observa-se que o crescimento populacional é relativamente discreto entre as décadas de 1950, 1960 e 1970, com respectivamente 54.873, 58.254 e 65.029 habitantes.



Macaé - População residente por década.

(Fonte: IBGE, 2010)

Em 1980 Macaé passou a fazer parte do grupo de municípios brasileiros produtores de petróleo. Desde então, devido ao redirecionamento da economia municipal para as atividades de prospecção e produção de petróleo e gás natural, iniciou-se um intenso adensamento populacional na região. Com isso, entre 1980 e 2010 a população avançou de 75.000 para 206.000 habitantes. Um estudo realizado entre 2013 e 2014 pela equipe de revisão do Plano Diretor Municipal, em parceria com o IBGE, produziu estimativas para a evolução da população urbana de Macaé, indicando que somente entre 2010 e 2020, a cidade recebeu cerca de 50 mil novos habitantes.

Tabela 1 – Estimativas de População Urbana de Macaé

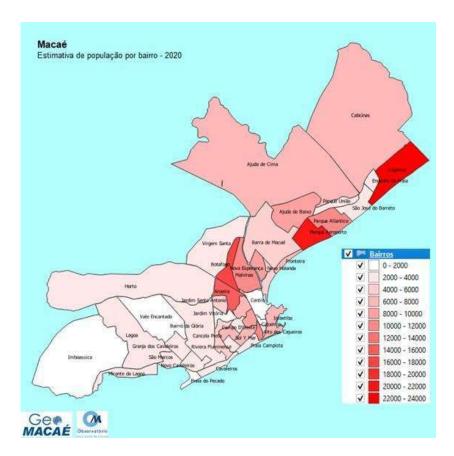
| ANO | POPULAÇÃO |
|------|-----------|
| 2010 | 197.323 |
| 2014 | 218.251 |
| 2020 | 247.386 |

Fonte: IBGE/ Plano Diretor Municipal (2013).

A metodologia adotada pelo IBGE para estimar a população dos municípios brasileiros se baseia numa relação entre as tendências dos crescimentos populacionais do município, a partir da observação dos dados obtidos em dois censos demográficos anteriores consecutivos e a tendência de crescimento de uma área geográfica maior, sendo adotada a Unidade da Federação onde cada município está localizado. Ou seja, neste caso, o estado do Rio de Janeiro. A estimativa se fundamenta na subdivisão de uma área maior em "n" unidades de menor área. Desta forma, procura-se garantir, ao final das estimativas das áreas menores, a reprodução da estimativa da área maior, previamente conhecida. Anualmente são obtidas as populações das

Unidades da Federação a partir da última projeção populacional disponível. Por sua vez, a estimativa populacional por bairros leva em consideração a população obtida por setores censitários, fazendo-se os devidos ajustes.

Observa-se que as estimativas municipais levam em conta, anualmente, a movimentação da população local em caso de mudanças nos limites territoriais. Como o município de Macaé passou por alterações em sua divisão administrativa com a aprovação da Lei Complementar 214/2012 que apresentou o novo ordenamento do território, as comparações históricas das estimativas populacionais devem ser feitas com critério. A estimativa populacional por bairros para o ano de 2020 está representada no mapa a seguir.



Estimativa de população por bairro em 2020.

Fonte: GeoMacaé (2020).

As estimativas apontaram para um adensamento crescente em algumas porções do território urbano, onde 5 dos 43 bairros teriam entre 10.000 e 30.000 habitantes, sendo estes os mais populosos do Município.

Tabela 2 - Bairros Mais Populosos

| 1456.42 | Dail 105 Mais 1 Op | | |
|------------------|---------------------|-------------|--------|
| BAIRRO | POPULAÇÃO RESIDENTE | | |
| | 2010 | 2014 | 2020 |
| Lagomar | 17.909 | 19.893 | 22.654 |
| Parque Aeroporto | 16.035 | 17.811 | 20.284 |
| Botafogo | 13.256 | 14.724 | 16.768 |
| Aroeira | 12.429 | 13.806 | 15.722 |
| Malvinas | 9.434 | 10.479 | 11.934 |

Fonte: IBGE e Plano Diretor Municipal (2013).

Analisando-se as manchas urbanas obtidas por operações de geoprocessamento, observa-se nos anos 1950 a redução, em relação à década de 1940, da área de território municipal em decorrência da emancipação do distrito de Conceição de Macabu. A promulgação da Lei nº 184/1954, delimitou pela primeira vez o perímetro urbano do 1º distrito, com uma área de 2.368 km², mas com apenas 4,65km² de área urbanizada. Neste período estavam em andamento as obras iniciadas nos anos 1940 para retificação do Rio Macaé entre seu estuário e os distritos de Córrego do Ouro e Cachoeiros de Macaé. As obras foram realizadas pelo antigo Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS, com o objetivo de evitar a proliferação de doenças transmitidas por mosquitos como malária e dengue, além de ser uma tentativa de reduzir enchentes e auxiliar como rede de drenagem e irrigação nas atividades agropastoris. Estas obras foram encerradas nos anos 1970. Assim, a mancha urbana se desenvolveu em formato radial a partir do centro original do município (antiga vila), chegando até o porto de Imbetiba.



Mancha Urbana de Macaé (1950). (Fonte: elaborado pelo autor)

Ao longo da década de 1960 percebe-se o adensamento dos loteamentos criados nos bairros Visconde de Araújo e Miramar, ao longo da hoje denominada Rodovia Fábio Franco (Linha Vermelha), a qual conecta o centro ao litoral sul da cidade. Estes são ocupados em grande parte pelas famílias de trabalhadores da Rede Ferroviária Federal (antiga Leopoldina Railway). Percebe-se também um discreto crescimento populacional na região da Aroeira e Imbetiba. A atividade econômica é primária e ainda se baseia na produção agropastoril, pesca, indústria de pequeno porte, veraneio e no comércio local. Portanto, a mancha urbana teve pouco crescimento neste período, se desenvolvendo mais notadamente no sentido do centro para o oeste e sul, na região da Praia Campista.



Mancha Urbana de Macaé e vetores de expansão (1960) (Fonte: elaborado pelo autor)

Em meados da década de 1970 Macaé tornou-se a base de operações da Petrobras para exploração de petróleo na Bacia de Campos. Ocupando inicialmente as oficinas que pertenceram à Rede Ferroviária Federal na Imbetiba, a empresa iniciou as obras de um pequeno porto na orla marítima, ao lado do Hotel Balneário de Imbetiba, para atracamento de embarcações e movimentação de carga. Em 1978 iniciaram-se as obras do Terminal de Cabiúnas — TECAB, estação terrestre cujas atividades principais são o recebimento e o armazenamento do petróleo de gás natural (LGN) originário da Bacia de Campos pelo oleoduto Cabiúnas-Barra do Furado e posterior envio ao terminal de Campos Elíseos pelo oleoduto Cabiúnas-Duque de Caxias. Percebe-se que a mancha urbana ainda não sofre grandes efeitos nesse período, embora se perceba um crescimento linear na direção Nordeste da cidade, acompanhando o perímetro da rodovia RJ-106, via que interliga a região central da cidade à Cabiúnas.



Mancha Urbana de Macaé e vetores de expansão (1970).

(Fonte: elaborado pelo autor)

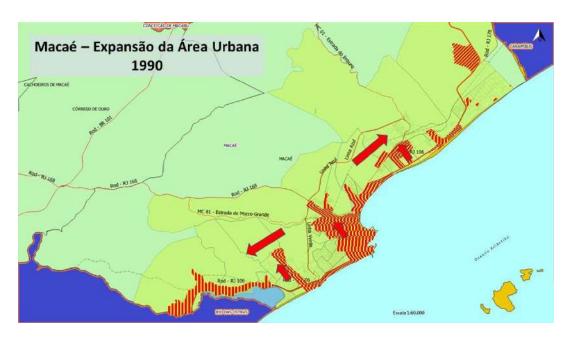
A implantação da Petrobras no município promove um expressivo crescimento populacional ao longo da década de 1980, conforme previamente apresentado. Diversas empresas do setor petrolífero, nacionais e estrangeiras, também se instalam em Macaé, o que gerou uma demanda crescente por residências e serviços urbanos. Neste período a Petrobras se expande para a região de Imboassica e realiza as obras da base operacional do Parque de Tubos, cujas atividades são a manutenção de equipamentos, armazenamento de produtos e equipamentos, armazenamento temporário de resíduos, serviços de infraestrutura administrativa e serviços de contingência. A expansão da mancha urbana segue o trajeto da rodovia RJ-106, tanto no sentido Centro-Nordeste quanto Centro-Sudeste, definindo vetores de crescimento bem delineados. Nesta época surgiram os bairros da Riviera Fluminense, Cancela Preta, Glória e Novo Cavaleiros, os quais anteriormente não apresentavam ocupação expressiva devido a sua topografia originalmente acidentada.



Mancha Urbana de Macaé e vetores de expansão (1980).

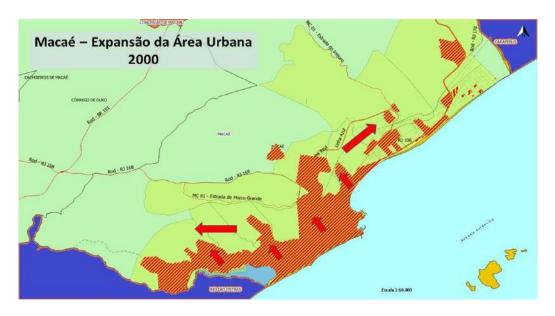
(Fonte: elaborado pelo autor)

Os anos 1990 estão caracterizados pela ocupação irregular de diversas áreas, com destaque para Nova Esperança, Botafogo, Malvinas, Nova Holanda, Lagomar, Morro do Carvão e Morro de Santana, áreas desprovidas de infraestrutura urbana apropriada e cujo adensamento impacta de forma significativa o contingente populacional do município. Cabe lembrar que nesta época Macaé teve uma diminuição de seu território em função da emancipação dos distritos de Quissamã, decretada pela Lei Estadual nº 1.419/1989, e de Carapebus, decretada pela Lei Estadual nº 2.417/1995. A expansão da área industrial do Parque de Tubos, às margens do Rio Imboassica, fez com que os perímetros urbanos dos municípios de Macaé e Rio das Ostras iniciassem um processo de conurbação. Neste período observa-se o crescimento da mancha urbana nos moldes dos vetores da década anterior, porém seguindo também na direção do interior do território, formando grandes espaços vazios.



Mancha Urbana de Macaé e vetores de expansão (1990). (Fonte: elaborado pelo autor)

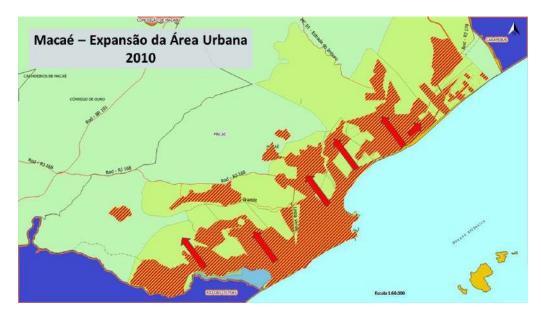
A promulgação da Lei Complementar nº 45/2004, que consolidou as Leis Municipais nº 006/1998, 012/1999 e 017/1999, sobre a Divisão Administrativa do Município, promoveu um novo ordenamento territorial, quando dividiu o município em setores administrativos e expandiu a zona urbana na direção Norte. Foi uma solução proposta pelo Poder Público para acompanhar a ocupação e o crescimento da cidade, num momento em que tanto no sentido Nordeste (Lagomar), quanto Sudoeste (Imboassica), o município já atingia, pelo processo de conurbação com Carapebus e com Rio das Ostras, limitações para se expandir. Observa-se que a mancha urbana continua crescendo e avançando para o interior do território.



Mancha Urbana de Macaé e vetores de expansão (2000).

(Fonte: elaborado pelo autor)

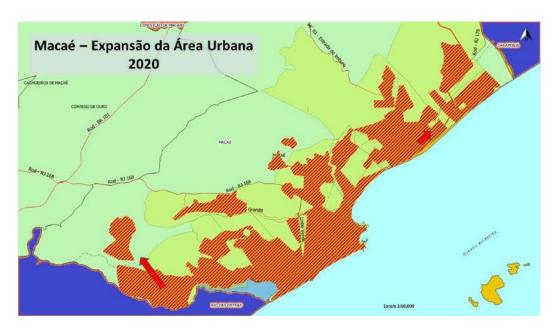
Percebe-se então que a mancha urbana cresceu no sentido Sudeste-Oeste, observada pela expansão do Parque de Tubos da Petrobras e pela ocupação do bairro Lagomar. Esses elementos acabam por consolidar o processo de conurbação com os municípios de Rio das Ostras e Carapebus, cujos territórios têm como limitantes, respectivamente, a Zona Especial de Negócios – ZEN, e o Parque Nacional de Jurubatiba. Houve interesse do Poder Público em orientar a expansão urbana ao longo destes eixos, dada a quantidade de equipamentos públicos instalados nas adjacências das Linhas Verde e Azul.



Mancha Urbana de Macaé e vetores de expansão (2010).

(Fonte: elaborado pelo autor)

A promulgação da Lei Complementar nº 214/2012, a qual modificou parcialmente a Lei Complementar nº 045/2004, apresentou o novo reordenamento territorial do Município de Macaé, que desde então contabiliza 43 bairros. Esta foi uma nova tentativa de revisão das políticas públicas municipais, de forma a acomodar a distribuição da população e das atividades realizadas no município. Sendo assim, a mancha urbana na segunda década do século XXI manteve o crescimento no sentido da área de expansão urbana, que faz limite com os distritos da região serrana. Observa-se o adensamento dos bairros Lagomar, Parque Aeroporto, Malvinas e Botafogo, localizados ao Norte do Rio Macaé, bem como de alguns bairros na região Sul, como Glória e Cavaleiros, que passam por um processo crescente de verticalização.



Mancha Urbana de Macaé e vetores de expansão (2020). (Fonte: elaborado pelo autor)

Entender a evolução do processo de urbanização de Macaé é uma condição fundamental para se promover o planejamento territorial e definir o uso sustentável dos recursos naturais disponíveis no município.

Não podemos nos debruçar sobre as principais questões ligadas ao modelo de desenvolvimento econômico que queremos para o município de Macaé nos próximos anos, sem levar em conta a necessidade de integração regional, alicerçada na perspectiva das novas centralidades que os investimentos em curso na cidade poderão trazer e também ao nos aproximarmos dos municípios que integram a região.

Ao integrar a Região Norte Fluminense como o segundo maior município da região, composta de mais 8 cidades, a saber: Campos, Conceição de Macabu, Carapebus, Quissamã, São Fidélis, Cardoso Moreira, São João da Barra e São Francisco do Itabapoana, Macaé terá que estar atenta para entender e vivenciar o fenômeno da metropolização que está em curso no norte do estado, embora ainda seja um processo muito tênue.

Em 2018, o município contabilizava um PIB per capita de R\$ 61.223,07. O IDH apurado do município o situa na faixa de Desenvolvimento Humano Alto. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,828, seguida de Renda, com índice de 0,792, e de Educação, com índice de 0,681, conforme dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).

Macaé é uma cidade dinâmica com um crescimento médio de 1,26% ao ano, totalizando um acréscimo de 26% de sua população ao longo dos últimos 11 anos. Entretanto, o crescimento urbano não acompanhou o crescimento populacional, sendo esta defasagem expressa na falta e/ou deficiência da infraestrutura viária, saneamento, e outros bens e serviços públicos de saúde, educação e lazer.

É claro que esta preocupação tem que levar em conta a retomada do crescimento econômico e as novas condições do país no período pós-pandêmico. Neste aspecto, embora estejamos abertos a novas alternativas econômicas, não podemos nos esquecer que ainda somos dependentes da matriz energética baseada na exploração do óleo e gás.

Como a Bacia de Campos é a segunda maior produtora de óleo do país, atrás apenas da Bacia de Santos, os investimentos criam uma perspectiva de maior arrecadação para os municípios da região. Podemos afirmar que além de Macaé e Campos dos Goytacazes, outros municípios do Norte Fluminense poderão ter aumento de arrecadação não só dos recursos dos royalties, como também de participações especiais, pois a companhia quer alcançar em 2026 um volume de exploração de 900 mil barris na Bacia de Campos.

Mas nem tudo caminha como queremos. Na década passada, a Bacia de Campos que chegou a receber investimentos de US\$ 8 e 9 bilhões por ano, teve este valor reduzido de forma repentina. A estatal que chegou a ter 50 plataformas em operação simultânea na B, acabou se desfazendo de vários campos. Por isso mesmo, esta retomada tem outro viés: diminuição do número de plataformas, adequações tecnológicas, integração de 40 poços e redução considerável da operação em terra.

Não é à toa que ao vislumbrar este novo cenário, a gestão municipal macaense está trabalhando para transformar Macaé na Cidade Energia, principalmente através da Inovação,

Energias Renováveis e Práticas de Sustentabilidade e estímulo a Incubadora de Startups. Para alcançar este objetivo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico propôs ao executivo a criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social, instrumento que dará celeridade a estas ações.

A meta é que Macaé se consolide como novo polo nacional de produção de energia através do processamento do gás natural produzido nas Bacias de Campos e de Santos. A cidade e o Estado do Rio de Janeiro também se beneficiam com novas tributações e incentivos fiscais que estimulam a concorrência de projetos de termelétricas em leilões programados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Para fazer frente a este recente cenário econômico o governo municipal está alinhando uma série de ações que integrarão um cronograma de fortalecimento dos setores produtivos da economia, como a realização da Conferência Cidade Energia, avant premiére da Brasil Offshore, realização de eventos com o IBP, ABPIP, ANP e Ministério de Minas e Energia para discutir pautas da indústria do segmento de óleo, gás e energia e a realização do Fórum Municipal de Energias Renováveis.

No campo da transição energética o município macaense pretende realizar um seminário em parceria com a Vale Azul e demais empresas responsáveis pelos 10 projetos do Parque Térmico do Sudeste e existem alguns projetos especificamente relacionados às energias renováveis (Solar, Eólica Offshore e Hidrogênio Azul/Verde), que estão sendo analisados e apoiados pelo governo municipal.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Macaé confirma que a UTE Marlim Azul, um projeto da ARKE Energia, será a primeira termelétrica a utilizar gás natural do Pré-sal. Situada no Complexo Logístico e Industrial de Macaé (CLIMA), a localização é estratégica devido à proximidade ao Terminal de Cabiúnas (Tecab).

Além disso, a Usina Termelétrica Vale Azul I e II já contam com certidão de consulta prévia emitida pela Prefeitura de Macaé e irão participar de leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 2022. As usinas terão capacidade de gerar juntas 1.24GW por hora e possuem licenças de instalação emitidas pelo IBAMA.

O município também acompanha o projeto pioneiro na região, o da EDF Norte Fluminense (EDF-NF), termelétrica de ciclo combinado (CCG), com uma capacidade instalada de 827MW, que utiliza o gás natural produzido na Bacia de Campos. A Usina é responsável por 25% da energia consumida na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, o equivalente a 2,5 milhões de pessoas.

Já a EDF Norte Fluminense prevê a construção da Termelétrica Norte Fluminense 2 e terá capacidade de gerar aproximadamente 1,8GW de energia elétrica, o que representa 19% da potência elétrica total instalada no Estado do Rio de Janeiro.

E não menos importante no contexto de geração de energia é o projeto da Usina Termelétrica Mário Lago, a segunda maior do parque gerador da Petrobras e sua capacidade de produção é de 928MW de energia elétrica, contando com 20 turbogeradores movidos a gás natural. Sua localização é estratégica para aproveitamento do gás produzido na Bacia de Campos.

O município ainda acompanha os projetos da UTE Nossa Senhora de Fátima, Usina Termelétrica desenvolvida pela Natural Energia, que terá capacidade de produção de 1.7GW e também utilizará gás natural para sua operação. Termelétricas Jaci e Tupã que compõem o Complexo Térmico São João, desenvolvido pela Global Participações em Energia (GPE). Jaci e Tupã terão capacidade de produção de 2,7GW. Termelétricas Litos 1, 2, 3 e 4.

Os projetos da Litos Energia terão capacidade instalada de 5.2GW de energia elétrica. Juntas, as usinas ocuparão um espaço de 650 mil m2 e consumirão 20 milhões de metros cúbicos de gás natural diariamente.

Não menos importante para o município e para a região como um todo a construção da nova rota de escoamento de gás natural (Rota 5) que integra o consórcio formado pela Petrobras, Repsol e Equinor. A partir da operação do bloco, as operadoras anunciaram a decisão de escoar a produção do gás natural através de rede submarina, que conectará as plataformas diretamente às Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGN) instaladas em Macaé.

Outra estrutura ligada à economia do município que merece atenção especial é o Terminal Cabiúnas (Base Benedicto Lacerda). Com 3,8 mil quilômetros quadrados (km²) de extensão e 1,7 mil km² de área construída, o terminal passou processar em 2016, 25 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia, chegando a um recorde de processamento e praticamente dobrando o volume processado, segundo a Petrobras.

Neste contexto, o projeto Rota Cabiúnas conhecido como Rota 2 — foi implantado com o objetivo de ampliar o escoamento do gás natural produzido nos campos do pré-sal. O gasoduto tem 382 quilômetros de extensão, com início na área da Bacia de Santos seguindo até o Terminal Cabiúnas (UTGCAB). O Rota 2 tem capacidade atual para escoar até 20 milhões de metros cúbicos diários de gás natural.

De acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico as transições que ocorrem hoje na área do mercado do petróleo geram novas possibilidades de desenvolvimento, fazendo com que Macaé já registre o início de um novo ciclo de expansão que estimula diferentes segmentos da economia municipal.

Desta forma, o desenvolvimento de projetos voltados ao transporte e logística, segmentos fundamentais para esse novo ciclo de prosperidade passam a ganhar relevância, como a construção da Rodovia Transoceânica, para atender ao TEPOR e a ampliação e modernização do Aeroporto de Macaé Joaquim de Azevedo Mancebo.

Considerando ainda as informações fornecidas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Macaé, o aeroporto atualmente passa por um processo de modernização com um aporte de investimentos da Zurich Airport estimado em R\$ 160 milhões, destinado à construção de um novo terminal de embarque e desembarque de passageiros, com conceito voltado a expandir também setores comerciais e exploração de atrativos locais, como o turismo, incluindo a expansão da pista.

Outra área que também recebeu e continuará recebendo o apoio da municipalidade é a portuária. O Terminal Portuário de Macaé (TEPOR) contará com área onshore que ocupará um total de até 6.000.000 m2.

Estes são os desafios do município para os próximos anos e para superá-los será necessária uma generosa dose de ações integradas que nos permitam conhecer o nosso território e a definir e priorizar os investimentos necessários para alcançarmos a Macaé+20.

Obviamente, fazendo o dever de casa e investindo em políticas públicas efetivas, em agroeconomia, no turismo, na pesca, no comércio, na logística, nas novas formas de energia e, principalmente, valorizando o servidor público.

Agindo assim, poderemos, certamente, encurtar a distância entre as "duas Macaés", uma ante e outra depois da ponte Engenheiro Ivan Mundin, contando com a participação do meio acadêmico, que pode nos ajudar a consolidar o município também como a "Cidade do Conhecimento".

QUESTÃO REGIONAL

O grande desafio do século XXI para os municípios que fazem parte da Região Norte Fluminense é trabalhar o desenvolvimento integrado. Como responder às demandas de parte do território do Estado do Rio de Janeiro que concentra, segundo o IBGE, uma população estimada em 977.246 mil habitantes e que cresceu a uma taxa de 39% nos últimos 10 anos, enquanto o Rio de Janeiro cresceu a uma taxa de 9% e o Brasil a 0,8%?

Some-se a isto que estes municípios conseguem destinar apenas 3% de sua receita para investimentos e, que, em alguns casos, ainda há acentuada dependência dos recursos externos, sendo São Francisco do Itabapoana um destes exemplos, com 81% de grau de dependência dos recursos oriundos da União e do Estado (2021), embora Macaé tenha registrado o menor grau de dependência com 30%.

Mesmo que do ponto de vista financeiro o ano de 2021 tenha mostrado que os municípios tiveram um bom desempenho, registre-se que a maior parte deles ainda apresenta baixa capacidade de autofinanciamento, o que eleva em muito a dependência de transferências externas.

Segundo o Tribunal de Contas do Estado do Rio (TCE) a soma da receita realizada dos nove municípios da região foi de R\$ 7.447.813.486 e a despesa liquidada foi de R\$ 5.315.644.791. Campos dos Goytacazes e Macaé representaram juntas 72% de toda a receita regional em 2021.

O dado alentador é que apesar do estado e, consequentemente, a região, terem enfrentado nos últimos anos uma acentuada crise fiscal e política, consegue se manter como um dos principais eixos do desenvolvimento econômico do Estado Rio, embora com uma expressiva dependência da cadeia produtiva de óleo e gás, demonstrando que será preciso um grande esforço para a ampliação e diversificação da matriz econômica da região.

<u>EIXO I – DESE</u>NVOLVIMENTO SOCIAL

NOSSA GENTE, MACAÉ





TEMA CENTRAL: AMPLIAÇÃO, FOMENTO E REVITALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS CULTURAIS

NO MUNICÍPIO DE MACAÉ

O município de Macaé, localizado no estado do Rio de Janeiro, possui um grande potencial cultural. Além de sua rica história e patrimônio cultural, a cidade tem uma cena artística vibrante, com artistas e grupos de diversas áreas.

Entre as principais manifestações culturais de Macaé estão a música, o teatro, a dança e as artes plásticas. A cidade conta com diversos espaços culturais, como o Teatro Municipal de Macaé, a Escola Municipal de Artes Maria José Guedes, o Museu Solar dos Mellos dentre outros.

Considerando dados históricos do período de 2018 a 2022 observa-se que houve uma retração da atividade cultural face a diversos fatores que serão abordados a seguir, sendo o primeiro comentado tratar-se dos eventos no teatro municipal.

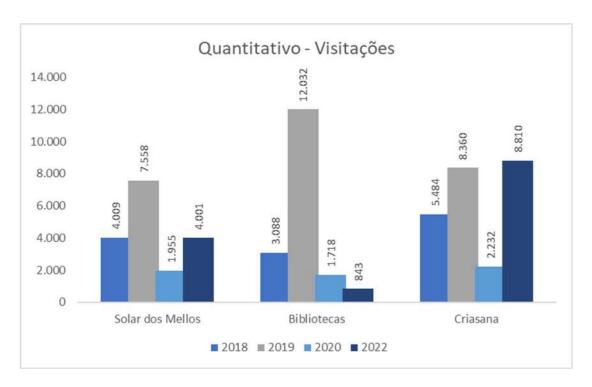


Fonte: dados extraídos do relatório SIM

Os dados do gráfico acima informam os quantitativos até 2020. Dados inexistentes nos anos de 2021 e 2022 em razão da pandemia da COVID-19 que por força de decreto municipal restringiu a circulação de pessoas bem como a suspensão em eventos presenciais. Apesar do retorno gradual da circulação a partir do quarto trimestre de 2019 tomando força em 2022 o teatro já permanecia fechado em razão da necessidade de reforma, e permanece fechado até presente data.

Outro fator preponderante ocorre em razão da morosidade nos processos de contratação, compra e licitação. Este é um problema comum em muitas esferas do setor público. A falta de agilidade nos processos pode levar a atrasos e dificuldades na realização de projetos e eventos culturais.

O segundo objeto da análise trata das visitações dos polos da cultura que conforme série histórica do período de 2018 a 2022 obtiveram redução conforme gráfico abaixo:

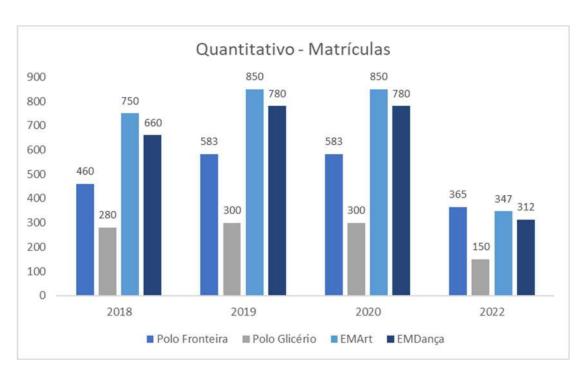


Fonte: dados extraídos do relatório SIM

Da mesma forma que a COVID-19 impactou os eventos no teatro municipal a pandemia influenciou diretamente as visitações nos polos demonstrados no gráfico acima, bem como a inexistência dos dados no ano de 2021.

Observa-se que houve significativo crescimento nas visitações do Solar dos Mellos e no portal do Criasana em 2022 em razão do fim da pandemia que possibilitou a retomada de visitações, contudo, este mesmo movimento não foi observado nas visitações das bibliotecas municipais o que neste caso se justifica em razão de que das 3 bibliotecas existentes apenas uma esteja em funcionamento, pois as demais unidades estão fechadas por necessidade de reforma.

O terceiro tópico a ser abordado são a quantidade de inscrições na Escola Municipal de Artes Maria José Guedes, Escola Municipal de dança e nos polos da Fronteira e de Glicério no período de 2018 a 2022:



Fonte: dados extraídos do relatório SIM

Observa-se que entre os anos de 2020 a 2022 (não considerado o período de 2021) houve uma redução em todos os polos e escolas, isso ocorreu e ocorre visto a falta de profissionais, na capacidade física de atendimento aos alunos pois em todas as unidades também existe a necessidade de reforma. A falta de manutenção preventiva destes locais está diretamente associada a queda das atividades culturais e a oferta das unidades dos polos existentes.

Vale ressaltar que o atendimento e oferta de vagas no munícipe está diretamente ligada a capacidade de funcionários disponível lotados na pasta. Hoje esta demanda é reprimida em razão da carência de professores nas áreas de dança e música que podem ser supridos via contrato ou via processo seletivo via concurso, contudo esta etapa do processo não possui a celeridade desejada.

Conforme exposto o município de Macaé em especial a cultura apresenta diversos desafios no que tange ao fomento das atividades culturais. Isso se dá pelos recursos sejam eles humanos, financeiros e principalmente da liberação dos processos de licitações e contratos. Para que os objetivos da cultura ocorram é necessário que as demais pastas trabalhem de forma intersetorial visando a cooperação e otimização dos processos.

PLANO ESTRATÉGICO

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|---|--|
| Necessidade de reforma, recuperação e manutenção dos equipamentos públicos de cultura | Ofertar e aumentar a capacidade de fomento e difusão cultural nos polos, centros e escola do município |
| Capacidade reduzida no atendimento à demanda de vagas nas atividades de cultura | Aumentar a capacidade de turmas nas escolas de dança e Música e dos polos. |
| Ausência de recursos humanos compatíveis à demanda de atendimento | Aumentar a capacidade de turmas nas escolas de dança e Música e dos polos. |



A Secretaria Municipal de Educação, para melhor atender as necessidades da população macaense, que possui diferentes culturas e é oriunda de diversas partes do Brasil, possui 106 escolas, distribuídas na zona urbana e rural. Essas unidades escolares caracterizam-se em creches, pré-escolas e escolas de Ensino Fundamental e Médio que estão distribuídas pelos setores administrativos do município. Atualmente a rede atende cerca de 38.000 estudantes da Educação Infantil ao Ensino Médio.

Tabela 1 - Matrículas da Rede Municipal de Ensino - Março 2023

| MATRÍCULAS DE ESTUDANTES | | |
|---------------------------------------|--------|--|
| EDUCAÇÃO INFANTIL | 8.540 | |
| ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS | 16.178 | |
| ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS | 11.104 | |
| ENSINO MÉDIO | 674 | |
| ENSINO DE JOVENS E ADULTOS | 1.213 | |
| TOTAL | 37.639 | |

Fonte: Supervisão de Ensino

BAIXA QUALIDADE DO ENSINO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Muitos são os desafios para assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes. Dentre os desafios que necessitam ser superados pela educação municipal, pode-se citar:

Assegurar uma educação de qualidade que seja inclusiva e equitativa é o quarto objetivo da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, um plano de ação global desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para assegurar o bem-estar das pessoas, das cidades e do planeta.

Ao fornecer as ferramentas necessárias para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, o ensino afeta diretamente o contexto social, econômico e cultural de todo mundo.

Ocupando a quarta posição dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a ODS 4 – Educação de Qualidade quer produzir impactos profundos para a sociedade como um todo.

O desafio que temos nas mãos é grande e exigirá dos gestores soluções inteligentes para superá-los.

Todavia, várias medidas foram tomadas para elevar a qualidade da educação brasileira. Entre elas a criação, em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Esse índice alia o desempenho dos alunos nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o fluxo escolar, resultando no estabelecimento de um parâmetro objetivo (nota), que pretende desenhar o panorama da educação nacional. São avaliados de dois em dois anos alunos do 5° ano e 9°ano do Ensino Fundamental.

O IDEB apresenta os dados de forma simplificada, fazendo uso de uma escala de 0 a 10, o que torna sua compreensão mais fácil. O cálculo do IDEB do 5° ano é feito com base no fluxo escolar de 1° ao 5° ano e do IDEB do 6° ano com base no fluxo de 6° ao 9° ano.

Tabela 2 - Percentual de Estudantes com Aprendizagem Adequada - Anos Iniciais

| Aprendizagem Adequada - 5º Ano | | | | | |
|--------------------------------|-----|-----|-----|--|--|
| Disciplina: 2017 2019 2021 | | | | | |
| Língua Port. 74% 76% 65% | | | | | |
| Matemática | 59% | 66% | 44% | | |

Fonte: Saeb, INEP

Tabela 3 - Percentual de Estudantes com Aprendizagem Adequada - Anos Finais

| Aprendizagem Adequada - 9º Ano | | | | | |
|--------------------------------|------------------------|-----|-----|--|--|
| Disciplina: | iplina: 2017 2019 2021 | | | | |
| Língua Port. 46% 44% 45% | | | | | |
| Matemática | 22% | 27% | 16% | | |

Fonte: Saeb, INEP

Tabela 4 - Percentual de Estudantes com Aprendizagem Adequada - Ensino Médio

| Aprendizagem Adequada – Ensino Médio | | | | | |
|--------------------------------------|-----|-----|-----|--|--|
| Disciplina: 2017 2019 2021 | | | | | |
| Língua Port. 48% 63% 54% | | | | | |
| Matemática | 25% | 25% | 20% | | |

Fonte: Saeb, INEP

A ideia de qualidade de ensino expressa por esse indicador é que "o aluno aprenda e passe de ano" (FRANCO; ALVES; BONAMINO, 2007). Dessa forma o sistema de ensino chegaria próximo a excelência: os alunos não apresentariam distorção idade-ano de escolaridade devido as múltiplas reprovações, não abandonariam a escola e ao final aprenderiam.

A análise do último resultado divulgado pelo INEP, com base nos dados do SAEB, revela que menos de 50% dos estudantes macaenses ao final do ensino fundamental apresentam aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática. No Ensino Médio o quadro é um pouco melhor em Língua Portuguesa, mas em Matemática apenas 20% dos estudantes demonstram ter domínios para resolver situações-problemas, criando e elaborando técnicas de resolução válidas no encontro das soluções. A situação é bem melhor nos primeiros anos do ensino fundamental, apesar da queda no aprendizado demonstrada na última avaliação.

Esses dados evidenciam o baixo nível de aprendizado dos estudantes da Rede Municipal, o que aumenta a reprovação escolar e, por consequência, a distorção idade-ano de escolaridade.

Tabela 5 - Percentual de Reprovação Anos Iniciais, Anos Finais e Ensino Médio

| REDE MUNICIPAL - REPROVAÇÃO | | | | |
|-----------------------------|--------------|--------------|----------|--|
| ANO | 1º ao 5º ano | 6º ao 9º ano | E. Médio | |
| 2021 | 4% | 4% | | |
| 2020 | 5% | 7% | | |
| 2019 | 7% | 16% | | |

Fonte: SEMED - Supervisão de Ensino

Tabela 6 - Percentual de Distorção Idade x Ano de Escolaridade

Apesar do percentual de reprovação ter diminuído no período de 2019 a 2022, 30,7% de estudantes encontram-se em defasagem idade-ano de escolaridade ao final do Ensino Fundamental.

| DISTORÇÃO IDADE X ANO DE ESCOLARIDADE | | | | |
|---------------------------------------|-------|-------|-------|-------|
| Ano de Escolaridade | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
| 5º Ano | 19,8% | 17,8% | 14,9% | 13,5% |
| 9º Ano | 36,1% | 34,9% | 34,1% | 30,7% |
| Ensino Médio | 44,7% | 48,5% | 38% | 38% |

Fonte: Q Edu - Indicador de Distorção idade-série INEP,2021

Uma análise mais detalhada dos dados disponíveis no QEdu - portal aberto e gratuito criado pela iniciativa privada para auxiliar profissionais da rede pública no trabalho com dados educacionais - evidencia que fatores como nível socioeconômico e raça também influenciam o aprendizado dos estudantes.

Tabela 7 - Distorção idade x Ano de escolaridade - Unidades Escolares com percentual acima de 25%

| REDE MUNICIPAL DE ENSINO ANOS INICIAIS DISTORÇÃO IDADE x ANO DE ESCOLARIDADE - ACIMA DE 25% | | | |
|--|-----|--|--|
| UNIDADE ESCOLAR DISTORÇÃO | | | |
| C. M. ERALDO MUSSI 32% | | | |
| CIEP 455 M.MARINGÁ | 25% | | |

Fonte: Q Edu - Censo, INEP

Tabela 8 - Distorção idade x Ano de escolaridade -Unidades Escolares com percentual acima de 40%

| REDE MUNICIPAL DE ENSINO ANOS FINAIS DISTORÇÃO IDADE x ANO DE ESCOLARIDADE - ACIMA DE 40% | | |
|--|-----------|--|
| UNIDADE ESCOLAR: | DISTORÇÃO | |
| CIEP 058 OSCAR CORDEIRO | 44% | |
| CIEP 455 M. MARINGÁ | 44,5% | |
| C. E. M. RAUL VEIGA | 44,2% | |
| E. E. M. LEONEL DE MOURA BRIZOLA | 42% | |
| C.M. Prefº. SAMUEL BRUST | 41,5% | |

Fonte: Q Edu - Censo, INEP

Tabela 9 – Distorção idade x Ano de escolaridade – Unidades Escolares com percentual acima de 50%

| REDE MUNICIPAL DE ENSINO - ENSINO MÉDIO DISTORÇÃO IDADE x ANO DE ESCOLARIDADE - ACIMA DE 50% | | |
|---|-------|--|
| UNIDADE ESCOLAR DISTORÇÃO | | |
| C. M. TARCÍSIO PAES DE FIGUEIREDO 50,8% | | |
| C. E. M. RAUL VEIGA | 50,5% | |

Fonte: Q Edu - Censo, INEP

Ao fazer uma leitura dos dados observa-se que duas escolas de anos iniciais do Ensino Fundamental apresentam índice de distorção idade-ano de escolaridade acima de 25%. Nos anos finais do Ensino Fundamental a situação é mais crítica, 05 escolas apresentam distorção acima de 40%. No Ensino Médio, das 05 escolas que oferecem esse nível de ensino, duas apresentam percentual de distorção acima de 50%.

Tabela 10 - Percentual de Estudantes com Aprendizagem Adequada com base no Indicador Raça/Cor

| EQUIDADE X RAÇA/COR APRENDIZAGEM ADEQUADA | | | | | | |
|--|----------------|-----|--------|---------|--|--|
| Ano LÍNGUA PORTUGUESA MATEMÁTICA | | | | | | |
| Escolaridade | Pretos Brancos | | Pretos | Brancos | | |
| 5º Ano | 67% | 82% | 57% | 71% | | |
| 9º Ano | 36% | 52% | 17% | 35% | | |
| Ensino Médio 36% 56% 7% 16% | | | | | | |

Fonte: Q Edu - Saeb, INEP - 2019

De acordo com a tabela acima, 82% dos estudantes macaenses brancos do 5° ano do Ensino Fundamental apresentaram desempenho adequado em Língua Portuguesa. Entre os estudantes pretos, o percentual cai para 67%. No mesmo ano de escolaridade, em Matemática, 57% dos estudantes pretos têm desempenho adequado. Entre os brancos, a proporção sobe para 71%.

No 9º ano, a proporção de estudantes com bom desempenho nas duas disciplinas cai para todos os estudantes, mas é ainda menor entre adolescentes pretos. Em Matemática, por exemplo, apenas 17% dos estudantes pretos tem desempenho adequado, quase metade do percentual verificado de estudantes brancos, 35%.

A realidade não se altera no Ensino Médio, apenas 36% dos estudantes pretos apresentaram desempenho adequado em Língua Portuguesa. Esse percentual aumenta em 20% comparado aos estudantes brancos. A situação em Matemática é preocupante tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, mas nesse último, é preciso um destaque: apenas 7% dos pretos e 16% dos brancos apresentam aprendizado adequado neste componente curricular.

Tabela 11 - Percentual de Estudantes com Aprendizagem Adequada com base no Indicador Nível Socioeconômico

APRENDIZAGEM ADEQUADA X NÍVEL SOCIOECONÔMICO

| LÍNGUA PORTUGUESA | | MATEMÁ | TICA | |
|-------------------|-------------|------------|-------------|------------|
| Ano | Baixo Nível | Alto Nível | Baixo Nível | Alto Nível |
| 5º Ano | 70% | 83% | 57% | 74% |
| 9º Ano | 37% | 49% | 19% | 35% |
| Ensino Médio | 29% | 52% | 5% | 15% |

Fonte: Q Educ - INEP, SAEB 2019

Com base nas respostas dos estudantes aos questionários contextuais do SAEB, o INEP acompanha o indicador de Nível socioeconômico da Escola. Esse indicador é construído a partir do nível de escolaridade e o rendimento da família dos estudantes, o que permite que os resultados das avaliações externas sejam analisados a partir do contexto socioeconômico das escolas.

Os estudantes com baixo nível socioeconômico estão em desvantagem no que diz respeito à questão da aprendizagem adequada se comparado aos estudantes com alto nível econômico. Em Macaé, enquanto 52% dos estudantes com alto nível socioeconômico saem da escola pública municipal tendo aprendido o adequado em Língua Portuguesa ao final do Ensino Médio, entre os estudantes mais pobres, essa porcentagem é de 29%. Em Matemática, 15% dos estudantes com nível socioeconômico melhor aprenderam o adequado e apenas 5% dos mais pobres saem da escola sabendo o mínimo considerado suficiente neste componente curricular. Fatores como reprovação escolar, distorção idade-ano de escolaridade, baixo aprendizado contribuem para o abandono escolar dos estudantes. O quadro abaixo mostra as taxas de abandono da Rede Municipal de Ensino no período de 2019 a 2021.

Tabela 12 - Taxa de Abandono Escolar - 2019/2022

| TAXA DE ABANDONO ESCOLAR | | | | |
|-----------------------------|------|------|------|--|
| 2019 2020 2021 | | | | |
| Fundamental - Anos Iniciais | 0,32 | 4,74 | 0,14 | |
| Fundamental - Anos Finais | 1,84 | 9,24 | 0,28 | |
| Ensino Médio | 2,87 | 3,07 | 0,3 | |

Fonte: Q Edu - Taxas de Rendimento 2021, INEP

PRECARIEDADE DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades dos estudantes para garantir a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos é mais um desdobramento do ODS 4.

De acordo com a pesquisa Qualidade da Infraestrutura das Escolas Públicas do Ensino Fundamental no Brasil, realizada em 2019 pela Representação no Brasil da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), quando a condição do espaço físico escolar é ruim, os resultados no IDEB caem, mostrando que, embora não seja fator determinante para o resultado educacional, a infraestrutura é, sim, muito importante.

O resultado dessa pesquisa evidencia a necessidade do município em investir na melhoria dos prédios escolares. Atualmente, a Rede Municipal de Ensino possui 106 escolas. Dessas 14 são alugadas e 92 possuem prédio próprio. Além dessa situação, existe uma distribuição desigual de escolas municipais pelos bairros de Macaé, o que ocasiona a necessidade dos estudantes utilizarem transporte escolar.

Levantamento feito pela Secretaria de Educação no ano de 2022, mostrou que 25% dos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Macaé precisam do transporte escolar para ter acesso à escola.

No entanto, esses não são os únicos problemas. Dados retirados do portal QEdu mostram que, apenas 49% das escolas públicas municipais possuem acessibilidade, por exemplo. O percentual de escolas sem biblioteca, quadra de esportes, laboratório de informática ainda é mais preocupante como mostra o quadro abaixo.

Tabela 13 - Infraestrutura - Comparativo: País, Estado e Município Infraestrutura Percentual de escolas Comparações referente ao Brasil, Rio de Janeiro e Macaé

| Características: | Brasil | Estado Rio de Janeiro | Macaé |
|----------------------------|-------------------|--------------------------|-------|
| Escola com Acessibilidade | 36% | 45% | 44% |
| Banda Larga | 60% | 87% | 81% |
| Biblioteca | 23% | 30% | 16% |
| Internet | 74% | 93% | 96% |
| Laboratório de Informática | 22% | 38% | 25% |
| Laboratório de Ciências | 3% | 8% | 8% |
| Sala de Leitura | 21% | 53% | 66% |
| Quadra de Esportes | 26% | 38% | 31% |
| | to O Edu Conso IN | | |

Fonte: Q Edu -Censo, INEP - 2021

Todavia, quando esses dados são comparados com o estado do Rio de Janeiro apenas no item sala de leitura, o município apresenta percentual melhor. Situação que não se altera em relação ao Brasil na maior parte das características apresentadas.

Em face do problema de infraestrutura escolar indicado por este diagnóstico, faz-se necessário considerar como metas a construção de escolas e melhoria da infraestrutura das escolas municipais para potencializar a aprendizagem dos alunos.

Os dados expostos neste diagnóstico apontam para a necessidade do município criar políticas públicas que garantam mais oportunidades, dentro e fora da escola, para crianças e adolescentes, especialmente, para os que possuem baixo nível socioeconômico e os pretos por fazerem parte de grupos historicamente marginalizados e excluídos da garantia de direitos básicos.

No que tange, especificamente, a Rede Municipal, será preciso que as escolas sejam inclusivas, permitindo que todos os estudantes, independente de suas condições socioeconômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento sejam acolhidos com oferta de espaços, ambientes, recursos e estrutura que lhes garantam condições de aprendizado.

PLANO ESTRATÉGICO

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|---|--|
| Baixa qualidade do ensino | Elevar a qualidade da Educação Básica para todos os níveis e modalidades, com melhoria no fluxo escolar e de aprendizagem de modo atingir metas estabelecidas pelo Ministério da Educação. |
| Precariedade da infraestrutura escolar da Rede Municipal de Ensino | Restaurar a Rede Física de modo que as crianças e adolescentes estudem em espaços adequados e próximo as residências. |

REFERÊNCIAS

FRANCO, C.; ALVES, F.; BONAMINO, A. Qualidade do Ensino Fundamental: políticas, suas possibilidades e seus limites. Educação & Sociedade, Campinas, v.28, n.100, out/2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Brasília. Disponível em: http://saeb.inep.gov.br/saeb/ Acesso em 13 mar 2023.

ONU BR — NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL — ONU BR. A Agenda 2030. 2015 -Disponível em: https://naçoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

PORTAL QEDU. Disponível em: https://qedu.org.br/municipio/3302403-macae Acesso em 13 mar 2023.



TEMA: PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO

A Secretaria Municipal Adjunta de Ensino Superior (Semaes), vinculada à Secretaria Municipal de Educação, foi criada em 2016 pela Lei Complementar 256 que dispõe sobre a reestruturação da Administração Pública Municipal, absorvendo as atribuições e a estrutura administrativa da extinta Fundação Educacional de Macaé (FUNEMAC).

A Semaes tem por atribuição planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação de políticas voltadas para a educação superior no município de Macaé. Cabe também à Secretaria, propor, desenvolver e executar projetos e programas voltados para a ampliação do acesso e da permanência de estudantes na etapa da formação superior. Em conjunto com a Prefeitura Municipal de Macaé, Secretaria Municipal de Educação e outros órgãos competentes, a Semaes é responsável pela política de apoio ao estudante do ensino superior.

De acordo com as atribuições no que concerne à temática do Desenvolvimento Social, apresenta no corpo da Lei 256/2016 diversas atribuições cuja importância consta no artigo 70° da referida lei, que serão expressas a seguir, considerando que, atualmente, algumas nomenclaturas e siglas sofreram modificações:

VII — apoiar a qualificação de mão de obra técnica e especializada de 2º e 3º graus e a formação de pesquisadores, através do Centro Federal de Educação Tecnológica — CEFET, do Laboratório de Engenharia e Exploração de Petróleo — LENEP/MACAÉ, do Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé — NUPEM, da Incubadora de Tecnologia e Inovação de Macaé, além de universidades e outros centros de pesquisa e formação, nacionais e internacionais;

VIII – executar atividades nas áreas de ensino superior, pesquisa e extensão e de educação profissional e dos institutos técnicos;

IX – elaborar, coordenar, promover e executar as políticas e ações do ensino superior, pesquisa e extensão, de qualificação e requalificação profissional, utilizando o conhecimento técnico-científico, pedagógico e cultural de entidades de ensino e pesquisa, nacionais e internacionais;

X – consolidar a estruturação do Complexo Universitário, com vistas a ordenar o ensino superior para atender à demanda de formação, capacitação, pesquisa e extensão, necessários ao desenvolvimento sustentável e corrigir os desequilíbrios na produção e difusão do conhecimento;

X-A - promover integração entre ensino médio e ensino superior através do Colégio de Aplicação - CAP, estabelecendo parceria com as IES presentes no Complexo Universitário, principalmente a FeMASS.

XI – administrar o Complexo Universitário;

XII – estabelecer parcerias e consórcios com universidades, prioritariamente públicas, brasileiras e estrangeiras, para promover o permanente aperfeiçoamento cultural e profissional do Município;

XIII – promover cursos, oficinas, simpósios e outros instrumentos para treinamento e capacitação profissional, qualificação e requalificação nos setores primário, secundário e terciário;

XV – estabelecer e gerenciar programas para concessão de bolsas de incentivo às atividades universitárias, docentes, técnicas e de pesquisa em geral;

XVI – fomentar a criação e/ou instalação de cursos de ensino superior e de outros níveis de ensino no Município, observando-se a necessidade de fortalecer o campo das ciências humanas, no âmbito da graduação e da pós-graduação. (MACAÈ, 2016)

Numa perspectiva focada no desenvolvimento social, o papel da Secretaria Municipal Adjunta de Ensino Superior é fundamentalmente intersetorial. Apesar de atuar diretamente na formação e capacitação profissional, ações de suporte social e desenvolvimento humano são partes importantes do escopo da SEMAES.

A SEMAES busca consolidar e fortalecer o ambiente universitário, a cultura de inovação e, sobretudo, o direito à educação. Nesse sentido, a Secretaria abarca em sua estrutura a Faculdade Municipal Professor Miguel Ângelo da Silva Santos (FeMASS), o Colégio de Aplicação (CAp), a Pós-graduação em Gestão Pública, o Centro Municipal de Idiomas, a Universidade Livre (Unilivre), a Casa do Estudante e o Observatório da Cidade de Macaé.

Entre os problemas que se destacam e despertam muita atenção da Secretaria temos: (1) Alto índice de abandono nos cursos de graduação. (2) Tempo médio até a formatura por curso de graduação. Nessa perspectiva, obtida através da análise de indicadores de processo, alguns indicadores de resultado podem ajudar a enfrentar a evolução da questão:

- a) Percentual de obra construída do restaurante-escola no complexo universitário;
- b) Percentual de obra construída da quadra poliesportiva;
- c) Demanda atendida na Casa do Estudante;
- d) Construção do Parque Tecnológico das Humanidades;
- e) Construção dos Blocos E & F;
- f) Construção da nova sede do colégio de aplicação.
- g) Criação e Implantação do Espaço Balneário com Ciência

Assim, as atribuições da Secretaria de Ensino Superior contribuem para o atendimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em especial os que tratam da igualdade de acesso à educação para homens e mulheres, contribuindo para eliminação das disparidades de gênero e formação de pessoas m situação de vulnerabilidade social, povos indígenas e pessoas com deficiência (ODS 4.3 e 4.5), da participação de jovens e adultos na educação formal (4.3.1), do aumento do número de jovens e adultos com habilidades relevantes, incluindo habilidades em

tecnologias e comunicação (TIC) (4.4 e 4.5), a garantia de que alunos adquiram até 2030 conhecimentos para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis (4.7) A Secretaria também pode contribuir para os objetivos 4.c, 4.c.1., relacionados à qualificação de professores. Além disso, o incentivo à pesquisa desenvolvida por meio do Programa Macaé Conecta, atua diretamente no ODS 9.5 que visa o fortalecimento da pesquisa científica, melhoria das capacidades tecnológicas de setores industriais e aumento do número de trabalhadores no setor.

São muitas as tarefas e grandiosos os desafios, mas o enfrentamento é essencial para se superarem as lacunas e os gargalos que limitam a efetividade do serviço prestado à população macaense. Atuamos, nesse sentido, tendo como base dois macroproblemas, enfrentados por meio de ações vinculadas a uma estratégia.

PLANO ESTRATÉGICO

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|---|--|
| Alto índice de abandono nos cursos de graduação | Reduzir a evasão nos cursos de graduação. |
| Tempo médio para a conclusão de curso elevado | Elevar a quantidade de estudantes que concluem a graduações no tempo adequado. |



TEMA CENTRAL: IMPLANTAÇÃO DE ATIVIDADES FÍSICA PARA POPULAÇÃO MACAENSE

Segundo a OMS, pelo menos 47% dos brasileiros são considerados fisicamente inativos, ou seja, não praticam atividades físicas suficientes para manter a saúde. Esse índicecoloca o Brasil atrás de países como Argentina, Uruguai e Chile em termos de atividade física e qualidade de vida.

O sedentarismo é caracterizado pela falta de atividade física regular ou pelo baixo nívelde atividade física. Pessoas sedentárias apresentam um maior risco de desenvolver diversas doenças, incluindo doenças cardiovasculares, diabetes, obesidade, hipertensão arterial, osteoporose, ansiedade e depressão.

Devido ao imenso número de sedentarismo encontrado em nosso município a Secretária de Esportes trabalha nesse combate, oferecendo diversas atividades físicas, através dos seus projetos, à população.

São OBJETIVOS da Secretaria de Esportes:

- I- Articular com vários órgãos da esfera governamental, para garantir o direito a atividadefísica nos bairros com segurança;
- II- Coordenar a formação de núcleos de exercício físico nos bairros;
- III- Acompanhar a implantação do núcleo de Atividade Física em toda cidade;
- IV-Articular de forma integrada com várias secretarias a implantação das Atividades , garantindo acompanhamento de Médico do esporte, Nutricionista , Fisioterapeuta, Psicólogo. A SECRETARIA DE ESPORTES desenvolve projetos como Informa, Movimentese , Academia Popular , Craques do Futuro, Tirando Onda Surf, Dançando Ballet e jazz, Macaé vai a luta, Recreialdade, Fisioterapia do esporte, Bolsa Atleta.
- V- Articular de forma integrada com várias secretarias a implantação das Atividades, garantindo acompanhamento de Médico do esporte, Nutricionista, Fisioterapeuta, Psicólogo. A SECRETARIA DE ESPORTES desenvolve projetos como Informa, Movimentese, Academia Popular, Craques do Futuro, Tirando Onda Surf, Dançando Ballet e jazz, Macaé vai a luta, Recreialdade, Fisioterapia do esporte, Bolsa Atleta.

Pela Secretaria de Esportes os projetos são desenvolvidos, em sua totalidade, com o objetivo de levar qualidade de vida aos cidadãos. Com a preocupação em manter a saúde comoum todo, tanto física como mental. Os projetos são direcionados com profissionais devidamente qualificados.

PROJETO INFORMA - PROJETO DE CAPTAÇÃO DE CIDADÃOS para a prática de Atividade Física.

Desenvolvido através de Palestras e avaliação física para sensibilizar os cidadãos da importância de praticar atividade física e os seus benefícios.

O Projeto tem formato itinerante, indo aos bairros (nas praças, postos de estratégia da saúde, setores de diversas secretarias municipais) para levar informações dos projetos desenvolvidos pela secretaria de esporte.

É responsável por gerar vagas e fazer matrículas nos projetos da secretaria.

PROJETO CRAQUES DO FUTURO - PROJETO DE INICIAÇÃO DESPORTIVA

Foco em crianças e adolescente de 8 a 17 anos para prática de esportes aproveitando o tempode ociosidade no contraturno escolar, usando as praças e quadras dos bairros onde moram.

Modalidades Oferecidas

Voleibol - Vôlei de Praia - Futevôlei - Basquete - Futsal

PROJETO MACAÉ VAI A LUTA - PROJETO DE LUTAS VARIADAS

Foco em crianças, jovens e adultos para os mesmos aprenderem defesa pessoal e desenvolveras valências físicas como força, agilidade, flexibilidade e condicionamento físico.

Modalidades Oferecidas

Jiu-jitsu - Muay Thai - Kickboxing

PROJETO DANÇANDO- PROJETO DE DANÇAS VARIADAS

Foco em crianças, jovens e adultos para desenvolver ritmo, condicionamento físico, flexibilidade.

Modalidades Oferecidas

Jazz, Ballet

PROJETO TIRANDO ONDA - PROJETO DE SURF

Foco em crianças e jovens de 10 a 17 anos para desenvolver vivência no mar.

Este projeto funciona em formato de curso sendo o aluno ao final do curso de um ano capazde surfar e até mesmo os mais talentosos saindo para disputa de campeonatos.

PROJETO MOVIMENTE-SE - PROJETO DE GINÁSTICA

Foco em jovens e adultos a partir de 16 anos em diante para fortalecimento muscular, flexibilidade, mobilidade, condicionamento físico

Modalidades Oferecidas

Alongamento, Recreação, Dança, Yoga

PROJETO DAS ACADEMIAS POPULARES - PROJETO das ACADEMIAS DEMUSCULAÇÃO

Foco em Jovens e Adultos a partir de 16 anos com finalidade de fortalecimento muscular, hipertrofia, emagrecimento e saúde.

PROJETO RECREIA IDADE - PROJETO DA TERCEIRA IDADE

Foco no público acima dos 60 anos, com atividades recreativas e desportivas, vivenciandodesportos com voleibol, basquete e handebol.

PROJETO BOLSA ATLETA - DESTINADO AO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

Foco em atletas do município que disputam torneios em diversas modalidades e níveis, dandosuporte financeiro além de fisioterapia e avaliação física de alto rendimento.

PROJETO DE GINÁSTICA LABORAL - PARCERIA COM AS SECRETARIASMUNICIPAIS

Desenvolvido em parceria com as secretarias da prefeitura municipal, nos setores onde percebemos a necessidade devido ao trabalho repetitivo causando problemas de ordens físicacomo LER e DORT etc e também de ordem Psíquica por questões de stress alto e contínuo.

PROJETO DE CORRIDA

Desenvolvido para um grupo adulto amante de corrida de rua no qual precisa de exercícios de fortalecimento e treinos específicos para desenvolver capacidade aeróbica para uma prática saudável , sem que traga lesões aos corredores e leve aos mesmos condições físicas para as provas de corrida .

PROJETO FISIOTERAPIA DO ESPORTE - Parceria com a Secretaria de Saúde Destinado ao tratamento e atletas profissionais contemplados pelo bolsa atleta e tambématletas amadores.

PROJETO PARA CTGE - CENTRO DE TREINAMENTO DE GRUPOS ESPECIAIS

- Atendimento com foco nas parcerias realizada dentro das instituições como postos ESF, para o público hipertensos \ diabéticos \ cardíacos \ gestantes \ obesos \ deficientes auditivo e visuais.

Atendimento com foco nas parcerias dentro das instituições como CAPSI AD - SENTRINHO

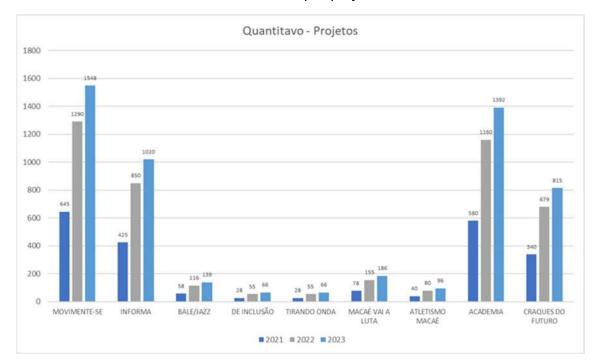
- AMADA, para as crianças e adolescentes autistas \ síndrome de down \ deficientes auditivose visuais.

DESCRIÇÃO DE PROBLEMAS

Passamos, agora, à descrição de problemas específicos, pontuando, ainda, alguns indicadores a estes relacionados.

- Primeiro Indicador expressivo apontado é a questão da segurança nas vias públicas como praças e praias, nas quais o poder paralelo tem intensificado os delitos, fazendocom que pais não permitam que seus filhos participem das atividades propostas pela secretaria de Esportes;
- Segundo Indicador são os aparelhos públicos que estão sendo reformado, ainda semcondição de uso pela população, exemplo disso é o Estádio Esportivo Cláudio Moacyr, o Ginásio Municipal e o Parque da Cidade;
- 3. Terceiro Indicador é a falta de estrutura nas praças da cidade como banheiros e água tornando a prática do desporto inviável;
- 4. Quarto indicador falta de informação para a população da real necessidade de praticar atividade Física na qual o programa InForma faz esse trabalho está impossibilitado de trabalhar em várias comunidades pela falta de segurança.

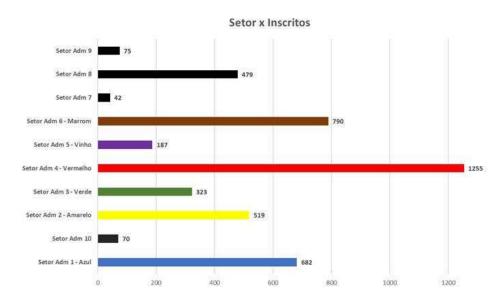
Quantitativo por projetos



Fonte: dados coletados pela Secretaria Adjunta de esportes

Podemos observar no gráfico que o ano de 2021 possui baixa quantidade de inscrito, isso ocorreu em razão da pandemia provocada pela COVID-19 e que por força de decreto municipal restringiu a circulação da população. Como o advento da vacinação permitiu o retorno das atividades desportivas em outubro do referido ano. Observa-se também aumento no ano de 2022 e aumento em 30% em 2023.

Há uma demanda reprimida na oferta de atividades desportivas em razão da necessidade de reforma dos espaços públicos bem como segurança pública nos bairros periféricos a exemplos do bairro lagomar e bosque azul e aumento da mão de obra.



Fonte: inscritos conforme reordenamento do município de Macaé - Lei complementar nº 214/2012

O gráfico acima traz o quantitativo de inscritos no ano de 2022, sendo feita segregaçãopor setores conforme lei complementar 214/2012. Pode-se observar maior concentração de inscritos no setor vermelho justificado pelo fato de que neste setor concentra os bairros centrais do município. Por outro lado, o setor vinho possui quantitativo inferior, pois neste setor concentra os bairros lagomar, bosque azul dentre outros que, por questões de segurançae infraestrutura não é possível expandir a oferta de vagas. Os setores em negrito são os distritosda região serrana que poderiam ter maior expansão do número, mas limitado a oferta em razãodo efetivo de recursos humanos.

5. Falta de mão de obra especializada - Temos um efetivo de técnicos em esporte/professores os quais não são suficientes para atender a demanda dos polos já existentes bem como a criação de novos polos desportivos. Abaixo gráfico que ilustrao quantitativo de técnicos, agentes de esporte e professores:



Fonte: portal da transparência

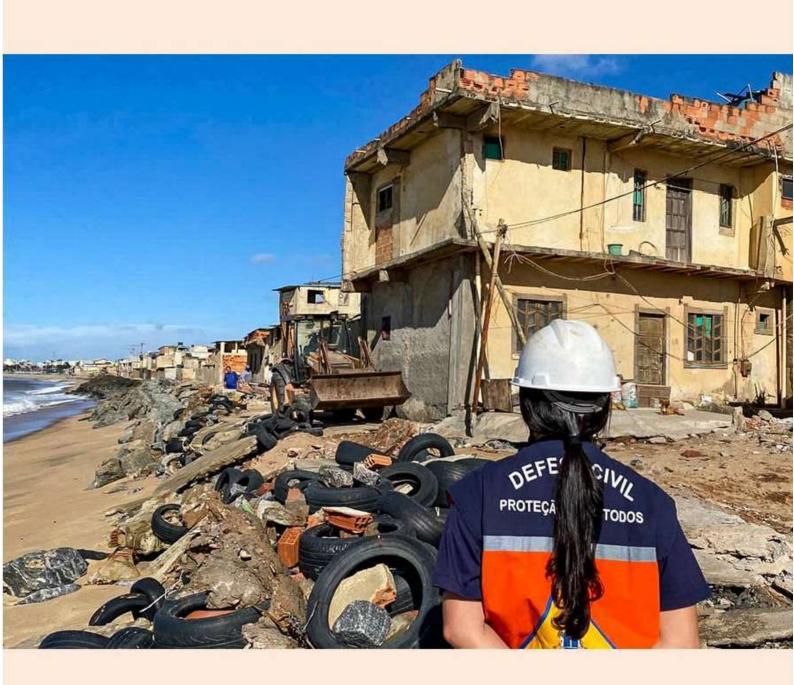
Conforme gráfico, 64% dos profissionais que atendem aos projetos são agentes de programas de esporte e lazer que apesar de muitos possuírem formação na área são impossibilitados pelo cargo de exercer a função de professor afim de não caracterizar desvio de função. Em contrapartida são auxiliares do técnico em esporte que possui quantitativo inferior.

PLANO ESTRATÉGICO

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|---|
| Falta de segurança nas viaspúblicas e praças em geral. | Ter segurança para funcionáriose alunos dos projetos que acontecem nas praças. |
| Aparelhos públicos em reforma(Ginásio, Estádio, Parque da Cidade) | Ter disponibilidade de espaçosadequados para a prática de atividades. |
| demanda de atendimento. | Aumentar a quantidade de projetos desenvolvidos pela secretaria de esportes e melhoraro atendimento nos projetos já ofertados. |

MISSÃO -' CUIDAR DA SAÚDE COM EXERCÍCIOS , ALEGRIA E COMPETÊNCIA' **VISÃO**- 'SE MEXER É A MELHOR FORMA DE CUIDAR DO CORPO E DA MENTE '**VALORES**- ' EFICIÊNCIA E DEDICAÇÃO EM SERVIR"

Por fim, queremos demonstrar que há muitos desafios quanto ao enfrentamento, ao combate do sedentarismo. Neste breve texto, apenas apontamos as situações prioritárias, de acordo com os indicadores apresentados no Índice de Qualidade de vida. Para transformação de tal realidade é necessário pensar a política pública de forma intersetorial, buscando atingir as metas estabelecidas e alcançar resultados abrangentes e complementares.



NECESSIDADES HABITACIONAIS DE MACAÉ

Diante do desafio de elaborar o diagnóstico da situação habitacional no Município, especialmente no que se refere à habitação de interesse social, merece destaque o Plano Local de Habitação de Interesse Social, elaborado em 2010 pela equipe da Secretaria Municipal de Habitação há época.

O referido documento é um marco ainda não superado da política municipal de habitação e, nesse sentido, embora os números estejam desatualizados pelo tempo transcorrido desde sua elaboração, não devem ser desconsiderados diversos aspectos relacionados ao diagnóstico, à metodologia e também às proposições que estão contidas no PLHIS.

Nesse sentido, considerando a atuação da política municipal habitacional na implementação do PLHIS, destaca-se como problemas centrais a serem enfrentados na atualidade: (1) o número de famílias sem acesso à moradia digna e (2) a formação de assentamentos urbanos precários.

A falta de acesso à moradia digna está relacionada à necessidade de construção de novas unidades habitacionais, que irá configurar o déficit habitacional ou déficit quantitativo. Já a formação de assentamentos urbanos precários diz respeito às inadequações de natureza urbanística e ambiental, com problemas de irregularidade de propriedade e situações sociais de maior gravidade e irá caracterizar o déficit qualitativo ou inadequação habitacional.

O conceito de moradia digna, por sua vez, não se limita aos aspectos de segurança, estabilidade e salubridade das construções, sendo ampliado para o atendimento por serviços públicos e infraestrutura de saneamento básico, conforme assegura o artigo 60 da CF88.

Ainda levando em conta os números apurados pelo PLHIS, tem-se o seguinte resultado de indicadores da política habitacional municipal relacionados aos problemas apresentados nesse diagnóstico:

| Acumu Déficit Quantitativo | Acumulado | Fundação João Pinheiro (2005) | 2.932 |
|-------------------------------|---|---|--------|
| | | Déficit Quantitativo Complementar (Prefeitura, 2009) | 475 |
| | | Domicílios a remover (reassentamento ou remanejamento) | 4.095 |
| | SUBTOTAL | | 7.502 |
| Demand | Demanda p | rioritária futura 2010-2024 (0 a 5s.m.) | 18.348 |
| TOTAL | | | 25.850 |
| Déficit Qualitativo | Domicílios em assentamentos precários 1 | | 11.997 |

Fonte: PLHIS 2010 - Quadro 17 - SÍNTESE DAS NECESSIDADES HABITACIONAIS

Como causas para o elevado número de famílias que não têm acesso à moradia digna pode-se destacar:

- (1) famílias que não conseguindo acessar o mercado imobiliário 'formal', vão morar em assentamentos precários;
- (2) famílias cuja renda ultrapassa os limites estabelecidos como teto para acesso aos programas habitacionais;
- (3) famílias em condições de vulnerabilidade social, por muitas vezes em extrema pobreza;
- (4) comprometimento elevado da renda familiar com a moradia;
- (5) aumento da demanda decorrente de intenso processo migratório, dada a expectativa de oportunidades de trabalho, muitas vezes intensificadas por campanhas de divulgação promovidas pelo próprio governo;
- (6) desconhecimento do público alvo por parte do Poder Público, seja no aspecto quantitativo ou qualitativo, devido a inexistência de aparelhamento institucional para planejamento e monitoramento da demanda.
- No que se refere ao processo de formação de assentamentos urbanos precários pode-se atribuir como principais causas:
- (1) infraestrutura urbana deficiente, seja pela insuficiência de equipamentos públicos, pela irregularidade no processo de ocupação da área urbana (loteamentos irregulares), ou ainda, pela distribuição desigual no território dos serviços públicos;
- (2) fiscalização ineficiente, tanto durante o processo de formação quanto depois de já consolidado o assentamento;
- (3) processo especulativo da terra, levando à escassez de área urbana infraestruturada para atender à demanda.

Na estruturação do espaço urbano de Macaé fica evidente a predominância da população de baixa renda no estuário do Rio Macaé, assentada em ocupações irregulares sobre faixas marginais de proteção, em áreas de risco ou de preservação ambiental.

Tal dinâmica urbana tem como efeito a segregação sócio espacial, que é uma das principais consequências da problemática apresentada nesse breve diagnóstico. Partindo desse olhar é possível construir novos cenários, como a formação de 'territórios marginalizados' e o surgimento de nichos de violência, com a apropriação desses territórios pelo poder paralelo. Nessas áreas a população permanece desassistida, pois há dificuldade de inserção das políticas públicas. Se os serviços públicos não chegam, surgem as doenças relacionadas à falta de infraestrutura, sobrecarregando o sistema público de saúde. Sem atendimento por serviços não há cobrança de IPTU, acarretando em perda de receita para o Município.

Por fim, porém não menos importante, a população segregada não cria vínculos com o território e a cidade fica sem identidade. Desassistida e morando mal, muitas famílias permanecem sujeitas às ações do poder paralelo e vulneráveis à violência urbana, que apresenta índices cada vez mais elevados. Em casos extremos, vão para as ruas e passam a depender integralmente de assistência pública.

PLANO ESTRATÉGICO

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|---|--|
| Famílias sem acesso à moradia digna | Garantir o acesso à moradia digna, especialmente para a população de 0 a 5 s.m. |
| Formação de assentamentos urbanos precários | Coibir a formação de assentamentos urbanos precários |

ODS E POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

ODS 10 – Redução das desigualdades e ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis

Avaliação Rápida Integrada RIA do PPA 2018-2021

"No que tange ao ODS 10, 100% das metas foram alinhadas. Deve-se considerar que ações voltadas a essa temática diminuem a vulnerabilidade e a desigualdade social da população, gerando reflexos em outras áreas, como a violência urbana, a igualdade de gênero, o emprego e renda etc."

"Por fim, o ODS 11, apresentou um percentual de alinhamento alto (89%), resultado bastante relevante, considerando que Macaé é um município predominantemente urbano e com tendência de crescimento dessa população."

Em contraponto, uma breve análise da implementação do PLHIS:

Foram identificados dezenove assentamentos precários, sendo quinze classificados como CONSOLIDÁVEIS, ou seja, passíveis de urbanização com regularização fundiária e quatro NÃO CONSOLIDÁVEIS, onde todas as famílias deveriam ser reassentadas para novos empreendimentos habitacionais;

Ao longo dos últimos doze anos, desde a aprovação da lei 3703/2011 que instituiu o PLHIS, o Poder Público Local realizou obras de urbanização em três assentamentos precários consolidáveis, porém ainda sem conclusão, elaborou plano e projetos de urbanização para uma ZEIS e, recentemente, avançou no processo de regularização fundiária para duas áreas;

Dentre as zonas não consolidáveis pode-se destacar a atuação em uma, em que 70% das famílias foram reassentadas e os imóveis demolidos;

Houve a mudança de classificação de uma área 'não consolidável' para 'consolidável', cujo processo para realização das obras de urbanização está em tramitação pela Secretaria Adjunta de Obras em parceria com o Governo do Estado;

No âmbito da produção habitacional não consta no PLHIS a experiência do Município na construção de 2.208 unidades através do PMCMV. O projeto foi executado nos limites dos loteamentos Bosque Azul I, II e III, área pública destinada a esse fim localizada no bairro da Ajuda, dando origem ao Conjunto Habitacional Prefeito Carlos Emir, que foi concluído em 2016. Ao Município coube a doação da área e a indicação da demanda, enquanto ao Banco do Brasil cabia a responsabilidade pela gestão financeira do Programa. Assim, o Município é o agente que intermedia a relação do beneficiário com o BB, no entanto, é o banco que efetivamente insere o beneficiário no Programa, tornando-o um mutuário através de contrato de financiamento firmado entre as partes.



Na contramão de países como os EUA e a África do Sul, no Brasil nunca fora estabelecido um regime legal de segregação da população negra pelos séculos de negação de seus direitos. Ao mesmo tempo em que isso pode ser considerado, para alguns analistas, como prova de que o Brasil é um exemplo de integração racial, certamente mostra que a mistura de raças, mais frequente do que em outros lugares, foi usada como argumento-chave para a construção de uma teoria social mítica que mais tarde se transformou em uma ideologia: a da democracia racial.

O mito da democracia racial, que ainda perdura no subconsciente da população brasileira, foi criado na década de 1930 e constituiu o que as pessoas acreditavam ser um avanço sociológico, mas que apenas consolidou o próprio "racismo científico", crença pseudocientífica de que existem categorias raciais e raças hierarquicamente inferiores e superiores.

Hoje, o que se vivencia no dia-a-dia e o que se vê refletido nas políticas públicas, é o reconhecimento do povo preto na construção do país, porém, ainda subalterno nos espaços de ocupação da sociedade. E quando o racismo e as desigualdades sociais decorrentes dele não são revelados ou discutidos, a sociedade permanece adormecida, repetindo as afirmações de que o problema não é o racismo, mas a pobreza, e que as desigualdades não são raciais, mas apenas sociais.

Sabe-se, no entanto, por meio de dados e estudos quali-quantitativos, que o racismo é um dos principais fatores estruturantes das injustiças sociais que afligem a sociedade brasileira e, assim sendo, a chave para entender as desigualdades sociais que insistem em envergonhar nosso país.

As lacunas inaceitáveis que ainda separam pretos e brancos no século XXI podem ser sentidas no microcosmo das relações interpessoais cotidianas e se refletem nos acessos a bens e serviços, ao mercado de trabalho, ao ensino superior e aos direitos civis, sociais e econômicos. Portanto, como ponto de partida, procurou-se discutir, neste documento, os vieses considerados de maior urgência para a presente gestão, no que se refere aos assuntos de promoção da igualdade racial: desigualdade racial no cotidiano da gestão, racismo na sociedade macaense, racismo na escola e alto índice de jovens como vítima da violência.

ANÁLISE SITUACIONAL DOS PROBLEMAS DA CIDADE NA PERSPECTIVA INTERSETORIAL

DESIGUALDADE RACIAL NO COTIDIANO DA GESTÃO

Ainda que se possa encontrar um número crescente de pretos e pretas na gestão da cidade de Macaé, ainda há desigualdade racial no cotidiano da gestão. O estudo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, desenvolvido pelo IBGE, mostra que gestores pretos são minoria no Poder Legislativo, ocupando 37% dos cargos da câmara dos deputados e 32,9% dos cargos da assembleia legislativa estadual / distrital em 2021. Sabe-se, no entanto, que a representação é fundamental para a construção de debates e projetos que diminuam a desigualdade na cidade e no país, com a prática inclusiva de pessoas qualificadas de etnia afrodescendente em cargos de chefia e gestão.

RACISMO NA SOCIEDADE MACAENSE

Nos últimos anos, os casos de racismo na cidade de Macaé se fizeram presente de forma marcante, revelando o apagão pós pandêmico das conquistas de políticas públicas no enfrentamento ao racismo. Houve, inclusive, casos de racismo populares contra servidores do prédio onde abriga o Executivo.

No contexto dessas disparidades, o tema racial é muito relevante, uma vez que as oportunidades

não são igualitárias ou equitativas para brancos, negros e pardos. Além disso, o tratamento desnivelado entre homens, mulheres, pessoas trans e demais identidades de gênero também ocasiona a desigualdade social.

RACISMO NA ESCOLA

As questões das relações étnicos raciais no âmbito escolar de Macaé, não diferente das demais escolas pelo país, são enfrentamento diário e responsabilidade de todas e todos que desejam e lutam por uma sociedade que priorize uma cultura de paz e harmonia entre suas cidadãs e cidadãos.

O racismo ainda é um problema pouco assumido na sociedade brasileira. Muita gente diz: Aqui na minha escola ele não existe! Ou: Aqui a gente não vê racismo! Porém, as estatísticas oficiais e diversas situações cotidianas dizem o contrário: o racismo existe, está presente entre nós (CARREIRA; SOUZA, 2013, p.6)

A Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, tornando obrigatória a inclusão no currículo da Rede de Ensino da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", completa duas décadas, e é um marco no combate ao racismo nas escolas. Porém, ainda se faz necessário a reeducação de nossos olhares, ouvidos e atitudes para reconhecer e atuar para superar o racismo e outras discriminações presentes na sociedade e nas escolas.

Considerando o período pandêmico no mundo o enfrentamento contra o racismo ficou ainda mais necessário e urgente.

A escola pode promover a igualdade racial trabalhando a sensibilização social sobre contextos culturais diversos, integrando-os e aproximando-os dos sujeitos sociais e sabe-se que as educadoras e educadores têm papel fundamental no que se refere ao combate ao preconceito racial, pois, como agente mediador, tem o poder de intervir ao presenciar formas de discriminação na escola.

Existem, nas escolas públicas de Macaé, projetos relevantes como "Fala Jovem" e "Ciranda de papo e memória". Os programas têm o intuito de criar conexões entre alunos, direção escolar e os pais. Além de constar no currículo escolar a contação da própria história afro-brasileira nas escolas públicas e particulares.

Os conteúdos escolares são fundamentais para construir e desconstruir mentalidades, discursos e conhecimentos dentre jovens, educadores e pais e, assim sendo, a utilização de conteúdos e métodos favoráveis à igualdade racial no dia-a-dia escolar, de maneira contínua e sistematizada, modifica toda uma geração e forma cidadãos críticos.

Ainda é recente na cidade de Macaé a lei que dispõe do Estatuto Municipal de Promoção da Igualdade Racial de nº 4.942/2022, sancionada pelo prefeito Welberth. O documento, que tem como objetivo a superação do preconceito, da discriminação e das desigualdades raciais em todas as esferas e a orientação das políticas públicas, programas e ações a serem implementadas em Macaé estão sendo realizadas com afinco por esta Secretaria e é necessária a contínua pesquisa para a realização de dados estatísticos resultantes das ações tomadas no dia-a-dia da cidade e no âmbito das políticas públicas.

Enfrentar, combater, propor projetos, criar alternativas que visem amenizar e ou acabar com essa prática hedionda que é o racismo é uma tarefa de todos os que almejam a vida em uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária no município de Macaé, nos próximos 20 anos e, para tanto, se faz necessário o contínuo acompanhamento de dados e estudos de caso, para maior contribuição à bibliografia já existente, a fim de se obter, de forma organizada, dados reais e relevantes no que se refere à igualdade racial.

PLANO ESTRATÉGICO

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|---|
| Desigualdade racial no cotidiano da gestão | Garantir a representatividade da população negra com acesso aos cargos de chefia, poder e gerenciamento da administração pública |
| Racismo na sociedade macaense | Erradicar o racismo estrutural na sociedade macaense de forma a torna-la "Cidade Antirracista" nos moldes da tendência das políticas nacionais, tendo em vista a inocorrência de episódios racistas na rotina da população seja em qualquer esfera |
| Racismo na escola | Construir nas escolas, uma cultura de paz e antirracista, com respeito à pluralidade e diversidade étnico-racial, eliminando de uma vez todas as formas de preconceito racial, racismo, injúria racial e intolerância religiosa |

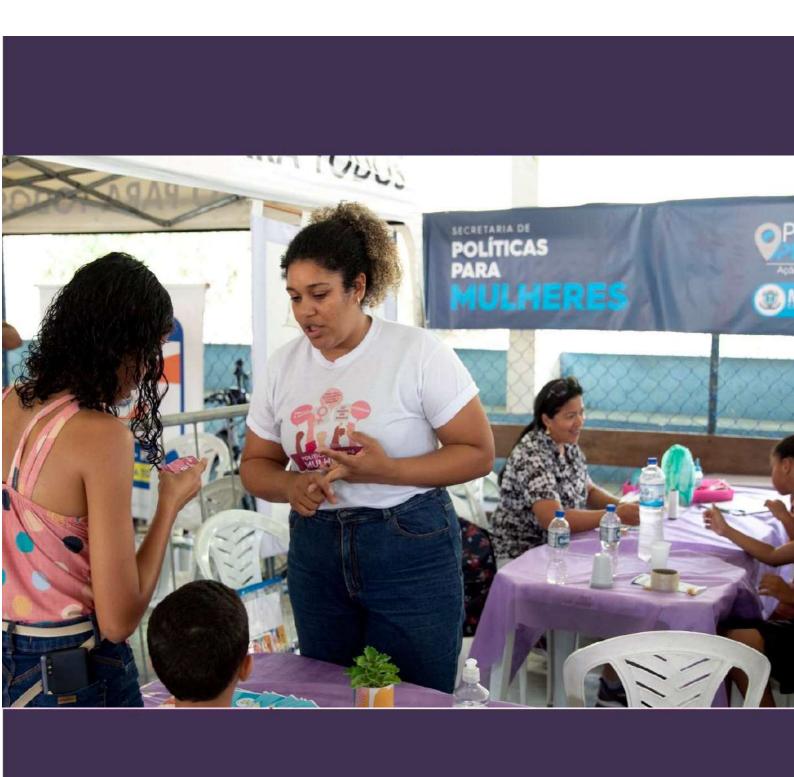
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Lei nº 10.639, de 9 janeiro 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em 12 abr 2023.

CARREIRA, D.; SOUZA, A. Indicadores da qualidade na educação: relações raciais na escola. São Paulo: Ação Educativa, 2013.

CICONELLO, A. The challenge of eliminating racism in Brazil: the new institucional framework for fighting racial inequality. The challenge of eliminating racism in Brazil From Poverty to Power. Oxfam Digital Repository, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, 2ª ed, 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais- por-cor-ou-raca.html?=&t=resultados. Acesso em 12 abr 2023.



TEMA CENTRAL: CRIAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E PROMOÇÃO DE POLÍTICAS

PÚBLICAS PARA AS MULHERES

A Secretaria Municipal de Política para as Mulheres (SEMPOM) foi instituída em 2022, por meio da Lei Complementar municipal n. 309/2022, com o objetivo de elaborar e executar políticas públicas para as mulheres no município de Macaé. Dentre suas atribuições destacamos as seguintes, segundo os respectivos incisos de seu art. 127-A:

I – Articular com diferentes órgãos das três esferas do governo e entidades da sociedade civil, com o objetivo de assegurar a implementação do Plano de Políticas para as Mulheres;

III – Coordenar a formação e a articulação das Redes de Serviços de Atendimento às Mulheres;

VI – Acompanhar a implantação e a institucionalização das políticas públicas para as mulheres nos respectivos órgãos locais que as executam;

VII – Articular de forma integrada e transversal as políticas para as mulheres;

VIII – Atuar como organismo interlocutor das demandas sociais, econômicas, políticas e culturais das mulheres.

Além disso, conforme a mesma legislação, estão sob gestão da Secretaria os seguintes equipamentos: Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) Pérola Bichara Benjamim; e o Espaço Mulher Cidadã Erosita França Leclerc. O primeiro atua diretamente no enfrentamento às violências contra a mulher, especialmente a doméstica e familiar, sendo composto por coordenação, equipe técnica multidisciplinar (psicologia, serviço social e jurídico) e equipe administrativa; o segundo é voltado à qualificação e profissionalização de mulheres, bem como ao fortalecimento de sua autonomia enquanto cidadã e promoção de seu bem-estar.

Está ainda vinculado à Secretaria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, formado por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada, de cunho deliberativo e fiscalizatório, voltado às questões e interesses envolvendo mulheres no município.

Por fim, mencionamos a coordenação da Patrulha Maria da Penha, da Guarda Civil Municipal, que é exercida pela Secretaria de Ordem Pública em parceria com a atual Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, segundo a Lei municipal n. 4.350/2017, e cujas competências estão ali estipuladas.

Assim, pela natureza das atribuições da SEMPOM, podemos destacar que, quase na sua integralidade, a Secretaria executa um trabalho intersetorial, com forte busca por articulação entre setores e pela complementaridade de ações, buscando um olhar para a totalidade das manifestações das questões sociais atinentes às mulheres, notadamente as cidadãs que demandam atendimento.

Desse modo, um primeiro problema a ser apontado enquanto desafio ao serviço da SEMPOM, seria o do fortalecimento de uma gestão apoiada na transversalidade, uma vez que necessária a reorganização das políticas públicas da totalidade de setores e instituições com vistas a incorporarem a perspectiva de gênero, de modo que a ação do Estado como um todo seja a base da política para as mulheres - e não apenas a atuação de órgãos específicos.

Um segundo problema que identificamos como base central das demandas relativas aos lugares e necessidades da mulher na sociedade, é o problema da desigualdade de gênero, que se perpetua ao longo de séculos, de modo a estruturar o funcionamento de nossa sociedade e seus sistemas, reverberando de várias formas no cotidiano das mulheres.

Passamos, agora, à descrição de problemas específicos, pontuando, ainda, alguns indicadores a estes relacionados.

Segundo o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) referente à Igualdade de Gênero assinala que, em Macaé, três indicadores se direcionam à questão do enfrentamento das desigualdades de gênero.

(1) O primeiro indicador expressivo apontado pelo índice é a "Diferença percentual entre jovens mulheres e homens que não estudam e nem trabalham". A diferença em Macaé é 13,84 pontos percentuais, enquanto a meta indicada é 1 ponto.

Nesse sentido, pontuamos os seguintes problemas, que consideramos poderem ter relação com o indicador em questão, de acordo com o identificado a partir da atuação das equipes técnicas de nossos equipamentos e da gestão de nossa Secretaria: a necessidade de ampliação da oferta de recursos de educação para elevação de escolaridade e inserção no mercado de trabalho, como cursos profissionalizantes e o próprio acesso à Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade de gênero (como aquelas vítimas de violência doméstica e familiar, necessitadas de autonomia financeira para quebra do ciclo de violência) e/ou socioeconômica; aliado, ainda, ao problema da baixa disponibilização de vagas em creches e escolas em tempo integral.

- (2) Em complementação ao primeiro indicador, temos o segundo, que é: "Desigualdade de salário por sexo". Este indicador mostra que a razão de rendimento médio real das mulheres sobre o rendimento médio real dos homens é 0,47, enquanto que a meta a ser alcançada é 0,9. Quanto a isso, também a partir de nossa atuação e experiências enquanto Secretaria, apontamos: que há uma necessidade de que se desenvolva ações para inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho, especialmente no que diz respeito a profissões de mais difícil acesso por questão de gênero, classe e raça, com o objetivo de diminuir a diferença de rendimentos. Soma-se a isto a problemática de formalização do trabalho entre as mulheres, seja no que diz respeito a empreendimentos próprios, trabalho autônomo ou emprego, para consequente reforço da garantia de direitos.
- (3) O terceiro indicador destacado é a "Taxa de feminicídio" no município. Esta taxa está em 14,06 por 100 mil mulheres, a meta é atingir 1 ponto. Este indicador nos leva ao grande tema do enfrentamento à violência contra a mulher.

Acerca desta temática, apontamos alguns projetos e serviços hoje mantidos ou em vias de

funcionamento pela e/ou com participação da SEMPOM e seus equipamentos, quais sejam: Salas Lilás; disponibilidade de acolhimento provisório institucional para mulheres vítimas de violência; CEAM Descentralizado.

A principal estratégia para o enfrentamento da violência é a consolidação da Rede de Proteção à Mulher. Hoje, no município, temos o funcionamento de duas Salas Lilás, projeto que visa ter equipes multidisciplinares em unidades de saúde ou de segurança voltadas ao atendimento qualificado e humanizado às mulheres vítimas de violência. O objetivo é garantir o acolhimento, a escuta qualificada e a implantação de fluxo e protocolos de funcionamento para condução das necessidades da mulher acolhida, seja no interior das unidades, seja na interligação junto a outros serviços municipais, como as próprias Patrulhas Maria da Penha da Guarda Civil e da Polícia Militar, e o CEAM.

Essas salas estão hoje localizadas no Hospital Público Municipal (HPM) e HPM Serra, que são ligados à Secretaria Adjunta de Alta e Média Complexidade. O ideal seria, ainda, a ampliação do projeto para outras unidades de Saúde e para o Instituto Médico-Legal da região, que atende ao município de Macaé e cidades do entorno. Os problemas aqui identificados são: a necessidade de consolidação dos referidos fluxo e protocolos de funcionamento da Rede de Proteção à Mulher, de forma que as equipes envolvidas estejam qualificadas ao atendimento dessa demanda específica; e que a comunicação entre órgãos e unidades envolvidas seja fluida e consolidada, especialmente em horários não comerciais e em situações emergenciais de necessidade de abrigamento da mulher vítima; bem como a disponibilidade de efetivo municipal e recursos materiais (tais quais automóveis para deslocamento dessas mulheres) que deem efetividade ao funcionamento do fluxo da Rede em questão.

Segundo dados informados pela Secretaria de Ordem Pública, em reunião em janeiro de 2023 (dois mil e vinte e três), o Programa Patrulha Maria da Penha conta hoje com 22 (vinte e dois) guardas municipais, que trabalham em regime de plantão com cerca de 03 (três) patrulheiros por dia, com a utilização de uma só viatura. A equipe monitora mais de 200 (duzentas) medidas protetivas e atende as ligações de emergência, ficando ilustrado que é um desafio para o efetivo atender às demandas apresentadas - gerando uma sobrecarga ou, por vezes, inviabilidade de atender, por exemplo, a uma demanda de monitoramento junto ao atendimento de uma ocorrência; ou à necessidade de deslocamento de uma mulher para abrigamento em paralelo ao atendimento de uma ocorrência.

Além disso, a disponibilidade de equipe da Ordem Pública (e citamos aqui não apenas a Patrulha, mas as equipes da Guarda em geral) também dificulta a efetiva implantação do acolhimento provisório institucional às mulheres vítimas de violência, visto a dificuldade atual de garantir o guarnecimento do local de acolhimento, apesar de já haver sido viabilizado o local para tanto no âmbito de nosso município.

Ainda, dentro da mesma temática, salientamos o problema de acesso de mulheres residentes em comunidades e na Serra de Macaé à Rede em questão - desafio que se tem buscado enfrentar por meio da disponibilização de Sala(s) Lilá(s) ou mesmo pelo projeto CEAM Descentralizado, que diz respeito à presença de uma ou mais representantes da equipe técnica do CEAM para atendimento quinzenal ou mensal em espaços de outros equipamentos públicos.

(4) Ademais, no que diz respeito a demandas de saúde, vale ressaltar a necessidade de consolidação da rede de atendimento à mulher expandindo para unidades de pronto atendimento além das citadas e para a Atenção Básica, incluso saúde mental, estreitando o contato entre equipes técnicas e formalizando fluxos de atendimento para o cuidado integral às mulheres no município.

Queremos destacar que no Índice de Desenvolvimento Sustentável, no objetivo Saúde e Bem Estar, em nenhum dos indicadores é citada a ausência de um fluxo de atendimento consolidado para consultas e exames da saúde da mulher. Esta situação é citada no site do Índice, onde se informa que não ter sido possível cobrir todas as dimensões dos objetivos desejados por falta de dados, entre elas a questão da acessibilidade aos serviços de saúde.

Apontamos essa questão como importante, porque, apesar de o Município, no Plano Municipal de Saúde (2022-2025), fazer constar o Programa Saúde da Mulher, observamos que na parte I, inciso II, sobre Redes de Atenção à Saúde, não foi priorizada a questão da mulher nas redes temáticas, não havendo, inclusive, menção à consolidação de um fluxo referente ao atendimento à mulher em situação de violência. Por outro lado, na Programação Anual de Saúde, exercício 2023, há um detalhamento de ações que carecem de implementação voltadas para o público feminino, concernentes à ampliação e aperfeiçoamento das ações no sentido de melhorar e tornar mais eficiente o atendimento à saúde da mulher.

Ademais, notou-se, tanto no Plano, quanto na Programação Anual, a ausência de menção à expressão "violência obstétrica", apesar de constarem ações voltadas à humanização do parto.

Por fim, queremos demonstrar que há muitos desafios quanto ao enfrentamento à desigualdade de gênero e, neste breve texto, apenas apontamos as situações prioritárias, de acordo com os indicadores apresentados no Índice de Desenvolvimento Sustentável. Para transformação de tal realidade, é necessário pensar a política pública de forma intersetorial, para se atingir as metas estabelecidas e alcançar resultados abrangentes e complementares.

PLANO ESTRATÉGICO

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|--|
| Altas taxas de desemprego entre mulheres, especialmente em situação de vulnerabilidade | Criar oportunidades para atender as mulheres buscando o seu empoderamento para autoconhecimento e autonomia, principalmente sua independência econômica. |
| Violência contra a mulher | Atender e acompanhar mulheres vítimas de vítimas de violência, assim como ações de prevenção da violência |
| Dificuldade no acesso aos serviços de saúde | Saúde e bem estar da mulher |



As iniciativas de ofertas de cursos de qualificação e capacitação profissional representam uma das formas mais efetiva de um Governo municipal atuar no desenvolvimento econômico local, já que é um dos caminhos para a retomada da economia e para o fortalecimento da empregabilidade, da geração de renda e, consequentemente, de inclusão social sustentável.

Por esta razão, cada vez mais tem sido evidenciada a necessidade investimento público e privado em estruturas que viabilizem a profissionalização de um novo capital humano, preparado para acelerar o desenvolvimento econômico e social da cidade.

Historicamente, o Município de Macaé desenvolveu várias ações no sentido de contribuir para oferta de cursos de qualificação profissional a seus munícipes. Abaixo, relacionamos o marco legal:

i. Criação do Centro de Educação Tecnológica e Profissional de Macaé, designado pela sigla CETEP, autarquia criada pelo artigo 40 da Lei nº 1.997/99, como ramificação da Fundação Educacional de Macaé – FUNEMAC, com a finalidade de suprir a demanda de mão-de-obra qualificada, necessária a produtividade do Município de Macaé, no mercado de trabalho.

A Lei nº 2.936/2007, desvincula o CETEP da FUNEMAC, que passa a integrar a estrutura da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia.

- ii. A Lei nº 3.029/2008, dispõe sobre a regulamentação do CETEP, constituiu entidade de direito público de natureza autárquica, com personalidade jurídica própria, dotada de patrimônio e autonomia jurídica e financeira.
- iii. § 3º, Artigo 91 da LC nº 238/2015, transforma o CETEP na Agência de Trabalho, Emprego, Educação Profissional e Renda AGETRAB.
- iv. A Lei nº 4.104/2015, regulamenta a Agência de Trabalho, Emprego, Educação Profissional e Renda − AGETRAB.
- v. O artigo 74 da Lei Complementar nº 256/2016, transfere as atividades de ensino do antigo CETEP (AGETRAB) para a Secretaria Municipal Adjunta de Qualificação Profissional SMAQP.

Porém, não podemos nos furtar de registrar o "retrocesso", no campo do desenvolvimento da Qualificação Profissional no Município de Macaé, gerado pela Lei Complementar nº 256/2016 de 31/12/2016 (Dispõe sobre a reestruturação na Administração Pública Municipal e dá outras providências), lei que transformou uma autarquia (AGETRAB) em Secretaria Municipal Adjunta de Qualificação Profissional.

Como autarquia municipal, a AGETRAB vinha atuando de forma efetiva para suprir a demanda por mão de obra qualificada na região, através de parcerias com empresas da Indústria de Óleo e Gás, obtendo, inclusive, aporte financeiro para custeio (compartilhamento do custeio) dos cursos de qualificação (Ex.: Programa de Desenvolvimento de Macaé e Região – PRODESMAR).

Sendo mais específico, o modelo atual (LC 256/2016), limitou o campo de atuação da SMAQP, direcionou todo o ônus do custeio para o Município, gerando dificuldade para contratação de corpo docente e, consequentemente, limitou a oferta de cursos de qualificação profissional.

Tecnicamente, para este tipo de atividade (oferta de cursos de qualificação profissional), o modelo autárquico possibilita maior agilidade e autonomia operacional ao poder público, além disso, possibilita captação de recursos públicos e privados, nacionais e internacionais, permitindo maior desoneração financeira do Município.

Abaixo apresentamos um comparativo dos modelos jurídicos:

| Autarquia | Fundação Pública de Direito Público | Secretaria Municipal Adjunta |
|--|---|--|
| Criada por Lei Específica | Autorizada em Lei | Lei da Administração Direta |
| Autonomia Jurídica | Autonomia Jurídica | Não Existe |
| Autonomia Administrativa e Financeira | Autonomia Administrativa e Financeira | Não Existe |
| Executar atividades nas áreas de pesquisa de qualificação e requalificação profissional. | Executar atividades nas áreas de pesquisa de qualificação e requalificação profissional e estabelecer programas para concessão de bolsas | Não |
| Firmar Convênios c/ Órgão Públicos | Firmar Convênios c/ Órgão Públicos | Convênios através do Município |
| Firmar Parceria com Iniciativa Privada | Firmar Parceria com Iniciativa Privada | Através do Município |
| Desenvolver Serviços | Desenvolver e Comercializar Produtos e Serviços | Não |
| Cobrar, receber e remunerar e ser remunerado por serviços prestados | Cobrar, receber, remunerar e ser remunerado por serviços prestados | Não |
| Captar recursos diretamente nas esferas públicas e privada | Captar recursos diretamente nas esferas públicas e privada. | Captar recursos nas esferas públicas através do Município |
| Desoneração Orçamentaria e Financeira do Município – Sustentabilidade | Desoneração Orçamentaria e Financeira do Município – Sustentabilidade | Dependência Orçamentária e Financeira do Município |
| Maior abrangência nos níveis de cursos ofertados | Maior abrangência nos níveis de cursos ofertados | Restrição nos níveis de cursos Ofertados (Cursos Básico) |

A revitalização dos campos maduros nos próximos anos por meio do PROMAR (Programa de Revitalização e Incentivo à Produção de Campos Marítimos) e a base Benedicto Lacerda no Terminal Cabiúnas devolvem à região a perspectiva de promover dignidade e qualidade de vida à população através de mais de 200 mil empregos que serão gerados pela operação a longo prazo.

A nova dinâmica da economia local, impulsionada pelos projetos de transformação do gás natural em energia, garante a Macaé a referência em investimentos e expertise para o Parque Térmico Sudeste, com o processamento do gás natural e as novas termelétricas, a rota 5, a rota 2 com o projeto rota cabiúnas.

Nesse contexto, os cursos de qualificação e capacitação profissional que o mercado macaense exige vão além dos cursos livres, hoje ministrados pela Secretaria Adjunta de Qualificação Profissional tais como: cabeleireiro, auxiliar de análises clínicas, auxiliar administrativo, auxiliar de saúde bucal, logística, etc., sendo necessário avançarmos para cursos nas áreas de mecânica, elétrica, hidráulica, caldeiraria, solda, pintura industrial, segurança do trabalho, TI, dentre outras.

Logo, a necessidade de concentrar esforços e investimentos na criação de em uma nova estrutura jurídica, com instalações físicas adequadas, infraestrutura tecnológica e projeto pedagógico voltado para a oferta de cursos de qualificação profissional, alinhados as demandas e as tendências de mercado das diversas áreas econômicas atuantes no Município (comércio, indústria, serviços, etc.), torna-se imperativa, pois certamente contribuirá, não só, para reduzir o déficit de qualificação dos munícipes que buscam emprego formal, mas também, para a criação dos pequenos e médios negócios que proporcione geração de emprego e renda.

PLANO ESTRATÉGICO

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|---|---|
| Limitação jurídica, administrativa e financeira para o desenvolvimento e operacionalização de infraestrutura que permita oferecer cursos técnicos de qualificação profissional, alinhados com as reais demandas dos setores econômicos atuantes em Macaé. | Universalizar o acesso, ampliar a variedade e as modalidades de oferta de cursos de qualificação técnica-profissional (Presencial e EAD). |



A Secretaria Municipal de Saúde, gestora do Sistema Único de Saúde no Município, é responsável pela formulação e implantação de políticas, programas e projetos que visam promover, proteger e recuperar a saúde da população, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 256 de 29 de dezembro de 2016.

Assim, a partir dos estudos levantados no processo de elaboração do Plano Municipal de Saúde (2022-2025) e dos indicadores atualizados e monitorados pela atual Gestão, apresentaremos uma análise do perfil populacional, da estrutura da Rede de Atenção à Saúde — RAS do Município, dos problemas de saúde existentes e os desafios enfrentados no território para a construção do presente Diagnóstico e as perspectivas futuras.

A Secretaria Municipal de Saúde, gestora do Sistema Único de Saúde no Município, é responsável pela formulação e implantação de políticas, programas e projetos que visam promover, proteger e recuperar a saúde da população, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 256 de 29 de dezembro de 2016.

Desta forma, com base nessa atribuição, esta Secretaria definiu, por meio da Portaria GAB/SMS nº 130/2022, a Missão, Visão e Valores desta Pasta, quais sejam:

"Missão: Oferecer serviços públicos de promoção de saúde, prevenção, tratamento, reabilitação e controle de doenças e agravos para proporcionar mais qualidade de vida para a população macaense, por meio do acesso universal, igualitário, na busca constante pela redução das desigualdades sociais, morbimortalidades, vulnerabilidades e dos vazios sanitários, bem como pelo fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde de forma intersetorial e regionalizada; Visão: Ser reconhecida por promover saúde pública de qualidade, transparente, tempestiva, acolhedora e eficiente aos cidadãos; e

Valores: Universalidade, equidade, integralidade, humanização, sustentabilidade, legalidade, impessoalidade, moralidade, ética, publicidade, transparência, celeridade e eficiência."

Cabe mencionar que os instrumentos de planejamento para definição e implementação de todas as iniciativas no âmbito da saúde da gestão do SUS no Município estão explicitados no Plano Municipal de Saúde para o período de 20222025, conforme preconiza a legislação, em que destacamos: O artigo 3º da Portaria Ministerial nº 2135/2013; A Lei Federal nº 8.080/1990 Lei Orgânica da Saúde, a qual dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, em especial quanto à necessidade de elaboração e atualização periódica do plano de saúde; A Lei Federal nº 8.142/1990, que trata sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e da vinculação da existência de PMS para recebimento das transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde; O Decreto Federal nº 1232/1994, que também condiciona (entre outros) a efetivação das transferências de recursos a existência de PMS aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde; A Lei Complementar Federal nº 141/2012, a qual define que serão consideradas como despesas com ações e serviços públicos de saúde, para fins de apuração da aplicação dos recursos mínimos, aquelas voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde que atendam, simultaneamente, aos princípios estatuídos no art. 70 da Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, e, entre outras, que estejam em conformidade com objetivos e metas explicitados nos Planos de Saúde de cada ente da Federação; e a Portaria MS/GM nº 3992/2017, que aborda sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, em especial sobre a mudança nos blocos de financiamento e determinação de que os recursos que compõem cada Bloco devem ser aplicados em ações e serviços públicos de saúde relacionados ao próprio bloco, devendo ser observado o estabelecido no Plano de Saúde e na Programação Anual do Município que foram submetidos ao respectivo Conselho de Saúde.

Assim, a partir dos estudos levantados no processo de elaboração do Plano Municipal de Saúde (2022-2025) e dos indicadores atualizados e monitorados pela atual Gestão, apresentaremos uma análise populacional, da estrutura da Rede de Atenção à Saúde – RAS do Município, os problemas de saúde existentes e os desafios enfrentados no território.

Inicialmente, destacamos que o conhecimento da cota populacional e sua distribuição auxiliam no planejamento e avaliação das políticas públicas relacionadas à saúde, educação, trabalho e assistência social. Dessa forma, sinalizamos que o Brasil sofreu uma mudança nesse padrão demográfico devido à redução dos níveis de fertilidade e ao aumento da expectativa de vida ao nascer. Por outro lado, a população com mais de 60 anos mostrou tendência a crescer. A população foi estimada pelo IBGE, ano a ano, da seguinte forma para Macaé: 224.442 (2013), 229.619 (2014), 234.630 (2015), 239.471 (2016), 244.139 (2017), 251.631 (2018), 256.672 (2019), 261.501 (2020) e 266.136 (2021) habitantes.

A população é predominantemente urbana e a maioria tem entre 30 e 39 anos, seguida pela faixa etária de 20 a 29 anos, observa-se a mesma tendência do ano anterior. Como resultado do envelhecimento da população e do aumento da expectativa de vida, há também um aumento nas doenças crônicas.

A questão econômica deve ser levada em consideração pois parte dos royalties arrecadados com a produção do petróleo, além de impostos como IPTU e ISS formam o orçamento. Desse modo, com o reaquecimento da economia e aumento do valor do barril do petróleo, verificamos novamente um aumento populacional e da economia do ramo imobiliário, o que demonstra o crescimento novamente da população sediada no município, bem como a população flutuante, bem reduzida entre os anos de 2014 a 2016.

Também é perceptível que, com a mudança do perfil socioeconômico impactado pelo desaquecimento da economia nestes anos, o número de profissionais liberais, subempregos e população jovem entre moradores de rua, aumenta. Fato que pode representar um desafio para a gestão municipal devido a possibilidade de pressão por maior demanda de serviços de saúde.

Em relação ao investimento público na área da saúde, Macaé tem aplicado em saúde mais do que é preconizado pela Lei Complementar Federal nº 141/2012, que estabelece 15% de recursos mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde com recursos próprios. Observa-se que, ao longo dos últimos 5 anos os valores permanecem acima do dobro do valor mínimo estimado constitucionalmente, quais sejam:

| 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|--------|--------|--------|--------|--------|
| 31,69% | 37,15% | 39,28% | 35,79% | 37,60% |

Fonte: SIOPS

Além disso, em relação ao total de despesas empenhadas pelo Município, a função "saúde" tem sido a área com maior representatividade na execução, conforme relatórios de Prestação de Contas Municipal, os quais estão demonstrados abaixo:

| Ano | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Empenhado com saúde (r\$) | 530.936.767,78 | 606.184.807,94 | 648.985.177,89 | 656.455.103,49 | 794.839.559,88 |
| Percentual em Relação ao Total de gastos | 27,56% | 28.14% | 29,53% | 29,82% | 28,37% |

Prestação de Contas – TCE/RJ.

Estabelecer um perfil demográfico e epidemiológico para a população ainda impõe um desafio na oferta de serviços de todos os níveis de complexidade. Com uma população com mais de 260 mil habitantes e uma pandemia que parece já ter passado seu pior momento, mas que continua o seu curso, sendo imprevisível todas as implicações que poderão impactar a saúde humana.

População estimada por sexo e faixa etária, Macaé – 2021

| Faixa etária | Feminino | Masculino | Total |
|---------------------------|----------|-----------|---------|
| Total | 132.445 | 133.691 | 266.136 |
| 0 a 4 anos | 10.261 | 10.759 | 21.020 |
| 5 a 9 anos | 9.780 | 10.127 | 19.907 |
| 10 a 14 anos | 9.342 | 9.612 | 18.954 |
| 15 a 19 anos | 9.720 | 9.971 | 19.691 |
| 20 a 29 anos | 22.654 | 23.859 | 46.513 |
| 30 a 39 anos | 23.891 | 25.380 | 49.271 |
| 40 a 49 anos | 18.231 | 18.931 | 37.162 |
| 50 a 59 anos | 13.444 | 12.440 | 25.884 |
| 60 a 69 anos | 9.048 | 8.244 | 17.292 |
| 70 a 79 anos 80 anos e | 4.135 | 3.244 | 7.379 |
| mais | 1.939 | 1.124 | 3.063 |

Fonte: 2016 a 2021: Estimativas preliminares efetuadas pela Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, a partir das Estimativas segundo o IBGE/TCU. Não há dados disponíveis da população estimada para 2022.

Analisando o perfil de mortalidade no Município, observou um aumento de 423% na mortalidade por doenças Infecciosas e Parasitárias, capítulo onde está classificado as doenças pelo Coronavírus, de 2019 para 2020, de 91% entre 2020 e 2021, e uma redução de 73% de 2021 para 2022, o que demonstra que nosso pior momento da pandemia foi entre os meses de março, abril e maio de 2021. E que, em 2021 tivemos um aumento no número de óbitos em gestantes, no parto ou no puerpério, o que não se refletiu em 2022, podendo ter sido reflexo da pandemia. Já em 2022, a principal causa de óbitos foram as Doenças do Aparelho Circulatório, seguido das Neoplasias e, em terceiro lugar, as causas externas.

Quadro: Mortalidade de residentes em Macaé, segundo o Capítulo do CID 10 da causa básica

| Causa (Cap CID10) | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|--|------|------|------|------|------|------|
| I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias | 74 | 82 | 62 | 324 | 618 | 167 |
| II. Neoplasias (tumores) | 190 | 208 | 226 | 226 | 233 | 247 |
| III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár | 9 | 9 | 4 | 5 | 4 | 6 |
| IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas | 68 | 65 | 74 | 98 | 73 | 84 |
| V. Transtornos mentais e comportamentais | 1 | 9 | 8 | 8 | 6 | 8 |
| VI. Doenças do sistema nervoso | 37 | 38 | 23 | 45 | 31 | 42 |
| VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| IX. Doenças do aparelho circulatório | 353 | 330 | 427 | 300 | 370 | 365 |
| X. Doenças do aparelho respiratório | 132 | 151 | 143 | 130 | 140 | 127 |
| XI. Doenças do aparelho digestivo | 50 | 59 | 63 | 62 | 70 | 77 |
| XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo | 7 | 10 | 11 | 7 | 9 | 8 |

| XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo | 3 | 8 | 8 | 5 | 8 | 3 |
|--|------|------|------|------|------|------|
| XIV. Doenças do aparelho geniturinário | 54 | 51 | 82 | 60 | 58 | 58 |
| XV. Gravidez parto e puerpério | 1 | 3 | 2 | 2 | 6 | 2 |
| XVI. Algumas afec originadas no período perinatal | 61 | 46 | 51 | 49 | 52 | 54 |
| XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas | 13 | 11 | 14 | 7 | 11 | 15 |
| XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat | 21 | 25 | 21 | 90 | 55 | 64 |
| XX. Causas externas de morbidade e mortalidade | 198 | 212 | 162 | 210 | 196 | 187 |
| Total | 1272 | 1317 | 1382 | 1628 | 1940 | 1514 |

Fonte: SIM/DIAD/Macaé, banco atualizado em 27/01/2023, dados sujeitos a revisão.

Sobre a estrutura municipal de Saúde de Macaé, esclarecemos que está organizada administrativa em: Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Adjunta de Atenção Básica e Secretaria Adjunta de Alta e Média Complexidade. Em que as unidades e dispositivos estão subordinados hierarquicamente conforme abaixo:

Secretaria Municipal de Saúde:

- Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria;
- Fundo Municipal de Saúde;
- Gestão de Bens Patrimoniais (Almoxarifado, Farmácia e Patrimônio);
- Núcleo de Educação Permanente;
- · Ouvidoria do SUS;
- Programa de Residência Médica (COREME);
- · Vigilância Sanitária; e
- Coordenações Administrativas / Técnicas:

Assessoria Jurídica, Análise e Procedimentos, Central de Cópias, Central de Pedidos, Contratos, Controle Interno, Convênios/Fomentos/Parcerias, Laboratório, Licitação, Planejamento, Protocolo, Recursos Humanos, Enfermagem, Manutenção Predial, T.I. e Transporte.

Secretaria Adjunta de Atenção Básica:

Coordenação de Atenção à Pessoa com Deficiência

Gerência de Atenção Básica

Coordenação de Atenção Básica

Unidades de Atenção Primária em Saúde (ESFs e UBSs):

- 33 Estabelecimentos de Estratégia Saúde da Família ESF, as quais estão compostas por 42 equipes de Saúde da Família (eSF), 15 equipes de Saúde Bucal (eSB) vinculadas à Coordenação de Odontologia, 1 equipe de Consultório de Rua do Tipo III (eCR) e 3 equipes de Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF.
- 06 Unidades Básicas de Saúde UBS, compostas por 08 equipes de Atenção Primária (eAP).
- 01 Centro de Saúde, composto por 04 equipes de Atenção Primária (eAP).
- 01 Estabelecimento físico do Programa Municipal de Imunização Casa da Vacina.

Coordenação Especial de Odontologia:

- 01 Unidade de Consultório Móvel;
- 52 Consultórios Odontológicos, os quais estão distribuídos conforme abaixo:
 - ➤ 06 no Centro de Especialidades Odontológicas CEO;
 - > 03 na Clínica de Odontopediatria;
 - > 03 Emergência 24 horas do Centro;
 - 26 nas Estratégias Saúde da Família e
 - ➤ 14 (quatorze) em Unidades de Saúde, UPAs e PS's diversos.

Coordenação de Atenção Especializada:

12 Unidades Especializadas, os quais estão distribuídas conforme abaixo:

- Casa da Criança;
- Centro de Atenção à Pessoa Idosa CAPI;
- Centro de Especialidades Dona Alba e Centro de Imagem (D. Alba);
- Centro de Reabilitação Dona Cid de Carvalho, Setor de Fisioterapia na UBS Barramares e Centro de Reabilitação Pós-Covid - C.A.R.P (Div. Fisioterapia e Reabilitação);
- Centro de Referência ao Adolescente CRA; ü Centro de Referência ao Diabético CRD; ü Estabelecimento físico do Programa IST/AIDS.
- Núcleo de Apoio Oncológico;
- Programa de Atenção Integral à Saúde do Idoso PAISI;
- Programa Municipal de Equoterapia;
- Polo de Prevenção e Tratamento de Lesões Cutâneas Casa do Curativo;
- Serviço de Atenção Domiciliar SAD.

Gerência de Saúde Mental:

- 03 Centros de Atenção Psicossocial:
 - CAPS AD Porto (Pessoas com sofrimento psíquico decorrente do uso de álcool e outras drogas);
 - CAPS Betinho (Adultos portadores de transtorno mental grave e persistente); e
 - CAPS Infanto-Juvenil (Crianças e adolescentes com intenso sofrimento psíquico decorrentes de transtornos mentais graves e persistentes)
- 02 Unidades com Serviços de Residência Terapêutica SRT;
- 01 Casa de Convivência.
- 01 Núcleo de Saúde Mental.
- 01 Equipe de Desinstitucionalização DESINS (Gerência de Saúde Mental).

Gerência de Atenção à Saúde da Mulher:

• Programa Integral de Atenção à Saúde da Mulher (Alba);

- Núcleo de Atenção à Mulher NUAM (Alba);
- Ambulatório LGBTQIA+ (Alba).
- Laboratório Municipal de Citopatologia.

Gerência de Alimentação e Nutrição:

- Ambulatório de Sobrepeso e Obesidade (Hotel de Deus);
- Coord. Alimentação e Nutrição CATAN (Casa da Criança);
- Programa de Fórmulas e Suplementos Nutricionais (Casa da Criança);
- Programa Auxílio Brasil (Casa da Criança).

Gerência de Vigilância em Saúde:

- Divisão de Informação e Análise de Dados / Dados Vitais;
- Coord. Doenças e Agravos Não Transmissíveis DANTS
 - Hipertensão, Diabetes, D. Oncológicas, D. Reumatológicas, D. Respiratórias, P. Violência, P. Tabagismo, P. Hemoglobinopatias e D. Raras (D. Falciforme).
- Programa Municipal de Imunização; Coord. Vigilância Epidemiológica:
- Coord. Ciclos de Vida
 - ➤ Epidemiologia, Hanseníase, Tuberculose e IST/AIDS/Hepatites Virais
 - Rede Materno-Infantil; Triagem Neonatal; Saúde da Criança; S. Adolescente; S. Idoso; S. Homem e S. Escola
- Coord. Saúde do Trabalhador; Coord. Promoção de Equidade
 - ➤ LGBTQIA+; Pop. Negra; Pessoa em Situação de Rua; S. Assentamentos e Política Sobre Drogas (Escola de Redução de Danos).
- Gerência de Vigilância Ambiental:
 - ➤ 01 Centro de Controle de Zoonoses; · 02 Unidades Básicas de Saúde Animal.
 - ➤ P. Equoterapia Cuidado Animal

Secretaria Adjunta de Alta e Média Complexidade:

02 Unidades Hospitalares:

- Hospital Público Municipal Dr. Fernando Pereira da Silva (HPM) e Hospital Público Municipal Irmãs do Horto (Anexo HPM):
- Dispõem de 297 leitos, sendo 37 de Urgência/Emergência, 197 de Enfermaria e 63 de UTI/UI (Adulto/Pediátrico/Neonatal).
- Especialidades (cirúrgicas e clínicas de urgência/emergência): Clínico Geral, Cirurgião Geral, Cir. Plástica, Cir. Vascular, Neurocirurgia, Trauma-Ortopedia, Cir. Pediátrica, Obstetrícia, Bucomaxilo, Otorrinolaringologia, Oftalmologia, Pediatria, Anestesia, Hematologia, Neonatologia, Socorrista, Radiologia, Cardiologia, Psiquiatria, Nefrologia, Neuropediatria, Infectologista, entre outros.
- Outros profissionais ligados a assistência:
 - Fisioterapia, Psicologia, Nutricionista, Assistente Social, Fonoaudiologia, Odontologia Hospitalar, entre outros.
- Exames Complementares e de Imagem: Rx, TC, Endoscopia, Colonoscopia, Ultrassonografia, CPRE/Broncoscopia, Ecocardiograma, laboratoriais, entre outros.
- Hospital Público Municipal da Serra Evangelina Flores da Silva:

Dispõe de 31 leitos:

Ambulatorial: Alergista, Cardiologia, Clínico Geral, Ginecologia, Ortopedia, Dermatologia, Pediatria, Neuropediatria, Psiquiatria, Odontologia, Urologia, Endocrinologia e Fisioterapia.

Emergência: Clínico Geral, Odontologia e Pediatria.

Cirúrgicas: Plástica Reparadora, Cir. Ginecológica, Dermatologia, Urologia e Cir. Geral.

- 07 Unidades Assistenciais:
 - O2 Unidades Mistas de Saúde 24 horas: U.M.S Córrego do Ouro e U.M.S Sana.
 - O2 Unidades de Pronto Atendimento 24 horas:
 - UPA Barra (Porte III) e UPA Lagomar (Porte I).
 - O2 Unidades de Pronto Socorro: P.S. Aeroporto e P.S. Imbetiba.
 - > 01 Serviço de Transporte e Remoção de Pacientes Emergência 192:
 - 01Serviço Municipal de Hemoterapia
 - 01 Serviço de Verificação de Óbitos.

- Coordenações Administrativas / Técnicas:
 - Assessoria Jurídica, Planejamento e Captação de Recursos, Comissão do Serviço de "Homecare", Coord. Radiologia, Coord. Fisioterapia, Coord. Serviço Social, Coord. Psicologia, Coord. Nutrição e Programa de Ensino.
- Convênios / Fomentos / Parcerias / Consórcio:
 - Liga Beneficente São João Batista de Macaé (T. Fomento nº 001/2018 FMS);
 - ➤ Recanto dos Idosos Sagrado Coração de Jesus (T. Fomento nº 001/2018 FMS);
 - Ministério da Saúde Cessão de servidores (Convênio 39/2022) e Ø NUPEM/UFRJ (Convênio nº 001/2022 FMS).
 - Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento do Norte e Noroeste Fluminense – CIDENNF (Contrato de Rateio N° 010/2022 – Prefeitura. Lei n.º 4780/2021 e Lei n.º 4.863/2022).

Desta maneira, ao analisar a organização de Redes de Atenção à Saúde (RAS), devemos observar as Portarias MS nº 2.488/2011 e 2.436/2017 que aprovam e revisam a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), e estabelece a revisão de diretrizes e normas para a organização da atenção básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

A PNAB destaca a atenção básica estruturada como primeiro ponto de atenção e principal porta de entrada do sistema, constituída de equipe multidisciplinar que cobre toda a população, integrando, coordenando o cuidado e atendendo às suas necessidades de saúde. Esclarece que as Unidades Básicas de Saúde instaladas perto de onde as pessoas moram, trabalham, estudam e vivem, desempenham um papel central na garantia à população de acesso a uma atenção à saúde de qualidade. E que dotar estas unidades da infraestrutura necessária a este atendimento é um desafio.

Com base nos elementos apresentados acima e segundo dados extraídos do site do Ministério da Saúde - MS (https://egestorab.saude.gov.br - Ref. Fev/23), podemos inferir que Macaé apresenta uma Cobertura Potencial de Atenção Básica de 63,27%, considerando o número de equipes, homologadas (40 eSF) e não homologadas em processo de credenciamento junto ao MS (2 eSF e 12 eAP), que atuam no território em relação a população estimada pelo IBGE de 266.136 habitantes.

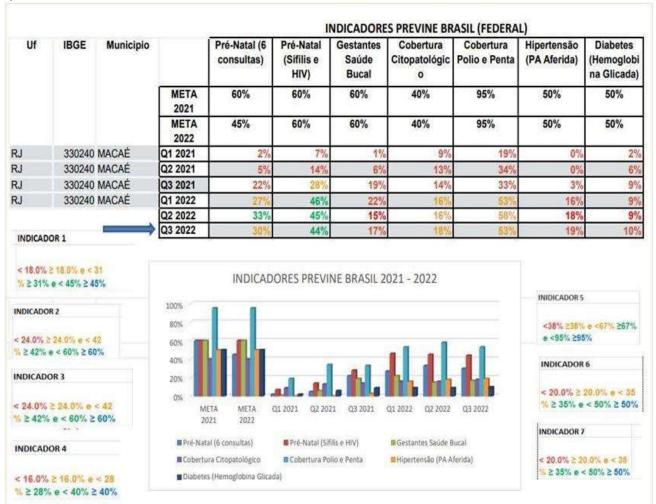
A atual gestão vem trabalhando para possibilitar a expansão da Atenção Primária de Saúde no Município objetivando a cobertura dos vazios sanitários existentes, e consequentemente, identificar as necessidades de saúde dos usuários para melhor organizar os serviços de saúde.

Cabe mencionar que o governo Federal instituiu por meio da Portaria MS nº 2.979/2019 o Programa Previne Brasil, o qual estabeleceu um novo modelo de financiamento aos municípios, objetivando aumentar o acesso das pessoas aos serviços da Atenção Primária e o

vínculo entre população e equipe, com base em mecanismos que induzem à responsabilização dos gestores e dos profissionais pelas pessoas que assistem. O atual programa fornece indicadores que auxiliam a gestão dos serviços de Atenção Primária, dando maior efetividade na qualidade de vida da população. São eles:

- 1- Proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas, sendo a 1º (primeira) até a 12º (décima segunda) semana de gestação.
- 2- Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV;
- 3- Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado;
- 4- Proporção de mulheres com coleta de citopatológico na APS;
- 5- Proporção de crianças de 1 (um) ano de idade vacinadas na APS contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções causadas por haemophilus influenza e tipo b e Poliomielite inativada.
- 6- Proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre; e
- 7- Proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre.

Abaixo apresentamos as metas estabelecidas e os resultados apurados nos últimos quadrimestres.



Identificamos como desafio a ser vencido para cumprimento dos indicadores do Programa a efetivação da informatização de 100% das unidades da APS e a qualificação para registros de atendimentos.

Esclarecemos que a baixa cobertura de atenção primária reflete diretamente nos indicadores monitorados pelo Previne, em que destacamos algumas referências elucidativas por meio das notas técnicas do Ministério da Saúde. O que reforça a necessidade de expansão de unidades de Estratégia Saúde da Família, como modelo prioritário, para atender o território, e/ou Unidades Básicas de Saúde.

Destacamos que a ampliação dos dispositivos citados acima devem estar em consonância com o Plano Diretor do Município. Onde para cada 4 mil habitantes, recomenda-se a criação de uma equipe de Atenção Primária. Priorizando as áreas com maior vulnerabilidade social com unidades de Estratégia Saúde da Família.

Cumpre destacar que a atuação da Atenção Primária efetiva no território é capaz de assegurar a resolutividade de até oitenta porcento das necessidades de saúde da população atendida.

As unidades de Atenção Primária atuam como porta de entrada para os pacientes aos serviços de saúde, e auxiliam na identificação precoce de diagnósticos e auxiliam na redução das principais causas de mortalidade e agravos. Como é o caso da mortalidade materna, infantil e neonatal, câncer de colo de útero, infecções sexualmente transmissíveis, morbimortalidade por doenças imunopreveníveis, hipertensão arterial e diabetes, conforme explicitado abaixo.

No que tange a assistência ao pré-natal, segundo Nota Técnica nº 13/2022SAPS/MS, quando realizado de forma oportuna, com a identificação e a intervenção precoce das situações de risco, bem como de uma referência hospitalar acessível e acolhedora, com qualificação da assistência ao parto, são determinantes para reduzir as principais causas de mortalidade materna e neonatal.

Outro fator favorável para a redução desses indicadores é o rastreamento das doenças periodontais em gestantes por meio da realização do periograma na consulta pré-natal odontológica, visando à identificação de um fator de risco para desfechos gestacionais adversos. A Nota Técnica nº 15/2022-SAPS/MS, esclarece que os agravos bucais podem ter diferentes graus de atividade e severidade e, em casos mais severos, pode haver comprometimento da saúde sistêmica. Que embora haja multicausalidade envolvida nos desfechos adversos da gestação, estudos têm apontado que doenças periodontais podem aumentar a chance de prematuridade/nascimento de baixo peso, em virtude da disseminação bacteriana ou de citocinas dos processos inflamatórios intraorais à barreira transplacentária.

No Município de Macaé, mediante os indicadores relacionados morbimortalidade maternoinfantil, identifica-se problemas nos seguintes indicadores:

- Cobertura de pré-natal, conforme preconizado;
- Incidência de sífilis congênita;
- Índice de mortalidade materna (n° de óbitos maternos/por NV*100.000). Em 2022, a secretaria de Saúde apresentou uma taxa de 63.
- índice de mortalidade neonatal (crianças de 0 a 27 dias)/(mil nascidos vivos). Em 2022, a secretaria de Saúde apresentou uma taxa de 14,6.
- Índice de mortalidade na infância (crianças menores de 5 ano)/(mil nascidas vivas). Em 2022, o Município apresentou o índice 17,1/1000 NV.
- Manter percentual de nascidos vivos cujas mães tenham 19 anos ou menos, abaixo de 20%. Em 2022, a secretaria de Saúde apresentou uma taxa de 11.
- Cobertura vacinação, conforme as portarias ministeriais vigentes. Até abril de 2023, Macaé apresentou um resultado de 45,9.
- Mortalidade prematura por câncer de mama.
- Mortalidade prematura de câncer colo útero.

• Índice de proporção entre os partos normais e cesáreos.

Em relação aos problemas vinculados à baixa cobertura do Pré-natal, destacamos como medida para saneá-los, a necessidade de ampliação do número de unidades de Atenção Primária (ESF/UBS) que realizem atendimento de pré-natal composta com as especialidades médicas em Saúde da Família e Comunidade e obstetras, além de enfermeiros capacitados.

No relacionado aos índices de Sífilis congênita, identifica-se a necessidade de: Ampliação do acesso às consultas e exames de pré-natal; Realização de testagem rápida de sífilis, incluindo HIV e Hepatites na gestante e parcerias; E tratar e acompanhar os casos de sífilis nas unidades básicas de saúde.

No que tange ao enfrentamento da mortalidade materno-infantil vislumbra-se as seguintes ações: Ampliar o acesso ao pré-natal e os exames e procedimentos necessários; Capacitar, implementar e monitorar os serviços que realizam parto para Acolhimento e Classificação de Risco em Obstetrícia (ACRO); Estruturar o ambulatório que realiza atendimento a gestante de alto risco; Acompanhar e /solicitar Habilitação de serviço hospitalar de referência de Gestação de Alto Risco; Fortalecer o protocolo/fluxo de acesso às internações clínicas das gestantes de alto risco no hospital de referência; Fortalecer e otimizar o acesso aos exames mínimos de gestação de alto risco; Acompanhar habilitação de Leitos obstétricos habilitados para gestação de Alto Risco; Assegurar atendimento a infantil nas unidades básicas de saúde; Fomentar práticas saudáveis de aleitamento materno infantil até os 6 meses; Garantir, através de políticas de segurança alimentar, o acompanhamento das crianças até dos 5 anos de idade; e Fortalecer o Comitê de Mortalidade Materno, Fetal e Infantil;

E em relação a mortalidade Neonatal, deve-se perseguir como objetivo: A ampliação do acesso ao pré-natal nas unidades básicas de saúde; A manutenção das UTI neonatais, com todos os equipamentos necessários para atendimento; Capacitação para os profissionais que atuam em UTI neonatal; e ampliação dos leitos de UTIN - Unidade de Terapia Intensiva Neonatal e Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal Convencional, conforme crescimento populacional.

No que compreende os índices da Rede Cegonha, esta Municipalidade propõe para a linha de cuidado materno infantil a manutenção e melhoria da qualidade assistencial prestada às mulheres e recém-nascidos. Assim como para a melhoria do quantitativo de partos normais, em comparativo aos partos cesarianos.

Também, como medida de reduzir os índices de mortalidade materno-infantil, se faz necessário: A ampliação de cursos de atualizações e capacitações voltadas para temáticas pertinentes à esta linha de cuidado; Estimular as rodas de conversa e grupos de apoio às gestantes e puérperas em fase de aleitamento materno nos estabelecimentos de saúde; e ampliar a cobertura vacinal de crianças;

Ainda, a perspectiva é de manter os índices avaliativos já atingidos pelo município, como a manutenção de uma assistência de pré-natal de qualidade, com no mínimo 7 consultas. Além da ampliação da rede de atendimento para gestantes, acesso aos testes rápidos e profilaxia para contenção da infecção pelo vírus HIV.

A ampliação e melhora da qualidade assistencial voltada para a maternidade pública de referência para gestante se dará a partir da obra realizada e, portanto, no prazo estipulado, estima-se que as diretrizes da Rede Cegonha sejam implantadas em totalidade, englobando classificação de risco; enfermeiros obstétricos atuantes; leitos PPP; leitos para gestantes de alto risco, dentre outros.

Sobre a gestação na adolescência, o percentual de nascidos vivos cujas mães tenham 19 anos ou menos, a meta é manter abaixo de 20%. É importante o monitoramento para avaliar a tendência da gravidez de adolescentes de 10 a 19 anos no Brasil, e especificamente em Macaé, com o objetivo de nortear as ações de saúde nas unidades básicas, escolas (programa saúde na escola) e maternidades no território. Assim como subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações voltadas para a promoção da saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes.

A idade materna pode estar associada a condições de risco para o recém-nascido, tais como a prematuridade e o baixo peso ao nascer, que tendem a ser mais frequentes nos nascidos de mães adolescentes.

Como estratégia de prevenção ao cenário narrado anteriormente, citamos as ações que devem ser desenvolvidas pelos estabelecimentos de saúde, como: realização de projetos e ações de prevenção de gravidez na adolescência nas unidades básicas de saúde e saúde na escola; Fortalecer a assistência integral às adolescentes em unidades de saúde especializadas; e implantar e ampliar o acesso à inserção de Métodos Anticoncepcionais de Longa Duração e Reversíveis (LARC) ambulatorial: DIU de Cobre, DIU Hormonal, Implante Subcutâneo.

Sobre o número de casos de câncer do colo do útero, também conhecido como câncer cervical, O Ministério esclarece na Nota Técnica nº 16/2022-SAPS/MS, que é um dos tumores mais frequentes entre as mulheres. Está intimamente associado à infecção persistente por alguns tipos do Papilomavírus Humano - HPV (chamados de tipos oncogênicos), podendo infectar pele e mucosas e é transmitido por meio da relação sexual. Informa que o risco de desenvolvimento do câncer do colo do útero é de cerca de 30% se as lesões precursoras não forem avaliadas e tratadas, e as alterações celulares que progridem para o câncer ocorrem, geralmente, de forma lenta, podendo levar de 10 a 20 anos, período em que se podem se apresentar como lesões pré-neoplásicas assintomáticas. Apesar das possibilidades de prevenção, é um dos cânceres mais frequentes entre as mulheres no Brasil, com alta taxa de mortalidade. Ainda mencionam que se estima uma incidência anual de mais de 16.590 casos entre 2020 e 2022, com risco de 15,4 casos a cada 100.000 mulheres .

O MS informa que uma das principais estratégias de prevenção e controle do Câncer de Colo de Útero é a detecção precoce e o rastreamento por meio do exame citopatológico, o qual permite a identificação de lesões precursoras e lesões malignas em estádios iniciais, possibilitando a instituição de um tratamento mais efetivo. E que é papel da Atenção Primária a Saúde (APS) o desenvolvimento de ações para prevenir o câncer do colo do útero por meio de ações de educação e promoção da saúde, vacinação e rastreamento.

Macaé possui um Laboratório de Citopatologia que é responsável pela análise de todas as lâminas com amostra celular proveniente de coleta de preventivo das unidades de Atenção Básica do município. A análise da lâmina e, consequentemente, o resultado do preventivo são

importantes para a detecção precoce de câncer de colo uterino e alterações benignas que necessitam de tratamento.

Assim, vislumbra-se o aumento da realização de exames citopatológicos, além de exames de câncer de mama na Rede de Atenção à Saúde com a ampliação da cobertura da Atenção Primária, através das Unidades Básicas de Saúde ou Estratégia Saúde da Família.

Sobre os casos de infecções sexualmente transmissíveis, também conhecidas como ISTs, o Ministério da Saúde alerta, por meio da Nota Técnica nº 14/2022-SAPS/MS, que podem surgir antes ou durante a gravidez e prejudicar a saúde da mãe e do bebê, trazendo complicações como parto prematuro, aborto, baixo peso ao nascer e atraso no desenvolvimento.

Ainda menciona que as IST representam um problema de saúde pública em todo o mundo, na medida em que estão entre as infecções transmissíveis mais comuns e atingem potencialmente a saúde e a vida de milhões de pessoas. E que o impacto direto ocorre especialmente sobre a saúde da mulher e da infantil, ocasionando consequências como infertilidade e complicações na gestação e no parto, morte fetal e diversos outros agravos à saúde da criança. Além disso, um dos impactos indiretos da infecção por uma IST é o aumento do risco de transmissão sexual do vírus da imunodeficiência humana (HIV).

Informa ainda que a estratégia 2016-2021 do setor global de saúde para as IST foi apresentada na Assembleia Mundial de Saúde, em 2016, com metas de redução global de casos de sífilis e gonorreia, eliminação da sífilis congênita e ampliação da cobertura de imunização contra o papilomavírus humano (HPV). Destaca ainda que os números de casos são preocupantes, o que demonstra a necessidade de reforço às ações de vigilância, prevenção e controle da infecção. Pode-se observar que a sífilis adquirida, agravo de notificação compulsória desde 2010, teve uma taxa de detecção de 54,5 casos por 100.000 habitantes em 2020. Também em 2020, a taxa de detecção de sífilis em gestantes foi de 21,6/1.000 nascidos vivos; a taxa de incidência de sífilis congênita, de 7,7/1.000 nascidos vivos; e a taxa de mortalidade por sífilis congênita, de 6,5/100.000 nascidos vivos. Em relação aos casos notificados de HIV, no Brasil em 2019 foram diagnosticados 41.909 novos casos de HIV e 37.308 casos de aids – notificados no Sinan, declarados no SIM e registrados no Siscel/Siclom –, com uma taxa de detecção de 17,8/100 mil habitantes, totalizando, no período de 1980 a junho de 2020, 1.011.617 casos de aids detectados no país. E que desde o ano de 2012, observa-se uma diminuição na taxa de detecção de aids no Brasil, o qual passou de 21,9/100 mil habitantes (2012) para 17,8/100 mil habitantes em 2019, configurando um decréscimo de 18,7%.

Na nota ainda consta a informação de que em um período de dez anos, houve um aumento de 21,7% na taxa de detecção de HIV em gestantes: em 2009, registraram-se 2,3 casos/mil nascidos vivos e em 2019 essa taxa passou para 2,8/mil nascidos vivos. Que esse aumento pode ser explicado, em parte, pela ampliação do diagnóstico no pré-natal e a melhoria da vigilância na prevenção da transmissão vertical do HIV. Esclarece que a tendência de aumento também se verifica em todas as regiões do Brasil, sendo que as regiões Norte e Nordeste foram as que apresentaram maiores incrementos na taxa, ambos de 83,3% nos últimos dez anos. Em toda a série histórica, a região Sul apresentou as maiores taxas de detecção de HIV em gestantes no país. E em 2019, a taxa observada nessa região foi de 5,6 casos/mil nascidos vivos, duas vezes superior à taxa nacional.

As notificações de AIDS, Sífilis e Hepatites Virais estão entre as maiores ocorrências no Município nos últimos anos.

Distribuição Anual dos Agravos Notificados em Macaé, 2017 a 2022

| AGRAVOS NOTIFICADO | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | Total |
|---|------|------|------|------|------|------|-------|
| Y09 VIOLÊNCIA INTERPESSOAL/AUTOPROVOCADA | 1437 | 1236 | 1534 | 519 | 772 | 627 | 6125 |
| A539 SIFILIS NAO ESPECIFICADA | 441 | 484 | 515 | 303 | 470 | 429 | 2642 |
| O981 SIFILIS EM GESTANTE | 181 | 185 | 223 | 206 | 315 | 219 | 1329 |
| X58 ACIDENTE DE TRABALHO SIMPLES | 446 | 287 | 261 | 98 | 126 | 71 | 1289 |
| W64 ATENDIMENTO ANTI- RABICO | 211 | 294 | 112 | 142 | 263 | 153 | 1175 |
| B24 AIDS | 146 | 95 | 83 | 104 | 212 | 225 | 865 |
| A509 SIFILIS CONGÊNITA | 69 | 111 | 122 | 161 | 206 | 130 | 799 |
| A169 TUBERCULOSE | 113 | 93 | 126 | 119 | 132 | 152 | 735 |
| Y96 ACIDENTE DE TRABALHO GRAVE | 14 | 7 | 3 | 97 | 234 | 180 | 535 |
| B19 HEPATITES VIRAIS | 81 | 66 | 73 | 52 | 114 | 139 | 525 |
| Total | 3700 | 3376 | 3502 | 2041 | 3121 | 2812 | 18552 |

Fonte: SINAN/DIAD/Macaé, banco atualizado em 05.04.2023

No Município de Macaé apresentamos alguns avanços na atual Gestão, como a mudança de endereço para uma estrutura física mais adequada de atendimento aos pacientes do Programa IST/AIDS e existe processo de aquisição de novos itens de informáticas e mobiliários em curso.

O espaço, mais amplo, irá aprimorar o serviço prestado aos usuários, com o aumento no número de consultórios, de três para oito, além de novas especialidades que passarão a estar disponíveis no local, como endocrinologista e nutricionista esportivo.

O Programa IST/Aids conta com cerca de 1.300 usuários cadastrados e realiza uma média de 150 atendimentos diários. O espaço oferece especialidades nas áreas de psicologia, serviço

social, nutrição, ginecologia, saúde do homem, pediatria, enfermagem, além de laboratório e farmácia.

No Programa funciona o Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) que passa a ser por livre demanda, sem a necessidade de agendamento. O Serviço multidisciplinar garante que, em caso de resultado positivo para qualquer uma das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) como sífilis, herpes genital ou HIV, a pessoa receba toda orientação necessária para que possa realizar seu tratamento e acompanhamento.

Espera-se da mesma forma com as melhorias estruturais, o alcance das metas estabelecidas pela ODS e pelo PACTO SUS.

Em relação aos indicadores relacionados aos números de novas infecções por HIV, verifica-se uma curva em ascensão, o que demanda novas estratégias de prevenção, chegando ao número de 2022 de 63 novos casos. E as taxas relacionadas a mortalidade por Aids para cada 100 mil habitantes, de acordo com a base de dados do SINAN, apresenta uma estabilidade, quando comparado com os últimos três anos: 8,4 (2020), 6,4 (2021) e 7,9 (2022).

Como medidas estratégicas de prevenção e resolutividade relacionados ao Programa de ISTs, temos: Ampliar a testagem do HIV, Sífilis, HBV e HCV em 100% das ESFs, UBS e Unidades de Urgência e Emergência; Ampliação a Profilaxia PósExposição (PEP) em 100% nas ESFs, UBS e Unidades de Urgência e Emergência, com capacitação dos profissionais para realizar a testagem, disponibilidade de farmácia 24h, e orientação das equipes; Implantação e ampliação da PreP (Profilaxia Pré-Exposição) com a dispensa de medicação e posteriormente os atendimentos, aquisição de insumos e recursos humanos; Realizar capacitação das equipes multidisciplinares no manejo das ISTs na Rede Assistencial; e ofertar, periodicamente, em parceria com as ESFs e UBSs, campanhas de testagem, orientar profissionais da rede a sempre incentivar a realização do exame de HIV (anti-HIV e/ou outro).

O processo de vacinação no território nacional é operacionalizado pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI) e tem como objetivo reduzir a morbimortalidade por doenças imunopreveníveis, aplicando estratégias para o fortalecimento de ações de vigilância, promoção, proteção e prevenção em saúde, de acordo com a Nota Técnica nº 22/2022-SAPS/MS.

Segundo o MS, o acesso às vacinas do Calendário Nacional de Vacinação no Brasil é gratuito e são distribuídas pelo PNI. São vacinas, imunobiológicos especiais, soros e imunoglobulinas oferecidas às crianças, adolescentes, adultos, idosos e gestantes, conforme o Calendário Nacional de Vacinação. Nos últimos anos observou-se uma queda das coberturas vacinais em praticamente todos os estados, muitos não atingiram a meta preconizada de cobertura que é de ≥ 95%7 para a vacina Pentavalente e poliomielite.

A nota técnica menciona que baixas coberturas vacinais podem incorrer em aumento do número de casos e surtos. Considerando que as crianças são mais vulneráveis a agravos que podem resultar em complicações graves e óbito, a vacinação reduz a morbimortalidade infantil.

Destaca também que a Atenção Primária à Saúde (APS) tem como prioridade a prevenção da morbidade infantil por meio da imunização, com o cumprimento do calendário vacinal recomendado pelo PNI5.

O MS preconiza a ampliação da cobertura vacinal, e este objetivo compõe a programação do Plano Nacional de Saúde 2020-2023, na forma de buscar a redução ou controle da ocorrência de doenças e agravos passíveis de prevenção e controle, pelo alcance de 50% de municípios com cobertura vacinal adequada (95%) para 5 vacinas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 1 ano de idade, dentre elas a Pentavalente e Poliomielite. Também ressaltam que enquanto o vírus da poliomielite não for globalmente erradicado, ações de imunização devem ser reforçadas, mesmo em países com certificado de erradicação, para evitar um recrudescimento da Pólio.

Assim, destacamos que o Programa de Imunização de Macaé tem como objetivo garantir que todo cidadão tenha acesso às vacinas, sendo o responsável pela imunização em massa da população, mantendo as coberturas vacinais dentro das metas preconizadas pelo Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde (PNI/MS), visando assim o controle, a eliminação ou a erradicação das doenças imunopreveníveis.

O Programa de Imunizações Municipal tem como foco garantir um atendimento integrado e qualificado à população. Para isso, são realizadas ações regulares de vacinação, incluindo a vacinação de rotina com as vacinas obrigatórias, as estratégias especiais, como campanhas, vacinações de bloqueios e de grupos especiais, além de notificação e investigação de eventos adversos e erros de imunização.

O Programa Municipal de Imunização de Macaé teve início em 1997 com uma sala de vacina no Centro de Saúde Dr. Jorge Caldas. E hoje conta com 39 salas de vacinas, sendo: 01 (uma) na Casa da Vacina, 33 (trinta e três) nas unidades de Estratégias Saúde da Família (ESF), 04 (quatro) nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e 1 (uma) no Pronto Socorro Municipal do Aeroporto.

O Calendário Básico de Vacinação brasileiro corresponde ao conjunto de vacinas consideradas de interesse prioritário à saúde pública do país. Atualmente, é constituído por 17 vacinas recomendadas à população, desde o nascimento até a terceira idade e distribuídos gratuitamente nos postos de vacinação da rede pública.

Mensalmente são realizados pedidos de Imunobiológicos de rotina via email Programa de Imunização de Macaé para Secretaria do Estado do Rio de Janeiro/ Doenças Imunopreveníveis e Imunização.

Os Imunobiológicos especiais são solicitados mensalmente ao CRIE (Centro de Referência de Imunobiológicos Especiais) de Campos dos Goytacazes, mediante ao preenchimento da "Ficha de Requisição de Imunobiológicos Especiais", atendendo os critérios de liberação estabelecidos pelo CRIE (Brasil, 2006).

Todas as vacinas de rotina são disponibilizadas diariamente nas unidades de saúde do município. Exceto a vacina BCG que é aplicada no Pronto Socorro do Aeroporto, Casa da Criança, Hospital Público de Macaé (HPM).

Abaixo apresentamos os dados de cobertura vacinal oficial do município de Macaé.

| Coberturas Vacin Município:330240 M | | | ndo Kegiao | | | | |
|--|--------------|-----------|-------------------|-----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------|
| Região | BCG | | Hepatite B | em crianças até 30 dias | Rotavirus Humano | Meningococo C | Hepatite B |
| Total | 45,41 | | | 44,17 | 55,69 | 55,18 | 53,13 |
| 3 Região Sudeste | 45,41 | | | 44,17 | 55,69 | 55,18 | 53,13 |
| | Penta | | Pneumocócica | Poliomielite | Poliomielite 4 anos | Febre Amarela | Hepatite A |
| | 53,13 | | 62,32 | 55,30 | 42,48 | 38,35 | 51,90 |
| | 53,13 | | 62,32 | 55,30 | 42,48 | 38,35 | 51,90 |
| | neumocócica(| 1º ref) : | C (1º ref) | Poliomielite(1º ref) | Triplice Viral D1 | Triplice Viral D2 letra Vi | ral(SRC+VZ) |
| | | 56,03 | 52,23 | 42,20 | 57,46 | 33,66 | 9,67 |
| | | 56,03 | 52,23 | 42,20 | 57,46 | 33,66 | 9,67 |
| | DTP | DTP R | EF (4 e 6 anos) s | cteriana(DTP)(1º ref) Ito e | triplice acelular gestante | dTpa gestante | Varicela |
| | 53,13 | | 43,49 | 43,30 | 9,36 | 43,38 | 55,66 |
| | 53,13 | | 43,49 | 43,30 | 9,36 | 43,38 | 55,66 |
| | | | | | | | Total |
| | | | | | | | 45,90 45,90 |

A cobertura vacinal do município de Macaé evidenciado através do sistema de informação Estadual é inferior ao real cenário do Município, justificando-se pela falta de informatização das salas de vacinas, número reduzido de profissionais, erros de migração de dados entre o ESUS e a base de dados do Tabnet.

Para enfrentar esses desafios, o Município de Macaé vem traçando algumas estratégias para aumentar a cobertura vacinal da população, tais como: Aquisição do sistema de informação próprio, para agregar diversas bases de dados; Capacitação para o manuseio do sistema com registros de qualidade; Informatização de todas as salas de vacinas; e educação e comunicação nas mídias sociais, rádios e televisão. Restando necessário a ampliação do quadro de profissionais para atuarem na vacinação.

Sobre a linha de cuidado da hipertensão arterial, a Nota Técnica nº 18/2022SAPS/MS esclarece que o Brasil atinge 23,9% dos indivíduos entrevistados, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, sendo maior entre as mulheres (26,4%) do que entre os homens (21,1%). A frequência tende a ser maior com o aumento da idade, com 56,6% entre pessoas com 65 a 74 anos e 62,1% entre as pessoas com 75 anos ou mais. Além de ser uma condição comumente assintomática, a hipertensão arterial evolui com alterações importantes em órgão salvo, como cérebro, coração e vasos. Somado a isso, o aumento da pressão arterial é o principal fator modificável que apresenta associação independente, linear e continua para doenças cardiovasculares (DCV), doença renal crônica (DRC) e morte prematura, ocasionando grande impacto nos custos de saúde e socioeconômicos do país. De acordo com o MS, o

acompanhamento efetivo pelas equipes da Atenção Primária à Saúde (APS) dos casos leves/moderados, que correspondem a grande parcela dos casos, são fundamentais para garantir o tratamento adequado e controle da condição, visto que o controle dos valores pressóricos, especialmente a pressão arterial sistólica, é o principal fator de risco para morbimortalidade, no entanto, a taxa de controle ainda é muito baixa.

Em Macaé, as unidades da Atenção Primária desenvolvem diversas ações de saúde de promoção, prevenção e tratamento da hipertensão, como o monitoramento do nível pressórico de pessoas com objetivo de tratar, prevenir e rastrear precocemente os casos suspeitos de pessoas com hipertensão.

O Governo Federal e Estadual definiram as metas para esse indicador na Atenção Primária, conforme abaixo:

Programa do Governo Federal - PREVINE: A proporção de pessoas com hipertensão, consulta e aferição de pressão solicitado no semestre, com meta de 50 % dos diabéticos atendidos e com pedido do exame.

Programa do Governo do Estado do RJ - PREFAPS: A razão de atendimento médico e enfermeiro aos hipertensos com mais de 20 anos nas APS, ou seja, meta de 35% entre a razão de pacientes diabéticos atendidos pelo total de usuários definidos pelo Estado por capacidade de usuários por APS (número fixo da capacidade de usuário atendidos).

Nas tabelas abaixo (1,2,3 e 4) pode-se verificar o quantitativo de consultas de Hipertensão Arterial Sistêmica realizadas pelos dispositivos vinculados Atenção Primária, as Unidades Básicas de Saúde e a Estratégia Saúde da Família e os dados de internação por causa da Hipertensão Arterial Sistêmica segundo as informações presentes no Sistema de Informação Hospitalares do SUS.

Consultas Médicas e de Enfermagem na Atenção Primária à Saúde e Atendimentos por Condição de Saúde na Estratégia de Saúde da Família

Atendimentos de hipertensão arterial segundo Ano

Município: Macaé Ano:2019-2022

| Ano | Atendimentos de hipertensão arterial |
|-------|--------------------------------------|
| Total | 57.785 |
| 2019 | 11.824 |
| 2020 | 11.896 |
| 2021 | 15.004 |
| 2022 | 19.061 |

Fontes:

Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica – Ministério da Saúde - MS Situação da base nacional em 28/02/2023, com dados de janeiro/2016 a dezembro/2022, sujeitos a revisão.

Indicadores de Morbidade Hospitalar - Taxas de Internação por Condições Sensíveis à Atenção Básica - Rio de Janeiro

Taxa intern. p/hipertensão por Ano segundo Faixa etária

Município: Macaé Ano: 2019-2021

| Faixa etária A | 2019 | 2020 | 2021 | Total |
|----------------|-------|------|-------|-------|
| Total | 12,9 | 6,5 | 6,0 | 8,4 |
| 0 a 4 anos | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| 5 a 9 anos | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| 10 a 14 anos | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| 15 a 19 anos | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| 20 a 24 anos | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| 25 a 29 anos | 4,4 | 4,4 | 4,3 | 4,4 |
| 30 a 34 anos | 4,1 | 4,1 | 0,0 | 2,7 |
| 35 a 39 anos | 4,1 | 0,0 | 8,0 | 4,1 |
| 40 a 44 anos | 15,4 | 0,0 | 0,0 | 4,9 |
| 45 a 49 anos | 26,9 | 0,0 | 0,0 | 8,7 |
| 50 a 54 anos | 22,5 | 22,4 | 0,0 | 14,9 |
| 55 a 59 anos | 49,7 | 24,3 | 24,2 | 32,6 |
| 60 a 64 anos | 63,8 | 20,4 | 9,9 | 30,6 |
| 65 a 69 anos | 31,2 | 74,1 | 14,0 | 39,4 |
| 70 a 74 anos | 48,5 | 23,0 | 43,1 | 38,1 |
| 75 a 79 anos | 120,9 | 38,6 | 72,9 | 76,8 |
| 80 anos e mais | 35,1 | 0,0 | 130,6 | 56,3 |

População:

Estimativas da população residente de 2000 a 2021 - pactuada pela SES/RJ, conforme Deliberação CIB-RJ nº 6.250 de 10 de setembro de 2020.

Nota: Para os indicadores da Pactuação Interfederativa do SUS, a SES-RJ adotou, para o ano de 2021, a população de 2020, devido à indisponibilidade da população de 2021 à época da pactuação.

Indicadores de Morbidade Hospitalar - Taxas de Internação por Condições Sensíveis à Atenção Básica - Rio de Janeiro %Internações p/hipertensão por Ano segundo Faixa etária

Município: Macaé Ano: 2019-2021

| Faixa etária A | 2019 | 2020 | 2021 | Total |
|----------------|------|------|------|-------|
| Total | 0,3 | 0,2 | 0,2 | 0,2 |
| 0 a 4 anos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5 a 9 anos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 10 a 14 anos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 15 a 19 anos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 20 a 24 anos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 25 a 29 anos | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 |
| 30 a 34 anos | 0,2 | 0,2 | 0 | 0,1 |
| 35 a 39 anos | 0,2 | 0 | 0,4 | 0,2 |
| 40 a 44 anos | 0,5 | 0 | 0 | 0,2 |
| 45 a 49 anos | 0,7 | 0 | 0 | 0,2 |
| 50 a 54 anos | 0,5 | 0,6 | 0 | 0,3 |
| 55 a 59 anos | 0,9 | 0,5 | 0,4 | 0,6 |
| 60 a 64 anos | 0,8 | 0,3 | 0,1 | 0,4 |
| 65 a 69 anos | 0,3 | 0,8 | 0,1 | 0,4 |
| 70 a 74 anos | 0,4 | 0,2 | 0,3 | 0,3 |
| 75 a 79 anos | 0,7 | 0,3 | 0,4 | 0,5 |
| 80 anos e mais | 0,2 | 0 | 0,6 | 0,3 |

Tabela 4 - Internações hospitalares aprovadas de residentes no estado do Rio de Janeiro Quantidade de internações por Ano de processamento segundo Diagnóstico principal - grupo Ano/mês do processamento:2019-2022 Diagn. principal - Doenças do aparelho circulatório

| Diagn. principal - grupo | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | Total |
|--|-------|-------|-------|-------|-------|
| Total | 1.543 | 1.190 | 1.141 | 1.672 | 5.546 |
| I00-I02 Febre reumática aguda | 2 | 5 | 2 | 3 | 12 |
| I05-I09 Doenças reumáticas crônicas do coração | 25 | 18 | 13 | 28 | 84 |
| I10-I15 Doenças hipertensivas | 49 | 25 | 26 | 27 | 127 |
| I20-I25 Doenças isquêmicas do coração | 700 | 617 | 508 | 760 | 2.585 |
| I26-I28 Doenças cardíaca pulmonar e da circulação pulmonar | 9 | 11 | 14 | 9 | 43 |
| I30-I52 Outras formas de doença do coração | 308 | 218 | 214 | 326 | 1.066 |
| I60-I69 Doenças cerebrovasculares | 150 | 93 | 130 | 211 | 584 |
| I70-I79 Doenças das artérias, das arteríolas e dos capilares | 147 | 121 | 149 | 195 | 612 |
| I80-I89 Doenças das veias, dos vasos linfáticos e dos gânglios linfáticos, não classificadas em outra parte | 149 | 82 | 82 | 109 | 422 |
| 195-199 Outros transtornos, e os não especificados do aparelho circulatório | 4 | 0 | 3 | 4 | 11 |

Em relação aos atendimentos na atenção secundária, as ações são desempenhadas por equipe multiprofissional e como necessidade da realização de exames de maiores complexidades. No município estas ações são desenvolvidas basicamente pelo Centro de Especialidades Dona Alba, que dispõe de cardiologista, endocrinologistas e outros profissionais médicos para atendimento aos hipertensos que necessitam de acompanhamento ou algum exame. Neste dispositivo são realizados alguns procedimentos como eletrocardiografia e alguns tipos de ultrassonografia investigativa para as complicações da hipertensão.

Os exames como MAPA, Ecocardiograma e Holter são realizados através de empresa contratada com uma média de exames realizados sinalizados nos quadros abaixo.

| | J A N | F E V | M AR | A B R | MA IO | JUN HO | JUL | A G O | S E T | 0 U T | N O V | D E Z | TOT AL |
|--------------------------------------|-------------|-------------|---------|-------------|----------|-----------|-----|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-----------|
| MAP A 24H | 1 1 0 | 1 2 5 | 15 3 | 1 6 6 | 18 7 | 194 | 184 | 16 1 | 1 6 8 | 24 0 | 20 4 | 2 0 1 | 209 3 |
| TEST E ERG OM ÉTRI CO | 5 6 | 8 2 | 78 | 6 3 | 10 8 | 58 | 78 | 10 7 | 1 3 1 | 91 | 10 2 | 6 6 | 102 |
| HOL TER 24H | 4 3 | 5 0 | 66 | 6 0 | 76 | 67 | 72 | 75 | 6 6 | 72 | 59 | 6 5 | 771 |
| ECO CAR DIOG RA MA | 2 6 2 | 2 5 4 | 24 5 | 3 4 0 | 33 9 | 286 | 314 | 41 9 | 3 3 7 | 31 9 | 33 7 | 3 9 4 | 384 6 |
| | 4 7 1 | 5 1 1 | 54 2 | 6 2 9 | 71 0 | 605 | 648 | 76 2 | 7 0 2 | 72 2 | 70 2 | 7 2 6 | 773 0 |

| PROCEDIMENT O | VALO R TABE LA SIGT AP | VALOR DO EXAME CONTRAT ADO | QUANTID ADE DE EXAMES REALIZAD OS | VALOR DOS EXAMES TOTAL TABELA SIGTAP | VALOR TOTAL DOS EXAMES CONTR ATO | COMPLEME NTO DE RECURSOS |
|----------------------|---------------------------------------|-------------------------------------|---|---|---|--------------------------------|
| MAPA 24H | R\$ 10,0 7 | R\$ 60,00 | 2093 | R\$ 21.076, 51 | R\$ 125.580 ,00 | R\$ 104.503,49 |
| TESTE ERGOMÉTRICO | R\$ 30,0 0 | R\$ 70,00 | 1020 | R\$ 30.600, 00 | R\$ 71.400, 00 | R\$ 40.800,00 |

| HOLTER 24H | R\$ 30,0 0 | R\$ 60,00 | 771 | R\$ 23.130, 00 | R\$ 46.260, 00 | R\$ 23.130,00 |
|--------------------|------------------|-----------|------|-----------------------|-----------------------|-------------------|
| ECOCARDIOGR AMA | R\$ 67,8 6 | R\$ 69,00 | 3846 | R\$ 260.989 ,56 | R\$ 265.374 ,00 | R\$ 4.384,44 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 172.817,93 |

O município disponibiliza na RAS um quadro de profissionais de saúde para o atendimento aos pacientes para realizar monitoramento através de exames laboratoriais e tratamento, assim como ofertando itens farmacológicos para assistência ao paciente hipertenso.

Espera-se que com a utilização dos meios disponíveis na RAS, associado ao planejamento e ações assistenciais venha-se fortalecer a linha de cuidado ao hipertenso com melhoria do cuidado, alcance das metas do PREVINE e PREFAPS e reduzir a longo prazo as internações devido ao descontrole ou complicações da hipertensão como os acidentes vasculares celebrais, vasculopatias e as doenças renais.

Identifica-se uma necessidade de atenção com a especialidade de Cardiologia, tendo em vista a crescente demanda. Atualmente o Município apresenta uma fila de espera de mais de três mil usuários. Fato que pode estar associado a grande rotatividade e elevado número no cadastro do Cartão SUS, em que moradores dos municípios vizinhos podem estar usufruindo desses serviços. Os quais deveriam ser de responsabilidade local, ou regulados por meio de pactuação.

Cabe destacar que foi instituída no novo Organograma da Secretaria de Saúde uma coordenação para Doenças Crônicas Não Transmissíveis, que será responsável pela elaboração de protocolos assistenciais, fluxos de referência e contrarreferência, monitoramento e avaliação dessa linha de cuidado, especificamente relacionado as metas estabelecidas ao PREVINE e PREFAPS relacionados à hipertensão.

No que se refere ao cuidado aos pacientes com Diabetes, a Nota Técnica nº 23/2022-SAPS/MS referenciada pela Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019 esclarece que o diabetes (DM) no Brasil atinge 7,7% dos indivíduos entrevistados, sendo maior entre as mulheres (8,4%) do que entre os homens (6,9%). A frequência tende a ser maior com o aumento da idade, com 19,9% entre pessoas com 60 a 74 anos e 21,1% entre as pessoas com 75 anos ou mais. Além de ser uma condição de início insidioso dos sintomas e progressão, estudos demostram a baixa adesão terapêutica, elevado percentual de indivíduos ainda não diagnosticados e, consequentemente, condição descontrolada na maior parte do país, o que aumenta consideravelmente a probabilidade de desenvolver desfechos desfavoráveis dessa comorbidade, que é considerada uma das principais responsáveis por mortalidade prematura e pelos gastos públicos em saúde.

Segundo o MS, uma das medidas mais efetivas para redução da morbimortalidade em pessoas com diabetes consiste na redução e controle dos níveis glicêmicos e que a Atenção Primária à Saúde (APS) é um ponto de atenção à saúde eficaz e oportuno para realização dessas medidas.

Porém, apontam que a proporção de diagnóstico se encontra distante do esperado e que o acompanhamento das pessoas com essa comorbidade apresenta cenário preocupante. Sabendo-se que o nível glicêmico das pessoas com diabetes é a chave para o diagnóstico, controle e acompanhamento, além de se tratar de um importante parâmetro preditor de complicações, a hemoglobina glicada oferece importantes vantagens, pois reflete os níveis glicêmicos de 3 meses passados, sofrendo menor variabilidade decorrente do dia a dia. E concluem que a utilização desse método se torna oportuna e necessária.

A linha do cuidado a pessoa com diabetes no Município encontra-se num momento de discussão de novo protocolo de atendimento, perpassando por todas as estruturas de saúde. Atualização do protocolo municipal se fez necessário devido ao não alcance dos indicadores estabelecidos no PREVINE e PREFAPS e as complicações e internações geradas por esta patologia.

O Governo Federal e Estadual definiram as seguintes metas, conforme abaixo:

Programa do Governo Federal - PREVINE: A proporção de pessoas com diabetes, consulta e hemoglobina glicada solicitado no semestre, com meta de 50 % dos diabéticos atendidos e com pedido do exame.

Programa do Governo do Estado do RJ - PREFAPS: A razão de atendimento médico e enfermeiro aos diabéticos com mais de 20 anos nas APS, ou seja, meta de 35% entre a razão de pacientes diabéticos atendidos pelo total de usuários definidos pelo Estado por capacidade de usuários por APS (número fixo da capacidade de usuário atendidos).

Analisando o quantitativo de atendimentos realizados a paciente com diabetes na Secretaria de Saúde pelos dispositivos vinculados à Atenção Primária, tabela 5, pode-se observar déficit de atendimento quando comparado com pactuado no PREVINE e PREFAPS.

Consultas Médicas e de Enfermagem na Atenção Primária à Saúde e Atendimentos por Condição de Saúde na Estratégia de Saúde da Família:

Atendimentos de diabetes mellitus segundo Ano Município: Macaé Ano: 2019-2022

| Ano | Atendimentos de diabetes mellitus |
|-------|-----------------------------------|
| Total | 22.888 |
| 2019 | 4.536 |
| 2020 | 4.705 |
| 2021 | 5.893 |
| 2022 | 7.754 |

Fonte: Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica – Ministério da Saúde. Dados disponíveis a partir de janeiro de 2016.

As consultas médicas e de enfermagem incluem toda a Atenção Primária em Saúde (APS); os atendimentos por condição de saúde apenas a Estratégia da Saúde da Família (ESF).

A Secretaria Municipal de Saúde dispõe de um Centro de Referência ao Diabetes, dispositivo vinculado a Atenção Primária, com a função de fomentar, elaborar protocolo, normatizar e acompanhar o atendimento o atendimento nas unidades básicas de saúde, com práticas seguras e modernas, com a necessidade de ampliação dos atendimentos atualmente. E o rastreamento de diabetes em pessoas com histórico familiar e ou sintomáticos acontece utilizando monitores e tiras reagentes de hemoglicoteste – HGT.

O Município disponibiliza na RAS um quadro de profissionais de saúde para o atendimento aos pacientes para realizar monitoramento através de exames laboratoriais e tratamento, através da disponibilidade e oferta de itens farmacológicos de controle da glicemia capilar.

Finalmente, espera-se que com a utilização dos meios disponíveis na RAS, associado ao planejamento e ações assistências venha fortalecer a linha de cuidado ao diabetes com melhoria do cuidado, alcance das metas do PREVINE e PREFAPS e reduzir, a longo prazo, as internações devido ao descontrole ou complicações do diabetes, como as amputações e as doenças renais.

Os dados de internação por causa da Diabetes segundo as informações presentes no Sistema de Informação Hospitalares do SUS encontra-se nas tabelas abaixo. Com destaque para os anos que foram impactados pela pandemia Covid, que apresentam dados com diminuição das taxas nos indicadores de internação por causas sensíveis à Atenção Básica.

Indicadores de Morbidade Hospitalar - Taxas de Internação por Condições Sensíveis à Atenção Básica - Rio de Janeiro

Taxa intern. p/diabetes mellitus por Ano segundo Faixa etária

Município: Macaé Ano: 2019-2021

| Faixa etária A | 2019 | 2020 | 2021 | Total |
|----------------|-------|-------|-------|-------|
| Total | 41,3 | 22,6 | 27,4 | 30,3 |
| 0 a 4 anos | 14,6 | 4,8 | 14,3 | 11,2 |
| 5 a 9 anos | 5,3 | 0,0 | 25,1 | 10,3 |
| 10 a 14 anos | 43,6 | 10,6 | 10,6 | 21,4 |
| 15 a 19 anos | 5,1 | 25,5 | 10,2 | 13,6 |
| 20 a 24 anos | 4,4 | 4,3 | 8,6 | 5,8 |
| 25 a 29 anos | 26,5 | 8,8 | 0,0 | 11,7 |
| 30 a 34 anos | 4,1 | 4,1 | 0,0 | 2,7 |
| 35 a 39 anos | 8,3 | 0,0 | 0,0 | 2,7 |
| 40 a 44 anos | 20,5 | 14,7 | 28,3 | 21,3 |
| 45 a 49 anos | 26,9 | 0,0 | 69,0 | 32,6 |
| 50 a 54 anos | 52,4 | 29,9 | 7,4 | 29,8 |
| 55 a 59 anos | 165,5 | 105,3 | 88,8 | 119,5 |
| 60 a 64 anos | 148,8 | 71,3 | 98,5 | 105,6 |
| 65 a 69 anos | 187,0 | 192,6 | 98,0 | 157,5 |
| 70 a 74 anos | 194,2 | 68,9 | 107,8 | 122,0 |
| 75 a 79 anos | 282,1 | 154,3 | 145,9 | 191,9 |
| 80 anos e mais | 245,4 | 0,0 | 130,6 | 124,0 |
| | | | | |

Fonte:

Internações Hospitalares: Sistema de Informações Hospitalares do SUS - SIH/SUS - Ministério da Saúde - Datasus

População: Estimativas da população residente de 2000 a 2021 - pactuada pela SES/RJ, conforme Deliberação CIB-RJ nº 6.250 /2020.

Nota: Para os indicadores da Pactuação Interfederativa do SUS, a SES-RJ adotou, para o ano de 2021, a população de 2020, devido à indisponibilidade da população de 2021 à época da pactuação.

Indicadores de Morbidade Hospitalar - Taxas de Internação por Condições Sensíveis à Atenção Básica - Rio de Janeiro

%Internações p/diabetes mellitus por Ano segundo Faixa etária Município: Macaé Ano: 2019-2021

| 191 | urricipio. Iviacae | A110. 2019-2021 | L | |
|----------------|--------------------|-----------------|------|-------|
| Faixa etária A | 2019 | 2020 | 2021 | Total |
| Total | 1 | 0,8 | 0,7 | 0,8 |
| 0 a 4 anos | 0,2 | 0,1 | 0,2 | 0,2 |
| 5 a 9 anos | 0,2 | 0 | 1,7 | 0,6 |
| 10 a 14 anos | 3,1 | 1,4 | 1,1 | 2,1 |
| 15 a 19 anos | 0,3 | 1,5 | 0,6 | 0,8 |
| 20 a 24 anos | 0,2 | 0,2 | 0,4 | 0,3 |
| 25 a 29 anos | 1,2 | 0,5 | 0 | 0,6 |
| 30 a 34 anos | 0,2 | 0,2 | 0 | 0,1 |
| 35 a 39 anos | 0,4 | 0 | 0 | 0,1 |
| 40 a 44 anos | 0,7 | 0,6 | 1 | 0,8 |
| 45 a 49 anos | 0,7 | 0 | 1,8 | 0,9 |
| 50 a 54 anos | 1,1 | 0,8 | 0,2 | 0,7 |
| 55 a 59 anos | 2,8 | 2,2 | 1,5 | 2,2 |
| 60 a 64 anos | 2 | 1,1 | 1,2 | 1,4 |
| 65 a 69 anos | 1,8 | 2,1 | 0,9 | 1,5 |
| 70 a 74 anos | 1,5 | 0,6 | 0,9 | 1 |
| 75 a 79 anos | 1,6 | 1,2 | 0,9 | 1,2 |
| 80 anos e mais | 1,2 | 0 | 0,6 | 0,6 |

Fonte: Internações Hospitalares: Sistema de Informações Hospitalares do SUS - SIH/SUS - Ministério da Saúde - Datasus.

Cabe destacar que a Coordenação para Doenças Crônicas Não Transmissíveis, também será responsável pela elaboração de protocolos assistenciais, fluxos de referência e contrarreferência, monitoramento e avaliação para dessa linha de cuidado, especificamente relacionado as metas estabelecidas ao PREVINE e PREFAPS relacionados à diabetes.

Sobre as Arboviroses temos os casos de dengue, febre amarela urbana, Zika e Chikungunya, todas transmitidas pelo mosquito chamado cientificamente de Aedes Aegypti. O qual encontrou no Brasil as condições socioambientais favoráveis à sua expansão, possibilitando sua dispersão desde sua reintrodução em 1976 que não conseguiu ser controlada com métodos tradicionalmente empregados.

Segundo o Plano Municipal de Contingência para o controle das Arboviroses (Febre do Chikungunya, Dengue e Zika vírus), desenvolvido pela equipe técnica da Secretaria de Saúde, na atual situação do país, onde é elevado o número de municípios infestados por Aedes aegypti, torna-se imprescindível à implantação de mecanismos para a intensificação das políticas de saúde, saneamento e meio ambiente, que venham contribuir para redução do número de potenciais criadouros do mosquito. Salientam que os números apontam à escola, depois do lócus familiar, como local privilegiado para o desenvolvimento de estilos de vida saudáveis, condutas de baixo risco e a compreensão de que não é só ausência de doenças, mas o resultado de condições adequadas de saneamento, habitação, educação, geração de renda, alimentação, segurança, cultura, lazer, dentre outros. (MS, 2000, p. 87).

Citam também no Plano que a dificuldade do controle do mosquito no Brasil ocorre devido a não uniformidade do cumprimento das diretrizes do programa de controle da Dengue, Zika e Chikungunya em todos os municípios, além da incapacidade da Vigilância Epidemiológica e entomológica em eliminar todos os focos (criadouros) possíveis existentes em todas as regiões de todas as cidades brasileiras. Por isso, a participação social é fundamental. Em que é necessário que cada um faça sua parte, eliminando todos os possíveis focos de proliferação do mosquito (Ministério da Saúde, 2019).

Destacam que as arboviroses urbanas, por se assemelharem a outras doenças de curso viral, e tendo em vista às dificuldades de realização de testagem em todas as unidades de saúde, dificultam a confirmação ou até mesmo uma possível suspeita inicial pelo profissional de saúde. Fato este que pode, em algum grau, dificultar a adoção de manejo clínico adequado e, consequentemente, predispor à ocorrência de formas graves, levando eventualmente a óbitos. (Ministério da Saúde 2021).

Afirmam no Plano que, a dengue é, hoje, a mais importante arbovirose que afeta o homem e constitui um dos principais problemas de saúde pública no mundo, especialmente nos países tropicais, onde as condições são mais favoráveis à proliferação do Aedes aegypti. E que no Brasil, os sorotipos mais "conhecidos" da população são DEN-1, DEN-2, DEN-3 e DEN-4, sendo este último responsável por 90% das contaminações recentes. Que a doença ocorre principalmente entre os meses de janeiro e maio, período em que as temperaturas estão mais elevadas (RADIS, 64 / DEZ 2007).

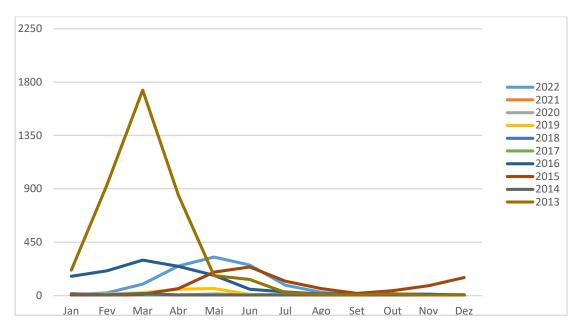
Série história de casos de dengue notificados, Macaé, 2007 a 2022*

| | J a n | F e v | M ar | Ab r | M ai | Ju n | Ju I | A g o | S e t | O ut | N o v | D e z |
|------|-------------|-------------|----------|----------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 2007 | 2 5 | 1 1 7 | 38 4 | 61 7 | 5 0 1 | 1 0 8 | 7 7 | 2 | 2 | 0 | 4 | 3 |
| 2008 | 7 | 1 0 | 10 0 | 34 6 | 1 9 7 | 4 8 | 1 0 | 4 | 2 | 7 | 9 | 1 3 |
| 2009 | 3 6 | 6 1 | 99 | 14 3 | 1 9 2 | 1 2 2 | 5 2 | 2 3 | 3 | 8 | 1 2 | 3 0 |
| 2010 | 1 0 7 | 1 6 4 | 23 0 | 27 0 | 7 2 6 | 3 5 0 | 1 0 9 | 4 0 | 5 | 1 1 | 1 0 | 2 3 |
| 2011 | 1 7 | 3 8 | 12 9 | 16 9 | 1 4 3 | 2 1 1 | 1 2 8 | 4 8 | 3 1 | 3 4 | 3 7 | 1 2 |
| 2012 | 2 2 | 3 2 | 41 | 40 | 2 2 3 | 1 3 7 | 5 8 | 3 9 | 1 1 | 9 | 1 7 | 1 4 |
| 2013 | 1 6 4 | 5 0 6 | 14 72 | 12 00 | 6 4 6 | 1 1 6 | 9 4 | 3 0 | 7 | 1 5 4 | 7 | 8 |
| 2014 | 1 6 | 1 | 20 | 9 | 3 | 5 | 2 | 2 | 0 | 1 | 0 | 2 |
| 2015 | 9 | 4 | 1 | 58 | 1 7 1 | 2 2 6 | 3 3 1 | 1 1 0 | 9 | 3 0 | 7 2 | 1 2 7 |

| | J a n | F e v | M ar | Ab r | M ai | Ju n | Ju I | A g o | S e t | O ut | N o v | D e z |
|------|-------------|-------------|---------|---------|-------------|-------------|---------|-------------|-------------|---------|-------------|-------------|
| 2016 | 2 8 9 | 3 1 1 | 37 9 | 28 8 | 2 0 4 | 7 | 3 5 | 1 9 | 1 9 | 1 7 | 1 4 | 1 |
| 2017 | 1 0 | 2 | 50 | 27 | 1 1 | 1 5 | 1 | 6 | 1 | 2 | 5 | 1 |
| 2018 | 5 | 4 | 0 | 1 | 1 3 | 1 7 | 1 4 | 1 3 | 2 | 4 | 1 | 6 |
| 2019 | 9 | 1 7 | 24 | 22 | 6 4 | 1 9 | 5 2 | 1 5 | 6 | 5 | 2 | 7 |
| 2020 | 5 | 1 | 4 | 4 | 1 4 | 9 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| 2021 | 6 | 4 | 3 | 3 | 9 | 6 | 1 1 | 1 1 | 2 | 5 | 7 | 6 |
| 2022 | 6 | 2 2 | 97 | 24 9 | 3 2 5 | 2 5 7 | 8 7 | 2 8 | | | | |

Fonte: SINAN ON LINE/Divisão de Informação e Análise de Dados – Macaé/RJ atualizado em 19/08/2022, dados sujeitos a revisão

Gráfico 1: Casos de Dengue notificados em Macaé de 2013 a 2022, segundo o mês de notificação.



Fonte: SINAN ON LINE/Divisão de Informação e Análise de Dados – Macaé/RJ atualizado em 19/08/2022, dados sujeitos a revisão

Em Macaé, dos um mil e setenta e um (1071) casos notificados, até agosto de 2022, apenas sessenta e nove (69) são residentes em outros municípios (6,44%), sendo que vinte e dois (22) são residentes de Rio das Ostras (2,05%), dezesseis (16) de Carapebus (1,49%), o que equivale a 55% das notificações de residentes em outros municípios. Ainda há nove (09) notificações de residentes de vários municípios que não pertencem ao Estado do Rio de Janeiro. Um mil e vinte um (1021) casos foram confirmados como Dengue, quatro (04) foram confirmados como Dengue Com Sinais de Alarme, trinta e dois (32) foram descartados e quatorze (14) continuam em aberto ou inconclusivo.

Macaé apresentou em 2022 uma taxa de incidência de 364,85 casos por 100 mil habitantes. A qual é a quarta maior taxa de incidência nos últimos 12 anos. Não foram registrados óbitos por dengue na base de dados do SIM (Sistema de Informação sobre Mortalidade), informado entre os anos de 2014 a 2019 e 2021. Em 2020, foi registrado um óbito, uma criança de um ano que teve uma Dengue com sinais de alerta. E em 2022, no início de agosto, um óbito por Dengue com Sinais de Alarme.

Tabela 4: Taxa de incidência inclui todos os casos notificados, residentes, exceto os casos descartados.

| Ana da inícia das | Natifica e a come residentes | | |
|-------------------------------|--|-----------|--------------------|
| Ano de início dos sintomas | Notificações em residentes, exceto casos descartados | População | Taxa de incidência |
| 2010 | 1814 | 206728 | 877,48 |
| 2011 | 652 | 212433 | 306,92 |
| 2012 | 405 | 217951 | 185,82 |
| 2013 | 4025 | 224442 | 1793,33 |
| 2014 | 46 | 229624 | 20.03 |
| 2015 | 797 | 234628 | 339,69 |
| 2016 | 1265 | 239471 | 528,25 |
| 2017 | 55 | 244139 | 22,53 |
| 2018 | 22 | 251361 | 8,75 |
| 2019 | 207 | 256672 | 80,65 |
| 2020 | 44 | 261501 | 16,85 |
| 2021 | 74 | 266136 | 27,80 |
| 2022 | 971 | 266136* | 364,85 |

Fonte: SINAN ON LINE/Divisão de Informação e Análise de Dados — Macaé/RJ atualizado em 19/08/2022, dados sujeitos a revisão

Sobre a Febre pelo vírus Chikungunya, caracteriza-se por infecção que provoca febre alta, dor de cabeça, dores articulares e dores musculares. A doença pode se manifestar clinicamente de três formas: aguda, subaguda e crônica. Na fase aguda, os sintomas aparecem de forma brusca e compreendem febre alta, cefaleia, mialgia e artralgia (predominantemente nas extremidades e nas articulações, geralmente de forma simétrica). Os sintomas costumam persistir por sete a dez dias, a dor nas articulações pode durar meses ou anos e, em certos casos, converter-se em uma dor crônica incapacitante para algumas pessoas. Frente a este cenário faz-se necessário o aumento da sensibilidade dos serviços de saúde para detecção oportuna de possíveis casos suspeitos importados e autóctones. São considerados casos suspeitos pacientes com febre de início súbito maior de 38,5ºC e artralgia ou artrite intensa com início agudo, não explicados por outras condições, sendo residente ou tendo visitado áreas endêmicas ou epidêmicas até duas semanas antes do início dos sintomas.

Na tabela abaixo, pode-se observar a dinâmica no comportamento do vírus / casos notificados no Município ao longo dos últimos anos. Observa-se um comportamento atípico no ano de

2019 e o retorno dos níveis endêmicos nos demais anos. Com destaque para o ano de 2022 (ref. Ago), que ocorreram 16 casos notificados de Febre Chikungunya, sendo 12 são de residentes (75%).

Tabela 14: Casos notificados de Febre Chikungunya em Macaé, segundo faixa etária e ano de notificação, 2015-2022

| | | | | .cagao, = | 010 2022 | | | | |
|-----------------------|----------|----------|----------|-----------|----------|----------|----------|----------|-----------|
| Faixa Etária | 20 15 | 20 16 | 20 17 | 20 18 | 20 19 | 20 20 | 20 21 | 20 22 | Tot al |
| Meno r de 1 ano | 0 | 0 | 0 | 3 | 28 | 0 | 0 | 0 | 31 |
| 1 a 4 anos | 1 | 1 | 0 | 0 | 34 | 0 | 1 | 0 | 37 |
| 5 a 9 anos | 0 | 1 | 0 | 1 | 84 | 0 | 0 | 0 | 86 |
| 10 a 14 anos | 0 | 0 | 0 | 5 | 89 | 0 | 0 | 4 | 98 |
| 15 a 19 anos | 3 | 0 | 0 | 4 | 11 1 | 1 | 0 | 3 | 12 2 |
| 20 a 29 anos | 0 | 5 | 1 | 18 | 39 8 | 2 | 0 | 5 | 42 9 |
| 30 a 39 anos | 1 | 9 | 4 | 37 | 51 9 | 1 | 2 | 2 | 57 5 |
| 40 a 49 anos | 0 | 3 | 3 | 39 | 44 0 | 2 | 1 | 0 | 48 8 |
| 50 a 59 anos | 0 | 6 | 4 | 46 | 43 1 | 4 | 0 | 2 | 49 3 |

| 60 a 69 anos | 0 | 3 | 0 | 28 | 35 6 | 1 | 1 | 0 | 38 9 |
|--------------------|---|----|----|---------|-----------|----|---|----|-----------|
| 70 a 79 anos | 0 | 1 | 2 | 22 | 16 3 | 1 | 0 | 0 | 18 9 |
| 80 anos e + | 0 | 0 | 1 | 7 | 85 | 1 | 0 | 0 | 94 |
| Ignor ado | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 5 | 29 | 15 | 21 0 | 2.7 38 | 13 | 5 | 16 | 3.0 31 |

Fonte: SINAN ON LINE/Divisão de Informação e Análise de Dados – Macaé/RJ atualizado em 19/08/2022, dados sujeitos a revisão

Sobre os casos notificados de Zika vírus em Macaé, apresentamos abaixo a tabela de comportamento desse vírus. Salientamos que em 2016 começaram a ser notificados os casos de Doença Aguda pelo Vírus Zika no SINAN, nesse ano foram 88 notificações, sendo 85 notificações de residentes, 52 (59,1%) de gestantes. Em 2017 o município teve 6 notificações, sendo 2 em gestantes e em 2018 foram 14 notificações sendo duas em gestantes. E nos últimos três anos não tiveram casos notificados.

Tabela 24: Casos notificados de Zika Vírus em Macaé, por ano de notificação, 2015 e 2022

| Ano Notificação | Casos notificados |
|-----------------|-------------------|
| 2015 | 0 |
| 2016 | 88 |
| 2017 | 6 |
| 2018 | 14 |
| 2019 | 8 |
| 2020 | 0 |
| 2021 | 0 |
| 2022 | 0 |
| Total | 116 |

Fonte: SINAN/Divisão de Informação e Análise de Dados – Macaé/RJ atualizado em 19/08/2022, dados sujeitos a revisão

Tabela 25: Casos notificados de Zika Vírus em Macaé, por estado gestacional e ano de notificação, 2016 e 2022

| Ano Notificaç ão | 1º Trimest re | 2º Trimest re | 3º Trimest re | Idade gestacio nal | Nã o | Não se Apli ca | Tot al |
|------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------------------|---------|-------------------------|-----------|
| 2016 | 8 | 9 | 10 | 25 | 7 | 26 | 85 |
| 2017 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 3 | 6 |
| 2018 | 0 | 0 | 0 | 2 | 6 | 6 | 14 |
| 2019 | 0 | 0 | 0 | 3 | 3 | 1 | 7 |
| 2020 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2021 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2022 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 8 | 10 | 11 | 30 | 17 | 36 | 112 |

Fonte: SINAN/Divisão de Informação e Análise de Dados – Macaé/RJ atualizado em 19/08/2022, dados sujeitos a revisão

Assim, visando o combate e a redução da taxa de incidência, Macaé realizada, a cada dois anos, um Plano Municipal de Contingência para o controle das Arboviroses (Febre do Chikungunya, Dengue e Zika vírus), com as seguintes ações:

- Realização de notificação compulsória;
- Realização de exames específicos para diagnóstico de dengue, Zika e Chikungunya;
- Alertas aos profissionais para solicitação do exame no momento oportuno;
- Realização notificação compulsória;
- Realização dos exames específicos para diagnóstico de dengue, Zika e Chikungunya;
- Alertas aos profissionais para solicitação do exame no momento oportuno;
- Comparação de resultados laboratoriais com as notificações;
- Realização de visitas nos bairros de maior incidência;
- Manutenção do Comitê de Investigação de Óbito, através de reuniões sistematizadas;
- Disponibilização de relatórios para as Unidades de Saúde e para a população.

- Realiza visitas domiciliares com os Agentes de Combate de Endemias e Agentes Comunitários de Saúde;
- Realização do LIRAa, no mínimo, quatro vezes por ano;
- Analise os resultados e divulgar.
- Realização de treinamento e capacitação aos profissionais de saúde;
- Realização de orientação nas Unidade Escolares (PSE);
- Promoção de campanhas relacionadas às Arboviroses.
- Manutenção de reuniões bimestrais;
- Elaboração do Plano Bianual e apresentação aos Órgãos Competentes.

Apesar de tratar-se de um agravo de transmissão por vetor com necessidades de condições específicas para proliferação e transmissão do vírus, espera-se, com a melhoria da qualidade de vida da população, investimentos nos equipamentos públicos (ampliação da macrodrenagem, melhoria na rede de esgoto, etc.) e avanço das ações educativas promovidas sistematicamente pela Secretaria de Saúde em parceria com outros Órgãos, a diminuição gradativa dos índices de casos registrados.

Outro ponto de Atenção à Saúde importante da RAS que precisa ser destacado é cuidado no atendimento à Pessoa Idosa, pois o Brasil envelhece de forma rápida e intensa. Segundo o IBGE, a população idosa brasileira é composta por 29.374 milhões de pessoas, totalizando 14,3% da população total do país. A expectativa de vida em 2016, para ambos os sexos, aumentou para 75,72 anos, sendo 79,31 anos para a mulher e 72,18 para o homem.

Macaé apresenta uma população idosa estimada em 27.734, em um universo de 266.136 habitantes, representando 10% da população. Em 2020 o índice de envelhecimento em Macaé estava estimado em 44,9% (pop. Idosa/jovem).

População Idosa Estimada - Macaé

| Faixa etária | Feminino | Masculino | Total |
|----------------|----------|-----------|---------|
| Total | 132.445 | 133.691 | 266.136 |
| 60 a 69 anos | 9.048 | 8.244 | 17.292 |
| 70 a 79 anos | 4.135 | 3.244 | 7.379 |
| 80 anos e mais | 1.939 | 1.124 | 3.063 |

Fonte: 2016 a 2021: Estimativas preliminares efetuadas pela Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, a partir das Estimativas segundo o IBGE/TCU. Não há dados disponíveis da população estimada para 2022. Esse crescimento representa um importante conquista social e resulta da melhoria das condições de vida, com ampliação do acesso a serviços médicos preventivos e curativos, avanço da tecnologia médica, ampliação da cobertura de saneamento básico, aumento da escolaridade e da renda, entre outros determinantes.

Em relação ao perfil epidemiológico da população idosa é caracterizado pela tripla carga de doenças com forte predomínio das condições crônicas, prevalência de elevada mortalidade e morbidade por condições agudas decorrentes de causas externas e agudizações de condições crônicas. A maioria dos idosos é portadora de doenças ou disfunções orgânicas, mas cabe destacar que esse quadro não significa necessariamente limitação de suas atividades, restrição da participação social ou do desempenho do seu papel social.

No cenário internacional, a discussão sobre envelhecimento da população mundial teve como marco a aprovação do Plano Internacional para Envelhecimento, conduzido pela ONU, em Madri, no ano de 2002, que estabeleceu como objetivo garantir o envelhecimento seguro e digno para todas as populações do mundo com participação e lugar nas sociedades como cidadãos plenos de direitos.

Um marco na política assistencial, advém com o estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) tenho como iniciativa inovadora na garantia de direitos da pessoa idosa com eixos na assistência nas áreas relacionadas ao direito à vida, à liberdade, ao respeito, à alimentação, à saúde, à convivência familiar, à dignidade e a convivência comunitária.

Em relação ao Sistema Único de Saúde, houve a implementação pelo Ministério da Saúde da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, normatizada pela Portaria GM/MS nº 2.528, de 19 de outubro de 2006), com as principais diretrizes: o envelhecimento ativo e saudável, atenção integral à saúde da pessoa idosa, estímulo às ações intersetoriais, fortalecimento do controle social, garantia de orçamento, incentivo a estudos e a pesquisas.

A Coordenação de Saúde da Pessoa Idosa do Ministério da Saúde, publicou, nos anos de 2013 e 2014, o documento "Diretrizes para o cuidado das pessoas idosas no SUS: proposta de Modelo de Atenção Integral", com objetivo orientar a organização do cuidado ofertado à pessoa idosa no âmbito do SUS, potencializando as ações já desenvolvidas e propondo estratégias para fortalecer a articulação, a qualificação do cuidado e a ampliação do acesso da pessoa idosa aos pontos de atenção das Redes de Atenção à Saúde. A Atenção Básica, principal porta de entrada para o SUS, apresenta-se como ordenadora do cuidado e este deve considerar as especificidades desse grupo populacional, a partir de sua capacidade funcional.

No Município, existem dois dispositivos vinculados a Secretaria Adjunta de Atenção Básica: o Programa de Atenção Integral à Saúde do Idoso (PAISI) e o Centro de Atenção à Pessoa Idosa (CAPI).

Os dispositivos atendem pessoas com ou acima de 60 anos (idosos) que estejam necessitando de tratamento e acompanhamento especializado devendo ser residentes no Município de Macaé. Mediante aumento da demanda atualmente o PAISI vem atendendo as prioridades, como aos idosos com situação de urgência, vulnerabilidade e acima de 85 anos. Ambos os dispositivos apresentam protocolos e fluxos de atendimento semelhantes e o cuidado é realizado por equipe multidisciplinar (geriatras, assistentes sociais, enfermeiras, psicólogas, nutricionistas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogas)

No intuito em demostrar o quantitativo de atendimentos realizados por cada dispositivo de saúde de atendimento à pessoa idosa, segue o quadro abaixo:

| Uni dad e/ mê s /20 23 | J A N | F E V | M A R | A B R | M A I | J U | J U L | A G O | S E T | O U T | N O V | D E Z |
|--|-------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------|-------------|------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| PAI SI | 9 5 1 | 1 4 9 8 | 1 7 9 8 | 1 0 6 2 | 1 1 1 9 | 8 4 6 | 7 4 7 | 1 0 9 7 | 9 4 4 | 9 9 4 | 8 7 3 | 8 5 6 |
| CA PI | 2 8 3 | 3 2 5 | 3 5 7 | 3 4 2 | 7 1 3 | 4 9 9 | 5 1 7 | 6 8 0 | 5 0 6 | 4 6 2 | 3 7 2 | 3 8 9 |

Destacamos que o Ministério da Saúde define que a porta de entrada prioritária para atendimento e acompanhamento da saúde da pessoa idosa são as unidades de atendimento primário como as Unidades Básicas de Saúde e as Estratégias Saúde da Família, referenciando para os dispositivos de atendimento secundário os casos de vulnerabilidade ou idosos com comorbidades com manejo limitado pelas unidades de Atenção Primária.

Nas unidades da Atenção Primária, são acompanhadas as pessoas idosas fazendo trabalho de promoção, prevenção de agravos e acompanhamento tratamento das principais comorbidades que recaem sobre este público, as doenças crônicas não transmissíveis. Atuação destes profissionais impactam positivamente nos indicadores de saúde resultando num envelhecimento ativo e saudável.

Alguns exemplos de ações desenvolvidas pelos estabelecimentos de Atenção primária, são as promoção e prevenção e de acompanhamento ao idoso como testes rápidos, detecção de IST/AIDS, alimentação saudável, saúde mental, combate à violência, redução de danos (principalmente no uso abusivo de álcool e outras drogas).

Para demonstrar alguns destes impactos assistenciais dos dispositivos de Atenção Primária, temos as campanhas de vacinação para o público idoso (quadro a seguir) que previne adoecimento e internações por motivos evitáveis como pneumonias comunitárias.

Campanhas de Vacinação contra gripe em idosos.

Vacinação contra influenza sazonal (gripe) em idosos, 2007 a 2013

| | ETAPA | | | | |
|------|--------|-----------|---------|--|--|
| ANO | META | VACINADOS | % | | |
| 2009 | 16.431 | 16.491 | 100,37% | | |
| 2010 | 16.431 | 13.521 | 82,29% | | |
| 2011 | 16.431 | 13.394 | 81,52% | | |
| 2012 | 15.937 | 15.037 | 94,35 | | |
| 2013 | 16.802 | 16.573 | 98,64 | | |

FONTE: SI - API/MUNICIPAL, 2013

Em relação as Instituições de Longa Permanência para idosos (ILPI), são definidas como instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinadas ao domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar e em condições de liberdade, dignidade e cidadania e estão apoiadas na RDC n° 283/2005. No Município está vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social.

As ILPS existentes no território são: Liga Beneficente São João Batista de Macaé, Recanto dos Idosos Sagrado Coração de Jesus de natureza não governamental e o Hotel de Deus como dispositivo próprio.

Atualmente o Município não dispõe de um Centro de Convivência do Idoso, ou seja, um espaço destinado ao desenvolvimento de atividades socioculturais e educativas, que dá oportunidade à participação do idoso na vida comunitária, prevenindo situações de risco pessoal e contribuindo para o envelhecimento ativo, saudável e autônomo. Diversas atividades podem ser desenvolvidas nos centros de Convivência, tais como: ginástica, dança, artesanato, teatro, canto, jogos de cartas, dança, palestras, encontros, entre outros.

Desta forma, apesar de não ser um dispositivo de saúde, vislumbra-se a necessidade de reativar o Centro de Convivência do Idoso, pois é de conhecimento que fatores como a alimentação, prevenção e atividade física adequada são característica de um estilo de vida saudável. Então, vê-se uma necessidade de oferecer atividades físicas e culturais como alongamento, ginástica de coordenação motora, fortalecimento cardiovascular e muscular, atividades recreativas e rítmicas, teatrais e de canto, adequadas a faixa etária e as condições fisiológicas da população.

Considerando a expansão da Cobertura de Estratégia Saúde da Família e Unidades Básicas de

Saúde, espera-se que estes dispositivos passem a desempenhar papel prioritário no cuidado ao idoso, organizando dessa forma a rede assistencial. Porém, com o aumento da expectativa de vida e consequentemente, maior demanda pelo serviço de saúde que irão necessitar de Assistência Especializada das unidades citadas anteriormente, vislumbra-se a necessidade de adequação de espaço unificado para a otimização da capacidade instalada, e desta forma ampliar das ações e o acesso.

No que concerne à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), Segundo o Ministério da Saúde define que consiste na realização do direito de todos ao acesso regular, permanente e irrestrito a alimentos de qualidade, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva.

E que a Insegurança Alimentar e Nutricional ocorre quando a SAN não é garantida integralmente e classifica em três categorias, quais sejam:

- Insegurança alimentar leve: Apresentam comprometimento da qualidade da alimentação em detrimento da manutenção da quantidade percebida como adequada;
- Insegurança alimentar moderada: apresentam modificações nos padrões usuais da alimentação entre os adultos concomitante à restrição na quantidade de alimentos entre os adultos;
- Insegurança alimentar grave: são caracterizados pela quebra do padrão usual da alimentação com comprometimento da qualidade e redução da quantidade de alimentos de todos os membros da família, inclusive das crianças residentes neste domicílio, podendo ainda incluir a experiência de fome.

Estima-se que mais de 33 milhões de brasileiros encontra-se em Insegurança Alimentar grave. Destacamos que, não é possível mensurar o impacto na saúde pública da desnutrição e subnutrição no município relacionado ao tema, tendo em vista tratar-se de um tema recente e ser um cuidado transversal. Desta forma, foi utilizado o SAGI do Ministério da Cidadania para demonstrar a realidade do Município no contexto social.



Fonte: SAGI, Ministério da Cidadania, agosto/2022.

Em termos de saúde, as pessoas mais prejudicadas são as populações biologicamente mais vulneráveis, os bebês e as crianças menores de cinco anos, além de gestantes e lactantes.

Esses são os grupos que sofrem impacto mais imediatos com a fome, com a má alimentação causando uma série de infecções comuns, como a diarreia e infecções respiratórias agudas.

Esse aumento da Insegurança Alimentar vai ter impacto tanto na desnutrição quanto no excesso de peso e na obesidade. De imediato, sem ter dados, o que se espera é que os serviços de saúde tenham aumentadas suas demandas, porque as famílias vão ficar mais doentes.

As ferramentas disponíveis atualmente no Município visam a correção e tratamento de distúrbios alimentares infantil até a implementação de políticas ministeriais com maior alcance ao cerne do problema.

A Secretaria de Saúde de Macaé dispõe de uma Gerência de Alimentação e Nutrição que é responsável no cuidado ambulatorial por assegurar a assistência integral às crianças e adultos com carências nutricionais que estão sob risco, além de atuar na promoção de ações educativas de alimentação saudável.

Cumpre destacar que, mediante ao tema houve a necessidade da referida Gerência reformular e ampliar a sua área de abrangência, articulando novas estratégias de atuação, visando o enfrentamento das mazelas correlacionadas insegurança alimentar e nutricional.

Sobre o Serviço de Oncologia no Município de Macaé, cabe mencionar que a Secretaria de Saúde dispõe de um Polo de Oncologia, com a finalidade de oferecer um atendimento humanizado, de qualidade e com maior agilidade visando diminuir o tempo entre o rastreio e diagnóstico até o atendimento de alta complexidade em oncologia (UNACON).

Seu funcionamento é caracterizado pelo acolhimento, autorização nos exames específicos de diagnósticos e posterior regulação para unidades UNACOM ou para o Hospital São João Batista.

Tem como premissa assegurar o acesso e oferta de serviços visando o rastreamento, diagnóstico e o tratamento integral do paciente oncológico baseado nas diretrizes do Ministério da Saúde, integrar todos os níveis da rede assistencial municipal, fortalecimento das políticas de prevenção.

O polo de oncologia Municipal é a porta de entrada dos usuários com diagnóstico ou processo de investigação ao Sistema Único de Saúde e coloca-se como ferramenta para orientar sobre a doença, solucionar as dúvidas e demais demandas a estes pacientes quanto ao tratamento e acompanhamento pelo dispositivo.

Por ser um dispositivo de acolhimento, consegue acompanhar a prestação dos serviços públicos ou contratados ou contratualizados ofertado aos pacientes oncológicos.

O polo de Oncologia Municipal, como relatado anteriormente, regula seus pacientes para atendimento de alta complexidade em oncologia, geralmente para as unidades do Álvaro Alvim, OncoBeda (unidade descentralizada – Macaé e sede em Campos dos Goytacazes, o INCA.

Vale ressaltar que para agilizar o diagnóstico de algum problema na próstata e tratamento imediato, o município oferece o exame de Biópsia de Próstata guiada por ultrassom transretal no HPM, por meio do qual o paciente dá entrada no exame na recepção do Controle e Avaliação, para ser autorizado e agendado.

Como diferencial o Polo de Oncologia Municipal oferece acompanhamento multidisciplinar e com serviço reabilitação para os pacientes não precisarem ir para fora do domicílio, nas unidades UNACOM.

Destaca-se que no Município existe uma unidade hospitalar contratualizada para realização de atendimento em alta complexidade em oncologia e com processo de solicitação de credenciamento em análise pelo Ministério da Saúde.

Espera-se que com o credenciamento aumente a capacidade instalada e consequentemente a diminuição do deslocamento diário de pacientes para fora do domicílio, possibilitando realizar quase toda linha de cuidado em oncologia (quimioterapia e radioterapia) no Município. Desta forma, amenizando os impactos do tratamento, os quais são muito invasivos e deletérios ao organismo, no retorno ao Município.

O polo de Oncologia Municipal atualmente tem seu funcionamento no R. Governador Roberto Silveira, 108 – Centro, e com previsão de mudança (primeiro semestre/2023) para o endereço: Rua Antero Perlingeiro n° 47 - Centro, com objetivo de ampliar alguns serviços que foram descentralizados. Desta forma estima uma capacidade de atendimento de até 100 pacientes semanais, entre consultas médicas, atendimento de fisioterapia, psicologia entre outros serviços.

Outro ponto importante de atenção integrante do Sistema Único de Saúde é a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída pela Portaria GM/MS nº 3.088/2011, que estabelece os pontos de atenção para o atendimento de pessoas com problemas mentais, incluindo os efeitos nocivos do uso de crack, álcool e outras drogas.

A Rede é composta por Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), os Centros de Convivência e Cultura, as Unidade de Acolhimento (UAs), e os leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos CAPS III).

Em relação aos atendimentos ofertados pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), cumpre destacar que o modelo existente no município, qual seja, CAPS II, é insuficiente para atender às demandas da população. Tendo em vista que o modelo de CAPS II é destinado para uma população acima de 70 mil habitantes, e o modelo CAPS III para uma população acima de 200 mil habitantes, nos termos da Portaria MS 3.088/2011. Outro agravante associado a essa necessidade, foi o fechamento da Instituição de Internação Psiquiátrica Hospital João Viana que acolhia os pacientes macaenses em crise, demanda essa absorvida pelos CAPS existentes na cidade. Assim, observa-se um déficit na oferta desses serviços. Além disso, não há implementado no município dispositivos como UAs e Leitos de Retaguarda.

No que tange ao número de atendimentos realizados pela RAPS, observa-se um crescimento próximo de 70%, conforme demonstrado abaixo, fato que pode estar vinculado aos impactos na saúde mental relacionado ao prejuízo no bem-estar psicossocial ocasionados pelos efeitos sociais, sanitários e econômicos, especialmente em populações mais vulneráveis, e ainda aos efeitos decorrentes da pandemia e pós-pandemia.

| DISPOSITIVOS | 2020 | 2021 | 2022 |
|------------------------------|--------|--------|---------|
| CAPS AD | 5.674 | 4.306 | 4.817 |
| CAPS BETINHO | 8.709 | 29.162 | 64.672 |
| CAPS INFANTIL | 8.073 | 7.293 | 9.063 |
| NÚCLEO DE SAÚDE MENTAL | 8.703 | 16.659 | 22.036 |
| ESPAÇO CONVIVÊNCIA E CULTURA | 3.374 | 3.957 | 3.525 |
| TOTAL | 34.533 | 61.377 | 104.113 |
| Crescimento | 77,7 | | |
| S. SSSCHLO | | | 69,6% |

Mediante os dados apresentados na tabela acima que demonstram os impactos sofridos e descritos anteriormente, a Secretaria de Saúde promoveu ações visando a ampliação do acesso especializado aos serviços de saúde mental. Uma delas foi a revisão e instituição de novos fluxos de acesso ao atendimento à população infantojuvenil de acordo com o perfil de atendimento dos dispositivos que compõem a Rede de Atenção à Saúde. A outra, foi a realização de um Processo Seletivo Simplificado para ampliação do quadro de recursos humanos.

Diante ao exposto, para melhorar a oferta do serviço, vislumbra-se o aumento da cobertura do serviço especializado a toda população com transtorno e ou sofrimento mental, outras ações estão sendo planejadas pela atual gestão, como: medida a curto prazo - processo de chamamento público, no intuito de contratualizar/contratar serviços especializados nessa área, visando ampliar o acesso aos serviços de saúde mental; medida a médio prazo - Fomentar

mecanismo para discussão para iniciar residência multiprofissional em saúde mental e a conversão dos CAPS existentes em CAPS III (CAPS Betinho, AD Porto e Infanto-juvenil). Em que cabe destacar que o CAPS Betinho se encontra em processo de adequação para CAPS III e está sendo elaborado um estudo técnico para conversão dos outros dois dispositivos; Medida à Longo Prazo - construção de uma unidade assistencial para atendimento as crianças e adolescente do tipo Unidade de Acolhimento InfantoJuvenil (UAI) e mais duas unidades de CAPS do tipo II, considerando como plano de expansão conforme crescimento populacional.

No que se refere ao financiamento dos serviços, foi observado que os dispositivos RTs, Leitos do HPM e Casa de Convivência não são credenciados pelo Ministério da Saúde. Desta forma, essa gestão já iniciou o processo junto ao Ministério para o Centro de Convivência, e está adequando a infraestrutura dos Serviços de Residência Terapêutica para posterior solicitação.

Como o presente diagnóstico desafia a reflexão futura sobre os possíveis cenários a serem percorridos no que tange a assistência à saúde, não pode ser negligenciado as soluções inovadoras e tecnológicas relacionadas a saúde que estão disponíveis e as diversas possibilidades, com o avanço tecnológico e a inteligência artificial. Nesse contexto, vislumbrase a necessidade da inclusão das seguintes ações: Instituir definitivamente o Prontuário Eletrônico Único e Integrado; Informatizar todo os fluxos administrativos e assistenciais da Secretaria de Saúde, integrando os serviços de imagem, laboratoriais, procedimentos e complementares; Fomentar ações setoriais, relacionada a assistência baseado em dados (sistemas com I.A); Fomentar discussão e capacitação de preparação de ambiente tecnológico para internet das coisas (IoT) como parte dos cuidados ao paciente; Soluções de acompanhamento remoto dos pacientes com uso de novas tecnologias; e possibilidade de agendamento eletrônico de consultas.

O presente diagnóstico abordou a análise do perfil demográfico e epidemiológico do município, associado aos indicadores de saúde, traçando os desafios enfrentados atualmente e as perspectivas de melhorias para esses cenários. O que vai ao encontro com as práticas adotadas pela atual gestão.

No entanto, apesar do grande investimento que esta municipalidade tem realizado para assegurar uma saúde de qualidade e oportuna a seus munícipes, são grandes os desafios relacionados à ampliação do acesso ao serviço de atenção primária até o seu nível de maior complexidade, incluindo as soluções tecnológicas e inovadoras (https://aps.saude.gov.br/gestor/financiamento/componentesfinanciamento/)

PLANO ESTRATÉGICO

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|---|
| Relacionado ao acesso de serviços de Atenção | Ampliar a cobertura da Atenção primária de |
| Primária: | acordo com crescimento populacional |
| Relacionado aos não alcance dos indicadores de saúde sensíveis atenção primária: a) Fortalecer a linha de cuidado das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) com melhoria do cuidado, alcance das metas do PREVINE e PREFAPS, reduzindo a longo prazo as internações por condição sensível à atenção primária; | a.1) HIPERTENSÃO - Atingir as metas do PREFINE E PREFAPS. a.2) DIABETES - Atingir as metas do PREFINE E PREFAPS. |
| b) Incidência /aumento nos casos de infecções sexualmente transmissíveis (IST) | |
| Relacionado ao não alcance dos indicadores Linha de cuidado da mulher e materno infantil: Índice de proporção entre partos normais e cesarianos Cobertura de pré-natal; Incidência de sífilis congênita; Índice de mortalidade materna (n° de óbitos maternos)/(NV x 100 mil); índice de mortalidade neonatal (crianças de 0 a 27 dias)/(mil nascidos vivos) Indice de mortalidade na infância (crianças menores de 5 anos)/(mil nascidas vivas) Manter percentual de NV cuja as mãe tenham 19 anos ou menos, abaixo de 20 % Cobertura vacinação conforme as portarias ministeriais Mortalidade prematura por câncer de mama Mortalidade prematura de câncer colo útero. | a.1) Ampliar a realização de partos normais; a.4) Ampliar o acesso as consultas e exames de pré-natal; b) Atender o quantitativo de consultas de pré- natal estabelecido no PREVINE; c1) Reduzir a incidência de sífilis congênita; d.1) reduzir a incidência de mortalidade materna aos parâmetros definidos pelo OMS/MS. d.2) Adequar a Maternidade as exigências relacionadas a proporção dos tipos de leitos obstétricos conforme aumento populacional, conforme Portaria Ministerial Vigente. e) Reduzir a manter dentro das diretrizes recomendas pelo MS e OMS. f) Reduzir a manter dentro das diretrizes recomendas pelo MS e OMS. g) Manter abaixo de 20% o percentual de NV de mães que tenham 19 anos ou menos h) Atingir a meta de cobertura vacinal estabelecida pelo Ministério da Saúde.) Aumentar os serviços de rastreamento de câncer mama nas APS. j) Aumentar os serviços de rastreamento de câncer colo de útero nas APS. |
| Relacionado a assistência da RAPS a) Déficit atual de unidades assistenciais | a) Oferecer cobertura ao serviço especializado a |
| específicas conforme a idade e as pessoas com sofrimento mental ou transtorno mental em conformidade com a Portaria Ministerial n° 3.088/2011; | toda população com transtorno e ou sofrimento mental . |
| b) Déficit estimado de unidades assistências com a perspectiva de crescimento populacional;c) Ausência de credenciamento do serviço | b) Adequar a RAPS as Portarias Ministeriais vigente. |
| residencial vinculado a saúde; | c) Credenciar os serviços residenciais vinculados a saúde; |

| d) Ausência de credenciamento da Casa da | |
|--|---|
| Convivência | d) Credenciar a Casa da Convivência em Centro |
| e) Ausência de credenciamento do Hospital | de Convivência |
| Público Municipal de Macaé (HPM) – Dr. | |
| Fernando Pereira da Silva em referência para | |
| pessoas em sofrimento mental ou transtorno | f.1) Ampliar a quantidade de capacitações |
| mental | f.2) Viabilizar qualificação profissional em Saúde |
| e.1) Déficit de leitos atuais de retaguarda para | Mental |
| saúde Mental | |
| e.2) Déficit de leitos estimados de retaguarda | g) ampliar a oferta de serviços |
| para saúde mental; | |
| f) Ausência de capacitação e formação | |
| profissional para atendimento em Saúde Mental | |
| g) Déficit na capacidade instalada para o | |
| atendimento à pessoa com transtorno do | |
| espectro autista (TEA) e outros transtornos | |
| relacionado à criança e adolescente. | |
| Relacionadas a inovação tecnológica na saúde: | |
| Ausência de Prontuário Único. | Implantar em 100% prontuário único |
| Ausência de informatização de todo fluxo | Informatizar 100% todo fluxo administrativo e |
| administrativo e assistencial da Secretaria de | assistencial; |
| Saúde, integrando os serviços de imagem, | Criar grupos de trabalho intersetoriais para |
| laboratoriais, procedimentos e prestadores. | discussão e implantação de futuras estratégias |
| Fomentar ações setoriais, relacionada a | Ampliar o acesso ao atendimento não presencial |
| assistência baseado em dados (sistemas com I.A) | (telemedicina) |
| Fomentar discussão e capacitação de preparação | |
| de ambiente tecnológico para internet das coisas | |
| (IoT) como parte dos cuidados ao paciente; | |
| Acompanhamento remoto dos pacientes com | |
| uso de novas tecnologias; | |
| Possibilidade de agendamento eletrônico de | |
| consultas. | |
| Relacionadas às Arboviroses: | |
| Melhoria de ações de Vigilância Epidemiológica; | a.1) Monitora os casos de incidência de |
| | Arboviroses no Município; |
| | a.2) Acompanhar a dinâmica da circulação viral; |
| | a.3) Investir os óbitos suspeitos de dengue; |
| | a.4) Elaborar relatórios/Boletins de Alertas em |
| | base do SINAN e LIRAa. |
| | |
| Melhoria de ações de Controle do Vetor; | b.1) Realizar visitas nos domicílios; |
| , | b.2) Adotar o LIRAa como instrumento padrão de |
| | verificação de índices; |
| | a 4) Baalian akirida la |
| Melhoria de ações de Capacitação; | c.1) Realizar atividades de capacitação; |
| · • • | day Mantan a sasanina (|
| Melhoria de ações de Gestão; | d.1) Manter e assegurar o funcionamento do |
| · | Comitê; |
| | d.2) Pactuar ações do Plano CGR; |
| Relacionadas a inovação tecnológica na saúde: | |
| | |
| · · · · · · · · · · · · · · · · · · · | |
| Ausência de Prontuário Único. Ausência de informatização de todo fluxo | Implantar em 100% prontuário único |

| | T |
|--|--|
| Saúde, integrando os serviços de imagem, | Informatizar 100% todo fluxo administrativo e |
| laboratoriais, procedimentos e prestadores. | assistencial; |
| Fomentar ações setoriais, relacionada a | Criar grupos de trabalho intersetoriais para |
| assistência baseado em dados (sistemas com I.A) | discussão e implantação de futuras estratégias |
| Fomentar discussão e capacitação de preparação | Ampliar o acesso ao atendimento não presencial |
| de ambiente tecnológico para internet das coisas | (telemedicina) |
| (IoT) como parte dos cuidados ao paciente; | |
| Acompanhamento remoto dos pacientes com | |
| uso de novas tecnologias; | |
| Possibilidade de agendamento eletrônico de | |
| consultas. | |
| eonsaitas. | |
| Relacionadas às Arboviroses: | |
| | a.1) Monitora os casos de incidência de |
| Melhoria de ações de Vigilância Epidemiológica; | Arboviroses no Município; |
| | a.2) Acompanhar a dinâmica da circulação viral; |
| | a.3) Investir os óbitos suspeitos de dengue; |
| | a.4) Elaborar relatórios/Boletins de Alertas em |
| | base do SINAN e LIRAa. |
| | b.1) Realizar visitas nos domicílios; |
| | b.2) Adotar o LIRAa como instrumento padrão de |
| Melhoria de ações de Controle do Vetor; | verificação de índices; |
| memoria de ações de controle do vecol, | Vermouşue de manees, |
| | c.1) Realizar atividades de capacitação; |
| Melhoria de ações de Capacitação; | d.1) Manter e assegurar o funcionamento do |
| , , | Comitê; |
| Melhoria de ações de Gestão; | |
| | d.2) Pactuar ações do Plano CGR; |
| Atenção Integral à População Idosa: | |
| Melhoria do acesso aos serviços de saúde à | a.1) Adequar Ampliar o acesso; |
| população idosa; | b.1) Promover ações para o envelhecimento |
| ρομαίας αυτόσα, | ativo, saudável e autônomo. |
| Serviço de Oncologia: | ativo, saudavei e autonomo. |
| oci viço de oricologia. | |
| Melhoria do acesso dos pacientes ao serviço | a.1) Ampliar o acesso atendimento de alta |
| especializado; | complexidade em oncologia (UNACON);b.1) |
| · | Ampliar o acesso de reabilitação; |
| Insegurança Alimentar: | |
| a) Insegurança Alimentar; | a.1) Formulação de Políticas Intersetoriais e de |
| | enfrentamento; |

MACAÉ: CIDADE ECONOMICAMENTE SUSTENTÁVEL





Na visão da Secretaria de Agroeconomia, esperamos fortalecer a economia da região tornando nossa área rural mais produtiva, potencializando o escoamento da produção, almejando o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida para o homem do campo.

Os produtos oriundos da agricultura familiar sempre tiveram sua importância associada ao abastecimento regional de alimentos e na sua função na economia, além de reduzir o êxodo rural e ser a principal fonte de recursos para as famílias com menor renda, contribuindo de maneira significativa para a geração de renda e empregos.

Segundo o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a cidade de Macaé apresentou um comportamento populacional comum entre as áreas urbanas e rurais do país nos anos de 1991 e 2010. Para área urbana houve um aumento do número de habitantes de 85.920 (91,74%) para 202.859 (98,13%), enquanto a área rural passou de 7.737 (8,26%) para 3.869 (1,87%) habitantes (PNUD, IPEA, FJP, 2013). Podendo através deste indicador ser observado o êxodo rural mencionado.

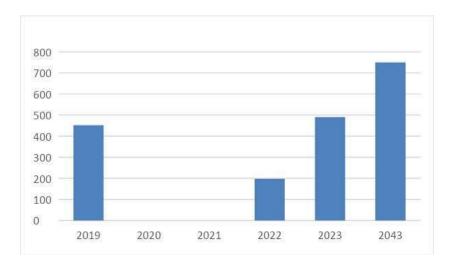
Neste contexto a Assistência Técnica ao Produtor Rural (ATER), realizada através da Secretaria de Agroeconomia, no apoio à produção sustentável e à sua comercialização se dá por meio do incentivo à produção agroecológica / orgânica ou sem agrotóxicos, fornecendo maquinários, insumos, mudas, sementes, dentre outros.

Os gráficos abaixo apresentam o número de visitas técnicas e volume de produção comercializado na merenda escolar. As projeções foram realizadas considerando uma expectativa de aumento populacional.

Gráfico I – Número de visitas da ATER aos produtores rurais nos anos de 2019 a 2022, e projeção para os anos de 2023 e 2043.



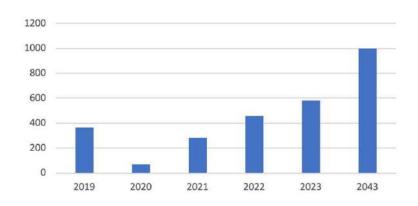
Gráfico II – Volume de produção (em toneladas) comercializado na alimentação escolar com apoio da Secretaria de Agroeconomia, com projeção para os anos de 2023 e 2043.



Fonte: Secretaria Adjunta de Agroeconomia

O gráfico abaixo já aponta um crescimento da atuação da Secretaria Municipal de Agroeconomia no que diz respeito à diminuição dos índices de insegurança alimentar no município, por meio da promoção de incentivos para a produção segura de alimentos de origem animal, em atendimento às regras higiênico-sanitárias estabelecidas pela legislação através do Serviço de Inspeção Municipal.

Gráfico III – Número de visitas realizadas pelo Serviço de Inspeção Municipal nos anos de 2019 a 2022, e projeção para os anos de 2023 e 2043.



Fonte: Sistema Integrado Municipal - EGIM

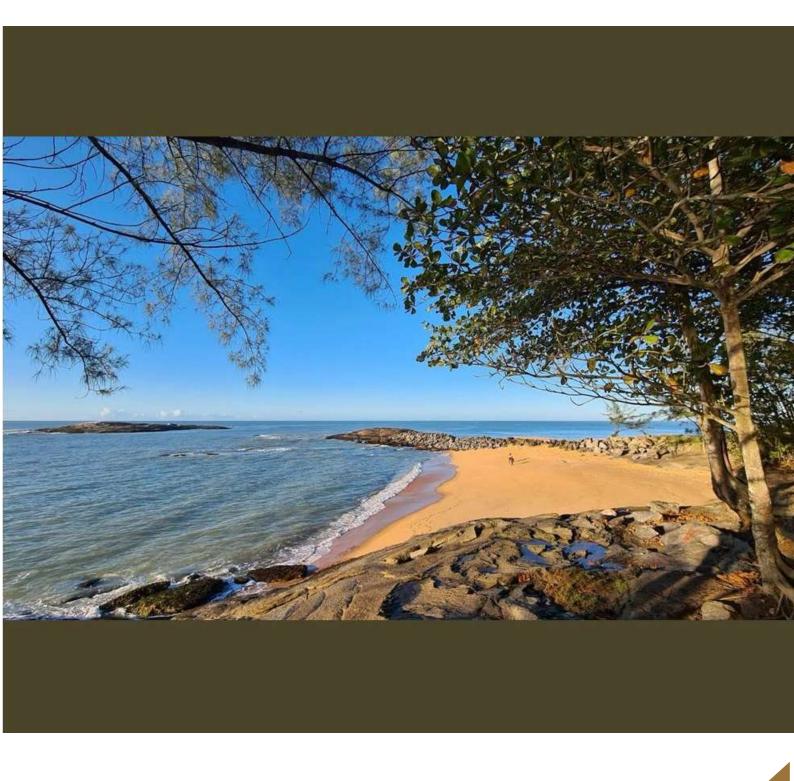
Nos gráficos apresentados pode-se notar uma queda nos indicadores em relação aos anos de 2020 e 2021, que é justificada com o período da pandemia de COVID-19, onde o município adotou o sistema de isolamento.

Dessa forma, em consonância com as metas e indicadores estabelecidos nos ODS, o objetivo de aumentar a participação da agricultura familiar no fornecimento da merenda escolar e em outros projetos governamentais, permitirá ao produtor rural garantir uma renda mínima, que pode ainda, ser incrementada com o fornecimento de alimentos ao setor privado, fixando a população rural no campo, produzindo alimentos de maneira sustentável e respeitando as questões ambientais, além de melhorar a qualidade de vida do produtor.

Sabendo que a agricultura familiar é a representação da organização da produção agrícola, florestal, pecuária e aquícola, incentivar o desenvolvimento deste setor, proporcionando uma maior inserção no mercado, trará um grande impacto positivo para a cidade de Macaé, que poderá, nos próximos 20 anos, se tornar uma cidade autossustentável com relação ao setor agrícola.

PLANO ESTRATÉGICO

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|---|
| Escoamento da produção para Merenda Escolar é abaixo do que é produzido pela Agricultura Familiar; | Aumentar a participação da Agricultura Familiar no fornecimento da Merenda Escolar; |
| Baixa oferta de empregos formais para população da área rural; Retornar o quadro de Técnico Agrícola para quadro permanente da Prefeitura; | Fomentaro desenvolvimento rural; Expandir o atendimento as famílias; Agregar valor aos produtos agropecuários; |
| Altos índices de insegurança alimentar relacionada aos produtos de origem animal; | Impulsionar o beneficiamento dos produtos de origem animal; Contribuir para a redução dos índices de insegurança alimentar no Município; |



O Turismo é um tema bastante amplo, e por essa razão foi incluído em dois eixos do Macaé+20: no Eixo 2 - Desenvolvimento Econômico Sustentável e no Eixo 5 - Ambiente, Sustentabilidade e Desastres Naturais.

Analisando o turismo em Macaé sob a ótica do Desenvolvimento Econômico Sustentável, podemos afirmar que o Turismo tem sido indicado atualmente como uma atividade econômica muito promissora, na expectativa de diversificação econômica do município além do setor predominante (Petróleo e Gás), juntamente com outros setores, como agroeconomia, pesca, entre outros. Segundo a categorização realizada pelo Ministério do Turismo, Macaé ocupa com outros destinos, o topo do ranking do turismo nacional, estando na Categoria A. Essa categorização se baseia em dados como, por exemplo, o fluxo de visitantes, de 486.356 visitantes domésticos e 15.241 internacionais.

O mercado turístico de Macaé desenvolveu-se principalmente atrelado ao Turismo de Negócios, o que se observa especialmente na hotelaria, que atualmente é a segunda maior do estado, depois da capital. São aproximadamente 14 mil leitos, distribuídos em mais de cem hotéis e pousadas.

No que diz respeito ao turismo de lazer, podemos tratar de realidades distintas na área urbana e na região serrana. Na serra macaense, o Sana é o distrito mais consolidado, sendo conhecido pelas suas cachoeiras e trilhas, atraindo turistas que buscam o contato com a natureza, a prática do ecoturismo e do turismo de aventura. Há algumas outras localidades com potencial turístico na serra que, porém, carecem de investimentos públicos e privados para que possam se desenvolver plenamente em termos turísticos. Já na zona urbana de Macaé, o turismo de lazer vem se despontando gradativamente, com movimento concentrado no período do verão, em que se constata o crescente aumento no número de grupos trazidos por agências de viagens para eventos como carnaval e réveillon. O calendário de eventos tem sido ampliado, com a inclusão de eventos com características múltiplas (gastronômicos, esportivos, culturais, entre outros), buscando atrair turistas com variados interesses ao longo de todo o ano.

Para elaboração deste diagnóstico, os desafios atuais para o desenvolvimento do turismo em Macaé foram organizados em grandes áreas as quais são bastante diversas. Quanto ao Eixo 2 - Desenvolvimento Econômico Sustentável, os principais problemas diagnosticados referemse a:

- Gestão do Turismo: A gestão do turismo é um grande desafio, envolvendo não somente a gestão pública, mas também a iniciativa privada e a sociedade civil organizada. Identifica-se a necessidade de adoção de modelos inovadores de gestão, que tornem as ações mais céleres e integradas para que o turismo se desenvolva de maneira adequada;
- Planejamento: Uma das deficiências do município é a inexistência de Plano de Desenvolvimento e Marketing Turístico;
- Pesquisas: A criação de um Observatório de Turismo iria suprir a carência atual de dados e informações para monitorar a atividade turística e subsidiar a tomada de decisão;

- Eventos: Ao longo dos últimos anos, Macaé vem consolidando e ampliando o seu Calendário de Eventos Turísticos, e o desafio é atrair cada vez mais turistas para participar desses eventos e conhecer Macaé;
- Produtos Turísticos: Observa-se que Macaé ainda é pouco conhecida como destino de turismo de lazer, e uma das razões para isso é que há poucos produtos turísticos efetivamente comercializados por agências de viagens no mercado atualmente. Dessa forma se faz necessária a elaboração de produtos, o que requer parcerias com a iniciativa privada.

A seguir apresenta-se uma tabela que define objetivos específicos para cada um dos problemas detectados. Como resultados e impactos futuros esperados para o setor de Turismo, podem se destacar: o aumento do número de turistas em Macaé; o crescimento dos negócios em setores como hotelaria, restaurantes, organizadores e prestadores de serviços para eventos, e comércio em geral; a geração de emprego e renda no setor de turismo e outros relacionados; e melhoria na qualidade do atendimento aos turistas.

PLANO ESTRATÉGICO

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|---|--|
| Gestão do Turismo: A gestão do turismo é um grande desafio, envolvendo não somente a gestão pública, mas também a iniciativa privada e a sociedade civil organizada. Identifica-se a necessidade de adoção de modelos inovadores de gestão, que tornem as ações mais céleres e integradas para que o turismo se desenvolva de maneira adequada. | Adoção de novo modelo para o órgão gestor público do turismo à nível municipal (fundação, empresa ou outro a ser avaliado) Ampliar o corpo técnico da secretaria de turismo Elaboração de um Chamamento público com base na Lei Federal 13019/2014 para assinatura de Termo de Fomento formalizando parceria com Organizações da Sociedade Civil (OSC) para consecução de finalidades de interesse público. Captar Novos Negócios para criação de novos atrativos turísticos a partir de investimentos privados (ex.: parques temáticos, museus, equipamentos de lazer e esportivos diversos, etc.) |
| | Atuar para manter ativo o Conselho Municipal de Turismo Criar e ativar o Fundo Municipal de Turismo, ou outra forma de arrecadação específica Estimular o ambiente empreendedor e de negócios no setor do turismo, com ações concretas voltadas para empresas do setor Conscientizar empresários sobre a importância e obrigatoriedade do CADASTUR |

Planejamento: Uma das deficiências do município é a inexistência de Plano de Desenvolvimento e Marketing Turístico

- 1. Elaborar um Plano de Desenvolvimento e Marketing Turístico
- 2. Executar as ações do Plano de Marketing Turístico, incluindo site, aplicativo, material promocional, participação em feiras e eventos, famtours, press trips, entre outras ações indicadas no Plano.

Pesquisas: A criação de um Observatório De Turismo iria suprir a carência atual de dados e informações para monitorar a atividade turística e subsidiar a tomada de decisão.

1. Realizar pesquisas voltadas para o Turismo, como Inventário Turístico de Macaé, pesquisa de demanda com turistas, pesquisas nos eventos, coleta de dados secundários, pesquisa de impacto econômico, entre outras pesquisas.

Eventos: Ao longo dos últimos anos, Macaé vem consolidando e ampliando o seu Calendário de Eventos Turísticos, e o desafio é atrair cada vez mais turistas para participar desses eventos e conhecer Macaé.

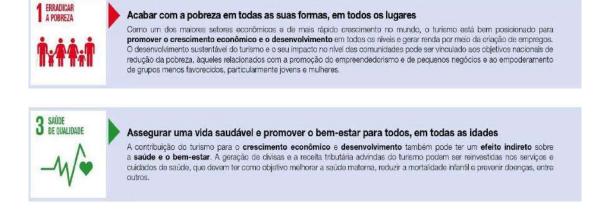
- 1. Criar e divulgar anualmente os Calendários de Eventos
- 2. Apoiar e realizar e eventos de diversos tipos ao longo do ano para atenuar a sazonalidade do turismo
- 3. Realizar grandes eventos que tenham capacidade de atração de turistas, como Carnaval, Natal, Réveillon, Festivais Musicais, entre outros
- 4. Realizar ações articuladas com o trade turístico (agências, hotéis, pousadas, etc.) para montagem de pacotes turísticos durante os eventos
- 5. Após a reforma do Centro de Convenções, realizar concessão para administração do espaço pela iniciativa privada

Produtos Turísticos:
Observa-se que Macaé ainda
é pouco conhecida como
destino de turismo de lazer,
e uma das razões para isso é
que há poucos produtos
turísticos efetivamente
comercializados por
agências de viagens no
mercado atualmente. Dessa

- 1. Fomentar o desenvolvimento de roteiros turísticos pelas agências de turismo, guias de turismo e condutores locais
- 2. Desenvolver os principais segmentos turísticos atuais: Ecoturismo e Turismo de Aventura; Turismo de Sol e Praia; Turismo Esportivo; Turismo Histórico e Cultural; Turismo de Contemplação; Turismo de Negócios (Corporativo); Turismo de Eventos;
- 3. Fomentar o desenvolvimento de segmentos

Elaborar um Plano de Desenvolvimento e Marketing Planejamento: Uma das deficiências do município é a Turístico inexistência de Plano de Executar as ações do Plano de Marketing Turístico, Desenvolvimento е incluindo site, aplicativo, material promocional, participação Marketing Turístico em feiras e eventos, famtours, press trips, entre outras ações indicadas no Plano. Pesquisas: A criação de um Realizar pesquisas voltadas para o Turismo, como Observatório De Turismo iria Inventário Turístico de Macaé, pesquisa de demanda com suprir a carência atual de turistas, pesquisas nos eventos, coleta de dados e informações para secundários, pesquisa de impacto econômico, entre outras monitorar atividade pesquisas. а subsidiar turística tomada de decisão. forma se faz necessária a turísticos potenciais: Turismo Rural; Turismo de Observação de Aves ou "Birdwatching"; Cicloturismo e Trilhas; entre elaboração de produtos, o que requer parcerias com a outros iniciativa privada.

O turismo tem o potencial para contribuir, direta ou indiretamente, para todos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Destacam-se a seguir os ODS que consideramos mais relacionados ao eixo 2 no que diz respeito ao turismo, acompanhados de uma análise feita pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e traduzida pelo Ministério do Turismo (MTur)1. No caso em que o turismo foi diretamente citado nas metas das ODS pelas Nações Unidas , tais metas também aparecem em destaque a seguir:



¹ World Tourism Organization (UNWTO). "Turismo e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável". Publicação produzida pela OMT e traduzida da original em inglês pelo Ministério do Turismo em 2019.





Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

O turismo pode empoderar as mulheres de várias maneiras, particularmente através da provisão de empregos e através de oportunidades de geração de renda em pequenas e grandes empresas turísticas e de hospitalidade. Como um dos setores com o maior número de mulheres empregadas e empreendedoras, o turismo pode ser uma ferramenta para as mulheres libertarem seu potencial, ajudando-as a se envolverem plenamente e liderarem em todos os aspectos da sociedade.





Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

O turismo é uma das forças motrizes do crescimento econômico global e atualmente fornece 1 em 11 empregos em todo o mundo. Ao dar acesso a oportunidades de trabalho decente no setor de turismo, a sociedade — especialmente jovens e mulheres — pode se beneficiar do aumento de habilidades e do desenvolvimento profissional. A contribuição do setor para a criação de empregos é reconhecida na Meta 8.9 "Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável que crie empregos e promova a cultura e os produtos locais".

Meta ODS 8.9 - Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais





Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

O desenvolvimento do turismo depende de uma boa infraestrutura pública e privada e de um ambiente inovador. O setor também pode incentivar os governos nacionais a melhorar sua infraestrutura e modernizar suas indústrias, tornando-as mais sustentáveis, eficientes em termos de recursos e limpas, como forma de atrair turistas e outras fontes de investimento estrangeiro. Isso também deve facilitar a industrialização sustentável, necessária para o crescimento econômico, o desenvolvimento e a inovação.





Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

O turismo pode ser uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento da comunidade e redução das desigualdades quando envolve a população local e todas as partes interessadas em seu desenvolvimento. O turismo pode contribuir para a renovação urbana e o desenvolvimento rural e reduzir desigualdades regionais à medida que proporciona às comunidades a oportunidade de prosperarem em seus locais de origem. O turismo é, ainda, um meio efetivo de os países em desenvolvimento participarem da economia global. Em 2014, países menos desenvolvidos receiberam US\$ 16.4 bilhões em exportações advindas do turismo internacional, face aos US\$ 2.6 bilhões no ano 2000, o que toma o setor um importante pilar de suas economias (7% do total de exportações) e possibilita para alguns a elevação ao patamar de países em desenvolvimento.





Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Devido à sua natureza multissetorial, o turismo tem a capacidade de fortalecer as parcerias público-privadas e envolver várias partes interessadas - internacionais, nacionais, regionais e locais - a trabalhar em conjunto para alcançar os ODS e outros objetivos comuns. De fato, a cooperação pública-pública e as parcerias público-privadas são uma base necessária e fundamental para o desenvolvimento do turismo, assim como uma maior conscientização sobre o papel do turismo na implementação da Agenda de Desenvolvimento pós-2015.



TEMA CENTRAL: ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PESCA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS PESCADORES E A POPULAÇÃO MACAENSE

A Secretaria Municipal Adjunta de Pesca e Aquicultura faz parte do organograma da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e tem como objetivo elaborar e executar políticas públicas para atender os profissionais da pesca no município de Macaé e toda a população Macaense. Dentre as atribuições destacamos as seguintes de acordo com a respectiva legislação citada no texto subsequente:

TÍTULO II - DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO I

Do Desenvolvimento Sócio Econômico

Sessão III

Da Secretaria de Pesca

Art. 8º - O Poder Público Municipal priorizará o fortalecimento da dignidade e da cidadania das comunidades locais envolvidas na atividade da pesca, na modernização de embarcações e na comercialização do pescado, com a qualificação profissional para o desenvolvimento das atividades econômicas que integram a cadeia produtiva da pesca e o fortalecimento de sua identidade cultural, bem como promoverá a pesca como atividade de especial interesse social, valorizando-a como arranjo produtivo local e integrando-a ao contexto do desenvolvimento socioeconômico e preservação do meio ambiente do Município.

Art. 9º - São objetivos das políticas públicas para a Pesca:

I - contribuir para a sustentabilidade da cadeia produtiva da pesca através da promoção de medidas que visem à preservação ambiental, à prática da pesca responsável, à legalização e à qualificação de trabalhadores envolvidos na cadeia produtiva da pesca;

II - recuperar ambientalmente a bacia hidrográfica do rio Macaé e do rio Jundiá e em especial o estuário, buscando o aumento do estoque de peixe e da diversidade de espécies;

III - incentivar e apoiar ações de pesquisa e desenvolvimento com vistas a gerar informações, através de indicadores, que possibilitem gestão eficaz da atividade pesqueira;

IV - consolidar o Conselho Municipal da Pesca que deverá ter por norte a promoção da gestão socioeconômica da atividade;

V - revalorizar, fortalecer e consolidar a cadeia produtiva da pesca na região;

- Art. 10º São diretrizes gerais das políticas públicas para a Pesca:
- I fomentar a instalação de empreendimentos para beneficiamento e transformação do pescado;
- II facilitar o acesso ao crédito aos pescadores e aos demais trabalhadores da cadeia produtiva da pesca;
- III estimular a pesca responsável, a fiscalização e o combate à pesca predatória;
- IV fomentar a economia solidária através do cooperativismo e do desenvolvimento de outras formas de trabalho associado na atividade pesqueira com a finalidade de ampliar as possibilidades de gerar trabalho e renda;
- V promover medidas que contribuam para reduzir a informalidade do setor, de forma a favorecer o acesso ao crédito, com a finalidade de obter melhores equipamentos, infraestrutura e insumos, bem como a outros benefícios públicos e sociais para a atividade pesqueira.
- VI promover a incorporação de novas tecnologias à produção, ao armazenamento, ao beneficiamento e à distribuição do pescado, de forma que o valor agregado por essa incorporação resulte em benefício para a comunidade;
- VII promover a incorporação de novas tecnologias visando à modernização das embarcações no Município;
- VIII estimular a qualificação de mão-de-obra na produção, comercialização, manutenção preventiva e no reparo de embarcações, buscando parcerias com entidades de engenharia naval, com a finalidade de ampliar as possibilidades de geração de trabalho e renda;
- IX estimular o consumo local de pescado;
- X estimular atividade de aquicultura como um componente complementar na cadeia produtiva da pesca;
- XI manter e estabelecer novos convênios com instituições de ensino e pesquisa para o aprimoramento tecnológico, o aumento da escolaridade e a qualificação dos profissionais da atividade pesqueira;
- XII integrar a cadeia produtiva da pesca no desenvolvimento das atividades turísticas e culturais;
- XIII desenvolver estudo de viabilidade técnica e econômica sobre a atividade de maricultura, coquiles, ostras e mexilhões como um componente complementar na cadeia produtiva da pesca;
- XIV fomentar rede de apoio à cadeia produtiva da pesca, contendo a seguinte infraestrutura:

- a) estaleiro;
- b) unidades de beneficiamento de pescado;
- c) frigorífico;
- d) fábrica de gelo;
- e) cais para o desembarque de pescado;
- f) sala de rádio;
- g) restaurante e lojas;
- h) instalações para salvamar;
- i) órgão administrador e fiscalizador.
- Art. 11º São ações estratégicas das políticas públicas para a Pesca:
- I reativar o Conselho Municipal da Pesca
- II firmar convênios com instituições de pesquisa e ensino para a implementação de programas e projetos voltados para a preservação do meio ambiente, pesca responsável, cumprimento de normas higiênico-sanitária e do consumidor, comércio solidário, crédito popular, educação, gestão socioeconômica e evolução tecnológica da cadeia produtiva da pesca;
- III implantar e monitorar programas, projetos e ações em consonância às recomendações técnicas da pesquisa na cadeia produtiva da pesca;
- IV reestruturar o órgão responsável pela atividade da pesca no sentido de criar e capacitar seu corpo técnico-administrativo, composto por um quantitativo mínimo de servidores estatutários, buscando a melhoria contínua dos seus processos;
- V elaborar e manter atualizado um diagnóstico da atividade pesqueira, através da caracterização da frota de embarcações, estimativas de produção pesqueira, identificação e caracterização das espécies de interesse econômico, monitoramento higiênico-sanitária, dentre outros parâmetros, a fim de gerar subsídios para o adequado manejo da atividade;
- VI capacitar os profissionais envolvidos na cadeia produtiva da pesca com foco na gestão socioeconômica dos empreendimentos, além das questões sanitárias e ambientais;
 - VII identificar novos mercados para a comercialização do pescado;
- VIII monitorar o cumprimento das normas higiênico-sanitárias do pescado, desde o desembarque até a comercialização, prioritariamente no Mercado Municipal de Peixes.

(1) — O Primeiro Indicador expressivo executado pela Secretaria de Pesca e Aquicultura é a "Frente de Trabalho Municipal no Período do Defeso do Camarão e da Piracema" fundamentado na forma da Lei Municipal nº 3487/2010 e nº 4.866/2022. O Defeso Municipal visa à proteção de espécies marinhas durante os três meses de sua reprodução e neste período, é proibida a pesca do camarão e também a pesca em locais de piracema, com uso de redes de trama pequena com objetivo de manter a capacidade de auto renovação das espécies. Os regulamentos para participar da Frente de Trabalho são geridos pela Secretaria Municipal Adjunta de Pesca e Aquicultura que efetua um cadastro anual seguindo os requisitos estabelecidos no Edital de convocação:

Exercer comprovadamente a atividade de pesca do camarão e de peixes, conforme item 4.4 e 4.5 do Edital.

- a) Exercer atividade profissional de pesca ininterruptamente e exclusivamente, pelo período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses anteriores ao Defeso em curso;
- b) Apresentar Declaração que comprove estar trabalhando em embarcação pesqueira registrada na Capitania dos Portos de Macaé, assinada pelo proprietário da mesma.

O pescador não poderá estar em gozo de nenhum benefício decorrente de benefício previdenciário ou assistencial de natureza continuada, exceto pensão por morte, auxílio-acidente e a concessão do benefício do seguro desemprego de que trata a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003.

PROCEDIMENTO:

Comparecer à Secretaria Municipal Adjunta de Pesca e Aquicultura, localizada no Mercado de Peixes de Macaé, endereço sito a Avenida Presidente Sodré, nº 305, Centro, Macaé - RJ, das 08:00h às 17:00h de segunda-feira à sexta-feira no período estabelecido no Edital para realizar o cadastramento.

- a) Preencher o cadastro junto ao setor administrativo da Secretaria Municipal Adjunta de Pesca e Aquicultura;
- b) Preencher o Termo de Compromisso da participação na Frente de Trabalho de que trata este Edital;
- c) O beneficiário cadastrado e habilitado que não comparecer às Frentes de Trabalho, ficará suspenso de participar do benefício do Defeso Municipal.

DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA:

- a) Cópia do CPF;
- b) Cópia do RG;
- c) Cópia do Comprovante de Residência nominal;
- d) Titulo eleitor
- e) Auto declaração, a ser ratificada pela Colônia de Pescadores Z-3 ou Associação Mista de Pescadores.
- f) Cópia da Carteira POP (Pescador Profissional), período de 24(vinte quatro) meses de emissão;
- g) Não serão aceitos protocolos em substituição aos documentos listados no item anterior, exceto os emitidos pela Capitania dos Portos;
- h) Cópia do cartão de conta corrente ou poupança Itaú.
- i) 02 fotos 3X4
- j) Apresentar Cadastro Nacional de Informação Social CNIS emitido pelo INSS;
- k) Apresentar Declaração que comprove estar trabalhando em embarcação pesqueira registrada na Capitania dos Portos em Macaé, assinada pelo proprietário da mesma;
- l) Deverá ainda o pescador, em modelo fornecido pela Secretaria Municipal Adjunta de Pesca e Aquicultura, assinar declaração em que assume a veracidade das seguintes informações:
- m) Que não dispõe de outra fonte de renda;
- n) Que se dedicou à pesca das espécies e nas localidades atingidas pelo defeso, em caráter exclusivo e ininterrupto, durante o período compreendido entre o término do defeso anterior e o início do defeso em curso ou nos vinte quatro meses imediatamente anteriores ao início do defeso em curso;
- o) Que assume responsabilidade civil e criminal por todas as informações prestadas para fins da concessão do benefício;
- p) Deverá ainda o pescador cadastrado assinar declaração, em modelo fornecido pela Secretaria Municipal Adjunta de Pesca e Aquicultura, que tem conhecimento integral dos termos do Cronograma da Frente de Trabalho, bem como da suspensão de que trata a alínea 'd' do item 3.
- q) Deverá ainda a descascadeira cadastrada assinar declaração, em modelo fornecido pela Secretaria Municipal Adjunta de Pesca e Aquicultura, que tem conhecimento integral dos termos do Cronograma da Frente de Trabalho, bem como da suspensão de que trata a alínea 'd' do item 3.

DAS FRENTES DE TRABALHO:

As frentes de trabalho referem-se à limpeza básica no período de interrupção da captura das espécies no período do defeso dos seguintes patrimônios ambientais:

- a) Pontal;
- b) Praia da Barra;
- c) Ilha do francês/ Ilha de Santana;
- d) Participação de Palestras Educativas que irão contribuir com os profissionais da pesca.
- e) As frentes de trabalho não gerarão vínculo empregatício com o Município, terão duração idêntica à do defeso, isto é, 03(três) meses, e representarão a contrapartida dos beneficiários pelo recebimento de 01 salário mínimo durante este período.



Fotos da Frente de Trabalho e realização de palestras em cumprimento a Legislação conforme a Lei Municipal nº 3487/2010 e nº 4.866/2022.

Fonte: Secretaria Municipal Adjunta de Pesca e Aquicultura

Referente a este indicador um dos problemas que podem ser pontuados é a diminuição de receita do profissional da pesca que fica impedido de capturar as espécies que são proibidas no período do defeso municipal. Isto afeta diretamente a fonte de renda das famílias visto que, o pescador para participar do processo da Frente de Trabalho Municipal, não pode dispor de outra fonte de renda ou de qualquer vínculo empregatício.

A solução para compensar este problema que afeta diretamente a renda do pescador e de sua família está estabelecida na forma da Lei Municipal nº 3487/2010 e nº 4.866/2022 que prevê o pagamento de um salário mínimo durante o período de três meses em que o profissional da Pesca fica impedido de capturar as espécies em reprodução.

Correlação do Indicador "Frente de Trabalho Municipal no Período do Defeso do Camarão e da Piracema" com a ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas Brasil.

Este indicador contempla algumas ações descritas na ODS 14 "Vida na Água" que tem como objetivo: "conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável" e na ODS 08 " Trabalho Decente e Crescimento Econômico" que tem como objetivo: "Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos".









Fotos da Frente de Trabalho: realização de limpeza dos rios e mangues em cumprimento a Legislação conforme a Lei Municipal nº 3487/2010 e nº 4.866/2022.

Fonte: Secretaria Municipal Adjunta de Pesca e Aquicultura

Item 14.1 da ODS: "Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes".

A Secretaria de Pesca através do cronograma da Frente de Trabalho, uma exigência da Lei Municipal nº 3487/2010 e nº 4.866/2022, tem realizado ações importantes no período do Defeso Municipal que são fundamentais para auto renovação e preservação das espécies. Neste período são realizadas limpezas e coletas de materiais poluentes nos mangues do Rio Macaé, Arquipélago do Francês e Santana. Essas ações estão diretamente interligadas a política de desenvolvimento sustentável proposta pela ODS, pois previne e reduz significativamente a poluição marinha e contribui para preservação e nova reprodução das espécies no manguezal, nas margens dos rios e arquipélagos.

Item 14.4 da O.D.S: "Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas".

As Leis Municipais nº 3487/2010 e nº 4.866/2022 contemplam o item 14.4 da O.D. S através de políticas públicas estabelecidas pelo Município de Macaé na questão da regulação das "práticas de pesca destrutivas", pois no período de três meses da reprodução do camarão e da piracema, os profissionais da pesca ficam terminantemente proibidos de capturar essas espécies. A base científica visando restaurar a população de peixes e camarão em relação ao período de sua reprodução é fornecida por órgãos governamentais como IBAMA e Ministério do Meio Ambiente. Essas medidas resultam na prática do desenvolvimento sustentável pelo Município de Macaé através da Secretaria de Pesca.

Item 14.7 da O.D.S: "Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo".

Item 8.4: "Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança".

As Leis Municipais de nº 3487/2010 e nº 4.866/2022 contemplam o item 14.7 e 8.4 do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (O.D.S) no que tange a políticas públicas de benefícios econômicos ao pescador sendo neste caso, a compensação financeira de três salários mínimos propostos no PPA e na LOA, por estar impedido de capturar as espécies no período de três meses de sua reprodução e auto renovação. Esta medida se relaciona a O.D.S na questão do uso sustentável dos recursos marinhos e consequentemente numa gestão sustentável executada pela Secretaria de Pesca e Aquicultura.

PLANO ESTRATÉGICO

| INDICADOR | PROBLEMA | OBJETIVO |
|------------------------------|--|---|
| Frente Trabalho Municipal | Impacto direto na arrecadação de renda por parte do pescador e de sua família que pela legislação fica impedido de capturar as espécies em fase de reprodução. | Compensar a diminuição de renda do profissional da Pesca no Período do defeso do camarão e piracema. |

(2) – O Segundo Indicador a ser destacado é a "Embarcação Para Serviço de Resgate, Reboque e Socorro". Este serviço tem a finalidade de atender todas as embarcações pesqueiras de Macaé/RJ, inclusive naufrágios, independentemente do porte, tendo como referência embarcações miúdas, de médio porte e maior porte, tais como; traineiras; embarcações de espinhel/linha; arrastões; embarcações de rede em geral; pescaria de fundo; ou seja, todos os pesqueiros, indistintamente.

A embarcação deverá contar com as seguintes características mínimas: homologação para navegação "mar aberto/cabotagem"; comprimento igual ou superior a 14 (catorze) metros; motorização 6cc igual ou superior a 200 HPs de potência para reboque; a sua atividade/serviço deverá contemplar transporte de até 18 (dezoito) passageiros/socorridos; tripulação mínima de 03 (três) profissionais marítimos, reconhecidos pelos órgãos competentes; balsa salva-vidas (casulo) para passageiros/tripulantes; Farol de Busca; Registro e Certificados obrigatórios e necessários; Conjunto de Reboque composto de cabo e cabresto a partir de duas polegadas e 100 (cem) metros de comprimento. Navegação para atendimentos em até 100 (cem) milhas náuticas, tendo em vista ser a área utilizada para pesca pelos pescadores de nossa região, em razão do aporte de suas embarcações, bem como as espécies pescadas.

A embarcação e a sua tripulação deverão permanecer 24hs/dia, todos os dias da semana, sábados, domingos e feriados, a disposição da Secretaria Municipal Adjunta de Pesca e Aquicultura de Macaé, visando atender as chamadas de emergência da Estação de Rádio Costeira de Macaé e/ou diretamente da própria Secretaria Municipal Adjunta de Pesca e Aquicultura, em até uma hora, visando um pronto atendimento às emergências no mar. Nesse sentido, pontuamos os seguintes problemas, que consideramos poderem ter relação com o indicador em questão de acordo com o identificado a partir da atuação das equipes técnicas responsáveis pela contratação do barco resgate, reboque e socorro e da gestão de nossa Secretaria: Foi realizada uma pesquisa e inserido no termo de referência um estudo técnico preliminar onde foram apontadas dificuldades de encontrar empresas prestadoras de serviços que pudessem executar as respectivas especificações para atender uma maior área de abrangência de 100 (cem) milhas náuticas com uma tripulação mais preparada para realizar este resgate com embarcação de maior capacidade em relação ao tamanho e estrutura para navegação com maior distância da Costa de Macaé.

A estratégia para resolver este problema e gargalho na contratação, foi entrar em contato com empresas especializadas no Estado do Rio de Janeiro e também fora do Estado que possuem





experiência técnica neste tipo de atividade para

atender esta demanda no município de Macaé, pois o número de acidente com naufrágios em alto mar é bem expressivo mostrando a necessidade de uma prestação de serviços especializada que venha garantir a segurança e a saúde dos profissionais da pesca.

Embarcações que Naufragaram em alto-mar próximo a costa do município de Macaé Fonte: Secretaria Municipal Adjunta de Pesca e Aquicultura

| INDICADOR | PROBLEMA | OBJETIVO |
|---|---|---|
| Embarcação para Serviço de Resgate, Reboque e Socorro. | Dificuldades para encontrar empresas que atendam as especificidades técnicas exigidas pela Marinha do Brasil para atuar em maiores distâncias da costa terrestre do Município de Macaé-RJ | Atender todas as embarcações pesqueiras inclusive náufragos independente do porte e tamanho do barco. |

(3) – O Terceiro Indicador a ser destacado é a "Prestação de serviços através da Rádio Costeira do Município de Macaé-RJ". A finalidade deste indicador é de fornecer suporte nas comunicações com pescador que está em alto mar para que entre em contato com a base de Rádio Costeira para eventuais emergências, incidentes e acidentes que aconteçam com as embarcações. A prestação de Serviços deverá ter a vigência de 24h (vinte e quatro horas) nos 07 (sete) dias da semana durante toda vigência contratual, compreendendo as seguintes atribuições: suporte via acesso remoto ou in loco ao sistema operacional que estiverem em utilização na Estação de Rádio Costeira e sistemas instalados nos equipamentos; suporte a dúvidas, incidentes e problemas relacionados a utilização dos equipamentos de rádio comunicação, rádio portátil, antena px e antena VHF.

O problema principal a ser pontuado referente a este indicador é que os equipamentos antigos que eram utilizados para realizar as comunicações com o pescador em alto mar se tornaram obsoletos devido às novas distâncias em milhas náuticas percorridas pelas embarcações. Os equipamentos e materiais utilizados pela Estação de Rádio Costeira estão funcionando de maneira precária, haja vista se tratar de equipamentos com mais de cinco anos de uso, os quais não atendem de forma satisfatória à demanda, ocasionando riscos de paralisação de serviços essenciais no suporte marítimo. Outro fator importante a ser considerado é que os equipamentos necessários para atender a nova demanda requer tecnologia avançada específica nesta área que não é produzida no Brasil. Estes produtos são produzidos fora do país e são enviados para serem utilizados na prestação de serviços.

A solução do problema para atender a nova demanda de comunicação com a distância de 100 milhas náuticas é justamente a modernização dos equipamentos que serão utilizados pela Rádio Costeira para prestação de serviços ao pescador. Este indicador é importante, pois trabalha em sinergia com Barco, Reboque e Socorro que ao receber o comunicado de avarias com embarcações em alto mar através da Rádio Costeira, poderá ser acionado com rapidez para prestar o socorro.

| INDICADOR | PROBLEMA | OBJETIVO |
|---|--|---|
| Rádio Costeira do Município de Macaé-RJ | Os equipamentos em uso atualmente na Estação de Rádio não atendem a nova demanda de comunicação com pescador referente à distância em milhas náuticas. | Comunicação com o profissional da Pesca em alto mar com a finalidade de prestar socorro e evitar incidentes e acidentes preservando a saúde e vida do pescador. |

Por fim queremos demonstrar que há muitos desafios que precisam ser superados devido à especificidade de cada indicador principalmente nos gargalhos que são criados devido à falta de empresas prestadores de serviços que atendam as necessidades técnicas previstas em legislação e em órgãos competentes como a Marinha do Brasil. Para transformação de tal realidade, é necessário pensar em políticas públicas eficientes para se atingir as metas estabelecidas e alcançar resultados que possam atender a demanda dos profissionais da pesca e da população Macaense.



TEMA CENTRAL: CRIAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

A Secretaria Municipal Adjunta de Trabalho e Renda foi instituída a partir de reestruturação na administração pública municipal, conforme Lei Complementar 256/2016, com o objetivo de desenvolver políticas de geração de trabalho e renda, estabelecendo algumas das atribuições, descritas nos artigos a seguir:

LXVI – criar condições favoráveis e facilidades para o processo de geração de emprego, trabalho, renda e desenvolvimento socioeconômico do Município;

LXVIII – apoiar a criação de programas de treinamento, capacitação de mão-de- -obra de nível técnico, com recursos orçamentários próprios e/ou em parceria com instituições e/ou empresas públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, bem como programas específicos de qualificação para profissionais habilitados em outros níveis;

LXIX – suprir a demanda de mão-de-obra qualificada, necessária à cadeia produtiva do Município de Macaé, abastecendo o mercado de trabalho;

LXX – garantir possibilidades de qualificação e requalificação, respeitando e reconhecendo, inclusive, formalmente, as habilidades adquiridas no grau de escolarização, já existente, em seus diferentes níveis;

LXXII – articular junto aos diversos órgãos públicos (municipais, estaduais e federais) serviços para facilitar a inserção e manutenção do cidadão no mercado de trabalho; LXXIII – promover feiras, seminários, conferências e afins que busquem o desenvolvimento, orientação, promoção do mundo do trabalho para as empresas e trabalhadores;

LXXIV – facilitar, fomentar e promover ações que estimulem a inserção de jovens e pessoas com deficiência no mundo do trabalho, em especial a Lei de Aprendizagem (Lei n.º 10.097/00), a Lei do Estágio (Lei n.º 11.788/08) e a Lei de Cotas para PCD (Lei n.º 8.213/91).

Dentro desse escopo, existe a CTM — Central do Trabalhador de Macaé, órgão vinculado à SEMATRE, que tem por objetivo ser uma ponte entre o empregador, que pode disponibilizar suas oportunidades de emprego através da CTM, e o trabalhador, em busca de emprego.

Também são realizados, periodicamente, Feirões de Emprego, palestras com parceiros voluntários objetivando a orientação para o mercado do trabalho, dentre outras iniciativas.

Além disso, a Secretaria Adjunta de Trabalho e Renda firmou os convênios a seguir, visando ampliar a oferta de serviços ao trabalhador e ao cidadão de Macaé:

DETRAN-RJ – Posto Avançado - Serviços de emissão de Carteiras de Identidade, 1º e
 2º vias;

- Agência Regional do Trabalho em Macaé Serviços de orientação sobre CTPS digital, concessão de benefício seguro-desemprego, abono salarial, CAGED e empregador web;
- Além de outros convênios, em fase de negociação.

Conforme ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU – Organização das Nações Unidas, em seu objetivo 8 (oito), que diz respeito à Trabalho Decente e Crescimento Econômico, o desafio proposto é: "Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos." (fonte: https://www.ipea.gov.br/ods/ods/ods8.html)

A meta 8.5, para o Brasil é: "Até 2030, reduzir em 40% a taxa de desemprego e outras formas de subutilização da força de trabalho, garantindo o trabalho digno, com ênfase na igualdade de remuneração para trabalho de igual valor." (fonte: https://www.ipea.gov.br/ods/ods8.html)

Sobre essa questão, o cenário nacional demonstra que houve uma pequena queda no saldo de empregos em 2022, em relação a 2021, conforme tabelas abaixo do CAGED:





Macaé acompanhou a tendência nacional, nos anos de 2021 e 2022, conforme dados do CAGED, tabela abaixo, porém aponta para um cenário futuro promissor, vide matéria publicada recentemente:

"É consenso dentro do Governo em Macaé: o município já está vivendo um novo ciclo de desenvolvimento com a expansão do arranjo do óleo e gás, a revitalização dos campos maduros e o início da transição energética para o avanço em diversos setores, colocando a cidade como capital do saber, do turismo, do agronegócio e da energia.

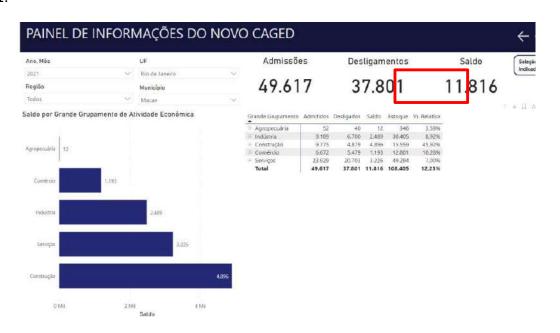
E todo esse entusiasmo tem razão de ser: no ano passado, Macaé alcançou números expressivos em geração de emprego e renda, liderando - de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) - o ranking das cidades que mais abriram postos de trabalho formais no Estado do Rio de Janeiro."

(https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/especial-publicitario/prefeitura-de-macae/noticia/2023/02/07/macae-investe-na-geracao-de-emprego.ghtml)

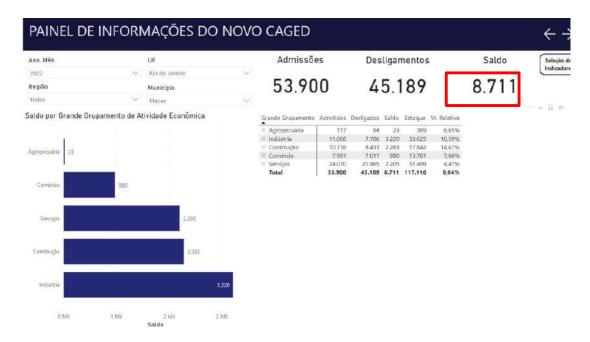
Essa perspectiva otimista em relação à Macaé, não diminui os desafios a serem superados, numa visão de médio/longo prazo, para que a cidade possa "Proporcionar aos trabalhadores, mecanismos para auxilio de seu desenvolvimento profissional, reduzindo gradativamente as taxas de desemprego no município.", conforme consta na "Visão" da Secretaria em sua página oficial.

Estes desafios dizem respeito à adequação do perfil do trabalhador macaense às demandas do mercado local, quanto à sua qualificação, orientação e formação profissional.

2021:



2022:



(link:https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWI5NWI0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCl6ljNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec 3b5f3ac6c749)

Diante do exposto, é de extrema importância o estreitamento de relacionamento entre a SEMATRE e o empresariado local, visando conhecer suas demandas e expectativas, no que diz respeito à força de trabalho. Dessa forma aumentam-se as chances de sucesso nos projetos de qualificação e orientação profissionais que venham a ser desenvolvidas para a população.

Além disso, é importante poder direcionar as vagas geradas pelas empresas em Macaé, para o morador da cidade, e um caminho viável para atingir esse objetivo é o balcão de empregos da CTM - Central do Trabalhador de Macaé, que oferece gratuitamente o serviço de intermediação de vagas de trabalho, com foco no trabalhador que reside em Macaé. O desafio da CTM é tornar seus serviços cada vez mais atrativos, tanto para o empregador, quanto para o profissional em busca de oportunidade de emprego.

Trazendo a discussão de empregabilidade para a população mais vulnerável e jovens, especialmente com baixa instrução, dados do IBGE reportam uma ocupação de, somente, 25,4%, entre as pessoas sem instrução ou fundamental incompleto e ocupação de apenas 28,1%, entre jovens de 14 a 29 anos, em 2021, no Brasil, conforme tabela abaixo:

Tabela 1.5 - População ocupada de 14 anos ou mais ocupadas na semana de referência, total e respectiva distribuição percentual por nível de instrução e grupos de idade, segundo grupos de atividade e sexo - Brasil - 2021

| | | População ocupada de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência | | | | | | | | | |
|---|--------------------------|--|---|---|-----------------------------|---|--------------|--------------|----------------|--|--|
| | | Distrib | uição percentual p | or nível de instruç | కేం (%) | Distribuição percentual por grupos de idade (%) | | | | | |
| Grupos de atividade e sexo (1) | Total (1 000 pessoas) | Sem instrução ou fundamental incompleto | Ensino fundamental completo ou médio incompleto | Ensino médio completo ou superior incompleto | Ensino superior completo | 14 a 29 anos | 30 a 49 anos | 50 a 59 anos | 60 anos ou mai | | |
| Adm. pública, educação, saúde e serv. sociais | 6 030 | 6,4 | 5,0 | 37,8 | 50,8 | 18,1 | 55,0 | 17,9 | 8,5 | | |
| ransporte, armazenagem e correio | 4 136 | 22,0 | 19,0 | 49,8 | 9,2 | 20,4 | 54,3 | 17,1 | 8,8 | | |
| Alojamento e alimentação | 1 910 | 23,8 | 22,7 | 46,8 | 6,8 | 36,4 | 39,3 | 14,8 | 9,4 | | |
| nformação, financeira e outras ativ. profissionais | 6 450 | 9,2 | 7,8 | 41,5 | 41,5 | 26,2 | 51,2 | 14,3 | 8,3 | | |
| Serviços domésticos | 417 | 57,3 | 18,9 | 21,4 | 2,4 | 15,1 | 44,7 | 26,5 | 13, | | |
| Outros serviços | 1977 | 15,2 | 17,9 | 48,8 | 18,1 | 31,2 | 48,4 | 13,7 | 6, | | |
| | | | M- | lheres | | | | | | | |
| Total | 37 125 | 15,2 | 11,9 | 43,1 | 29,8 | 25,7 | 52,5 | 16,1 | 5.7 | | |
| Agropecuária | 1730 | 52,0 | 17,4 | 27,1 | 3,5 | 20,7 | 49,6 | 20,3 | Э, | | |
| ndústria | 3 787 | 16,9 | 15,5 | 48,2 | 19,4 | 27,1 | 52,0 | 13,7 | 7, | | |
| Construção | 248 | 6,8 | 5,8 | 48,2 | 39,2 | 38,2 | 50,0 | 8,9 | 2, | | |
| Comércio e reparação | 7 086 | 10,1 | 13,0 | 59,2 | 17,7 | 35,9 | 47,8 | 11,7 | 4, | | |
| Adm. pública, educação, saúde e serv. sociais | 9 940 | 3,2 | 3,9 | 33,8 | 59,2 | 17,4 | 57,7 | 18,9 | 5, | | |
| ransporte, armazenagem e correio | 442 | 6,7 | 10,7 | 52,1 | 30,5 | 28,7 | 56,4 | 12,7 | 2 | | |
| Alojamento e alimentação | 2 495 | 21,5 | 18,8 | 49,2 | 10,4 | 30,1 | 47,3 | 16,3 | 6, | | |
| nformação, financeira e outras ativ. profissionais | 4 383 | 5,1 | 5,3 | 40,9 | 48,7 | 34,1 | 51,5 | 11,5 | 2, | | |
| Serviços domésticos | 4 734 | 42,5 | 22,7 | 33,1 | 1,7 | 13,9 | 53,7 | 24,7 | 7, | | |
| - Dutros serviços | 2 269 | 10,7 | 16,7 | 54,0 | 18,6 | 33,1 | 53,0 | 10,1 | 3, | | |
| | 99364 | | Br | ancos | | | | | | | |
| Total | 40 432 | 15,9 | 11,8 | 40,3 | 32,0 | 24,3 | 50,4 | 17,0 | 8,4 | | |
| Agropecuária | 3 477 | 50,0 | 18,9 | 25,3 | 5,2 | 20,5 | 44,0 | 21,7 | 13, | | |
| ndústria | 5 720 | 13,9 | 13,8 | 48,5 | 23,9 | 27,4 | 52,5 | 13,9 | 6, | | |
| Construção | 2 265 | 35,3 | 20,6 | 31,5 | 12,7 | 21,2 | 49,0 | 20,3 | 9, | | |
| Comércio e reparação | 7649 | 13,5 | 14,5 | 52,5 | 19,5 | 30,6 | 47,3 | 14,3 | 7, | | |
| Adm. pública, educação, saúde e serv. sociais | 8 049 | 2,7 | 2,9 | 30,1 | 64,4 | 16,7 | 55,7 | 19,3 | 8, | | |
| ransporte, armazenagem e correio | 1997 | 17,9 | 16,6 | 50,2 | 15,3 | 18,6 | 53,5 | 18,4 | 9, | | |
| Alojamento e alimentação | 1736 | 17,5 | 18,3 | 50,5 | 13,7 | 29,8 | 43,3 | 17,3 | 9, | | |
| nformação, financeira e outras ativ. profissionais | 6 030 | 4,2 | 4,3 | 35,6 | 55,9 | 29,2 | 50,5 | 13,2 | 7 | | |
| Serviços domésticos | 1668 | 45,2 | 22,0 | 30,5 | 2,4 | 10,7 | 50,9 | 29,1 | 9, | | |
| Dutros serviços | 1824 | 9,5 | 13,5 | 51,1 | 25,9 | 30,0 | 49,2 | 13,7 | 7. | | |
| and a management of the second | | | Pretos | ou pardos | | | | | | | |
| Total | 48 124 | 25,4 | 16,5 | 42,8 | 15,2 | 28,1 | 51,3 | 14,9 | 5,6 | | |
| Agropecuária | 5 229 | 61,5 | 17,2 | 19,8 | 1,4 | 26,8 | 46,4 | 18,1 | 8, | | |
| ndústria | 5 833 | 22,0 | 18,6 | 49,8 | 9,6 | 30,1 | 52,6 | 12,4 | 4, | | |
| Construção | 4 537 | 42,6 | 22,9 | 31,0 | 3,5 | 25,6 | 53,2 | 16,1 | 5, | | |
| Comércio e reparação | 9 143 | 18,2 | 18,4 | 54,4 | 9,0 | 38,5 | 46,0 | 11,2 | 4, | | |
| Adm. pública, educação, saúde e serv. sociais | 7 744 | 6,1 | 5,8 | 41,0 | 47,1 | 18,8 | 57,8 | 17,6 | 5, | | |
| | 2 536 | 22,5 | 19,6 | 50,1 | 7,9 | 23,3 | 55,1 | 15,4 | 6,3 | | |
| ransporte, armazenagem e correio | 253335 | 25,9 | 22,0 | 46,6 | 5,6 | 34,7 | 44,4 | 14,4 | 6, | | |
| ransporte, armazenagem e correio Noiamento e alimentação | 2.616 | | | | | 3557 | 2000 | 17.5% | 300 | | |
| Alojamento e alimentação | 2 616 4 654 | | 10.1 | 48.6 | 29.3 | 23.6 | 52.4 | 13.1 | 4 | | |
| | 4 654 3 441 | 12,0 43,1 | 10,1 22,5 | 48,6 33,0 | 29,3 1,5 | 29,6 15,6 | 52,4 54,1 | 13,1 22,8 | 4, 7, | | |

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021 (acumulado de quintas visitas).

Notas: Não são apresentados resultados para amarplos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.

(Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021 -acumulado de quintas visitas – tabela 1.5).

Segundo relatório do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), divulgado em dezembro de 2022, cerca de 15% dos jovens de 15 a 29 anos, que correspondem a 7,6 milhões de pessoas, não frequentavam escola formal, não trabalhavam e não estavam procurando trabalho em 2021, no Brasil. Entre as famílias mais pobres, o percentual era de 24% e o principal motivo eram os afazeres domésticos e os cuidados de pessoas. Entre os mais ricos, a proporção era de 6% e a justificativa determinante era o estudo em outros cursos, como os pré-vestibulares. (fonte:

https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2022/boletimEmpregoemPauta24.html)

Conforme objetivo 8.3 – ODS, a saber: "Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo,

criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, Pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros", Dados do IBGE apontam que em 2021: 40,1 % da população brasileira encontrava-se em ocupação informal, ou seja, trabalho sem vínculos registrados na carteira de trabalho ou documentação equivalente, sendo geralmente desprovido de benefícios como remuneração fixa e férias pagas.

Desse total, tem-se a proporção de 40,4% de homens e 39,6% de mulheres, na informalidade.

O objetivo ODS 8.6: "Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação", propõe como meta: "Alcançar uma redução de 3 pontos percentuais até 2020 e de 10 pontos percentuais até 2030 na proporção de jovens que não estejam ocupados, nem estudando ou em formação profissional." (fonte: https://www.ipea.gov.br/ods/ods/ods8.html)

E ainda, na meta 8.b "Até 2020, desenvolver e operacionalizar um plano nacional de promoção de trabalho digno para juventude, tendo como marcos referenciais: i) a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a juventude; ii) o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente; e iii) o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT)." (fonte: https://www.ipea.gov.br/ods/ods8.html)

Tais fatos demonstram o desafio de elaborar políticas públicas conjuntas de incentivo ao primeiro emprego, além de parcerias público-privadas que possam também gerar oportunidades para esse público, em específico, num esforço intersetorial para fazer com que Macaé avance também nessa pauta.

Por fim, é de suma importância do trabalho intersetorial contínuo, da Secretaria Adjunta de Trabalho e Renda, não só com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, mas com outras Secretarias, como: Qualificação Profissional, Ensino Superior, Desenvolvimento Social, dentre outras, a fim de trocar saberes e identificação de necessidades no que diz respeito a geração de trabalho e renda, e tudo que envolve o tema.

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|--|
| Alta taxa de desemprego entre os vulneráveis e jovens. | Contribuir com a elaboração de políticas públicas voltadas à qualificação e orientação profissionais, com objetivo de melhorar as taxas de empregabilidade no município, principalmente entre a população com algum grau de vulnerabilidade social e jovens. |
| Reduzida capacidade de interface com as empresas, que resulta em baixa oferta de vagas por parte da CTM-Central do Trabalhador de Macaé, em relação às vagas ofertadas em Macaé. | Estreitar relacionamento com as empresas que já estão instaladas, quanto com aquelas que estão em fase de legalização/Instalação na cidade, buscando conhecer suas demandas. |
| Ausência de levantamento junto às empresas, considerando a formação de profissionais necessários à demanda por vagas de trabalho (Ausência de Banco de dados de profissionais) | Estreitar relacionamento com as empresas que já estão instaladas, quanto com aquelas que estão em fase de legalização/Instalação na cidade, buscando conhecer suas demandas. |
| Qualificação profissional inadequada às necessidades do mercado de trabalho local – não há indicador oficial, feedback informal das empresas parceiras | A partir do diagnóstico fornecido pelas empresas, fomentar parcerias público-privadas demandas, em conjunto com Secretarias de Qualificação e Ensino Superior, visando oportunizar ao morador de Macaé, formação profissional adequada às demandas do mercado. |
| Primeiro emprego - Alta taxa de jovens sem acesso ao mercado de trabalho | Criação de políticas públicas de incentivo às empresas instaladas em Macaé, para criação de vagas para primeiro emprego. |



A Secretaria Municipal Adjunta de Políticas Energéticas – SEMAPE, possui como algumas de suas atribuições, promover a pesquisa e o desenvolvimento voltados para soluções que compatibilizem o desenvolvimento do polo energético e a preservação dos recursos naturais do município, bem como desenvolver programas de assistência técnica e difundir a tecnologia apropriada às atividades socioeconômicas do Município (art. 112, I e II, Lei Complementar nº 256/2016), dentre outras atividades.

Como se sabe, a Agenda 2030 reflete os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para os próximos 15 anos. No âmbito do setor de energético (nacional, estadual e municipal), encontra-se, ainda, uma série de obstáculos a serem enfrentados relacionados ao momento de transição energética que está sendo vivenciado, tanto em escala global, como nacional. Essa é uma construção recente, é um esforço conjunto, de países, empresas, instituições e sociedade civil.

Dentre os obstáculos vislumbrados estão, a ausência de uma grande diversidade de matrizes energéticas (matriz econômica concentrada na cadeia de óleo e gás); falta de acesso às políticas efetivas de energia renovável para as comunidades de baixa renda; a pendência de regulação para o ambiente de negócios de energia renováveis, incluindo a distribuição; a inexistência de atrativos para a Indústria de tecnologias inovadoras (baixo investimento na matriz econômica de inovação tecnológica).

O grande desafio atual é consolidar o Município de Macaé como a Capital Nacional da Energia, sendo exemplo de sustentabilidade e de transição energética, substituindo o modelo de sua matriz energética atual por uma maior parcela de fontes de energias renováveis.

"EM 2021, O BRASIL FOI ESCOLHIDO PELAS NAÇÕES UNIDAS COMO O PAÍS CAMPEÃO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA. O PAÍS TEM CAPACIDADE PARA SER UM GRANDE EXPORTADOR MUNDIAL DE ENERGIA LIMPA." (portal.gov.br2)

Restringindo-se ao cenário nacional atual, é possível observar que o Brasil possui um potencial de ser um dos maiores exportadores mundiais de energia limpa, inclusive, este é um dos objetivos da atual gestão da Petrobras3.

Nesse sentido, pela natureza das atribuições da SEMAPE, ressalta-se que muitas vezes é necessária uma articulação intersetorial, pela complementaridade de ações, buscando um olhar para a totalidade das manifestações das questões sociais atinentes às empresas do setor privado, que geralmente são as detentoras das tecnologias inovadoras, além de possuírem a expertise para execução dos projetos inovadores, das universidades integrantes do Polo Universitário e seus acadêmicos, dos órgãos de governança (demais Secretarias) e também da sociedade civil.

https://www.poder360.com.br/economia/prates-reafirma-que-petrobras-investira-em-transicao-energetica/

² https://www.gov.br/pt-br/noticias/energia-minerais-e-combustiveis/2021/10/brasil-e-referencia-no-campo-da-energia-limpa-e-renovavel

Desse modo, o primeiro problema a ser apontado enquanto desafio ao serviço da SEMAPE, é a ausência de uma grande diversidade de matrizes energéticas, pelo fato de ainda existir uma matriz econômica concentrada na cadeia de óleo e gás.

O segundo problema identificado é a falta de acesso às políticas efetivas de energia renovável para as comunidades de baixa renda, que é influenciado por um terceiro problema referente à pendência de regulação para o ambiente de negócios de energia renováveis, incluindo a distribuição.

O quarto problema mapeado é a inexistência de atrativos para a indústria de tecnologias inovadoras, por ainda existir um baixo investimento na matriz econômica de inovação tecnológica.

Diante dessa exposição inicial, avança-se, agora, à descrição de problemas específicos, pontuando, ainda, alguns indicadores a estes relacionados.

Segundo o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) referente à "Energia Limpa e Acessível – ODS 7" assinala que, em Macaé, dois indicadores se direcionam a essa questão:

1)O primeiro indicador expressivo apontado pelo índice é a "Domicílios com acesso à energia elétrica". O índice em Macaé é de 99,86 pontos percentuais, enquanto a meta indicada são 99 pontos (Fonte: IBGE - Censo).

Este indicador demonstra o percentual de domicílios com acesso à energia elétrica sobre o total de domicílios do município. Dessa forma, observa-se que o município ultrapassa a meta imposta pelo indicador apontado, com bastante eficiência.

(2) O segundo indicador é o da "Vulnerabilidade Energética". Este indicador demonstra o grau de suscetibilidade de um sistema socioecológico aos efeitos das mudanças climáticas.

Nota-se que, mais uma vez, o Município de Macaé atende aos parâmetros impostos pelo indicador, atingindo um índice acima da média. O índice para considerar que o indicador foi atingido é de 0,47. Macaé atinge o índice de 0,34, acima da meta imposta (Fonte: AdaptaBrasil). Lembrando que neste caso, quanto menor é o valor do índice, maior é a pontuação.

Por fim, destacamos que apesar dos grandes desafios acerca da mudança da matriz energética local buscando a ampliação da produção de energia limpa e todos os reflexos do processo de transição energética, a Secretaria Municipal Adjunta de Políticas Energéticas atinge os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável referentes às suas atribuições no Eixo – Desenvolvimento Econômico Sustentável (ODS – 7).

Neste breve texto, foram apenas apontadas as situações prioritárias, de acordo com os indicadores apresentados no Índice de Desenvolvimento Sustentável. Para transformação de tal realidade, é necessário pensar a política pública de forma intersetorial, para se atingir as metas estabelecidas e alcançar resultados abrangentes e complementares.

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|--|
| Ausência de uma grande diversidade de matrizes energéticas. | A expansão da diversidade da matriz energética atual, diminuindo a dependência da cadeia de óleo e gás. |
| A falta de acesso às políticas efetivas de energia renovável para as comunidades de baixa renda. | A criação de projetos/parcerias ou programas de energia renovável que incluam as comunidades de baixa renda. |
| Pendência de regulação para o ambiente de negócios de energia renováveis. | Realizar a regulamentação do ambiente de negócios de energia renováveis, como a geração distribuída e as fazendas eólicas offshore. |
| | Ocorre que, por ainda estar pendente projeto de lei/normas regulamentadoras em âmbito federal, para que seja realizada a regulamentação em âmbito municipal, viabilizando os projetos. |
| A inexistência de atrativos para a indústria de tecnologias inovadoras. | Aumentar o investimento na matriz econômica de inovação tecnológica; criação de parques tecnológicos. |



Esbarramos, no entanto, com uma burocracia ainda engessada, em processo modernização e padronização, com processos analógicos, os quais necessitam se adequar aos processos eletrônicos e mais transparentes.

Baseados nas informações do ICM (Índice de Concorrência Municipal) edição 2022, que conta com a participação de 119 municípios a nível nacional e destes 13 municípios a nível estadual, todos acima de 250.000 habitantes, podemos identificar que no EIXO I (Acessando o Mercado Local), Capítulo I (Empreendendo no Município), que trata da avaliação do ambiente regulatório municipal no tocante a abertura de empreendimentos e o tratamento econômico que é conferido a esses estabelecimentos após o início de suas atividades. São analisadas iniciativas de integração a REDESIM, a racionalização dos procedimentos burocráticos, o tempo de abertura de empresas e a transparência das informações, o Município de Macaé ficou classificado como segue:

COMPARATIVO DE PONTUAÇÃO DO MUNICÍPIO (de 0 a 100)

Média Nacional 50,64 Média Sudeste 48,27

Macaé 46,85

Ranking Estadual 6º (13 cidades) Ranking Nacional 70º (119 cidades)

Tendo em vista o ICM, verificamos que em nível de EMPREENDENDO NO MUNICÍPIO, estamos aquém da média, o que acende uma luz de alerta apontando a necessidade de uma reestruturação e modernização do processo burocrático. Tanto em nível de equipamentos, quanto em nível de softwares adequados a gestão pública, que vão permitir maior celeridade entre os sete órgãos que participam do licenciamento . Em outro área de ação, nesse caso a jurídica, sugerimos que estes órgãos promovam novos marcos legais, em especial as áreas de urbanismo e ambiente, e que a administração como um todo venha a aderir a Lei de Liberdade Econômica.

No campo do executivo e legislativo do município que se iniciem discussões para implantação de novas políticas públicas para micro e pequenas empresas, a criação da Companhia de Desenvolvimento Econômico, o qual poderá desenvolver e gerir o novo Fundo de Desenvolvimento Econômico e o Distrito Industrial consideradas estruturas fundamentais para consolidação do desenvolvimento econômico do município de Macaé.

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|---|---------------------------------------|
| Burocracia ainda engessada | Agilizar os processos internos |
| Atrasos em adoção de medidas jurídicas mais eficazes | Respaldo legal atualizado. |
| Ausência de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento econômico. | Atrair Empresas de todos os segmentos |

REFIM 2022

PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO MUNICIPAL

A Secretaria Municipal de Fazenda expressa o compromisso do órgão em prover e gerir recursos financeiros para o desenvolvimento do Município de Macaé. Ser profissional, ser transparente, ser inovador, ser exemplo de probidade, disciplina e ética são valores que norteiam as ações desenvolvidas pela Secretaria

Em atenção ao Projeto Macaé +20 a SEMFAZ tem por objetivo propor caminhos para uma administração fazendária, inovadora, conectada às transformações tecnológicas e sociais como protagonista da retomada da sustentabilidade fiscal, da indução do crescimento econômico e do retorno do investimento no Município.

Considerando a Lei Complementar nº 256/2016 que elenca as atribuições da SEMFAZ, alinhando-se ao projeto, destacam-se os objetivos:

- Gerir as finanças do Município, visando participação e sensibilidade dos cidadãos macaenses para função socioeconômica dos tributos nos investimentos de serviços públicos;
- ➤ Potencializar a arrecadação, por meio do incentivo ao cumprimento voluntário, e ainda promover práticas visando coibir à sonegação;
- ➤ Viabilizar e facilitar à população o acesso aos serviços públicos (SEMFAZ) por meio da ampliação de serviços digitais;
- Exercer a política econômica e financeira do município provendo estimativas e previsão da Receita Anual e do PPA(Plano Plurianual).

O crescimento econômico sustentável em um Município, dentre outros pilares, é subsidiado pela geração de renda e riqueza. Nessa diretriz perpassa o fortalecimento da arrecadação de receita própria, posto que o aumento populacional, em contrapartida, amplia a demanda de oferta dos serviços públicos obrigatórios prestados pela municipalidade.

O desenvolvimento de estudos internos, desenvolvido pela equipe técnica da SEMFAZ, atentou para um problema: a base do cadastro imobiliário não estava crescendo na proporção das construções habitacionais. Tal situação adveio de um fator positivo e relevante: evolução de empregabilidade no Município, devido ao incremento da atividade econômica. Cabe ressaltar que, esse incremento da atividade econômica não se reflete em aumento da base tributária, isto é, um aumento na produção municipal não se reflete na valorização dois imóveis municipais e na arrecadação do IPTU.

Considerando necessário atualização dos cadastros imobiliários e ainda com propósito de oxigenar a base do cadastro imobiliário, oportunidade para a regularização de imóveis prediais, tendo em vista que há imóveis cadastrados como territoriais, a Secretaria de Fazenda iniciou processo para contratação de serviços de Geoprocessamento – Pregão Eletrônico nº098/2022(em fase de Licitação), que tem como principal função gerar novos dados e informações espaciais com cobertura dos 1216km² que o Município possui, sendo 100km² em área urbana e 1116km² em área rural. Seguindo esse propósito, é esperado pela Secretaria, a inclusão de mais 90000 inscrições, podendo vislumbrar grandes possibilidades de aumento da sua receita.

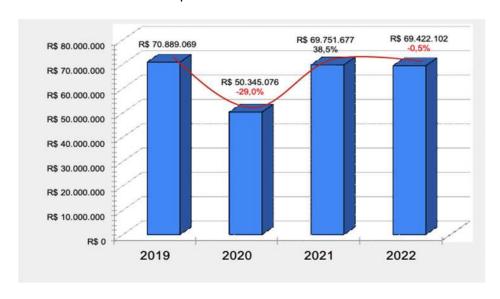
Outra fonte que favorece o desenvolvimento sustentável é o ISSQN(Imposto de Serviços de Qualquer Natureza), nesse imposto o crescimento econômico se reflete diretamente na base do imposto e, portanto, na sua arrecadação. O ISSQN incide sobre parte da produção econômica, ou seja, sobre a maioria dos serviços prestados, mas não incide sobre as mercadorias, sujeitas a ICMS.

Em princípio o ISSQN é um imposto que apresenta um grande potencial de expansão, considerando a crescente elevação do peso das atividades de prestação de serviços, diretamente influenciado pelo ritmo da atividade econômica. O setor de prestação de serviços possui um grande número de contribuintes, que é volátil, posto que a vida produtiva das médias e pequenas empresas e dos profissionais prestadores de serviços, sofrem alterações constantes nas atividades desenvolvidas e por conseguinte na arrecadação de impostos. Estas características do setor tornam a administração do ISSQN onerosa, pois encarecem a manutenção do cadastro de contribuintes e geram a necessidade de revisões mais frequentes.

Por fim o ISSQN é um imposto "nobre" cuja arrecadação só é expressiva em Município com atividade econômica desenvolvida e máquina administrativa com modelo de gestão capaz de acompanhar e aperfeiçoar ações de equalizar as variantes desse imposto.

Demonstramos abaixo o desempenho da arrecadação própria exclusiva do Município (principais: IPTU-ITBI-ISSQN-TAXA). Ressalta-se que esses tributos de competência Municipal podem ser alterados por lei própria, e sua administração pode ser melhorada visando incrementar a receita. Entretanto, vale lembrar que há determinações legais para estas alterações, embasadas na legislação constitucional e ainda, fator importante elencar que há limites financeiros para o aumento da arrecadação, dados pela natureza do tributo e de sua base de incidência, ou seja, pelas características da estrutura produtiva, social e dos rendimentos legais.

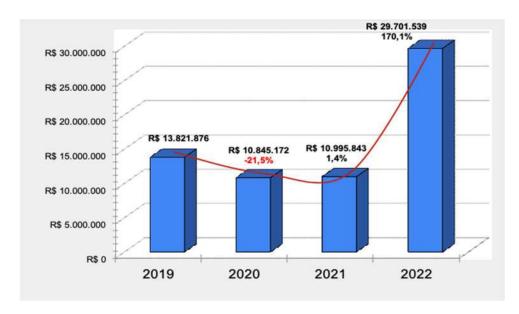
GRÁFICOS



IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano

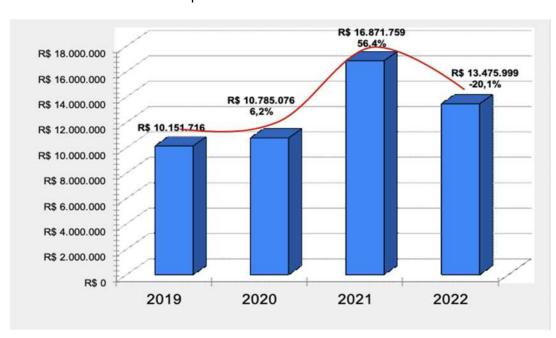
Fonte: Prefeitura de Macaé

TAXAS DIVERSAS



Fonte: Prefeitura de Macaé

ITBI – Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis



Fonte: Prefeitura de Macaé

R\$ 729.744.632 R\$ 800.000.000 R\$ 673.196.810 14.9% R\$ 585.956.810 R\$ 700.000.000 R\$ 577.292.274 R\$ 600.000.000 R\$ 500.000.000 R\$ 400.000.000 R\$ 300.000.000 R\$ 200.000.000 R\$ 100.000.000 R\$ 0 2019 2020 2021 2022

ISQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

Fonte: Prefeitura de Macaé

A Secretaria Municipal de Fazenda utiliza atualmente, dois sistemas: tributário e de contabilidade. Por meio de estudos realizados pelos servidores gestores dos sistemas, identificou-se que o Município de Macaé, com sua pujança, deve avançar para compartilhar as ações em Sistema Único através de alta tecnologia, e que ofereça serviços digitais modernos e de excelência, visando atingir a eficiência fortalecendo a conexão entre o Município x Munícipe. Sendo assim esta Secretaria já iniciou processo de contratação de Sistema Único protocolado sob o nº9325/2023 com objetivo de obter cadastro único do cidadão e empresa e ofertar inúmeros serviços à população, através de uma forma dinâmica e eficiente.

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|---|---|
| Cadastro Imobiliário- Redesenhar, atualização e aprimoramento. | Atualizar e regularizar a base de dados dos contribuintes |
| Fiscalização Tributária- Aprimoramento e Planejamento Estratégico | Desenvolver estratégias e metodologias de gestão, visando melhoria e eficácia na fiscalização, tendo como referencial o Plano Anual de Fiscalização. |

| Imóvel- Planta Genérica de Valores PGV- Geração de dados atualizados através do geoprocessamento. | Prover ações para atualizar os valores parametrizados dos imóveis em consonância com tipologia, área construída, localização. |
|--|--|
| Desenvolvimento de Sistema Tributário/Contábil | Modernizar a Administração Fazendária, estimulando inovação do modelo de gestão e dos processos de trabalho (interlocução e agilidade) através do uso de tecnologias da informação afins ao Sistema Tributário e Contábil do município |

O Projeto Macaé +20 veio confirmar o acerto para que o Município de Macaé vá ao encontro da vanguarda. Um projeto voltado para que máquina pública funcione entrelaçando saberes e relações intersetoriais. Ressalta-se a fundamental importância da atitude de diálogos entre Gestores das Secretarias Municipais de para fazer acontecer na prática às intensivas pautadas no Projeto Macaé +20.

Como âncora desse projeto destaca-se o real valor e apoio incondicional do Chefe do Poder Executivo, um gestor desenvolvimentista e visionário, com olhar voltado para o futuro e aberto ao diálogo, em prol do Município de Macaé e, por conseguinte tencionando atenção singular aos anseios dos Munícipes.

A Secretaria Municipal de Fazenda, que tem uma missão árdua que é "prever" a receita pública, subsídio que custeia as Despesas Públicas. Diante de um cenário de incertezas políticas e oscilações de comportamento da economia nas esferas Mundial e Nacional, os impactos financeiros afetam diretamente o desenvolvimento de projetos indispensáveis as evidências demandas em favor de uma Macaé cada vez melhor. Por fim registramos que nos colocamos à disposição do Projeto Macaé+20 e ainda que, estaremos desenvolvendo práticas e percorrendo caminhos de uma Gestão Pública Fiscal ética e de excelência, rumo à promoção de resultados inovadores e com olhares voltados ao cidadão



Modernizar a gestão pública, em uma concepção ampla, significa rever os meios atualmente utilizados na atividade estatal, considerando as inovações tecnológicas e as melhores práticas da gestão, desde que atendido ao interesse público.

Nesse sentido, é imperioso destacar que a Administração Pública, no mundo contemporâneo caracterizado pela globalização, deve estar cada vez mais pautada em implementar medidas alinhadas com a governança e a *accountability*, cujas ações de governo necessariamente devem observar a transparência, o controle e o interesse público. A propósito, a atuação estatal deve, ao mesmo tempo, estar focada tanto na Administração Pública (como organização), como também no atendimento ao interesse público, em uma sociedade plural e pluralista (OSRBORNE, 2010).

Com efeito, a Secretaria Municipal Adjunta de Licitações e Contratos, órgão que tem como atribuição precípua orientar a atuação dos órgãos e entes municipais no âmbito de licitações e contratos, tem pautado a sua atuação na busca da eficiência das contratações públicas, com ênfase no planejamento, na economicidade e na transparência de suas ações, além da capacitação dos servidores que atuam na matéria, em atendimento à Lei Complementar Municipal nº 256/2016.

Nesse sentido, o relatório de gestão da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos do ano 2022 destaca o aumento de mais de 96% do número de processos administrativos e de 51% em procedimentos licitatórios, quando comparados com os dados do ano anterior, com uma economicidade anual de mais de 54 milhões, correspondente a um desconto médio de 27,64%, contribuindo para com a eficiência na gestão de recursos públicos.⁴

Na mesma linha, o Índice de Concorrência dos Municípios, edição 2022, realizado pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Economia, aponta em seu Capítulo 8 (Contratando com o Poder Público) a avaliação acerca do tratamento dos processos licitatórios de acordo com as melhores práticas internacionais, a fim de garantir o justo acesso aos procedimentos e a confiança, além de promover a competição, transparência, integridade e valorização do recurso público. O referido estudo demonstra que Macaé obteve a maior nota na região sudeste na área de contratações públicas, sendo a segunda colocada de todos os municípios consultados nesse quesito.⁵

Contudo, a atuação desta Secretaria Adjunta permite apontar os seguintes problemas a serem enfrentados, a fim de contribuir para com a modernização da gestão:

- a) Planejamento: há a necessidade de mudança da cultura organizacional, no sentido de propor e discutir com antecedência as contratações públicas, as quais devem estar alinhadas com as ferramentas de planejamento (Plano Diretor, Plano de Contratações Anual e Leis Orçamentárias);
- b) **Processo eletrônico:** atualmente, o Município de Macaé conta com a cessão de uso do software SEI (Sistema Eletrônico de Informações), cuja utilização resultará em enormes ganhos na produtividade e eficiência, além da economia de recursos materiais e humanos. Para a sua

⁴ Disponível em: https://www.macae.rj.gov.br/licitacoes/conteudo/titulo/relatorio-de-gestao. Acesso em: 13 mar. 2023.

⁵ Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/reg/indice-de-concorrencia-dos-municipios-brasileiros-icm/resultados/2022. Acesso em: 13 mar. 2023.

efetiva implementação, há a necessidade de modernização do parque tecnológico da Prefeitura, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal Adjunta de Ciência e Tecnologia.

c) Valorização do servidor: a atuação na área de contratações públicas, notadamente em face da responsabilização dos agentes que atuam na área, apontam para a revisão da política de gestão de pessoal, a fim de permitir a sua capacitação constante, o incentivo e a devida remuneração por produtividade para atividades desempenhadas por gestores e fiscais de contratos, de forma geral.

No que concerne à correlação dos problemas supracitados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), inclusos na chamada "Agenda 2030", pode se verificar que estes encontram aderência ao Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Nesse sentido, os problemas apresentados parecem guardar correlação com o indicador 16.6.1 — Despesas públicas primárias como proporção do orçamento original aprovado, por setor (ou por códigos de orçamento ou similares), na medida em que a implementação do planejamento e do processo eletrônico, bem como o investimento em pessoal, resulta em aumento do indicador supracitado.

Ademais, a implementação do processo eletrônico guarda aderência ainda com o Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, notadamente o indicador 11.6 – Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros. Isso porque o processo eletrônico tem como consequência a drástica redução do uso de equipamentos e insumos (papel, impressoras e insumos de impressão).

Inobstante os inúmeros desafios na gestão pública a serem enfrentados, espera-se que as situações propostas contribuam para o aprimoramento da gestão pública no Município de Macaé.

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|---|
| Falta de planejamento em contratações públicas | Mudança da cultura organizacional. |
| Falta do processo eletrônico | Implementar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI). |
| Ausência de valorização do servidor público | Reconhecer a importância do servidor público no âmbito das contratações públicas. |



A Ouvidoria Geral do Município de Macaé (OGM) foi criada oficialmente através da Lei Complementar 046/2004, e iniciou suas atividades em setembro de 2010. A necessidade de estabelecer os mecanismos de participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários serviços públicos tratados na Lei Federal n° 13.460/2017, levaram o município a tratar a questão por intermédio da Lei Ordinária 4.558/2019 onde dispõem que as atribuições da Ouvidoria são

- I. promover a participação do usuário na administração pública, em cooperação com outras entidades de defesa do usuário;
- II. acompanhar a prestação dos serviços, visando garantir a sua efetividade;
- III. propor aperfeiçoamento na prestação dos serviços;
- IV. auxiliar na prevenção e correção dos atos e procedimentos incompatíveis com os princípios estabelecidos nesta Lei;
- V. propor a adoção de medidas para a defesa dos direitos do usuário, em observância às determinações desta Lei;
- VI. receber, analisar e encaminhar às autoridades competentes as manifestações, acompanhando tratamento e a efetiva conclusão das manifestações de usuário perante órgão ou entidade a que se vincula e;
- VII. promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou a entidade pública, sem prejuízo de outros órgãos competentes.

VIII.

Ainda em relação a Lei Complementar nº 309/2022, que altera a Lei Complementar nº 256/2016, são atribuições da Ouvidoria:

- I. organizar os mecanismos e canais de acesso dos interessados à Ouvidoria;
- II. orientar os servidores e os usuários de serviços públicos sobre a melhor forma de encaminharem os seus pedidos, instruí-los e acompanharem a sua tramitação;
- III. receber críticas, reclamações, denúncias e sugestões sobre procedimentos e práticas inadequadas ou irregulares, atuando no sentido de levar os responsáveis a aperfeiçoá-los e corrigi-los, buscando sempre o diálogo entre as partes;
- IV. encaminhar todas as denúncias recebidas ao setor responsável para a devida apuração;
- V. dar encaminhamento as manifestações diferenciadas, pulverizadas e até conflitantes, oferecendo a cada cidadão um tratamento personalizado e a todos um tratamento equânime;
- VI. contribuir para a resolução de problemas administrativos oferecendo alternativas e informações sobre a legislação e as normas internas vigentes;
- VII. acompanhar a tramitação dos processos em que se envolva, dando ciência aos

interessados das providências adotadas;

- VIII. agilizar a tramitação de processos e procedimentos relativos a situações jurídicoadministrativas em que não exista ou em que se tenha demonstrado insuficiente a atuação de outros controles administrativos, internos ou externos, ou quando eventuais embaraços processuais se estiverem sobrepondo às questões de mérito, com prejuízo para os interessados;
- IX. preparar, anualmente, estatísticas indicativas do nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados no âmbito da Prefeitura Municipal de Macaé, divulgando os seus resultados;
- X. propor a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões dos responsáveis pela inadequada prestação do serviço público;
- XI. sugerir a expedição de atos normativos e de orientações, com o intuito de corrigir situações inadequadas ao serviço prestado pelos vários órgãos, secretarias e/ou órgão equivalente;
- XII. encaminhar para estudo da Administração, direta ou indiretamente, propostas de reformulação de normas e de mudanças de procedimentos, que lhe pareçam a causa de problemas, para cuja solução tenha sido chamada a contribuir.
- XIII. orientar a atuação das demais unidades de Ouvidoria existentes na Prefeitura municipal de Macaé;
- XIV. promover capacitação e treinamento relacionados às atividades de Ouvidoria na Prefeitura Municipal de Macaé;
- XV. cooperar com as demais Ouvidorias Públicas, no sentido de salvaguardar os direitos dos cidadãos e garantir a qualidade das ações e serviços prestados;
- XVI. elaborar o relatório anual das manifestações recebidas na Ouvidoria, contendo descrição das atividades desenvolvidas, incluindo sugestões visando à melhoria das relações da Administração Pública municipal com a comunidade, a fim de garantir o respeito dos direitos cidadãos, e cumprir a legislação vigente;
- XVII. proceder à oitiva da comunidade, anotando suas reclamações, sugestões e pedidos, tomando as providências cabíveis quanto ao encaminhamento dessas anotações;
- XVIII. esmerar-se no atendimento ao público, tratando-o com urbanidade e respeito, sem qualquer tipo de discriminação;
- XIX. promover e executar os serviços de Ouvidoria do Município, através do recebimento das demandas da população, encaminhamento aos órgãos e entidades responsáveis e monitoramento das soluções;
- XX. manter sob sigilo o nome do demandante, salvo nos casos em que sua identificação, junto aos órgãos da Administração Pública municipal, seja indispensável para a solução do problema e atendimento do interessado;

XXI. manter registro, classificação e/ou sistematização das ocorrências, incidentes e soluções de problemas apresentados à sua consideração;

XXII. exercer outras atribuições que lhe forem ou regularmente cometidas."

Desta forma, em acordo com as regulamentações supra citadas e outras cabe a Ouvidoria Geral de Macaé implementar a Política Municipal de Ouvidoria, esta através do Sistema Municipal de Ouvidorias (SMO). Este último composto pela OGM - órgão gerenciador do SMO - e atualmente 15 ouvidorias setoriais, que tratam de políticas públicas específicas, tais como saúde, educação, desenvolvimento social, dentre outras.

A OGM de Macaé resguardadas as suas atribuições específicas busca desenvolver a Política Municipal de Ouvidoria em observância aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, criadas pela Organização das Nações Unidas como pacto global para alcançar o desenvolvimento sustentável até o ano de 2030. Neste sentido, nos importa destacar que os objetivos 10 - Redução das desigualdades - e 16 - Paz, justiça e instituições eficazes - correspondem diretamente àqueles a serem alcançados em resposta aos desafios da Política Municipal de Ouvidoria.

Apoiados na compreensão que as escolhas de investimento da gestão precisa ser estratégica e atuar em problemas encarados como nós críticos, que uma vez resolvidos impactaram positivamente em diferentes áreas, apontamos a seguir três problemas/situações problemas a serem enfrentadas e já consideradas no Plano Plurianual da OGM:

A primeira trata-se da "Dificuldade de acesso aos mecanismos, instrumentos e ou equipamentos que operacionalizam a participação social no município". Em que pese o fato do Município de Macaé apresentar várias formas de recepção de manifestações de ouvidoria, percebemos que ainda são necessárias ações que possam alcançar questões referente a implementação de políticas públicas que não chegam espontaneamente ao executivo municipal. Assim, entendemos que só será possível alcançarmos estas questões com a modernização da gestão e ou criação de mecanismos pautados em cidades inteligentes. Neste sentido vislumbramos "n° de ações de ouvidoria ativa realizadas" como um indicador a ser trabalhado. Tomando o ano de 2021 como base podemos afirmar que não foi realizada nenhuma ação do tipo.

A segunda situação problema a ser enfrentada é o "Baixo índice de resposta a população". Consideradas as legislações em vigor no âmbito federal e municipal, o executivo Macaense tem encontrado problemas para responder a contento e/ou em hábil a população. Observamos ainda hoje que no ano de 2021 apenas 80% das manifestações de ouvidoria encontram-se finalizadas, ou seja, 20% destas manifestações encontram-se abertas com prazo de resposta extrapolado. Em relação aos pedidos de acesso à informação 4% ainda se encontram abertos sem resposta e com prazos extrapolados. Cabe ainda destacar que não possuímos um sistema que consiga caracterizar o percentual de manifestações de ouvidoria e pedidos de acesso à informação, respondidos dentro do prazo legal estabelecido. Também neste quesito precisaríamos de ações de modernização da gestão e ou criação de mecanismos pautados em cidades inteligentes para corresponder a expectativa legal.

Em outra medida a terceira situação problema identificada e não menos importante é a "Dificuldade dos servidores/colaboradores corresponderem as exigências legais na prestação das ações e/ou serviço oferecido". De modo geral não existe um aparato legal estruturado e permanente que esteja dedicado a atualização da força de trabalho. O conhecimento e o monitoramento de atualizações legais sobre o cotidiano de trabalho que envolve cada política pública parece ocorrer muito mais como uma ação isolada e conforme interesse de cada servidor/colaborador do que uma exigência do Poder público municipal. No caso específico do Sistema Municipal de Ouvidorias no ano de 2021 não encontramos registro do n° de profissionais capacitados e não houve a oferta de nenhum curso ou evento pelo município para esta temática. Entendemos que a modernização da gestão e construção de uma cidade inteligente passa obrigatoriamente pela problematização dos processos de trabalho e capacitação de seus servidores/colaboradores.

Implementar a Política Municipal de Ouvidorias com intuito de contribuir com uma sociedade mais justa e democrática, pautada na defesa dos direitos humanos constitui-se o nosso maior desafio. Para tanto recorreremos as algumas ações específicas pensadas a partir deste primeiro momento/desenho de situações problemas prioritárias que deverão ser encaradas nos próximos 20 anos. Neste contexto entendemos que os eixos "Modernização da gestão" e "Cidades inteligentes" são fundamentais no enfrentamento dos desafios postos.

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|---|
| Dificuldade de acesso aos mecanismos, | Ampliar o acesso dos usuários do serviço público ao Sistema Municipal de Ouvidorias. |
| instrumentos e ou equipamentos que operacionalizam a | (*) ODS - Objetivos de desenvolvimento sustentável - 10.3.1, 16.3.3, 16.5.1, 16.6.2, 16.10.2, 16.b.1. |
| participação social no município. | DIRETRIZ 1: Garantir a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário do serviço público da administração pública municipal. |
| Baixo índice de resposta à população. | Qualificar o processo de trabalho do Sistema Municipal de Ouvidorias. |
| | (*) ODS - Objetivos de desenvolvimento sustentável - 10.3.1, 16.3.3, 16.5.1, 16.6.2, 16.10.2, 16.b.1. |
| | DIRETRIZ 1: Garantir a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário do serviço público da administração pública municipal. |

Dificuldade dos servidores/colaboradores corresponderem as exigências legais na prestação das ações e/ou serviço oferecido.

Implementar o Programa Municipal de Educação Permanente em Ouvidoria Pública.

(*) ODS - Objetivos de desenvolvimento sustentável - 10.3.1, 16.3.3, 16.5.1, 16.6.2, 16.10.2, 16.b.1.

DIRETRIZ 1: Garantir a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário do serviço público da administração pública municipal.

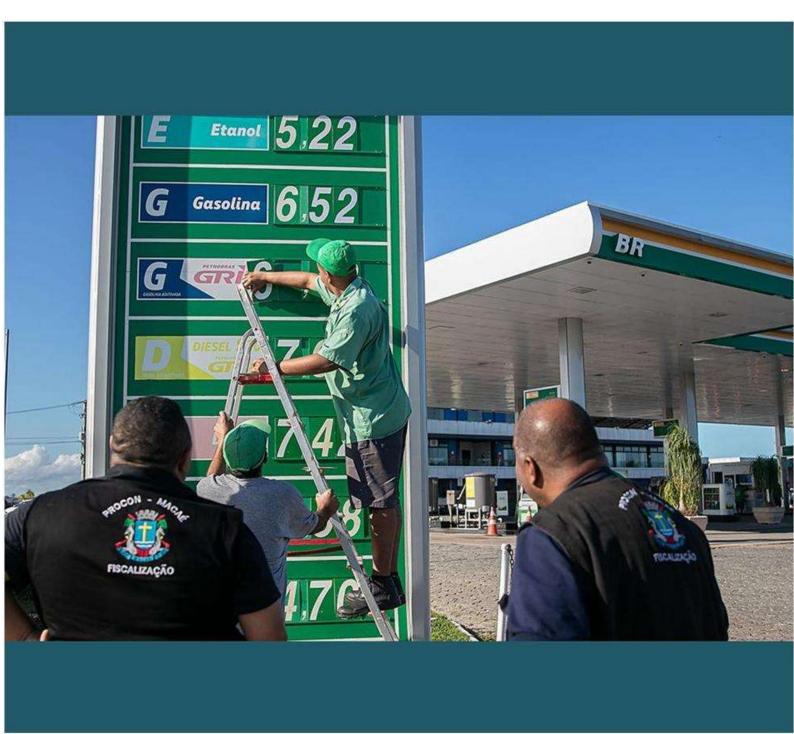
DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL QUE FUNDAMENTAM O "PLANO ESTRATÉGICO"

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

- 16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos
- 16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas
- 16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis
- 16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais
- 16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.



A MISSÃO orientadora do PROCON é orientar, defender e representar o consumidor, contribuindo para o equilíbrio de seus direitos e deveres no aperfeiçoamento das relações sociais de consumo, com base nos valores da ética e da qualidade de trabalho.

Para tanto, na gestão de 2021-2023, a Secretaria Municipal Adjunta de Proteção e Defesa do Consumidor de Macaé tem se aperfeiçoado na busca de meios de harmonizar os interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilizar a proteção e defesa do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico do município, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica, sempre com base na boa-fé e no equilíbrio das relações entre consumidores e fornecedores.

Vale ressaltar que o nosso maior patrimônio é o nosso capital humano, pois nada disso seria possível sem o inegável trabalho e esforço dos nossos valorosos servidores públicos.

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) mostrou recorde no total de endividados no Brasil.

Em 2022, 77,9% das famílias no País contraíram dívidas nas principais modalidades - cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro, financiamento de casa e outros tipos de dívida. Em termos absolutos, a cada 100 famílias, 78 endividaram-se, recorde da série anual iniciada em 2010. O crescimento anual de 7 pontos percentuais na proporção de endividados foi o quarto consecutivo e o maior já observado na pesquisa, que mostra aceleração no período de menor grau da pandemia. Os principais indicadores são:

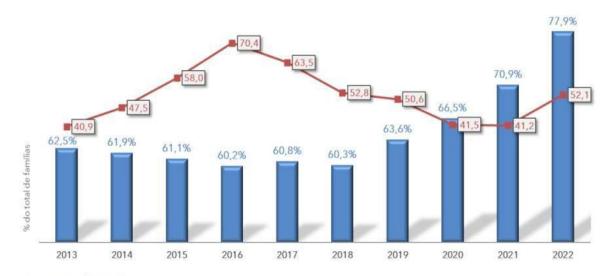
Quadro 1. Resumo dos principais indicadores

| 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2019 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|--------------|--------------------------------|--|--|--|--|---|--|---|---|
| Defendant of | | LVII | 2010 | | -2020 | 2013 | Distribution in Contract of the Contract of th | LVLI | LULL |
| | C4 00/ | C4 40/ | 60.00/ | CO 00/ | CO 20/ | 62 6W | 55.50/ | 70.00/ | 77.00 |
| 62,5% | 61,9% | 61,1% | 60,2% | 60,8% | 60,3% | 63,6% | 66,5% | 70,9% | 77,9% |
| 21,2% | 19,4% | 20,9% | 24,2% | 25,4% | 24,0% | 24,0% | 25,5% | 25,2% | 28,9% |
| 6,9% | 6,3% | 7,7% | 9,2% | 10,2% | 9,7% | 9,6% | 11,0% | 10,5% | 10,7% |
| | | | | | | | | | |
| 4,3 | -0,6 | -0,8 | -1,0 | 0,6 | -0,5 | 3,4 | 2,8 | 4,4 | 7,0 |
| -0,2 | -1,8 | 1,5 | 3,2 | 1,2 | -1,4 | -0,1 | 1,5 | -0,3 | 3,7 |
| -0,2 | -0,6 | 1,4 | 1,5 | 1,1 | -0,5 | -0,1 | 1,4 | -0,6 | 0,2 |
|) | 21,2% 6,9% 4,3 0 -0,2 | 62,5% 61,9% 21,2% 19,4% 6,9% 6,3% 4,3 -0,6 -0,2 -1,8 | 62,5% 61,9% 61,1% 20,9% 6,9% 6,3% 7,7% 4,3 -0,6 -0,8 -0,2 -1,8 1,5 | 62,5% 61,9% 61,1% 60,2% 21,2% 19,4% 20,9% 24,2% 6,9% 6,3% 7,7% 9,2% 4,3 -0,6 -0,8 -1,0 -0,2 -1,8 1,5 3,2 | 62,5% 61,9% 61,1% 60,2% 60,8% 21,2% 19,4% 20,9% 24,2% 25,4% 6,9% 6,3% 7,7% 9,2% 10,2% 4,3 -0,6 -0,8 -1,0 0,6 -0,2 -1,8 1,5 3,2 1,2 | 62,5% 61,9% 61,1% 60,2% 60,8% 60,3% 21,2% 19,4% 20,9% 24,2% 25,4% 24,0% 6,9% 6,3% 7,7% 9,2% 10,2% 9,7% 4,3 -0,6 -0,8 -1,0 0,6 -0,5 -0,2 -1,8 1,5 3,2 1,2 -1,4 | 62,5% 61,9% 61,1% 60,2% 60,8% 60,3% 63,6% 21,2% 19,4% 20,9% 24,2% 25,4% 24,0% 24,0% 6,9% 6,3% 7,7% 9,2% 10,2% 9,7% 9,6% 4,3 -0,6 -0,8 -1,0 0,6 -0,5 3,4 -0,2 -1,8 1,5 3,2 1,2 -1,4 -0,1 | 62,5% 61,9% 61,1% 60,2% 60,8% 60,3% 63,6% 66,5% 21,2% 19,4% 20,9% 24,2% 25,4% 24,0% 24,0% 25,5% 6,9% 6,3% 7,7% 9,2% 10,2% 9,7% 9,6% 11,0% 4,3 -0,6 -0,8 -1,0 0,6 -0,5 3,4 2,8 0 -0,2 -1,8 1,5 3,2 1,2 -1,4 -0,1 1,5 | 62,5% 61,9% 61,1% 60,2% 60,8% 60,3% 63,6% 66,5% 70,9% 21,2% 19,4% 20,9% 24,2% 25,4% 24,0% 24,0% 25,5% 25,2% 6,9% 6,3% 7,7% 9,2% 10,2% 9,7% 9,6% 11,0% 10,5% 34 3 -0,6 -0,8 -1,0 0,6 -0,5 3,4 2,8 4,4 -0,2 -1,8 1,5 3,2 1,2 -1,4 -0,1 1,5 -0,3 |

Fonte: Peic/CNC

O rápido aumento dos juros entre 2020 e 2022 coincidiu com aumento de 14,3 pontos na proporção total de endividados no País. Essa dinâmica se distingue, por exemplo, da observada entre 2013 e 2016, em que o ciclo de aperto dos juros foi acompanhado de redução do endividamento. A queda dos juros para nível abaixo de dois dígitos em 2018 estimulou o uso do crédito e, consequentemente, o maior endividamento entre os brasileiros.

Gráfico 1. Proporção de endividados x taxa de juros média recursos livres pessoas físicas – evolução histórica Proporção de Endividados X juros médios pessoas físicas



Fonte: Peic/CNC e Bacen

Entretanto, no período de menor grau da pandemia, os consumidores intensificaram a busca por crédito mesmo em um contexto de alta dos juros, em contraste com 2018.

A proporção de endividados alcançou 78,9% das famílias do grupo com até dez salários mínimos de renda mensal, e 74,3% entre as com mais de dez salários de rendimento. Os incrementos da parcela de endividados em 2022, nos dois grupos, também foram os maiores desde 2010: +6,8 p.p. e +8,3 p.p., respectivamente, é primeira vez - na história da Peic - que a proporção de endividados entre os mais ricos alcançou mais de 70% de consumidores desse grupo, que essencialmente utilizaram o cartão de crédito para financiar despesas com a retomada do consumo de serviços, viagens e entretenimento fora de casa a partir de 2021. Assim, o avanço no endividamento no período de menor grau da pandemia é explicado por três fatores: 1 - Entre as famílias mais pobres, o crédito foi fundamental para recomposição da renda e suporte ao consumo de itens de primeira necessidade, diante dos efeitos perversos da crise sanitária sobre o emprego formal e informal e da alta rápida e intensa da inflação. 2 - Entre as famílias mais ricas, a retomada do consumo reprimido nos tempos de lockdown levou a mais contrações de dívidas por este grupo. 3 - E, para todos os consumidores, as inovações tecnológicas nos serviços financeiros incentivaram o uso do crédito na aquisição de bens e serviços de forma geral.

É importante enfatizar que os três períodos mais relevantes considerados na pesquisa são: a primeira metade do ano de 2020, em que foram impostas as restrições mais rigorosas visando o controle da pandemia; o primeiro semestre de 2021, que mesclou o momento mais letal da pandemia, o início da vacinação e reabertura das atividades; e o primeiro semestre de 2022, com um cenário de vacinação e de retomada das atividades econômicas já consolidadas e uma volta à normalidade.

Ademais, evidentemente, o desemprego, redução salarial, aumento generalizado das despesas com alimentação, moradia e transporte foram, e são, alguns dos fatores que podem levar as famílias ao endividamento, inclusive - para pagar as dívidas - muitas delas recorrem ao uso de cartões de crédito ou empréstimos bancários, o que justificou a busca por crédito mesmo em

um contexto de alta dos juros e, como ficou evidente, as altas taxas de juros são capazes de aumentar o endividamento, gerando um ciclo de pagamentos de parcelas por mais de dois anos.

O endividamento das famílias gera um ciclo de manutenção das desigualdades sociais, em que as pessoas mais pobres pagam as maiores taxas de juros. É importante ressaltar que a desigualdade de renda e o crédito às famílias possuem um papel não apenas de justiça social, mas determinante da dinâmica macroeconômica como um todo, impactando na Erradicação da Pobreza (ODS !), Fome Zero (ODS 2), na Redução das Desigualdades (ODS 10),

Inclusive, nesse período – no contexto de endividamento e desigualdade –, o bem-estar familiar é comprometido, causando preocupações, aumento de estresse e impactos na saúde mental, podendo levar ao abuso de drogas entorpecentes, abuso de álcool e até mesmo a atitudes mais extremas, como o suicídio (ODS 3).

No contexto da pandemia, o PROCON de Macaé teve uma forte atuação no combate ao aumento injustificado de preços e na harmonização das relações de consumo, compondo os conflitos de modo a preservar o direito do consumidor e a atividade econômica dos fornecedores, tendo como destaques: o combate ao aumento de preço do álcool em gel, máscaras e demais produtos saneantes, botijão de gás, alimentos que compões a cesta básica e testes de covid; a harmonização das relações de consumo no setor aéreo, turismo, shows, eventos e escolar. Assim como também foi o início do processo de informatização de todos os processos e procedimentos administrativos do PROCON, com trabalho e atendimento remoto.

Atualmente, o PROCON Macaé, tem desenvolvido programas de aprendizagem e melhoria contínua através da capacitação e orientação dos servidores, em melhoria dos processos administrativos e da gestão (ODS 8, 9 e 16).

Também vem desenvolvendo programas de orientação à população, como por exemplo: Palestra sobre "A relação de consumo e suas peculiaridades" (ODS 12); "Diga não à discriminação nas relações de consumo" (ODS 16); "Bate papo jurídico" (ODS 9), sobre processos administrativos; "Acessibilidade e direitos da pessoa com deficiência" (ODS 11 e 16); "Direitos do consumidor idoso" (ODS 11 e 16); "Telemarketing abusivo"; "Dano elétrico devido a queda de energia?"; "Consumidor, você conhece os seus direitos?". Orientações sobre o consumo consciente (ODS 12): PROCON nas ruas, orientado os consumidores; orientação dos jovens consumidores com o Projeto PROCON das escolas e Fiscal Mirim e campanhas de renegociação de dívidas.

Os resultados esperados com os projetos futuros e em andamento são:

- Melhoria na qualidade do atendimento;
- Mais celeridade nos processos;
- Maior alcance da Fiscalização;
- Maior alcance do atendimento;
- Menor taxa de endividamento da população;

- Acompanhamento do processo (passo a passo) na plataforma digital;
- Consumidores, comerciantes e prestadores de serviços mais conscientes dos seus direitos e deveres;
- Aumento do percentual de resolução no primeiro atendimento;
- Aumento do percentual de acordos.

Tendo em vista que é papel do PROCON defender e representar o consumidor, contribuindo para o equilíbrio de seus direitos e deveres no aperfeiçoamento das relações sociais de consumo, a Secretaria Municipal Adjunta de Proteção e Defesa do Consumidor de Macaé vem se aperfeiçoando na busca de meios para harmonizar os interesses dos participantes nas relações de consumo e mecanismos para compatibilizar a proteção e defesa do consumidor com a necessidade de Promover o Crescimento Econômico Sustentado, Inclusivo e Sustentável do município.

Para que os objetivos sejam atendidos, é necessário ultrapassar barreiras tecnológicas – investindo em software e hardware -, aperfeiçoar o nosso capital humano através de treinamentos e capacitação dos servidores, melhorar a qualidade do atendimento e dos processos administrativos, aumentar o alcance da fiscalização e orientação dos consumidores.

PLANO ESTRATÉGICO

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|---|--|
| Alta taxa de endividamento e inadimplência | Criar programa de conscientização para o consumo consciente; |
| | Realizar feiras de negociação de dívidas; |
| | Fiscalização no combate ao aumento abusivo. |
| PROCON sem sede própria Elevada procura de consumidores de outros municípios da região | Sede própria é uma condição indispensável sem o qual não será possível regionalizar o PROCON de Macaé. A regionalização é necessária para ampliar a área de cobertura para toda região (sem PROCON), trazendo proteção e defesa do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico para toda região. |
| | Ademais, com sede própria e maior espaço físico será possível ampliar os postos de atendimento e salas de audiências de conciliação |

| Consumidor sem acesso à internet Consumidor sem aparato tecnológico Consumidor distante dos postos de atendimento Apenas um posto de atendimento | Aquisição de Totens de autoatendimento que poderão ser instalados em diversos locais; PROCON Itinerante através da aquisição de uma Van equipada para realizar atendimento mais próximo dos consumidores mais distantes |
|--|---|
| Computadores defasados, exigindo constantes intervenções e consequentemente criando gargalos nos processos administrativos Lentidão nos processos de fiscalização em razão do fiscal ter de preencher | Aquisição de novos computadores Aquisição e utilização de Tablet nos processos de vistoria |
| documentos manualmente e depois ter de passara a limpo para o computador Gargalos no fluxo de trabalho, perda da | Investimentos em capacitação dos |
| continuidade das informações e falta de padronização dos processos | servidores, em programas de gestão de processos, qualidade e governança de organizações |

EIXO III - CIDADE INTELIGENTE

MACAÉ: CIDADE DIGITAL INCLUSIVA





TEMA CENTRAL: CRIAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TORNAR MACAÉ UMA CIDADE INTELIGENTE E INCLUSIVA

Macaé é considerada uma cidade polo entre as cidades da região Norte Fluminense. E com isso ela sofreu grandes mudanças em relação ao seu número de habitantes, população flutuante, ocupação urbana e responsabilidades de gestão, tanto das cidades circunvizinhas quanto a própria. A transformação da cidade de Macaé envolverá vários desafios nos próximos anos. A questão relevante a ser pontuada é: O que a cidade de Macaé precisa realizar para se tornar uma cidade inteligente e inclusiva?

Macaé, para se tornar uma cidade inteligente, não basta apenas adotar parâmetros de eficiência energética ou buscar políticas de sustentabilidade, mas buscar medidas de interconexão setorial e adequar vários parâmetros de gestão para torná-la uma cidade moderna e que funcione de maneira inteligente, integrada e inclusiva.

A Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana compreende-se no deslocamento das pessoas e bens dentro do espaço do município, mediante a utilização de modos de transporte não motorizados e motorizados, de vias públicas e de infraestrutura disponível, possibilitando a todos o acesso aos espaços públicos em geral, aos locais de trabalho, aos equipamentos e serviços sociais, culturais e de lazer de forma segura, eficiente, socialmente inclusiva e ambientalmente sustentável. (Plano Diretor)

Todas estas atribuições exigem a utilização tecnologia, de equipamentos, viaturas, fardamentos, estruturas e efetivo que precisam ser adquiridos, construídos e empregados. E para tal pleito, se faz necessário a justificativa obrigada por lei, através de fatos e dados comprovados oficialmente, que fundamentem a sua importância, necessidade e emprego.

Dentro de 20 anos, há a previsão para Macaé apresentar um crescimento populacional significativo, onde majoritariamente viverão em regiões urbanas e que requerem planejamento nas ações realizadas pelos órgãos competentes. Pesquisas relatam que o crescimento populacional e adensamento demográfico estão intrinsicamente relacionados com o surgimento e/ou crescimento de todo o tipo de violência.

PREVISÃO DE CRESCIMENTO POPULACIONAL PARA 20 ANOS:

Quantidade 2023: 266.000 habitantes (desconsiderando população flutuante)

Quantidade 2043: 389.000 habitantes (desconsiderando população flutuante)

O crescimento populacional, de áreas e de integração da cidade demandam a utilização de tecnologia e ferramentas de gestão eficaz. Outro fator relevante, além da integralidade entre Secretarias do município, é a dependência entre a atuação operacional tática dos servidores

públicos a este processo, pois não se torna solucionável somente o acesso à inteligência artificial, mas principalmente quem vai e como vai executar as tarefas que são exigidas em sua aplicação e por todos os setores de Macaé.

Existe uma recomendação, que os municípios usam, para definir o número de agentes de trânsito na cidade, para que se mantenha um ordenamento com índices aceitáveis é de 01 agente para cada 1.000 habitantes. Por este parâmetro, Macaé com uma população de 266 mil habitantes, deveria possuir um contingente total de 266 agentes de trânsito.

AO ANALISAR CENÁRIO ATUAL.

Contingente de agentes em 2023:

- Agentes de trânsito em Macaé 150 agentes.
- Déficit atual de 116 agentes de trânsito.

Observa-se que o recomendado seria 01 agente por cada 1.000 habitantes, logo:

- 389 mil habitantes em 2043, seguindo o crescimento medido pelos dois últimos censos do IBGE, acarreta uma necessidade de 389 agentes de trânsito no município.
- Se atualmente o déficit existente é de 116 agentes de trânsito, em 2043 com os números atuais, sem atualização do efetivo, Macaé terá um déficit de 239 agentes de trânsito.

Outro fator importante a ser pontuado é a necessidade de pautar tomadas de decisões de Mobilidade Urbana, embasadas em dados reais e de fontes seguras para se obter resultados mais próximos de uma cidade inteligente e inclusiva. No caso a ser levantado, dados relacionados a todos os fatores de Mobilidade Urbana. Estes são acessados através de órgãos públicos, que trabalham exclusivamente com o compartilhamento de dados, monitoramento e tomadas de decisão, sob esfera municipal, estadual e federal. Existem programas, entes e ferramentas que viabilizam esta ação como a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) instituída pela Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que tem como objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana. Outras políticas como a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), que se encontra em fase de formulação e tem como objetivo reduzir as desigualdades socioespaciais nas escalas intraurbana e supramunicipal e na escala da rede de cidades, ainda estão em desenvolvimento, mas que já devem ser consideradas no subeixo de Desenvolvimento Urbano.

A cidade de Macaé é polo empresarial e seu crescimento exponencial alerta às políticas públicas a necessidade de melhoria da mobilidade urbana. Esta, por conseguinte, garante o desenvolvimento urbano e metropolitano, ao aproximar moradia e emprego. Pode-se também dizer que uma moradia digna, com sistema adequado de saneamento e próxima ao trabalho tem um impacto significativo no desenvolvimento urbano de modo a melhorar a qualidade de

vida das pessoas nas cidades. As questões hídricas locais também devem ser consideradas no planejamento urbano, tendo em vista seu alto potencial de geração de benefícios socioeconômicos. Por fim, destaca-se a importância do desenvolvimento urbano para o desenvolvimento regional, considerando sua capacidade de indução de crescimento econômico juntamente com a redução das desigualdades. Dessa forma, as políticas públicas para tornar Macaé uma cidade mais inteligente e inclusiva, baseiam-se em estratégias, planos e programas já consolidados.

INDICADORES

Vínculo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Agenda 2030

- Incentivar o investimento em transporte coletivo e intermodal, integrado com o transporte ativo (de bicicleta e a pé, por exemplo), a fim de melhorar o ambiente urbano e a qualidade de vida da população, em detrimento do transporte individual motorizado;
- Incentivar a integração do planejamento urbano e do planejamento da mobilidade urbana por meio do Desenvolvimento Urbano orientado ao Transporte Sustentável – DOTS (TOD – Transit Oriented Development);
- Estimular a produção e o uso de veículos, equipamento, soluções logísticas e infraestruturas verdes, mais eficientes e sustentáveis energicamente;
- Aprimorar a qualidade dos serviços de transportes por meio da simplificação e digitalização dos serviços do setor, de forma a garantir regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade e pontualidade dos serviços prestados à população;
- Integrar o planejamento da mobilidade urbana com o planejamento de uso e ocupação do solo nas cidades;
- Viabilizar medidas de eficiência energética nos transportes, na indústria, no saneamento básico e nas edificações e em seus respectivos produtos e serviços;
- Promover o surgimento de modelos de negócios inovadores que sejam viabilizadores de ganhos sistêmicos para a mobilidade, o saneamento, a habitação popular, a economia e a segurança pública;
- Induzir boas práticas de planejamento urbano e gestão territorial, com foco no crescimento ordenado, sustentável e economicamente eficiente das cidades, ampliando a mobilidade e acessibilidade;
- Fomentar a qualificação da gestão pública e as iniciativas métricas de controle para aumentar a participação social no planejamento urbano
- Incentivar iniciativas de planejamento de infraestrutura urbana que considerem as especificidades locais, as variáveis no contexto da segurança pública, a busca por

maior produtividade da economia local e a complementariedade e sinergia dos investimentos públicos e privado;

- Instituir mecanismos próprios para o financiamento de infraestrutura e desenvolvimento urbano e metropolitano;
- Incorporar práticas inovadoras e novas tecnologias no planejamento urbano, de modo a viabilizar os projetos de cidades inteligentes;
- Incrementar a capacidade dos entes federativos no planejamento e na estruturação de projetos de infraestrutura e na regulação de serviços públicos, de modo a melhorar a qualidade da prestação pública dos serviços e dar maior segurança para a ampliação da participação da iniciativa privada;
- Instituir mecanismos de coordenação e articulação entre os entes federativos para minimizar externalidades negativas dos investimentos em infraestrutura, com especial atenção às alterações do uso e da ocupação do solo urbano no entorno imediato de empreendimentos, bem como as consequências destes sobre a segurança pública e sobre a dinâmica das cidades no médio e no longo prazo;
- Incentivar a ampliação da oferta de infraestrutura urbana nas áreas de maior vulnerabilidade social e a recuperação de centros históricos degradados;
- Incentivar o aproveitamento da infraestrutura urbana subutilizada em áreas centrais das cidades, com potencial para aproximar moradia e emprego, reduzindo o tempo de deslocamento diário.

PREVISÃO LEGAL

Lei 12.587/12 – Política Nacional de Mobilidade Urbana.

PLANO ESTRATÉGICO

O plano estratégico da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana pode ser divido em três segmentos: trânsito, transporte e técnico. Sendo assim, pode-se analisar os problemas e seus respectivos objetivos e metas.

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|---|
| Infraestrutura (Semáforos; Ciclovias; Acessibilidade; Sinalização Vertical/Horizontal; Efetivo (Trânsito e Transporte); Rodoviárias e Terminais). | Desenvolvimento da infraestrutura das vias públicas afim de torná-las mais seguras, sustentáveis, acessíveis e funcionais. |
| | Manutenção dos semáforos existentes e realização de licitação para aquisição de semáforos inteligentes, conforme necessidade. |
| | Construção de Ciclovias, Ciclofaixas e Ciclorrotas. |
| | Promoção de políticas públicas e obras civis para atender os requisitos de acessibilidade definidos na legislação nos ambientes públicos. |
| | Licitação de material para sinalização vertical e horizontal. |
| | Aumento e capacitação do efetivo operacional para instalação e manutenção de sinalização vertical e horizontal já instaladas no perímetro urbano. |
| | Realização de obras civis em torno da Rodoviária Municipal, facilitando o seu acesso. |
| | Implementar um sistema inteligente por aplicativo que o usuário identifica previamente locais com vaga de estacionamento disponíveis. |
| | Criação de um sistema de eletropostos para abastecimento de veículos elétricos distribuídos no perímetro urbano; bem como a aquisição de veículos elétricos com finalidade operacional e de transporte público, reduzindo a emissão de CO2. |

Central de Monitoramento (Efetivo Operacional; Sistema Viário; Tecnologia).

Aprimoramento dos recursos tecnológicos para monitoramento da mobilidade urbana, bem como o efetivo que realiza o mesmo. Tornando Macaé uma cidade com acesso à informação unificada, sob proporções nacionais através de um diferencial de gestão pública, ordenamento e social, e assim, fortalecer e destacar o município positivamente na região.

Qualificação do efetivo operacional a partir das novas soluções tecnológicas.

Análise diária dos fluxos de veículos nas vias públicas para melhor distribuição e hierarquização do sistema viário.

Aquisição de tecnologia para transformação de Macaé em uma cidade inteligente.

Monitoramento contínuo pelos princípios da Smart City, visando traçar planos de ações baseados em evidências.

Compartilhamento de fácil acesso aos resultados obtidos pelas análises realizadas da mobilidade urbana dentro do perímetro urbano.

Criação de um sistema integrado à Defesa Civil tendo em vista a identificação, comunicação e mobilização para interdição das vias públicas em decorrência de problemas causados por forças naturais (alagamentos, desabamentos, árvores derrubadas, etc.).

Alto Índice de Acidentes.

Promover políticas públicas para a diminuição do índice de acidentes de trânsito, bem como o melhoramento da coleta e análise de dados dos acidentes ocorridos.

Realização de blitz educativas e intensificação da fiscalização com a adição de recursos tecnológicos dentro do perímetro urbano.

Realizar a instalação e a manutenção das sinalizações verticais e horizontais.

Construção de Ciclovias, Ciclofaixas e Ciclorrotas.

| | Realizar obras civis com o objetivo de evitar ou reparar as danificações (buracos, alagamentos) das rotas dentro do perímetro urbano. |
|--------------------------------------|--|
| | Comunicação contínua entre os agentes de trânsito e a central de monitoramento. |
| | Criação de um sistema de registro de acidentes de trânsito. |
| Sistema de Licenciamento. | Melhoria do sistema de licenciamento para que novos empreendimentos sejam analisados por esta secretaria. |
| Insegurança nos meios de transporte. | Criação e intensificação das políticas públicas auxiliadas às novas tecnologias para assegurar a população. |
| | Suporte do centro de monitoramento. |
| | Sistema para enfrentamento da importunação sexual. |
| Integração de Modais. | Desenvolvimento de tecnologias que facilitam a integração dos modais dentro do perímetro urbano. |
| | Desenvolvimento e manutenção de aplicativo que visa facilitar a integração de modais dentro do perímetro urbano. |
| | Realização de licitação para aquisição de mobiliários urbanos. |
| | Promover a integração dos modais. |
| | Criação de setor direcionado ao desenvolvimento e manutenção contínua do aplicativo de transporte público. |
| | Desenvolvimento e manutenção contínua dos totens de informação dentro dos terminais. |
| | Implementar um sistema de "Bicicletas Compartilhadas" que, com o auxílio de aplicativo, o usuário consegue consultar a localização das estações e a disponibilidade das bicicletas nelas estacionadas. |

| Legalização ou atualização de Moto Taxi, Taxi, Aplicativo de Transporte de Passageiro, Entrega Rápida e Frota Escolar. | Realizar a legalização ou atualização dos serviços de Moto Taxi, Taxi, Aplicativo de Transporte de Passageiro, Entrega Rápida e Frota Escolar. Aumento do efetivo de fiscalização de Moto Taxi, Uber, Entrega Rápida e Frota Escolar. Simplificação dos processos de legalização dos |
|--|--|
| | serviços, garantindo a segurança e bem-estar dos motoristas e usuários. Atualização destes transportes no setor de cadastro e vistoria. Sistema de controle e análise destes transportes. |
| Cartão Macaé | Simplificar e agilizar os processos relacionados ao Cartão Macaé. Sistema de cadastramento e utilização do Cartão Macaé para uso da população. |

Por fim, dada as perspectivas para a cidade nos próximos anos, quando analisadas juntamente aos planos, estratégias e programas já consolidados na esfera nacional, pode-se compilar e analisar as problemáticas referentes a criação, implementação e promoção de políticas públicas de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano para tornar Macaé uma cidade inteligente e inclusiva.



Macaé é considerada uma cidade polo entre as cidades da região norte fluminense. E com isso ela sofreu grandes mudanças em relação ao seu número de habitantes, população flutuante, ocupação urbana e responsabilidades de gestão, tanto das cidades circunvizinhas quanto a própria. A transformação da cidade de Macaé envolverá vários desafios nos próximos anos. A questão relevante a ser pontuada é: O que a cidade de Macaé precisa realizar para se tornar uma cidade inteligente e inclusiva?

Macaé, para se tornar uma cidade inteligente, não basta apenas adotar parâmetros de eficiência energética ou buscar políticas de sustentabilidade, mas buscar medidas de interconecção setorial e adequar vários parâmetros de gestão para torná-la uma cidade moderna e que funcione de maneira inteligente, integrada e inclusiva.

A Secretaria Municipal de Ordem Pública possui a missão de realizar o trabalho preventivo e de repressão ao não cumprimento da lei através da sua visibilidade nas ruas, do educativo, social e inclusivo. Sua função é atuar frente à proteção dos próprios municipais, proteção da mulher, meio ambiente, apoio ao ordenamento urbano, proteção das escolas e de todo corpo docente e discente, atuar em eventos, realizar projetos educativos e garantir a segurança da população macaense, ou seja, promover a proteção em todo âmbito municipal e permitir a sensação de segurança. Estas ações possibilitam aumento no turismo da cidade, a entrada e permanência de empresas, investimentos de grande potencial, apoio ao comércio, a confiança do cidadão de exercer o seu direito de ir e vir e o trabalho em conjunto com outros entes municipais.

Todas estas atribuições exigem a utilização tecnologia, de equipamentos, viaturas, fardamentos, estruturas e efetivo que precisam ser adquiridos, construídos e empregados. E para tal pleito, se faz necessário a justificativa obrigada por lei, através de fatos e dados comprovados oficialmente, que fundamentem a sua importância, necessidade e emprego.

Dentro de 20 anos, há a previsão para Macaé apresentar um crescimento populacional significativo, onde majoritariamente viverão em regiões urbanas e que requerem planejamento nas ações realizadas pelos órgãos competentes. Pesquisas relatam que o crescimento populacional e adensamento demográfico estão intrinsicamente relacionados com o surgimento e/ou crescimento de todo o tipo de violência.

Previsão de Crescimento Populacional para 20 anos:

Quantidade 2023: 266.000 habitantes (desconsiderando população flutuante)

Quantidade 2043: 389.000 habitantes (desconsiderando população flutuante)

O crescimento populacional, de áreas de monitoramento e de integração da cidade demandam a utilização de tecnologia e ferramentas de gestão eficaz. Outro fator relevante, além da integralidade entre Secretarias do município, é a dependência entre a atuação operacional tática dos agentes de segurança pública a este processo, pois não se torna solucionável somente o acesso à inteligência artificial, mas principalmente quem vai e como vai executar as tarefas que são exigidas em sua aplicação e por todos os setores de Macaé.

A ONU recomenda, mundialmente, que o número mínimo de operadores de segurança pública, para que se mantenha um ordenamento com índices aceitáveis é de 01 agente para

cada 250 habitantes. Por este parâmetro, Macaé com uma população de 266 mil habitantes, deveria possuir um contingente total de 1.065 operadores de segurança.

AO ANALISAR AGENTES DE SEGURANÇA X CONTINGENTE ATUAL X CENÁRIO ATUAL

Contingente de Segurança em 2023:

Guarda Municipal de Macaé 594 agentes.

PMERJ 264 policiais do 32° BPM que trabalham efetivamente na cidade.

Total de operadores de segurança pública, trabalhando município é de 858 agentes.

Déficit atual de 207 agentes de segurança.

- Observa-se que o mínimo recomendado pela ONU seria 01 operador por cada 250 habitantes, logo:
- 389 mil habitantes em 2043, seguindo o crescimento medido pelos dois últimos censos do IBGE, acarreta uma necessidade de 1.512 operadores de segurança pública atuantes município.
- Se atualmente o déficit existente é de 207 operadores de segurança pública, em 2043 com os números atuais, sem atualização do efetivo, Macaé terá um déficit de 654 agentes para a segurança do munícipe e seus próprios.
- O atual déficit de 207 agentes é considerado mais significante ao se analisar o perfil atual dos 594 agentes da Guarda Municipal. Em percentual significativo, este é composto por indivíduos que estão em idade avançada, com enfermidades e aposentadorias próximas. Além disso, mensalmente, pelo menos 10% do efetivo entra em gozo de férias.

Outro fator importante a ser pontuado é a necessidade de pautar tomadas de decisões de ordem pública, embasadas em dados reais e de fontes seguras para se obter resultados mais próximos de uma cidade inteligente e segura. No caso a ser levantado, dados relacionados a todos os fatores de segurança pública e ordenamento urbano. Estes são acessados através de órgãos públicos, que trabalham exclusivamente com o compartilhamento de dados, monitoramento e tomadas de decisão, sob esfera municipal, estadual e federal. Existem programas, entes e ferramentas que viabilizam esta ação como o Plano Nacional de Segurança Pública e Desenvolvimento Social, SUSP, INSP, Sinespcad, Córtex e Observatório.

A cidade de Macaé está entre as quatro cidades escolhidas para a implementação do Observatório. Este será um setor norteado como fonte de segurança e ferramenta de gestão. O que é relevante elencar é que esta escolha é decorrente da cidade de Macaé está entre as 120 cidades mais violentas do país. Portanto, é salutar a mudança de comportamento quanto ao tipo de medidas a serem tomadas e o empoderamento do órgão de segurança pública municipal para transformá-la em uma cidade inteligente e inclusiva.

INDICADORES

Agenda 2030 - ODS

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

- 11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países
- 11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo
- 11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade
- 11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros
- 11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência
- b) Índices que fundamentaram a adesão e criação do Observatório Municipal de Segurança Pública e Defesa Social.

O processo de priorização e seleção de municípios prioritários, se baseou em critérios técnicos, considerando, essencialmente, a relevância dos municípios em termos da incidência dos homicídios no Brasil (taxa média observada entre 2018 e 2020) e a sua representatividade regional (definição de "tetos" de municípios por macrorregião e UF, proporcionais à relevância relativa de cada um na temática).

PREVISÃO LEGAL

Competências das Guarda Municipais, fiscalização ambiental, efetivação do Observatório.

a.1. Lei 13.022/2014

- Art. 4º É competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município.
- Art. 5º São competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais:
- I zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município;

II - prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais;

III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais;

IV - colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social;

V - colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem, atentando para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas;

X - estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas;

XI - articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município;

XIV - encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário;

XV - contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte;

XVI - desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros Municípios ou das esferas estadual e federal;

XVII - auxiliar na segurança de grandes eventos e na proteção de autoridades e dignatários; e

XVIII - atuar mediante ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local.

a.2. SUSP

Art. 9º, § 1º São integrantes estratégicos do SUSP:

I - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por intermédio dos respectivos Poderes Executivos.

Fonte: PNSPDS (Lei № 13.675/2018)

PLANO ESTRATÉGICO

PROBLEMA

- *Integralidade entre os setores, monitoramento urbano e ambiental e acesso de dados de segurança pública imediatos através de tecnologia inteligente.
- * Quantidade de efetivo inadequada para o cumprimento tático operacional da demanda oriunda de uma cidade inteligente e atribuições exigidas à Secretaria Municipal de Ordem Pública.
- * Ausência de ferramentas tecnológicas e integradas com entes de Macaé e fora dela, com fontes de dados referentes à segurança pública, que fundamentem o planejamento futuro de gestão e tomada de decisão. Inclusive, para a criação de políticas públicas de desenvolvimento, de segurança e social eficazes.

OBJETIVO

- * Aquisição de tecnologia para transformação de Macaé em cidade inteligente.
- * Tornar Macaé uma cidade com acesso à informação unificada, sob proporções nacionais através de um diferencial de gestão pública, ordenamento e social, e assim, fortalecer e destacar o município positivamente na região.
- * Monitoramento através do Córtex e Smart City, visando traçar planos de ações baseados em evidências.
- * Adequar o efetivo para o pronto atendimento operacional tático, conforme orientação da ONU.
- * Qualificação do servidor para adaptação ao uso de tecnologia e prestação de serviço com qualidade.
- * Cumprir o Plano Nacional de Segurança Pública.
- * Concluir adesão ao SUSP e Sinespoad.
- * Tornar ativo o Observatório Municipal de Segurança Pública e Defesa Social na cidade de Macaé.
- * Convênio com o ISP.
- * Redução da violência escolar.
- * Redução da violência contra mulher.
- * Redução da violência contra grupos vulneráveis.
- * Redução da violência urbana e crimes de menor potencial ofensivo.
- * Realizar campanhas educativas, com ações de caráter preventivo, informativo e de conscientização junto à sociedade.

SOLUÇÕES EFETIVADAS EM OUTRAS CIDADES

Sinespcad

O SinespCad já opera em 258 centros de atendimento e 69 agências de segurança pública localizadas em nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Sergipe e Maranhão; e em 18 cidades de outras unidades: Campo Grande (MS); Camaragibe (PE), Fortaleza (CE), Ipojuca (PE), Mossoró (RN), Paulista (PE) e Recife (PE); Botucatu (SP), Caçapava (SP), Campinas (SP), Contagem (MG), Guarulhos (SP), Juiz de Fora (MG), Mococa (SP), Monte Alto (SP) e São Carlos (SP); Porto Alegre (RS) e Novo Hamburgo (RS). A Polícia Rodoviária Federal (PRF) também faz uso do sistema em todo o país. Também efetivada em Contagem (MG), Campinas e Vargem Grande do Sul.

O Município de Gravatá sediou treinamento que contemplou também GCMs de Goiana, Vitória de Santo Antão, Garanhuns e Camaragibe.

Observatório

O QUE É UM OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL (OSEP - MUNICIPAL) E POR QUE MEU MUNICÍPIO DEVERIA CONSTITUÍ-LO?

"Observatório" é o nome comumente utilizado para designar agências encarregadas pela obtenção, organização, estruturação e análise de dados e informações referentes às políticas públicas, bem como pela organização, provimento e divulgação de evidências em uma determinada área/tema. No caso da segurança pública, especificamente, os observatórios podem, dependendo de sua tipologia, se destinar à efetivação de diagnósticos situacionais, à prestação de contas, à identificação de problemas relativos ao crime e fatores associados, ou mesmo para se instituírem como instâncias de reflexão crítica, a partir da qual sejam produzidos suporte empírico e tecnológico necessários à orientação do processo de tomada de decisão, seja em âmbito estratégico, seja junto a atividades de natureza mais tático-operacional.

Essas organizações podem ser locais/municipais, regionais, estaduais, nacionais ou supranacionais, e podem cobrir a criminalidade geral ou abarcar, também, um conjunto de causas críticas e de fatores sociais de risco (e/ou de proteção) relevantes à temática da segurança pública e defesa social em um sentido mais amplo, como é o caso, por exemplo, da desordem urbana, da evasão escolar, da precariedade do acesso a mecanismos e políticas de proteção social, e assim por diante.

A abordagem do CidadeSusp prevê a constituição de observatórios de segurança pública municipal (OSEP-Municipais) que devem se constituir como ambientes de articulação de diferentes agências e organismos (governamentais ou não) que, através do próprio observatório, integrem as mais diversas fontes de dados em prol da identificação de desafios e do planejamento conjunto de soluções para os diversos problemas de segurança urbana encontrados no Brasil, além é claro, do monitoramento das políticas públicas nesta área.

COMO FOI FEITA A SELEÇÃO DOS MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS?

A seleção dos municípios prioritários foi feita a partir de nota técnica elaborada em conjunto entre IPEA e SENASP/MJSP. Foi elaborado um levantamento envolvendo todos os 5570 municípios brasileiros utilizando-se os dados do Sinesp, em que se identificaram aqueles que representariam, em números absolutos, uma parcela significativa dos homicídios que ocorrem no país. A partir daí, foram selecionados os 120 municípios que representaram, em números absolutos, a incidência de 47,53% da totalidade de homicídios registrados no triênio 2018-2020 no território nacional.

Uma vez identificado o grupo composto pelos 120 municípios prioritários, fez-se necessário ordená-los, acarretando em uma ordem de concentração. Para essa ordenação, calculou-se a taxa da média de homicídios para cada município no triênio 2018-2020, utilizando a média anual de homicídios no período e a estimativa populacional do IBGE para 2020, perfazendo ao final um ranking dos 120 municípios.

Após o ranqueamento com base nas taxas médias de homicídio, e considerando o caráter nacional do programa, foi realizada uma divisão proporcional de vagas por macrorregião, levando-se em consideração o estabelecimento de "tetos" de municípios por macrorregião e UF, chegando-se, então, à relação final de municípios prioritários.

O processo de priorização e seleção de municípios prioritários, se baseou em critérios técnicos, considerando, essencialmente, a relevância dos municípios em termos da incidência dos homicídios no Brasil (taxa média observada entre 2018 e 2020) e a sua representatividade regional (definição de "tetos" de municípios por macrorregião e UF, proporcionais à relevância relativa de cada um na temática). Você pode ver a metodologia de seleção em maiores detalhes acessando o Guia Informativo do Programa.

Na sua primeira onda de execução (2022), o programa tem os seguintes municípios selecionados para composição do grupo prioritário: Aquiraz/CE; Caucaia/CE; Pacajus/CE; Cabo de Santo Agostinho/PE; Paulista/PE; Macaíba/RN; Dias DÁ'vila/BA; São Gonçalo do Amarante/RN; Altamira/PA; Ananindeua/PA; Goiânia/GO; Valparaíso de Goiás/GO; Cabo Frio/RJ; Duque de Caxias/RJ; Macaé/RJ; Cariacica/ES; Linhares/ES; Alvorada/RS; Paranaguá/PR e São José dos Pinhais/PR.

Monitoramento entes e próprios públicos, principalmente escolas

Caxias, Niterói, Búzios, Volta Redonda, Recife, Vitória, Campinas, São Paulo.

Botão de Pânico PMP

Espírito Santo, São Paulo, Paraíba, Maranhão, Pernambuco, 399 municípios no Paraná.

Botão de Pânico EscolasVitória, Porto Alegre, Maringá, Santa Cruz

Mobilidade e Tecnologia discutem projeto Smart City

A Secretaria Municipal Adjunta de Ciência e Tecnologia (SECTEC) atua entre todas as pastas municipais para atender as demandas tecnológicas com intuito de facilitar, melhorar e modernizar os processos da estrutura da prefeitura de Macaé para melhor atender a demanda da população do município.

Macaé é uma cidade em constante crescimento, com grande potencial para se tornar um polo de ciência, tecnologia e inovação. Com o objetivo de aproveitar ao máximo esse potencial, propomos para projeto Macaé +20, que dentre outros eixos, visa desenvolver a cidade em tecnologia e inovação, com foco em criar uma cidade inteligente, moderna e conectada.

Mapear, identificar e aproveitar os recursos disponíveis na cidade de Macaé é o primeiro passo para transformá-la em uma cidade inteligente. Nessa etapa, será feita uma análise minuciosa da infraestrutura disponível, identificando as deficiências e necessidades de investimento. Serão avaliados os espaços públicos e privados disponíveis, bem como as possibilidades de criação de novos espaços para incentivar a inovação e a criatividade.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico sustentável será uma prioridade em todas as etapas do projeto. Isso significa que todas as ações serão planejadas tendo em vista a preservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais. Serão criadas políticas públicas para incentivar a adoção de tecnologias limpas e renováveis, bem como a redução do consumo de energia e a gestão sustentável dos resíduos. Tudo isso contribuirá para a promoção do desenvolvimento econômico sustentável, que é fundamental para garantir um futuro próspero e equilibrado para Macaé.

Desenvolver parcerias estratégicas com empresas, instituições de ensino e pesquisa, investidores e outras cidades que possuem experiência em desenvolvimento tecnológico e inovação são fundamentais para impulsionar o ecossistema inovador de Macaé. A cidade poderá se beneficiar das trocas de experiências, conhecimentos e tecnologias com empresas e organizações de outros locais, bem como atraindo investimentos e recursos financeiros para projetos de pesquisa e desenvolvimento.

A cooperação com instituições de ensino e pesquisa também é essencial para o desenvolvimento tecnológico da cidade. Através dessas parcerias, Macaé poderá contar com pesquisas e estudos avançados que contribuirão para o aprimoramento das tecnologias existentes e para o desenvolvimento de novas soluções inovadoras. Além disso, a cidade poderá oferecer oportunidades para jovens talentos em áreas como ciência da computação, engenharia de software e inteligência artificial, fortalecendo a formação de recursos humanos qualificados em áreas de tecnologia e inovação.

Para atrair empresas e talentos qualificados, Macaé precisará criar um ambiente de negócios favorável. Isso significa investir em infraestrutura de qualidade, como transporte público eficiente, espaços de coworking e incubadoras de startups. Além disso, a cidade pode oferecer incentivos fiscais para as empresas que se instalarem na região, como isenções de impostos ou taxas reduzidas. Esses incentivos fiscais podem ser direcionados para empresas de setores estratégicos, como tecnologia, energias renováveis e biotecnologia. Isso ajudará a atrair investimentos e empresas que estejam dispostas a investir na cidade.

Além dos incentivos fiscais, Macaé também precisa investir em educação e capacitação. Isso significa oferecer programas de treinamento e capacitação para os trabalhadores locais, a fim de prepará-los para os empregos do futuro. A cidade pode estabelecer parcerias com universidades e instituições de ensino para oferecer cursos de graduação e pós-graduação em áreas de tecnologia e inovação. Isso irá atrair talentos qualificados e ajudar a fortalecer a indústria local.

Formar e capacitar talentos locais é fundamental para o desenvolvimento de uma cidade inteligente e inovadora. Para isso, é necessário investir em programas de capacitação em áreas de tecnologia e inovação, tais como ciência da computação, engenharia de software, inteligência artificial e ciência de dados. Esses programas de capacitação podem ser oferecidos por instituições de ensino e pesquisa locais, além de empresas e organizações que possuem expertise nessas áreas.

Além disso, é importante incentivar a participação de jovens e mulheres em programas de capacitação em tecnologia e inovação, a fim de aumentar a diversidade no setor. O investimento em programas de capacitação é essencial para garantir que a cidade tenha mão de obra qualificada e pronta para atender às demandas do mercado de trabalho em constante evolução. Dessa forma, a cidade pode se tornar um polo de tecnologia e inovação, atraindo empresas e talentos qualificados de todo o mundo.

O projeto MACAÉ +20 em Cidade Inteligente visa investir em áreas estratégicas de pesquisa e desenvolvimento para aprimorar a cidade em campos como a inteligência artificial, robótica, biotecnologia e energias renováveis. A medida que a cidade investe em tecnologias inovadoras e soluções sustentáveis, ela se torna mais atraente para empresas que procuram um ambiente de negócios inovador e sustentável, impulsionando a economia e o desenvolvimento.

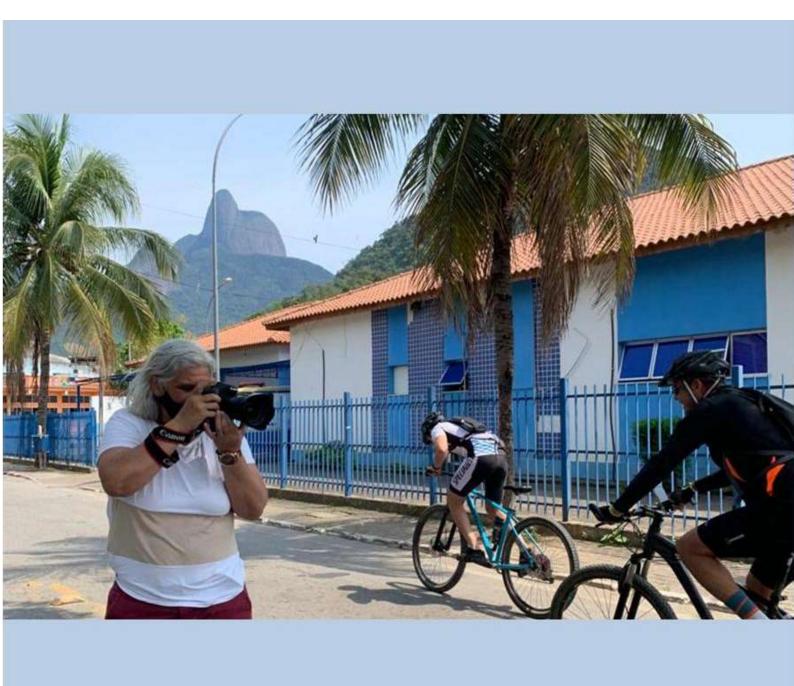
Por fim, destaca-se a importância de realizar avaliações constantes dos resultados obtidos e fazer ajustes quando necessário, a fim de manter a cidade na vanguarda da inovação e tecnologia. A criação de um ambiente inovador e sustentável requer uma abordagem ágil e flexível para se adaptar às mudanças tecnológicas e às necessidades da cidade. Com avaliações regulares e ajustes estratégicos, a cidade de Macaé poderá permanecer competitiva e sustentável em um mundo cada vez mais digital e tecnológico.

O desenvolvimento de Macaé para torná-la uma cidade inteligente é um projeto complexo que requer a identificação e utilização dos recursos disponíveis na cidade, a definição de uma visão clara, o estabelecimento de parcerias estratégicas, a atração de empresas e talentos qualificados, a capacitação de talentos locais, a implementação de infraestrutura de TI de qualidade, a promoção de uma cultura que valorize o risco e a experimentação, a criação de startups e o empreendedorismo, o investimento em pesquisa e desenvolvimento, e a avaliação constante dos resultados.

Com a implementação dessas ações, Macaé poderá se tornar uma cidade modelo de referência de Cidade Inteligente, atraindo investimentos e talentos qualificados para a cidade, além de oferecer um ambiente de negócios favorável para as empresas locais e startups. A cidade poderá se destacar nacional e internacionalmente como um polo de inovação e tecnologia, gerando desenvolvimento econômico sustentável e qualidade de vida para a população.

PLANO ESTRATÉGICO

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|---|
| Infraestrutura e mão de obra qualificada | Identificar e aproveitar os recursos disponíveis na cidade. |
| Aumento da competitividade da cidade em nível nacional e internacional | Criar um ecossistema inovador. |
| Transferência de conhecimento | Desenvolver parcerias estratégicas com outras cidades. |
| Realizar avaliações constantes dos resultados | Fazer ajustes sempre que necessário. |



A Secretaria Municipal Adjunta de Comunicação (Secom) tem uma política institucional baseada na construção de canais de diálogo com os cidadãos e no estabelecimento de diretrizes que possibilitem a adoção de estratégias de comunicação que reforcem a participação da população nas decisões governamentais.

É de competência da Secom atualizar sua Política de Comunicação periodicamente, sempre que se fizer necessário, além de buscar conectar as áreas-fim, garantir o alinhamento estratégico do órgão; reduzir a assimetria de informações; desenvolver um clima organizacional positivo e colaborativo; desenvolver cultura de comunicação proativa e, ao mesmo tempo, sensibilizar a população; engajar cidadãos; apresentar a Prefeitura como parceira da gestão pública e obter divulgação positiva na imprensa.

Como missão, a secretaria busca fortalecer a identidade e imagem da Prefeitura de Macaé, por meio de ações que promovam o diálogo e a interação com seus públicos, sejam eles internos (servidores e colaboradores) ou externos (clientes, parceiros, imprensa e sociedade em geral).

Obrigatoriamente, a Secom fará uma comunicação fácil e inclusiva, que busque a integração social e fomente o controle social por meio de um discurso democrático, baseado na Lei nº 12.527/2011 (Regulamenta o direito de acesso à informação pública) e a Lei 13.146 art. 63 (Assegura acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência) e a Lei Complementar 256/2016, que prevê as funções políticas e administrativas da Secretaria Municipal Adjunta de Comunicação.

Desta forma, pelas características das atribuições da Secom, vale destacar o trabalho intersetorial que a secretaria exerce, com ações que dizem respeito à conduta, tanto organizacional, quanto executiva das atividades realizadas por esta secretaria, visando estabelecer parâmetros para a gestão estratégica da Comunicação Institucional da administração municipal com seus mais variados públicos de relacionamento.

Desse modo, um primeiro desafio para estabelecer a comunicação de uma cidade inteligente é a remodelação dos processos de comunicação entre os setores da Prefeitura de Macaé com o objetivo de reduzir falhas, aumentar a eficiência e formalizar processos. Nesse sentido, a instituição pública municipal precisa investir na modernização da comunicação como forma de contribuir com a gestão estratégica a curto, médio e longo prazo. O ganho com a mudança de modelo torna os processos mais ágeis, simples, transparentes e econômicos. Diversos processos ocorrem ainda de forma analógica, o que dificulta a integração intersetorial de informações.

Em um segundo desafio, destaca-se a necessidade de romper barreiras de procedimentos usados há anos. Tudo isso dificulta o avanço nas relações de comunicação e, consequentemente, na entrega de serviços para a população. Um bom exemplo é o trâmite entre as solicitações da população, que depende da eficiência da comunicação entre os setores. E para melhorar essa comunicação é preciso que a prefeitura modernize os processos e a forma como as atividades são realizadas.

Em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - 17.16 -, a Comunicação irá reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável,

complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento. Além disso, busca aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação (9.c).

Diante do exposto, faz-se necessário o cumprimento dos desafios para que as políticas de comunicação sejam concretizadas como braço estratégico da gestão pública e, também, possam contribuir com as metas da administração municipal dos próximos 20 anos, sendo referência nas ações de comunicação e relacionamento com o público interno e sociedade em geral.

PLANO ESTRATÉGICO

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|---|--|
| Falta de um modelo de processos de comunicação entre os setores | Reduzir falhas, aumentar a eficiência e formalizar processos |
| Barreiras de procedimentos utilizados há anos, principalmente, analógicos | Contribuir com a gestão estratégica a curto, médio e longo prazo, avançando nas entregas dos serviços para a população |



A Ouvidoria Geral do Município de Macaé (OGM) foi criada oficialmente através da Lei Complementar 046/2004, e iniciou suas atividades em setembro de 2010. A necessidade de estabelecer os mecanismos de participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários serviços públicos tratados na Lei Federal n° 13.460/2017, levaram o município a tratar a questão por intermédio da Lei Ordinária 4.558/2019 onde dispõem que as atribuições da Ouvidoria são

- IX. promover a participação do usuário na administração pública, em cooperação com outras entidades de defesa do usuário;
- X. acompanhar a prestação dos serviços, visando garantir a sua efetividade;
- XI. propor aperfeiçoamento na prestação dos serviços;
- XII. auxiliar na prevenção e correção dos atos e procedimentos incompatíveis com os princípios estabelecidos nesta Lei;
- XIII. propor a adoção de medidas para a defesa dos direitos do usuário, em observância às determinações desta Lei;
- XIV. receber, analisar e encaminhar às autoridades competentes as manifestações, acompanhando tratamento e a efetiva conclusão das manifestações de usuário perante órgão ou entidade a que se vincula e;
- XV. promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou a entidade pública, sem prejuízo de outros órgãos competentes.

Ainda em relação a Lei Complementar n° 309/2022, que altera a Lei Complementar nº 256/2016, são atribuições da Ouvidoria:

XXIII. organizar os mecanismos e canais de acesso dos interessados à Ouvidoria;

XXIV. orientar os servidores e os usuários de serviços públicos sobre a melhor forma de encaminharem os seus pedidos, instruí-los e acompanharem a sua tramitação;

XXV. receber críticas, reclamações, denúncias e sugestões sobre procedimentos e práticas inadequadas ou irregulares, atuando no sentido de levar os responsáveis a aperfeiçoá-los e corrigi-los, buscando sempre o diálogo entre as partes;

XXVI. encaminhar todas as denúncias recebidas ao setor responsável para a devida apuração;

XXVII. dar encaminhamento as manifestações diferenciadas, pulverizadas e até conflitantes, oferecendo a cada cidadão um tratamento personalizado e a todos um tratamento equânime;

XXVIII. contribuir para a resolução de problemas administrativos oferecendo alternativas e informações sobre a legislação e as normas internas vigentes;

XXIX. acompanhar a tramitação dos processos em que se envolva, dando ciência aos interessados das providências adotadas;

XXX. agilizar a tramitação de processos e procedimentos relativos a situações jurídicoadministrativas em que não exista ou em que se tenha demonstrado insuficiente a atuação de outros controles administrativos, internos ou externos, ou quando eventuais embaraços processuais se estiverem sobrepondo às questões de mérito, com prejuízo para os interessados; XXXI. preparar, anualmente, estatísticas indicativas do nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados no âmbito da Prefeitura Municipal de Macaé, divulgando os seus resultados;

XXXII. propor a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões dos responsáveis pela inadequada prestação do serviço público;

XXXIII. sugerir a expedição de atos normativos e de orientações, com o intuito de corrigir situações inadequadas ao serviço prestado pelos vários órgãos, secretarias e/ou órgão equivalente;

XXXIV. encaminhar para estudo da Administração, direta ou indiretamente, propostas de reformulação de normas e de mudanças de procedimentos, que lhe pareçam a causa de problemas, para cuja solução tenha sido chamada a contribuir.

XXXV. orientar a atuação das demais unidades de Ouvidoria existentes na Prefeitura municipal de Macaé;

XXXVI. promover capacitação e treinamento relacionados às atividades de Ouvidoria na Prefeitura Municipal de Macaé;

XXXVII. cooperar com as demais Ouvidorias Públicas, no sentido de salvaguardar os direitos dos cidadãos e garantir a qualidade das ações e serviços prestados;

XXXVIII. elaborar o relatório anual das manifestações recebidas na Ouvidoria, contendo descrição das atividades desenvolvidas, incluindo sugestões visando à melhoria das relações da Administração Pública municipal com a comunidade, a fim de garantir o respeito dos direitos cidadãos, e cumprir a legislação vigente;

XXXIX. proceder à oitiva da comunidade, anotando suas reclamações, sugestões e pedidos, tomando as providências cabíveis quanto ao encaminhamento dessas anotações;

XL. esmerar-se no atendimento ao público, tratando-o com urbanidade e respeito, sem qualquer tipo de discriminação;

XLI. promover e executar os serviços de Ouvidoria do Município, através do recebimento das demandas da população, encaminhamento aos órgãos e entidades responsáveis e monitoramento das soluções;

XLII. manter sob sigilo o nome do demandante, salvo nos casos em que sua identificação, junto aos órgãos da Administração Pública municipal, seja indispensável para a solução do problema e atendimento do interessado;

XLIII. manter registro, classificação e/ou sistematização das ocorrências, incidentes e soluções de problemas apresentados à sua consideração;

XLIV. exercer outras atribuições que lhe forem ou regularmente cometidas."

Desta forma, em acordo com as regulamentações supra citadas e outras cabe a Ouvidoria Geral de Macaé implementar a Política Municipal de Ouvidoria, esta através do Sistema Municipal de Ouvidorias (SMO). Este último composto pela OGM - órgão gerenciador do SMO - e atualmente 15 ouvidorias setoriais, que tratam de políticas públicas específicas, tais como saúde, educação, desenvolvimento social, dentre outras.

A OGM de Macaé resguardadas as suas atribuições específicas busca desenvolver a Política Municipal de Ouvidoria em observância aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável,

criadas pela Organização das Nações Unidas como pacto global para alcançar o desenvolvimento sustentável até o ano de 2030. Neste sentido, nos importa destacar que os objetivos 10 - Redução das desigualdades - e 16 - Paz, justiça e instituições eficazes - correspondem diretamente àqueles a serem alcançados em resposta aos desafios da Política Municipal de Ouvidoria.

Apoiados na compreensão que as escolhas de investimento da gestão precisa ser estratégica e atuar em problemas encarados como nós críticos, que uma vez resolvidos impactaram positivamente em diferentes áreas, apontamos a seguir três problemas/situações problemas a serem enfrentadas e já consideradas no Plano Plurianual da OGM:

A primeira trata-se da "Dificuldade de acesso aos mecanismos, instrumentos e ou equipamentos que operacionalizam a participação social no município". Em que pese o fato do Município de Macaé apresentar várias formas de recepção de manifestações de ouvidoria, percebemos que ainda são necessárias ações que possam alcançar questões referente a implementação de políticas públicas que não chegam espontaneamente ao executivo municipal. Assim, entendemos que só será possível alcançarmos estas questões com a modernização da gestão e ou criação de mecanismos pautados em cidades inteligentes. Neste sentido vislumbramos "n° de ações de ouvidoria ativa realizadas" como um indicador a ser trabalhado. Tomando o ano de 2021 como base podemos afirmar que não foi realizada nenhuma ação do tipo.

A segunda situação problema a ser enfrentada é o "Baixo índice de resposta a população". Consideradas as legislações em vigor no âmbito federal e municipal, o executivo Macaense tem encontrado problemas para responder a contento e/ou em hábil a população. Observamos ainda hoje que no ano de 2021 apenas 80% das manifestações de ouvidoria encontram-se finalizadas, ou seja, 20% destas manifestações encontram-se abertas com prazo de resposta extrapolado. Em relação aos pedidos de acesso à informação 4% ainda se encontram abertos sem resposta e com prazos extrapolados. Cabe ainda destacar que não possuímos um sistema que consiga caracterizar o percentual de manifestações de ouvidoria e pedidos de acesso à informação, respondidos dentro do prazo legal estabelecido. Também neste quesito precisaríamos de ações de modernização da gestão e ou criação de mecanismos pautados em cidades inteligentes para corresponder a expectativa legal.

Em outra medida a terceira situação problema identificada e não menos importante é a "Dificuldade dos servidores/colaboradores corresponderem as exigências legais na prestação das ações e/ou serviço oferecido". De modo geral não existe um aparato legal estruturado e permanente que esteja dedicado a atualização da força de trabalho. O conhecimento e o monitoramento de atualizações legais sobre o cotidiano de trabalho que envolve cada política pública parece ocorrer muito mais como uma ação isolada e conforme interesse de cada servidor/colaborador do que uma exigência do Poder público municipal. No caso específico do Sistema Municipal de Ouvidorias no ano de 2021 não encontramos registro do n° de profissionais capacitados e não houve a oferta de nenhum curso ou evento pelo município para esta temática. Entendemos que a modernização da gestão e construção de uma cidade inteligente passa obrigatoriamente pela problematização dos processos de trabalho e capacitação de seus servidores/colaboradores.

Implementar a Política Municipal de Ouvidorias com intuito de contribuir com uma sociedade mais justa e democrática, pautada na defesa dos direitos humanos constitui-se o nosso maior desafio. Para tanto recorreremos as algumas ações específicas pensadas a partir deste primeiro momento/desenho de situações problemas prioritárias que deverão ser encaradas nos próximos 20 anos. Neste contexto entendemos que os eixos "Modernização da gestão" e "Cidades inteligentes" são fundamentais no enfrentamento dos desafios postos.

PLANO ESTRATÉGICO

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|---|
| Dificuldade de acesso aos mecanismos, instrumentos e ou equipamentos que operacionalizam a participação social no município. | Ampliar o acesso dos usuários do serviço público ao Sistema Municipal de Ouvidorias. |
| | (*) ODS - Objetivos de desenvolvimento sustentável - 10.3.1, 16.3.3, 16.5.1, 16.6.2, 16.10.2, 16.b.1. |
| | DIRETRIZ 1: Garantir a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário do serviço público da administração pública municipal. |
| | |
| Baixo índice de resposta à população. | Qualificar o processo de trabalho do Sistema Municipal de Ouvidorias. |
| | (*) ODS - Objetivos de desenvolvimento sustentável - 10.3.1, 16.3.3, 16.5.1, 16.6.2, 16.10.2, 16.b.1. |
| | DIRETRIZ 1: Garantir a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário do serviço público da administração pública municipal. |
| | |

Dificuldade dos servidores/colaboradores corresponderem as exigências legais na prestação das ações e/ou serviço oferecido.

Implementar o Programa Municipal de Educação Permanente em Ouvidoria Pública.

(*) ODS - Objetivos de desenvolvimento sustentável - 10.3.1, 16.3.3, 16.5.1, 16.6.2, 16.10.2, 16.b.1.

DIRETRIZ 1: Garantir a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário do serviço público da administração pública municipal.

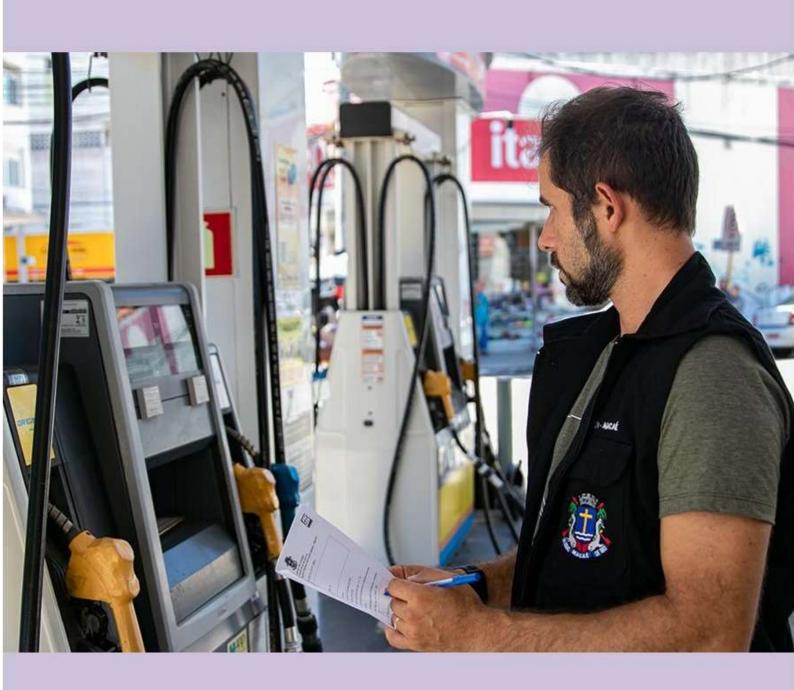
DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL QUE FUNDAMENTAM O "PLANO ESTRATÉGICO"

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

- 16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos
- 16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas
- 16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis
- 16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais
- 16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.



A MISSÃO orientadora do PROCON é orientar, defender e representar o consumidor, contribuindo para o equilíbrio de seus direitos e deveres no aperfeiçoamento das relações sociais de consumo, com base nos valores da ética e da qualidade de trabalho.

Para tanto, na gestão de 2021-2023, a Secretaria Municipal Adjunta de Proteção e Defesa do Consumidor de Macaé tem se aperfeiçoado na busca de meios de harmonizar os interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilizar a proteção e defesa do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico do município, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica, sempre com base na boa-fé e no equilíbrio das relações entre consumidores e fornecedores.

Vale ressaltar que o nosso maior patrimônio é o nosso capital humano, pois nada disso seria possível sem o inegável trabalho e esforço dos nossos valorosos servidores públicos.

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) mostrou recorde no total de endividados no Brasil.

Em 2022, 77,9% das famílias no País contraíram dívidas nas principais modalidades - cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro, financiamento de casa e outros tipos de dívida. Em termos absolutos, a cada 100 famílias, 78 endividaram-se, recorde da série anual iniciada em 2010. O crescimento anual de 7 pontos percentuais na proporção de endividados foi o quarto consecutivo e o maior já observado na pesquisa, que mostra aceleração no período de menor grau da pandemia. Os principais indicadores são:

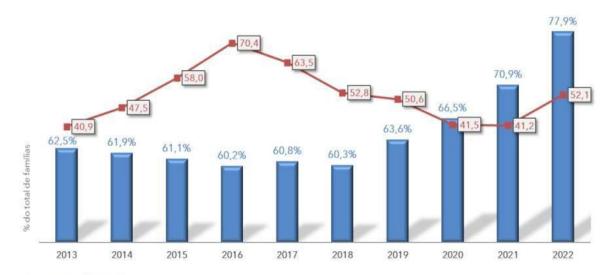
Quadro 1. Resumo dos principais indicadores

| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|--|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| PEIC (percentual do total) – Média anual | | | | | | | | | | |
| Famílias endividadas | 62,5% | 61,9% | 61,1% | 60,2% | 60,8% | 60,3% | 63,6% | 66,5% | 70,9% | 77,9% |
| Famílias com dívidas em atraso | 21,2% | 19,4% | 20,9% | 24,2% | 25,4% | 24,0% | 24,0% | 25,5% | 25,2% | 28,9% |
| Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso | 6,9% | 6,3% | 7,7% | 9,2% | 10,2% | 9,7% | 9,6% | 11,0% | 10,5% | 10,7% |
| PEIC – Var. em p.p. | | | | | | | | | | |
| Famílias endividadas | 4,3 | -0,6 | -0,8 | -1,0 | 0,6 | -0,5 | 3,4 | 2,8 | 4,4 | 7,0 |
| Famílias com dívidas em atraso | -0,2 | -1,8 | 1,5 | 3,2 | 1,2 | -1,4 | -0,1 | 1,5 | -0,3 | 3,7 |
| Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso | -0,2 | -0,6 | 1,4 | 1,5 | 1,1 | -0,5 | -0,1 | 1,4 | -0,6 | 0,2 |

Fonte: Peic/CNC

O rápido aumento dos juros entre 2020 e 2022 coincidiu com aumento de 14,3 pontos na proporção total de endividados no País. Essa dinâmica se distingue, por exemplo, da observada entre 2013 e 2016, em que o ciclo de aperto dos juros foi acompanhado de redução do endividamento. A queda dos juros para nível abaixo de dois dígitos em 2018 estimulou o uso do crédito e, consequentemente, o maior endividamento entre os brasileiros.

Gráfico 1. Proporção de endividados x taxa de juros média recursos livres pessoas físicas – evolução histórica Proporção de Endividados X juros médios pessoas físicas



Fonte: Peic/CNC e Bacen

Entretanto, no período de menor grau da pandemia, os consumidores intensificaram a busca por crédito mesmo em um contexto de alta dos juros, em contraste com 2018.

A proporção de endividados alcançou 78,9% das famílias do grupo com até dez salários mínimos de renda mensal, e 74,3% entre as com mais de dez salários de rendimento. Os incrementos da parcela de endividados em 2022, nos dois grupos, também foram os maiores desde 2010: +6,8 p.p. e +8,3 p.p., respectivamente, é primeira vez - na história da Peic - que a proporção de endividados entre os mais ricos alcançou mais de 70% de consumidores desse grupo, que essencialmente utilizaram o cartão de crédito para financiar despesas com a retomada do consumo de serviços, viagens e entretenimento fora de casa a partir de 2021. Assim, o avanço no endividamento no período de menor grau da pandemia é explicado por três fatores: 1 - Entre as famílias mais pobres, o crédito foi fundamental para recomposição da renda e suporte ao consumo de itens de primeira necessidade, diante dos efeitos perversos da crise sanitária sobre o emprego formal e informal e da alta rápida e intensa da inflação. 2 - Entre as famílias mais ricas, a retomada do consumo reprimido nos tempos de lockdown levou a mais contrações de dívidas por este grupo. 3 - E, para todos os consumidores, as inovações tecnológicas nos serviços financeiros incentivaram o uso do crédito na aquisição de bens e serviços de forma geral.

É importante enfatizar que os três períodos mais relevantes considerados na pesquisa são: a primeira metade do ano de 2020, em que foram impostas as restrições mais rigorosas visando o controle da pandemia; o primeiro semestre de 2021, que mesclou o momento mais letal da pandemia, o início da vacinação e reabertura das atividades; e o primeiro semestre de 2022, com um cenário de vacinação e de retomada das atividades econômicas já consolidadas e uma volta à normalidade.

Ademais, evidentemente, o desemprego, redução salarial, aumento generalizado das despesas com alimentação, moradia e transporte foram, e são, alguns dos fatores que podem levar as

famílias ao endividamento, inclusive - para pagar as dívidas - muitas delas recorrem ao uso de cartões de crédito ou empréstimos bancários, o que justificou a busca por crédito mesmo em um contexto de alta dos juros e, como ficou evidente, as altas taxas de juros são capazes de aumentar o endividamento, gerando um ciclo de pagamentos de parcelas por mais de dois anos.

O endividamento das famílias gera um ciclo de manutenção das desigualdades sociais, em que as pessoas mais pobres pagam as maiores taxas de juros. É importante ressaltar que a desigualdade de renda e o crédito às famílias possuem um papel não apenas de justiça social, mas determinante da dinâmica macroeconômica como um todo, impactando na Erradicação da Pobreza (ODS !), Fome Zero (ODS 2), na Redução das Desigualdades (ODS 10),

Inclusive, nesse período – no contexto de endividamento e desigualdade –, o bem-estar familiar é comprometido, causando preocupações, aumento de estresse e impactos na saúde mental, podendo levar ao abuso de drogas entorpecentes, abuso de álcool e até mesmo a atitudes mais extremas, como o suicídio (ODS 3).

No contexto da pandemia, o PROCON de Macaé teve uma forte atuação no combate ao aumento injustificado de preços e na harmonização das relações de consumo, compondo os conflitos de modo a preservar o direito do consumidor e a atividade econômica dos fornecedores, tendo como destaques: o combate ao aumento de preço do álcool em gel, máscaras e demais produtos saneantes, botijão de gás, alimentos que compões a cesta básica e testes de covid; a harmonização das relações de consumo no setor aéreo, turismo, shows, eventos e escolar. Assim como também foi o início do processo de informatização de todos os processos e procedimentos administrativos do PROCON, com trabalho e atendimento remoto.

Atualmente, o PROCON Macaé, tem desenvolvido programas de aprendizagem e melhoria contínua através da capacitação e orientação dos servidores, em melhoria dos processos administrativos e da gestão (ODS 8, 9 e 16).

Também vem desenvolvendo programas de orientação à população, como por exemplo: Palestra sobre "A relação de consumo e suas peculiaridades" (ODS 12); "Diga não à discriminação nas relações de consumo" (ODS 16); "Bate papo jurídico" (ODS 9), sobre processos administrativos; "Acessibilidade e direitos da pessoa com deficiência" (ODS 11 e 16); "Direitos do consumidor idoso" (ODS 11 e 16); "Telemarketing abusivo"; "Dano elétrico devido a queda de energia?"; "Consumidor, você conhece os seus direitos?". Orientações sobre o consumo consciente (ODS 12): PROCON nas ruas, orientado os consumidores; orientação dos jovens consumidores com o Projeto PROCON das escolas e Fiscal Mirim e campanhas de renegociação de dívidas.

Os resultados esperados com os projetos futuros e em andamento são:

- Melhoria na qualidade do atendimento;
- Mais celeridade nos processos;
- Maior alcance da Fiscalização;
- Maior alcance do atendimento;

- Menor taxa de endividamento da população;
- Acompanhamento do processo (passo a passo) na plataforma digital;
- Consumidores, comerciantes e prestadores de serviços mais conscientes dos seus direitos e deveres;
- Aumento do percentual de resolução no primeiro atendimento;
- Aumento do percentual de acordos.

Tendo em vista que é papel do PROCON defender e representar o consumidor, contribuindo para o equilíbrio de seus direitos e deveres no aperfeiçoamento das relações sociais de consumo, a Secretaria Municipal Adjunta de Proteção e Defesa do Consumidor de Macaé vem se aperfeiçoando na busca de meios para harmonizar os interesses dos participantes nas relações de consumo e mecanismos para compatibilizar a proteção e defesa do consumidor com a necessidade de Promover o Crescimento Econômico Sustentado, Inclusivo e Sustentável do município.

Para que os objetivos sejam atendidos, é necessário ultrapassar barreiras tecnológicas – investindo em software e hardware -, aperfeiçoar o nosso capital humano através de treinamentos e capacitação dos servidores, melhorar a qualidade do atendimento e dos processos administrativos, aumentar o alcance da fiscalização e orientação dos consumidores.

PLANO ESTRATÉGICO

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|--|
| Alta taxa de endividamento e inadimplência | Criar programa de conscientização para o consumo consciente; Realizar feiras de negociação de dívidas; Fiscalização no combate ao aumento abusivo. |
| PROCON sem sede própria | Sede própria é uma condição indispensável sem o qual não será possível regionalizar o PROCON de Macaé. A regionalização é necessária para ampliar a área de cobertura para toda região (sem PROCON), trazendo proteção e defesa do consumidor com a |

| Elevada procura de consumidores de outros municípios da região | necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico para toda região. Ademais, com sede própria e maior espaço físico será possível ampliar os postos de atendimento e salas de audiências de conciliação | | |
|---|---|--|--|
| Consumidor sem acesso à internet | Aquisição de Totens de autoatendimento que poderão ser instalados em diversos | | |
| Consumidor sem aparato tecnológico | locais; PROCON Itinerante através da aquisição de uma Van equipada para realizar | | |
| Consumidor distante dos postos de atendimento | atendimento mais próximo dos consumidores mais distantes | | |
| Apenas um posto de atendimento | | | |
| Computadores defasados, exigindo constantes intervenções e consequentemente criando gargalos nos processos administrativos | Aquisição de novos computadores | | |
| Lentidão nos processos de fiscalização em razão do fiscal ter de preencher documentos manualmente e depois ter de passara a limpo para o computador | Aquisição e utilização de Tablet nos processos de vistoria | | |
| Gargalos no fluxo de trabalho, perda da continuidade das informações e falta de padronização dos processos | Investimentos em capacitação dos servidores, em programas de gestão de processos, qualidade e governança de organizações | | |

EIXO IV – PLANEJAMENTO URBANO E RURAL

MORAR, HABITAR E VIVER LEGAL





Macaé apresenta uma expressiva diversidade de ecossistemas que vão desde montanhas, florestas, rios, restingas, lagoas, brejos, estuário, manguezal, praias e ilhas costeiras. Ao longo do tempo, o desenvolvimento econômico na região sempre foi atrelado à exploração dos recursos naturais com consequentes transformações na paisagem natural. A partir da década de 70, a exploração de campos de petróleo e gás mudou completamente a dinâmica socioeconômica e ambiental do município. O acelerado crescimento populacional e expansão urbana, resultou em profundas transformações dos ecossistemas continentais e costeiro. Neste contexto e com perspectiva de aprimoramento do modelo de desenvolvimento que visa projetar a cidade como "Capital da Energia" a gestão pública tem o desafio de garantir prosperidade e a preservação dos ecossistemas fundamentais à qualidade de vida das atuais e futuras gerações.

A gestão do executivo municipal, em especial o órgão responsável pelas políticas públicas ambientais, tem sido pautada pelo desenvolvimento com critérios de sustentabilidade, buscando soluções para os problemas relacionados ao saneamento básico, qualidade dos recursos hídricos, ocupações em áreas ambientalmente frágeis, entre outros. A avaliação, por meio de indicadores das transformações no ambiente natural e suas consequências para o projeto de cidade pretendida para os próximos vinte anos, é fundamental na busca de um modelo de desenvolvimento sustentável para Macaé. Assim as decisões de gestão do território devem ter como princípios a conservação, o uso racional dos recursos naturais e a restauração dos ecossistemas.

Os problemas ambientais estão cada vez mais complexos, e é necessário atuar de forma transversal para enfrentá-los. Temas como mudança climática e saneamento ambiental estão entre os que pedem cooperação de diversas pastas do poder público, assim trataremos de forma conjunta o Eixo 4 (Planejamento Urbano e Rural) e o Eixo 5 (Ambiente, Sustentabilidade e Desastres Naturais), entendendo que uma cidade resiliente é uma cidade que já assume seus passivos ambientais e aprende com estes erros a planejar uma nova cidade, na qual as questões ambientais são tratadas de forma prioritária e urgente em relação as questões econômicas, políticas e sociais.

As atividades humanas e ocupação do território são notadamente grandes fatores a serem considerados no ambiente natural. No entanto, se esse processo partir da premissa de que devemos entender e usar racionalmente os recursos, muitos dos problemas elencados poderiam ter sido evitados, minimizados e dirimidos. Essa é a ideia central do licenciamento ambiental que deveria ser estendida a todas as atividades e, mais do que isso, constitui importante ferramenta na gestão administrativa do território. Ao planejar, permitir ou incentivar qualquer atividade, devem ser considerados os fatores econômicos, sociais e ambientais. Soluções para os problemas já existentes podem ser encontradas nas novas tecnologias e por meio da gestão. É sempre mais benéfico para a administração pública mitigar e remediar estes problemas ao investir em planejamento a gastar recursos com problemas emergentes. A administração pública de Macaé possui capacidade técnica potencializada pelas instituições de ensino e pesquisa instaladas no município, o que nos coloca em uma posição privilegiada e de grande responsabilidade em garantir a qualidade de vida das pessoas e do ambiente natural e construído.

Para avaliar a implementação das políticas públicas municipais na área ambiental foram usados alguns indicadores internos e dados disponíveis na literatura. Alguns parâmetros associados ao ICMS ecológico que compõe o Índice Final de Conservação Ambiental – IFCA e o Índice de Qualidade do Sistema Municipal de Meio Ambiente - IQSMMA (Decreto Estadual n° 46.884/ 2019 - atualiza e renova os critérios do ICMS Ecológico) são apresentados como referencial da posição do município no Estado.

Neste contexto, a Secretaria Municipal de Ambiente e Sustentabilidade-SEMAS é o órgão executivo a nível municipal do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA (Lei 6938/1981) e tem a seguinte estrutura:

- órgão executivo da política ambiental municipal SEMAS;
- órgão colegiado Conselho Municipal de Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável - COMMADS;
- órgão colegiado Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Sana (SANAPA);
- Fundo Ambiental Municipal FUNDAM;
- arcabouço legal (Código Municipal de Meio Ambiente e demais normas municipais).

O município de Macaé possui toda estrutura do sistema municipal de meio ambiente implementada e em funcionamento, o que nos habilita, por exemplo, a fazer o licenciamento e a aplicação de multas decorrentes de infrações ambientais. Levando-se em conta que a política ambiental deve ser prioridade em qualquer nível de gestão nos dias atuais, identificamos que o arcabouço legal da política ambiental é desatualizado, não regulamentado ou inexistente, causando problemas secundários nas demais políticas setoriais.

Para fins de elucidação daqui em diante vamos utilizar as figuras de 1 a 14 com o intuito de apresentar um panorama geral da gestão ambiental no município de Macaé (Ano referência: 2022) na implementação de diversas políticas ambientais e enfrentamento dos principais problemas ambientais.

O Licenciamento Ambiental Municipal é um importante instrumento de controle e monitoramento das atividades econômicas com interfaces diretas com o planejamento do território (zoneamento, restrições ou incentivos a determinadas atividades, mobilidade, etc.). É um procedimento administrativo por meio do qual a SEMAS autoriza a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades de impacto local. Os empreendimentos que extrapolam o conceito de impacto local (Lei Complementar Federal nº 140) são licenciados por outros entes da federação. A demanda por novos licenciamentos, em 2022, reflete o momento econômico do município em virtude de investimentos públicos e privados em novos empreendimentos.

A principal demanda do setor de licenciamento ambiental é atualização da legislação sobre o tema, a saber: Lei Complementar Municipal nº 027/2001 (Código Municipal de Ambiente) e Decreto Municipal nº 090/2002. A legislação deve ser alinhada à política estadual e ao Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental - SELCA (Dec. Estadual nº 46890/2019).

Além disso, um passo necessário é a implementação da informatização do procedimento (processo digital) e gestão de informação e dados, para que os requerimentos de licenças e certidões sejam protocolados pelos empreendedores, digitalmente, e estejam dialogando com os demais órgãos do SISNAMA, cujo processos já se encontram em formato digital. A implementação de tal passo possibilitará uma maior transparência para os requerentes e para a população.



Figura 1 – Dados da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental Municipal. Ano base 2022. Fonte: SEMAS.

Assim como o setor de licenciamento, a principal demanda do setor de fiscalização e controle ambiental é a atualização da legislação, o que resultaria em maior efetividade das ações de controle e fiscalização. Outra questão é a infraestrutura, este setor conta com 13 (treze) fiscais, sendo poucos destes em atividade contínua e 1 (um) assistente administrativo, trabalhando em regime de plantão para atender todo território municipal nas mais diversas demandas.



Figura 2 - Dados da Coordenadoria de Fiscalização e da Junta de Impugnação Fiscal.

Ano base 2022. Fonte: SEMAS.

A Coordenadoria de Arborização e Paisagismo atua no plantio, corte e poda nas áreas públicas urbanas e em projetos específicos de reflorestamento de áreas degradadas. Quanto aos serviços de corte e poda de árvores, atualmente, o setor emite as autorizações (Ordens de Serviço) e a Secretaria Municipal Adjunta de Serviços Públicos executa o trabalho nas áreas públicas; na referida Secretaria está alocado o orçamento e toda a parte operacional. Sob a ótica do contribuinte, a reclamação que mais chega ao setor é a demora para a execução dos processos. Quanto à gestão, temos a Lei Municipal n° 3010/2007 que disciplina a arborização urbana definindo as competências do poder público municipal e do particular. Quanto ao planejamento da arborização da cidade a curto, médio e longo prazo, entendemos que o trabalho do setor é a finalização de algo maior, o planejamento de toda Macaé através da tramitação do processo administrativo que prevê a elaboração do Manual de Arborização Urbana (Processo nº 72068/2022), cuja atribuição é compartilhada com outras secretarias. Para que a Coordenação de Arborização planeje novos plantios é necessário calçadas largas, canteiros amplos e uma cidade mais acessível.



Figura 3 - Dados da Coordenadoria de Arborização. Ano base 2022. Fonte: SEMAS.

Em seu organograma atual a SEMAS possui uma Coordenadoria de Políticas Públicas responsável por elaborar e contribuir com a implementação das diversas políticas ambientais, como a política de saneamento básico, áreas protegidas, recursos hídricos, educação ambiental e gestão participativa através dos órgãos colegiados (Conselho Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - COMMADS e Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Sana-SANAPA). Além disso, esta coordenadoria é responsável pela elaboração de termos de referência para contratação e atualização de planos de gestão como os planos de manejo da unidades de conservação (UCs), estudos preliminares técnicos para ampliação de UCs, educação ambiental e análise de Estudos de Impacto Ambiental e acompanhamentos de empreendimentos de impacto ambiental, as figuras 4 a 10 exemplificam a contribuição desta coordenadoria.

O Código Municipal de Meio Ambiente (Lei Complementar 027/20001) é o arcabouço legal para implementação das políticas ambientais municipais, mais de 2 (duas) décadas após sua aprovação muitos instrumentos do código não foram regulamentados ou implementados. Frente a dinâmica das questões relacionadas ao meio ambiente, como por exemplo a adaptação e mitigação às mudanças climáticas, a legislação necessita de atualização de modo a não gerar entraves para uma gestão eficiente em longo prazo.

Com a dinâmica econômica de Macaé, verifica-se a acelerada substituição da paisagem natural por áreas urbanas e áreas de plantio e pastagens, além da instalação de atividades com potencial poluidor e riscos elevados. A legislação ambiental municipal definiu os Espaços Territoriais Especialmente Protegidos, Áreas de Preservação Permanente-APPs, UCs, Áreas

Verdes, morros, montes praias, ilhas e afloramentos rochosos. As restrições previstas na legislação não têm sido suficientes para impedir a degradação e impactos nestes espaços, é urgente a atualização e principalmente a implementação dos instrumentos legais bem como os outros instrumentos de planejamento, como Planos de Manejo de Unidades de Conservação, Plano Municipal da Mata Atlântica - PMMA, Programa Municipal de Educação Ambiental – PROMEA (Portarias SEMAS nº 001/2021, nº 003/2022 e n º 004/2022) e Manual de Arborização (Processo Administrativo nº 72068/2022). Esses Espaços são nossa maior riqueza e temos o compromisso do uso racional e sustentável com as atuais e futuras gerações.

No território municipal há 14 (quatorze) UCs, sendo 2 (duas) Federais e que se estendem para outros municípios vizinhos (Parna Jurubatuba e Rebio União), 5 (cinco) Reservas Particulares do Patrimônio Natural-RPPNs cuja gestão compete ao proprietário e 8 (oito) UCs municipais (Parque Natural Municipal do Arquipélago de Santana, Atalaia e Restinga do Barreto, Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de Santana, do Sana, Rio Novo, Morro de Santana e o Monumento Natural do Pico do Frade) todas possuem problemas de implementação que incluem desde a elaboração de Planos de Manejo, instrumento de gestão exigido pela lei 9985/2000, até questões de estrutura física e de pessoal que interferem na visitação pública ou qualquer ação de melhoria desta política municipal.



Figura 4 - Dados da Coordenadoria de Políticas Públicas. Ano base 2022. Fonte: SEMAS.



Figura 5 - Dados da Coordenadoria de Políticas Públicas. Ano base 2022. Fonte: SEMAS.



Figura 6 - Dados sobre controle de destinação de resíduos especiais. Fonte: SEMAS.

A poluição do solo, dos recursos hídricos e do ar está diretamente ligada à gestão e destinação incorreta dos resíduos sólidos e efluentes domésticos e industriais, a implementação do Plano de Saneamento é fundamental para resolver este problema que afeta a saúde da população e a qualidade do ambiente.

O Plano Municipal de Saneamento foi regulamentado pelo DECRETO № 169/2021 e objetiva a universalização do acesso, o controle social, e a melhoria da salubridade ambiental dos

serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. A SEMAS auxilia na implementação do Plano de Saneamento, tendo como foco a prevenção da poluição causada pela destinação irregular de resíduos e efluentes, assim atua por exemplo na destinação de resíduos especiais, educação ambiental e monitoramento e controle de atividades através do licenciamento e fiscalização de atividades no território do município. Conforme a estrutura administrativa de Macaé, a Secretaria de Infraestrutura, especificamente as Secretarias Adjunta de Obras, Saneamento e Serviços Públicos são os órgãos com atribuições e responsabilidades pela execução do Plano de Saneamento. Atualmente o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (COMMADS), ainda que judicializado, tem a prerrogativa de auxiliar na gestão participativa da implementação desta política, até que seja regulamentado o Conselho Municipal de Saneamento Básico de Macaé



Figura 7 – Dados de visitação do Parque Atalaia. Fonte: SEMAS.

A falta de conhecimento acerca do próprio território e cultura para a conservação são problemas que potencializam todos os demais, e diante de tantas riquezas naturais a Educação Ambiental precisa ser priorizada de forma transversal e intersetorial, incentivando o grau de pertencimento e corresponsabilidade sobre a cidade, promovendo uma cidadania ativa.

Ao longo dos últimos anos iniciativas pontuais de Educação Ambiental têm sido realizadas pela administração pública municipal de forma descontínua e impondo grandes dificuldades na execução e com o resultado pouco expressivo se comparado ao esforço empregado. Ainda não elaboramos o Programa Municipal de Educação Ambiental-PROMEA conforme as diretrizes da Política Estadual e Nacional de Educação Ambiental. O desafio é tornar tais iniciativas de Educação Ambiental em um programa permanente de ação, gerando conhecimento e experiências destinadas à proteção do patrimônio ambiental do Município.



Figura 8 - Ações de Educação Ambiental em 2022. Fonte: SEMAS.



Figura 9 – Ações de Educação Ambiental em 2022. Fonte: SEMAS.



Figura 10 – Ações de Educação Ambiental em 2022. Fonte: SEMAS.



Figura 11 – ICMS Ecológico. Fonte: Observatório do ICMS Ecológico.

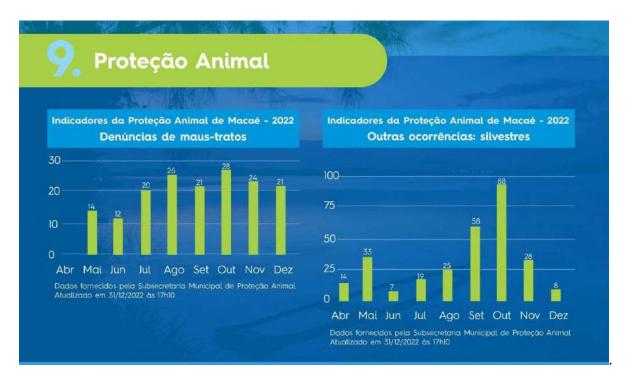


Figura 12 – Dados da Subsecretaria de Proteção Animal. Ano base 2022. Fonte: SEMAS.



Figura 13 - Dados da Coordenadoria de Políticas Públicas. Ano base 2022. Fonte: SEMAS.



Figura 14 - Dados da Coordenadoria de Políticas Públicas. Ano base 2022. Fonte: SEMAS.

Os dados do ICMS ecológico podem ser usados para auxiliar o município no contexto estadual em relação às questões ambientais. O ICMS Ecológico é uma iniciativa do Estado para financiar e fomentar as boas práticas na gestão ambiental municipal. O programa foi instituído no Estado do Rio de Janeiro em 2007. Os objetivos do ICMS Ecológico são ressarcir e recompensar os municípios pelos investimentos ambientais realizados, uma vez que os benefícios são compartilhados por todos. Para o cálculo do ICMS ecológico são considerados critérios referentes às áreas das unidades de conservação, a qualidade ambiental dos recursos hídricos, além de outros critérios referentes ao saneamento básico. Os valores totais, repassados aos municípios por meio do ICMS ecológico, correspondem ao percentual de 2,5% do total de ICMS arrecadado pelo Estado. A tabela 1 apresenta os subíndices que compõem o IFCA (Índice Final de Conservação Ambiental) e a tabela 2 os parâmetros utilizados no IQSMMA (Índice de Qualidade do Sistema Municipal de Meio Ambiente). Em relação ao IFCA município de Macaé está na 37° posição no ranking de 92 municípios no Estado, atrás de Quissamã (11°), Arraial do Cabo (15°), Campos dos Goytacazes (16°), Casimiro de Abreu (20°), Armação dos Búzios (28º), Carapebus (31°). Com relação ao IQSMMA, a posição 42° foi devida ausência ou implementação parcial dos instrumentos de gestão. O Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos está contemplado no Plano de Saneamento, ambos parcialmente implementados, O Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica-PMMA embora tenha sido elaborado e submetido ao Conselho Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – COMMADS em 2019, ainda não foi aprovado. O Programa Municipal de Educação Ambiental-PROMEA e o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro – PMGC e Manual de Arborização (processo 72068/2022) ainda não foram elaborados. Já os Planos de Manejo das Unidades de Conservação, instrumento fundamental para a gestão eficiente das mesmas, estão desatualizados ou não foram elaborados. Por fim, a ausência de legislação específica de repasse de parcela do valor recebido do ICMS Ecológico para o Fundo Municipal de Meio Ambiente (processo 70756/2021) que poderia contribuir efetivamente para maior celeridade na implementação da gestão e melhorar a pontuação no IQSMMA aumentando o valor arrecadado.

Considerando a economia/disponibilidade de recursos financeiros e a capacidade técnica local, essa posição pode ser alavancada a partir da elaboração e implantação de programas relacionados ao meio ambiente e que tem reflexos positivos em todas as outras áreas.

Tabela 1 - Índice Final de Conservação Ambiental — IFCA. Fonte: Nota Técnica ICMS Ecológico Estado do Rio de Janeiro.

| CRITÉRIOS RELACIONADOS | SUBÍNDICES TEMÁTICOS | | PORCENTAGEM(%) |
|--|----------------------|--|----------------|
| Qualidade ambiental dos | N | Mananciais de Abastecimento | 10 |
| recursos hídricos | | Tratamento de Esgoto | 20 |
| Disposição final adequada dos resíduos sólidos | | Destinação de Resíduos Sólidos | 20 |
| | F | Remediação de Vazadouros | 5 |
| F :-12: | | Áreas Protegidas (todas as categorias de Unidades de Conservação) | 36 |
| implantação de di cas | | s Protegidas Municipais(apenas s Unidades de Conservação Municipais) | 9 |
| IFCA 100 | | | |

Tabela 2 – Parâmetros que compõem o Índice de Qualidade do Sistema Municipal de Meio Ambiente - IQSMMA Fonte: Nota Técnica ICMS Ecológico Estado do Rio de Janeiro.

| Instrumentos de Gestão Ambiental Municipal | Percentual de Bonificação/ Valor adicional* IQSMMA) Parcialmente implementado | Percentual de bonificação/ valor adicional * (IQSMMA) Totalmente implementado |
|--|---|--|
| Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos | 1% | 2% |
| Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica | 0,5% | 1% |
| Plano Municipal de Saneamento Básico | 0,5% | 1% |
| Programa Municipal de Educação Ambiental | 0,5% | 1% |
| O município realiza Licenciamento Ambiental de impacto local? | 1% | 2% |
| O município possui legislação específica de repasse de | | |
| parcela do valor recebido do ICMS Ecológico no Fundo Municipal de Meio Ambiente? | 1,5% | 3% |
| Total do IQSMMA (%) | Até 10% de | bonificação |

A agenda para o desenvolvimento sustentável proposta pela Organização das Nações Unidas visa de estabelecer metas, prazos e compromissos para o enfrentamento dos principais problemas globais como fome e a pobreza, efeitos das mudanças climáticas e igualdade e qualidade de vida às pessoas. O pacto supranacional, no qual estamos inseridos, se materializou nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas relacionadas, estipulando o ano de 2030 como prazo para que a humanidade alcance os compromissos assumidos. O planejamento municipal, na implementação da agenda 2030, deve levar em conta as dimensões sociais, ambientais, econômicas e institucionais buscando nortear ações através de uma métrica de avaliação da sustentabilidade. Os ODS não podem ser avaliados e analisados de forma dissociada, devendo portanto o órgão ambiental e da política de sustentabilidade, por sua natureza prezar pela implementação e territorialização da agenda, não se limitando a discutir um ou mais objetivos separadamente, o que vai de encontro à política global, sem deixar ninguém para trás.

Os dados levantados até o presente são preliminares, assim o diagnóstico deve ser consolidado tecnicamente com mais informações ao longo do processo de elaboração deste plano. Os principais problemas e desafios ambientais em Macaé estão relacionados à necessidade de

aprimorar e implementar os instrumentos de monitoramento, controle, fiscalização e proteção dos recursos naturais na gestão do uso e ocupação do solo. O uso racional desses recursos deve ser o primeiro a ser avaliado nas decisões de gestão para que problemas como redução da cobertura vegetal, poluição de corpos hídricos, alagamento, entre outros, não sejam agravados. Considerando os aspectos econômicos e capacidade técnica, o município tem a oportunidade de retribuir com racionalidade toda generosidade da natureza, que vai desde recursos minerais como o petróleo até a beleza cênica da nossa Serra do Mar.

É importante considerar os riscos climáticos em qualquer planejamento de modo a evitar a possibilidade de redução da oferta dos serviços ecossistêmicos e da resiliência do município. As projeções para Macaé (fonte: Plano Municipal para Conservação da Mata Atlântica, em construção) sinalizam menor volume de chuvas e pior distribuição durante o ano, estando alinhado aos diversos relatórios do IPCC - Painel intergovernamental das alterações climáticas De mesmo modo o aumento do nível do mar, modificações no padrão das correntezas, podem trazer mudanças significativas na erosão e sedimentação costeira, aumento dos riscos de falta de abastecimento de água, erosão, alagamentos e ilhas de calor entre outros fatores que não podem ser mensurados pela administração pública atualmente.

PLANO ESTRATÉGICO

Com base neste diagnóstico preliminar apresentado anteriormente a tabela 3 identifica os principais problemas, objetivos e metas. Cabe ressaltar que os problemas priorizados na tabela possuem vários desdobramentos que deverão ser aprofundados e desdobrados novamente em problemas, objetivos e metas secundárias.

A tabela 4 apresenta o Plano Plurianual do Município de Macaé para o quadriênio 2022-2025 para gestão da SEMAS, há previsão orçamentária para darmos andamento para os problemas elencados, no entanto, algumas metas não foram contratadas ou estão em trâmite, como é o caso da elaboração do Plano de Manejo das UCs, maioria dessas questões estão relacionadas a aspectos da estrutura administrativa da prefeitura como um todo e estão sendo discutidas em outro eixo.

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|---|---|
| Medidas de proteção, monitoramento e controle ambiental insuficientes frente à legislação existente | Revisar do Código Municipal de meio Ambiente com as normas regulamentadoras decorrentes, incluir a perspectiva das mudanças climáticas; |

| Ausência de planos setoriais de gestão: Planos de Manejo de Unidades de Conservação; Plano Municipal da Mata Atlântica - PMMA; Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro –PMGC; Programa Municipal de Educação Ambiental – PROMEA; Manual de Arborização. | Elaborar e implementar os planos normativamente previstos e incluir as demandas da agenda climática |
|---|--|
| Espaços Territoriais Especialmente Protegidos: - Baixo grau de implementação das Unidades de Conservação (UCs) -Desmatamento da Vegetação Nativa; Falta de conectividade entre as UCs; Áreas de Preservação Permanentes (APPs) suprimidas ou degradadas; Falta de Áreas Verdes urbanas | -Elaborar e implementar instrumentos de proteção destes espaços; - A partir da Elaboração/revisão dos Planos de Manejo, implementar e gerir as UCs; - Aprovação e implementação do Plano Municipal da Mata Atlântica; - Ampliação do Parque Atalaia, implementação de corredores ecológicos e Criação de novas UCs; - Aumentar capacidade e monitoramento, controle e fiscalização do órgão ambiental municipal. |
| Poluição do solo, cursos d'água e lençol freático. | Implementação e monitoramento (inclusive através de órgão colegiado), pelos órgãos competentes, da execução do Plano Municipal de Saneamento. Auxiliar na Revisão do Plano da Bacia do Rio Macaé e Ostras. Promover, pelo órgão competente, o saneamento do entorno e cobrar do órgão estadual o monitoramento e fiscalização. |
| Assoreamento dos corpos hídricos, diminuição da capacidade de armazenamento de água | Contribuir com a recuperação e proteção das matas ciliares |

| Mananciais de abastecimento público na região serrana com deficiência na regularização e fiscalização | Incentivo a recuperação dos mananciais de abastecimento público |
|---|---|
| Arborização urbana inadequada | Elaboração e execução do Manual de Arborização urbana (Processo nº 72068/2022 em trâmite) |
| Animais silvestre em área urbana e propriedades rurais causando conflitos | Promover, e implementar a legislação pertinente temática |



Macaé é um dos municípios do Estado do Rio de Janeiro que mais cresceu e se desenvolveu na última década, com isso vem enfrentando constantes desafios, na solução de problemas, inclusive problemas estruturais ligados à área de saneamento básico, mais especificamente relacionados ao abastecimento de água potável e ao esgotamento sanitário.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD 2020, tem como um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS: "Água Potável e Saneamento", desta forma o planejamento estratégico e integrado para buscar soluções nessa área, é uma ferramenta determinante para o alcance das metas previstas e o atendimento integral dos indicadores de desempenho estabelecidos, para os próximos vinte(20) anos de gestão.

Tabela 1 – Projeção Populacional desagregada por distritos (2020 – 2040)

| | População | População Urbana Residente + Flutuante (hab) | | | | | |
|------|-----------|--|--------------------|----------|-------|-------|---------|
| Ano | Sede | Cachoeiros | Córrego do Ouro | Glicério | Frade | Sana | Total |
| 2020 | 280.972 | 1.529 | 5.506 | 4.523 | 1.943 | 2.458 | 296.931 |
| 2021 | 288.860 | 1.542 | 5.651 | 4.631 | 1.988 | 2.509 | 305.181 |
| 2022 | 296.855 | 1.555 | 5.797 | 4.740 | 2.034 | 2.559 | 313.540 |
| 2023 | 304.963 | 1.566 | 5.944 | 4.849 | 2.080 | 2.609 | 322.011 |
| 2024 | 313.175 | 1.577 | 6.093 | 4.959 | 2.126 | 2.658 | 330.588 |
| 2025 | 321.497 | 1.586 | 6.244 | 5.070 | 2.172 | 2.707 | 339.276 |
| 2026 | 329.924 | 1.595 | 6.396 | 5.181 | 2.218 | 2.756 | 348.070 |
| 2027 | 338.611 | 1.610 | 6.555 | 5.300 | 2.269 | 2.812 | 357.157 |
| 2028 | 347.865 | 1.651 | 6.734 | 5.444 | 2.331 | 2.888 | 366.913 |
| 2029 | 357.260 | 1.692 | 6.915 | 5.591 | 2.393 | 2.965 | 376.816 |
| 2030 | 366.791 | 1.734 | 7.099 | 5.739 | 2.456 | 3.044 | 386.863 |

| 2031 | 376.460 | 1.776 | 7.285 | 5.890 | 2.521 | 3.123 | 397.055 |
|------|---------|-------|-------|-------|-------|-------|---------|
| 2032 | 386.265 | 1.819 | 7.475 | 6.043 | 2.586 | 3.204 | 407.392 |
| 2033 | 396.211 | 1.862 | 7.667 | 6.198 | 2.652 | 3.286 | 417.876 |
| 2034 | 406.292 | 1.906 | 7.861 | 6.355 | 2.720 | 3.369 | 428.503 |
| 2035 | 416.512 | 1.951 | 8.058 | 6.514 | 2.787 | 3.453 | 439.275 |
| 2036 | 426.867 | 1.996 | 8.258 | 6.675 | 2.856 | 3.539 | 450.191 |
| 2037 | 437.362 | 2.042 | 8.460 | 6.839 | 2.925 | 3.625 | 461.253 |
| 2038 | 447.993 | 2.089 | 8.665 | 7.005 | 2.996 | 3.713 | 472.461 |
| 2039 | 458.758 | 2.136 | 8.873 | 7.173 | 3.068 | 3.802 | 483.810 |
| 2040 | 469.667 | 2.183 | 9.083 | 7.343 | 3.140 | 3.891 | 495.307 |

Fonte: Revisão do PMSB de Macaé/RJ – Relatório Consolidado Abril 2021

PROBLEMAS

1 — Baixo índice de cobertura, referente a coleta de esgoto em áreas de expansão fora do contrato de Parceria Público Privada;

Seguindo as diretrizes do novo marco legal do saneamento básico no Brasil, Lei no 14026/2020. Os municípios passam a ter prazo legal estabelecido para atingir a universalização dos serviços de coleta e tratamento de esgoto e abastecimento de água, no âmbito municipal. Sendo assim, é de vital importância aumentar a cobertura da rede coletora de esgoto, do tipo separador absoluto nessas áreas.



Figura 1 – Área de Concessão PPP - Fonte: Revisão do PMSB de Macaé/RJ – Relatório Consolidado Abril 2021

O índice de cobertura de esgoto fora da PPP ou % cob é ferramenta indispensável para mensurarmos o avanço dos serviços de esgotamento sanitário, no âmbito municipal. O índice de cobertura de esgoto fora da PPP ou % cob pode ser calculado da seguinte forma:

% cob = (nle / nea) x 100

nle – número de ligações realizada, na rede coletora de esgoto, do tipo separador absoluto; nea – número de economias ativas existentes;

ou

% cob = (Kmei / Kmep) x 100

Kmei – Quilometragem de rede coletora de esgoto implantada, do tipo separador absoluto (Km);

Kmep — Quilometragem total de rede coletora de esgoto, do tipo separador absoluto, projetada para as áreas de expansão fora da PPP (Km);

2 – Alto índice de perdas físicas, nos serviços de abastecimento de água, na sede do Município;

Seguindo as diretrizes do novo marco legal do saneamento básico no Brasil, Lei no 14026/2020. Os municípios passam a ter prazo legal estabelecido para atingir a universalização dos serviços de coleta e tratamento de esgoto e abastecimento de água, no âmbito municipal. Desta forma é de extrema importância mensurar e controlar as perdas na distribuição da água produzida.

O índice de perdas físicas ou % perdas é um parâmetro indispensável a ser mensurado e reduzido, quando se trata de distribuição eficiente de água potável a população. O índice de perdas físicas pode ser calculado da seguinte forma:

% perdas = {(Ap + Ai - Ac - As) / (Ap + Ai - As)} x 100

Ap – volume de água produzida(m3)

Ai – volume de água tratada importada (m3)

Ac – volume de água consumida(m3)

As – volume de serviço (m3)

3 – Ausência de controle (micromedidores ou hidrômetros) no consumo de água, da região serrana do Município;

Todo sistema de abastecimento de água, que opera de forma equilibrada, normalmente consegue fornecer água de qualidade e em quantidade suficiente à população. O consumo per capita, médio, local, estabelecido é um dos parâmetros indispensáveis para garantir o equilíbrio do sistema de abastecimento. Já a ausência de micromedidores (hidrômetros) ocasionará desvios e gastos exagerados de água, desequilibrando assim o sistema de abastecimento, podendo causar ainda o desabastecimento em algumas partes deste sistema.

Esta prática inadequada fere as diretrizes do novo marco legal do saneamento básico no Brasil, lei no 14026/2020. Onde fica estabelecido que os municípios tem prazo legal para atingir a universalização dos serviços de coleta e tratamento de esgoto e abastecimento de água no âmbito municipal. Visando solucionar este problema, tecnicamente recomenda-se investimentos na instalação de micromedidores (hidrômetros), visando o controle do consumo de água distribuída à população.

O índice de hidrometração ou % hid é ferramenta indispensável no controle do consumo de água. Para termos um sistema de abastecimento de água equilibrado é necessário reduzir os desperdícios e o uso inadequado da água distribuída à população. O índice de hidrometração é calculado da seguinte forma:

% hid = (lam / lae) x 100

lam – quantidade de ligações ativas de água micromedidas

lae – quantidade de ligações ativas de água existentes

4- Baixa periodicidade de cálculo/aferição, pela Fiscalização, do Indicador de Disponibilidade de Elevatória(IDE) Mensal

Hoje o contrato de Parceria Público Privada (PPP) do Esgotamento Sanitário em Macaé, possui cerca de cem (100) Estações Elevatórias de Esgoto(EEE), em funcionamento, bombeando esgotos durante 24 horas por dia, nos quatro (04) subsistemas da cidade.

Algumas dessas elevatórias encontram-se em regiões extremamente sensíveis, tais como:

- Na orla das praias da cidade (Cavaleiros, Imbetiba, Lagomar)
- As margens da lagoa de Imboassica

• No interior de Prédios Municipais (Cidade Universitária, Parque da Cidade)

Diante do cenário acima, existem reclamações e constatações de vazamento de esgoto, decorrentes de paralisações no funcionamento das Estações Elevatórias, inclusive em locais turísticos, que são essencialmente de grande relevância para município.

Todavia a periodicidade de aferição, pela Fiscalização, da disponibilidade e funcionamento das EEEs, conforme está prevista no indicador IDE (Mensal), nos permite somente um compilado de informações pontuais retratando aquela realidade registrada no momento da fiscalização e sendo assim descartando para a mensuração do indicador todo tempo de funcionamento do sistema distinto àquele registrado.

5- Periodicidade de cálculo/aferição, pela Fiscalização, do Indicador de Qualidade do Efluente Final (IDF) Mensal

O IDF é o indicador de qualidade do efluente final das diversas estações de tratamento de esgoto(ETEs) operadas pela concessionária BRK Ambiental.

Ao longo de cada mês, milhões de litros de esgotos são tratados pela concessionária, no município de Macaé, através das ETEs implantadas. O efluente final produzido pelas ETEs é lançado nos vários corpos receptores da cidade.

Todavia a periodicidade de aferição, feita pela Fiscalização, do Indicador de Qualidade de Efluente Final (IDF) conforme metodologia vigente é MENSAL. Tal modelagem nos permite somente obter resultados pontuais, retratando aquela realidade registrada no momento da fiscalização ou auditoria ao sistema.

Tal modelo atual nos leva a descartar para o cálculo do indicador a qualidade do efluente final dos demais 29 ou 30 dias do mês, nos quais não houve a aferição do indicador, já que a fiscalização para a aferição ocorre somente num dia do mês. Sem contar com as das outras 20 horas restantes do dia da fiscalização, já que tal fiscalização dura em média 04 horas deste mesmo dia.

OBJETIVOS (ações que visam gradativamente a solução dos problemas)

- 1 Correlacionado ao respectivo problema apresentado anteriormente, a proposta é realizar levantamentos, elaborar estudos, elaborar projetos de engenharia e implantar rede coletora de esgoto, do tipo separador absoluto, interligando e coletando o esgoto das economias localizadas nas áreas de expansão fora das áreas de PPP, desta forma aumentaremos a cobertura de coleta de esgoto e por consequência o avançaremos em relação ao índice % cob.
- 2 Correlacionado ao respectivo problema apresentado anteriormente, a proposta é prever e executar investimentos, para intensificar e qualificar as ações de fiscalização e

monitoramento dos serviços de abastecimento de água, realizados pela Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE), na sede do Município, visando a prevenção (substituição de tubulações antigas e de material obsoleto, instalação de inversor de frequência nos busters e supervisão em tempo real) e controle de perdas físicas (Macro, micro e supervisão em tempo real) e por consequência a redução do índice % perdas.

3 – Correlacionado ao problema 2.3 apresentado anteriormente, a proposta é a elaboração e futura efetivação do Programa de Hidrometração Gradativa, das economias ativas atendidas pelos sistemas de abastecimento de água, da região serrana, no decorrer dos próximos 20 anos.

A efetivação deste programa inicialmente será desvinculada da cobrança de tarifas nestes locais.

4 - Correlacionado ao problema relacionado a periodicidade do Indicador (IDE-Mensal) apresentado anteriormente, a solução proposta para tal problema seria a revisão do Indicador IDE (contrato permite a revisão de 05 em 05 anos), propondo uma aferição/medição em tempo real, de uma amostra ((N0,5)+1): Onde N é o número de elevatórias em operação no âmbito da PPP. Daí teríamos o IDEreal (preditivo).

Tal alteração é viabilizada pela implantação (por parte da fiscalização) de sistema supervisório em tempo real através da utilização de sensores de nível dos poços de bombeamento e de informações de parâmetros elétricos indicadores do funcionamento das bombas, acoplados a um sistema de telemetria que leva a informação até a um ponto remoto no qual estará estabelecido o supervisório (software e tela de imagem) de controle da fiscalização.

Com isso será possível monitorarmos o nível do reservatório em tempo real e o histórico de funcionamento das bombas das EEEs. Desta forma é possível obtermos toda a curva de disponibilidade (IDEreal) e funcionamento das EEEs, em um determinado período de operação.

Tal filosofia seria capaz de responder se em um determinado instante a bomba havia parado, ou se houve em algum momento algum tipo de anomalia no funcionamento da elevatória, que não foi o suficiente para acarretar a indisponibilidade da mesma.

5 — Correlacionado ao problema da periodicidade de Aferição/Medição Mensal do IDF apresentado anteriormente, a solução proposta para a resolução de tal problema seria a revisão do indicador IDF (contrato permite a revisão de 05 em 05 anos),propondo uma aferição/medição em tempo real da DBO de uma amostra ((N0,5)+1) das ETEs em operação no âmbito da PPP.

Tal alteração é viabilizada pela implantação de um medidor de leitura indireta de qualidade do efluente final, que realizará o monitoramento em tempo real, do parâmetro Demanda Bioquímica de Oxigênio - DBO. Desta forma é possível obter um gráfico continuo da qualidade do efluente final informando se em algum momento foi ultrapassado a concentração limite preconizada pela legislação.

OBS: Além disso, este método permite o aprisionamento da amostra naquele exato instante que a mesma ultrapassou o valor permitido pela legislação vigente, para descarte em corpo receptor. Desta forma seria possível a coleta e análise por métodos tradicionais (standart e de metodologia consagrada, realizada por laboratórios acreditados) da amostra aprisionada e supostamente fora do padrão de qualidade requerido pela legislação.

Diante dos problemas abordados e objetivos propostos a serem alcançados, as próximas etapas do planejamento estratégico que serão desenvolvidos são: a proposição de metas, indicadores e a correlação dos problemas destacados com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Pluri Anual (PPA) e programas de trabalho existentes no planejamento orçamentário do Município.



O presente relatório tem como objetivo identificar os problemas do Município de Macaé, no que tange o Eixo IV Planejamento Urbano e Rural, na ótica da defesa civil, com foco na proteção do cidadão na construção de uma cidade resiliente.

O relatório da Secretaria Municipal de Defesa Civil é composto por um conjunto de ações de prevenção, mitigação, preparação, além de resposta e reconstrução em caso de ocorrência de desastres. São atividades realizadas permanentemente pelo município de Macaé, para evitar desastres e minimizar seus efeitos.

A macropolítica de proteção e defesa civil está organizada em dois subeixos estratégicos fundamentais:

- Gestão de Riscos de Desastres;
- Gestão de Desastres.

O subeixo de Gestão de Riscos de Desastres representa a política pública que abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação frente aos riscos de desastres.

Por fim, o subeixo Gestão de Desastres representa a linha de atuação voltada para a resposta e recuperação de áreas afetadas por desastres.

A proteção e defesa civil, possui relacionamento com outras políticas públicas, tais como, saneamento básico, meio ambiente e habitação, de modo que há implicações mútuas relacionadas aos seus desenvolvimentos. A garantia de uma habitação digna para a população, por exemplo, próxima aos centros urbanos, favorece a defesa civil, uma vez que evita a proliferação de construções irregulares em áreas de risco.

Os investimentos planejados em infraestrutura de macro e micro drenagem hídrica de águas pluviais urbanas, mitigam os riscos de alagamentos e enchentes na cidade.

Quando analisamos os Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODs, identificamos o objetivo 11, como as que mais se relaciona com a temática de Proteção e Defesa Civil, sendo os sub itens abaixo descritos:

- ➤ 11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas;
- ➤ 11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade;
- ➤ 11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis;

Cabe salientar que o município de Macaé já é signatário do Marco de Sendai, através da Participação na Campanha "Construindo Cidades Resilientes". Esta campanha de iniciativa do Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres — UNISDR, que tem como objetivo incentivar os gestores municipais a desenvolverem ações para estabelecer cidades resilientes, como parte de processos de urbanização sustentável.

PRINCIPAIS PROBLEMAS ESTRATÉGICOS:

- a) Crescente aumento da vulnerabilidade social, com impacto na ocupação irregular em áreas de risco e de proteção ambiental.
- b) Ausência de um planejamento estratégico para redução de riscos de desastres, focado nos riscos geológicos e hidrológicos.
- c) Fragilidade na Legislação que trata sobre o poder de Polícia administrativa dos Técnicos e Agentes de Defesa Civil, quanto a fiscalização em edificações irregulares ou em situações de risco.

Nos últimos anos tem-se percebido um aumento das áreas de risco do município. Os riscos naturais são as ameaças que mais têm contribuído para esse aumento, associado a pessoas expostas em áreas vulneráveis.

As ações de Proteção e Defesa Civil realizadas na cidade para a consolidação desta política municipal apresentaram nos últimos 10 anos caráter muito voltado para as ações de resposta, pouco abordando a prevenção e a integração efetiva da sociedade civil neste processo. O crescimento das ocorrências por eventos extremos fortalece a necessidade de ações na linha da gestão integrada para redução de riscos desastres e o seu gerenciamento, visando à integração da sociedade civil organizada as políticas municipais, trabalhando de forma antecipada aos eventos adversos.

Portando, deve-se fortalecer uma política de planejamento urbano, política ambiental e sustentável para admitir qualidade de vida ao cidadão, visando uma cidade mais resilientes aos desastres.

PLANO ESTRATÉGICO

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|---|
| Crescente aumento da vulnerabilidade social, com impacto na ocupação irregular em áreas de risco e de proteção ambiental. | Reduzir as ocupações irregulares em áreas de risco e de proteção ambiental. |
| Ausência de um planejamento estratégico para redução de riscos de desastres, focado nos riscos geológicos e hidrológicos. | Elaboração de um Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) de desastres geológicos e hidrológicos. |
| Fragilidade na Legislação que trata sobre o poder de Polícia administrativa dos Técnicos e Agentes de Defesa Civil, quanto a fiscalização em edificações irregulares ou em situações de risco. | Elaboração de legislação municipal que de plenos poderes de polícia administrativa os Técnicos e Agentes de Defesa Civil, nas ações de fiscalizações de edificações irregulares ou em situações de risco. |



TEMA CENTRAL: CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROCEDIMENTOS QUE PERMITAM A AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL, CONTROLE E MANEJO DO TECIDO URBANO.

A secretaria de Obras tem com atribuições formular, desenvolver e fiscalizar, direta ou indiretamente, a realização de projetos e obras públicas de ordenamento e embelezamento urbano, em consonância com as diretrizes gerais do Governo Municipal, o Plano Diretor Urbano e a legislação vigente;

Por meio da Lei Complementar 256/2016 que estabelece a nova estrutura organizacional do Poder Executivo do Município de Macaé, a Secretaria Municipal Adjunta de Obras encontra-se na estrutura básica da Secretaria Municipal de Infraestrutura. Dentre suas atribuições destacamos as seguintes, segundo os respectivos incisos de seu art. 116:

PROBLEMATIZAÇÃO / INDICADORES

A cidade de Macaé apresentou um crescimento populacional muito acelerado nas últimas décadas, exigindo grandes investimentos na infraestrutura, com necessidade de aprimoramentos de seu sistema viário e de suas redes estruturantes.

Segundo estudos de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis, o Objetivo de desenvolvimento Sustentável (ODS) apresenta pontos a serem trabalhados principalmente no que diz respeito ao nosso eixo, principalmente em algumas metas no referente à ODS 9, 10, 11, 15 e outros que são de maneira pontual referencias para obter resultados no desenvolvimento sustentável.

ODS 9.1 – Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.

As obras que têm sido solicitadas, geralmente visam atender a alta demanda de necessidades, resultante da crescente demanda de infraestrutura e de equipamentos urbanos e da fragilidade de um planejamento estratégico.

ODS 9.a – Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países de menor desenvolvimento relativo, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Mesmo ciente das competências apontadas na legislação municipal referente ao eixo de planejamento urbano e infraestrutura urbana, alguns gargalos impedem um melhor controle e estudo propositivo, mediante a falta de informações disponíveis. Devido principalmente à ausência de um mapeamento ativo das diversas zonas do município, com o controle de dispersão dos equipamentos públicos implantados e um maior monitoramento das ocupações do solo.

ODS 11.3 – aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.

COMPETÊNCIAS

Art. 116. Fica criada a Secretaria Municipal de Infraestrutura, que tem seguintes atribuições dentro da conjuntura da Secretaria Adjunta de Obras.

- I programar, projetar, executar, conservar, restaurar e fiscalizar as obras públicas de responsabilidade do Município, abrangendo as de arte, as vias públicas municipais, as de pavimentação, as complementares em logradouros públicos, as de contenção de encostas;
- II estudar, em articulação com outros órgãos competentes, a conveniência e a viabilidade de execução de obras viárias e de quaisquer obras públicas do Município, tendo como parâmetro as linhas traçadas no Plano Diretor;
- III efetuar pesquisas e analisar os dados coligidos, objetivando a elaboração e execução de projetos de obras, buscando alternativas que possibilitem a melhoria de sua qualidade e a redução de seus custos;
- IV promover a avaliação de obras necessárias à implantação de projetos;
- V proceder à análise, operacionalização e controle dos projetos de parcelamento do solo urbano e rural;
- VI executar e fiscalizar os serviços de utilidade pública de interesse da municipalidade;
- VIII fazer cumprir, prioritariamente no sentido de orientação, as leis municipais atinentes à sua área de competência e atribuição;
- IX participar de grupos de trabalho e/ou comissões, sempre que necessário, na elaboração, aplicação e avaliação de legislação atinente à sua competência e atribuição;
- X manter sob sua guarda e responsabilidade toda a cartografia do Município, assim como toda a legislação pertinente;
- XI manter permanentemente atualizado o banco de dados para seu uso e o de outros entes administrativos;
- XII realizar, em articulação com outros órgãos municipais, campanhas de esclarecimento e orientação sobre as leis urbanísticas Municipais;
- XIII fazer o monitoramento do licenciamento do uso e da ocupação do solo em terrenos públicos e privados;
- XIV manter sob sua guarda e responsabilidade todos os mapas do Município, assim como a legislação permanente;

XV – promover a manutenção da pavimentação;

XVI – analisar, aprovar, licenciar e fiscalizar projetos arquitetônicos, urbanísticos, de calçamento e de loteamento e parcelamento urbano e rural, de acordo com a legislação vigente, realizadas por particulares ou concessionárias do serviço público;

XVII – executar a atualização do cadastro urbanístico municipal, através de plantas quadras, plantas parciais, além de manter e atualizar as plantas do Município;

XXXV – enfatizar políticas de qualificação, formação e investimento em recursos humanos;

XXXVI – abrir espaços para que a clientela em potencial possa exprimir-se sobre projetos a serem executados, propiciando, em decorrência, o atendimento aos interesses e aspirações da população destinatária;

XXXVII – sugerir ao Chefe do Poder executivas a celebração de contratos, convênios, consórcios e outras formas de parcerias, em assuntos ligados à sua área de competência e atribuição;

XXXIX – realizar pequenas obras em próprios municipais;

LX – efetuar levantamento e informar ao Chefe do Poder Executivo das dificuldades e necessidades encontradas nas regiões que estão sob sua responsabilidade;

LXIII – acionar diretamente todos os órgãos da Prefeitura para a solução de problemas das áreas de atuação da Secretaria;

LXVII – oportunizar uma maior participação comunitária, no sentido de promover o fortalecimento nas decisões que afetam diretamente o seu cotidiano;

LXXXVII – desempenhar outras atividades afins.

Art. 120-A. Compete a Coordenadoria Geral de Fiscalização de Obras

I – verificar e orientar o cumprimento da regularização urbanística concernente às obras públicas e particulares;

 II – verificar o licenciamento de construção ou reconstrução, embargando as que não estiverem providas de competente autorização ou que estejam em desacordo com a legislação;

III – embargar construções clandestinas, irregulares ou ilícitas;

IV – efetuar competente vistoria de obras para o efetivo cumprimento da lei;

V - analisar e emitir parecer dos pedidos de aprovação de projeto, demolições, habite-se e outros;

VI – acompanhar os arquitetos e engenheiros da prefeitura nas inspeções e vistorias realizadas em sua jurisdição;

VII – fiscalizar obras e serviços realizados em logradouros públicos no que se refere a licença exigida em legislação específica;

VIII — intimar, autuar, interditar, notificar, embargar, multar, estabelecer prazos e tomar outras providências em relação aos transgressores das leis, normas e regulamentos concernentes a obras particulares;

 IX – realizar sindicâncias especiais para instrução de processos para apuração de denúncia e reclamações;

X – emitir relatórios periódicos e manter a chefia permanentemente informada a respeito das irregularidades encontradas;

XI – colher dados para atualização do cadastro municipal;

XII – executar outras atribuições afins;

XIII – analisar e fiscalizar o cumprimento das normas relativas à acessibilidade, tanto nas obras públicas quanto nas particulares. Fonte: *Lei Complementar 256/2016*.

Os desafios vencidos, que ao longo dos anos, se apresentam para o planejamento urbano, confirmam sua grande importância estruturante, com sua capacidade de afetar a qualidade de vida da cidade e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.

PLANO ESTRATÉGICO

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|---|--|
| A urgência para atender a alta demanda de solicitações de execução de obras para atender diversas secretarias. (Desenvolvimento de projetos, orçamento, licitação e obra) | Ter um planejamento estratégico das obras que precisam ser executadas. Permitindo melhor qualidade de desenvolvimento das etapas de projeto e obra. |
| | Capacidade de gerenciamento das demandas e da atuação do eixo Planejamento urbano e rural por zoneamento da cidade, obtendo relatório da cobertura de suas ações executadas, em execução e previstas. Permitindo diagnósticos das zonas mais e/ou menos servidas de infraestrutura e intervenções. |
| Alta quantidade de imóveis não licenciados e obras a serem executadas sem a devida licença de obra. | Aumentar a quantidade de imóveis legalizados, aprimorar os procedimentos de licenciamento de obras novas – celeridade, controle e resultados. |
| Dificuldade de obter dados quantitativos e qualitativos intersetoriais, ausência de banco de dados e acesso compartilhado. | Criar sistema de compilação de informações dos diversos equipamentos urbanos existentes por bairros, com suas informações quantitativas e qualitativas e demandas previstas. |



A Secretaria Municipal Adjunta de Serviços Públicos (SEMASP) foi instituída em 2016, por meio da Lei Complementar 256/2016, onde nada foi alterado conforme Lei Complementar nº 309/2022. Conforme Seção XIII, Artigo 118 desta lei, a Secretaria Municipal Adjunta de Serviços Públicos, compete suas obrigações, direitos, atribuições, competências, projetos e programas de trabalho à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Dentre suas atribuições estão:

VI – executar e fiscalizar os serviços de utilidade pública de interesse da municipalidade;

VII – promover a manutenção dos serviços de águas pluviais, bem como a limpeza dos cursos de água de competência do Município;

 IX – participar de grupos de trabalho e/ou comissões, sempre que necessário, na elaboração, aplicação e avaliação de legislação atinente à sua competência e atribuição;

XI – manter permanentemente atualizado o banco de dados para seu uso e o de outros entes administrativos;

XV – promover a manutenção da pavimentação;

XVIII – conservar e manter a infraestrutura urbana da cidade, incluindo suas vias, parques, praças, jardins e cemitérios, além da prestação dos serviços de limpeza urbana e iluminação pública;

XIX – executar e conservar, especificamente, no que concerne à limpeza das vias urbanas, coordenando e fiscalizando os serviços de utilidade pública de interesse da municipalidade;

XXI – programar e executar as atividades inerentes à coleta de lixo, varrição, capina e limpeza dos logradouros públicos;

XXII – promover a guarda, conservação, reparos e manutenção de veículos, máquinas pesadas e equipamentos vinculados à secretaria;

XXIII – planejar e executar a reciclagem de lixo e de entulhos de obras, em articulação com a Secretaria Municipal de Ambiente e Sustentabilidade;

XXIV – receber de toda a municipalidade o lixo doméstico, de bares, restaurantes e similares; XXV – realizar a coleta de lixo hospitalar e de materiais poluentes, tóxicos e radioativos, dando-lhes a adequada destinação;

XXVII – administrar o aterro sanitário;

XXIX — apresentar ao órgão competente requisição de material a ser utilizado nos serviços desenvolvidos pela Secretaria Municipal Adjunta de Serviços Públicos;

XXX — valer-se do serviço de informática para a implantação de um banco de dados, objetivando melhor operacionalização e controle das atividades da Secretaria Municipal Adjunta de Serviços Públicos;

XXXI – realizar limpeza especializada e desinfecção de áreas públicas;

XXXIII – dinamizar e incrementar os serviços desenvolvidos de modo a melhorar a qualidade de vida dos munícipes, pela limpeza e ótima apresentação estética do Município, como um todo;

XXXIV – promover a limpeza das praças, jardins, trevos e equipamentos urbanos do Município;

XXXVII – sugerir ao Chefe do Poder Executivo a celebração de contratos, convênios, e outras formas de parcerias, em assuntos ligados à sua área de competência e atribuição;

XXXVIII – efetuar pequenos reparos em vias e passeios públicos;

XXXIX – realizar pequenas obras em próprios municipais;

XL – promover a guarda, conservação, reparos e manutenção de veículos, máquinas pesadas e equipamentos vinculados à Secretaria Municipal Adjunta de Serviços Públicos;

XLII – cuidar da conservação de praças, parques e jardins;

XLIII — dinamizar e incrementar os serviços de conservação e manutenção desenvolvidos, de modo a melhorar a qualidade de vida dos munícipes;

LVIX – fiscalizar e promover reparos nos logradouros públicos das regiões que estão sob sua responsabilidade;

LXVIII – executar os serviços de manutenção e conservação de estradas vicinais, utilizando máquinas patrol e pás mecânicas;

Diante do exposto, a Secretaria Municipal Adjunta de Serviços Públicos atua diariamente recebe as medições das empresas terceirizadas e, também, armazena os dados correspondentes a atendimentos das equipes internas de manutenção, o que resulta em indicadores que são lançados mensalmente no SIM (SISTEMA INTEGRADO MUNICIPAL). Estes atendimentos, por sua vez, colaboram com a redução de alagamentos, de poluição visual, acidentes com pedestres, entre veículos e a proliferação de doenças, auxiliando na manutenção do bem estar social, na qualidade de vida da população e em condições ambientais adequadas à sobrevivência.

Com relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, compreende-se que o objetivo 11, que trata das Cidades Sustentáveis e formas de torná-las mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, se encaixa com as atividades realizadas pela Secretaria, no que tange ao item 11.6 que aborda a meta de "Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros". Desse modo, a coleta domiciliar e a gestão dos resíduos que são direcionados ao Aterro Sanitário e devidamente acondicionados, impedidos de contaminarem os lençóis freáticos, também contribuem para a redução da poluição.

Outro objetivo que se enquadra aos serviços realizados pela Secretaria de Serviços Públicos se trata do 14, que se refere à Vida na Água, a conservação e uso de forma sustentável dos oceanos, mares e dos recursos marinhos. Assim, as atividades de limpeza nas redes pluviais e de esgoto, a varrição diária por todas as ruas da cidade e a limpeza da areia das praias, diminuem o risco de poluição da água do mar, dos rios e mananciais, bem como a intoxicação e possível morte dos animais aquáticos.

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|--|
| Ruas de difícil acesso aos caminhões de coleta domiciliar, aumentando a exposição do lixo por um período maior de tempo e a presença de roedores | Ampliar o serviço de coleta de lixo domiciliar de modo que alcance tais áreas |
| Ruas não pavimentadas, causando desperdício de material público, tempo, recursos humanos e transtornos como acidentes entre veículos | Criação de parceria com a Secretaria de Obras a fim de que sejam incluídos no orçamento projeto de pavimentação |
| Excesso de afundamentos em vias, devido à vida útil das manilhas que está comprometida, com isso, não é possível realizar a manutenção imediata de todos estes danos, haja vista acontecerem por toda a cidade | Criação de parceria com a Secretaria de Saneamento, a fim de auxiliar na relação dos locais que merecem prioridades na substituição e separação da rede mista |
| Descarte irregular do lixo que não permite o reaproveitamento ou descarte adequado | Reduzir o impacto ambiental gerado pela produção de resíduos |

Conclui-se que, apesar de os serviços públicos rotineiros supracitados colaborarem com um menor impacto causado pelas chuvas e outras ações da natureza, nada acontece sem a conscientização da população acerca de adoção de hábitos sustentáveis que não agridem o meio ambiente e mantém condições favoráveis à subsistência, descartando seus resíduos nos locais apropriados e nos dias e horários pré-definidos para a coleta, por exemplo.

É importante que existam campanhas de sensibilização por parte do município, bem como a promoção de ações conjuntas com outros órgãos públicos em prol do benefício mútuo. Como mencionado, a Secretaria Municipal Adjunta de Serviços Públicos atua na resolução dos problemas já existentes, não conseguindo agir de forma preventiva, uma vez que independe da mesma. No que se refere aos indicadores, os dados quantitativos existem, mas não é possível mensurar a redução dos impactos ambientais e os relacionados à saúde, ou seja, não é possível saber a diminuição no percentual de doenças infectantes após a limpeza da areia das praias, também a redução dos alagamentos com a limpeza das sarjetas e a varrição, nem a redução da produção de lixo mediante a coleta domiciliar, haja vista a migração populacional para a cidade e os efeitos da globalização que acarreta em um consumo descontrolado.



NECESSIDADES HABITACIONAIS DE MACAÉ

Diante do desafio de elaborar o diagnóstico da situação habitacional no Município, especialmente no que se refere à habitação de interesse social, merece destaque o Plano Local de Habitação de Interesse Social, elaborado em 2010 pela equipe da Secretaria Municipal de Habitação há época.

O referido documento é um marco ainda não superado da política municipal de habitação e, nesse sentido, embora os números estejam desatualizados pelo tempo transcorrido desde sua elaboração, não devem ser desconsiderados diversos aspectos relacionados ao diagnóstico, à metodologia e também às proposições que estão contidas no PLHIS.

Nesse sentido, considerando a atuação da política municipal habitacional na implementação do PLHIS, destaca-se como problemas centrais a serem enfrentados na atualidade: (1) o número de famílias sem acesso à moradia digna e (2) a formação de assentamentos urbanos precários.

A falta de acesso à moradia digna está relacionada à necessidade de construção de novas unidades habitacionais, que irá configurar o déficit habitacional ou déficit quantitativo. Já a formação de assentamentos urbanos precários diz respeito às inadequações de natureza urbanística e ambiental, com problemas de irregularidade de propriedade e situações sociais de maior gravidade e irá caracterizar o déficit qualitativo ou inadequação habitacional.

O conceito de moradia digna, por sua vez, não se limita aos aspectos de segurança, estabilidade e salubridade das construções, sendo ampliado para o atendimento por serviços públicos e infraestrutura de saneamento básico, conforme assegura o artigo 60 da CF88.

Ainda levando em conta os números apurados pelo PLHIS, tem-se o seguinte resultado de indicadores da política habitacional municipal relacionados aos problemas apresentados nesse diagnóstico:

| Déficit Quantitativo Demanda p | Acumulad | Fundação João Pinheiro (2005) | 2.932 |
|--------------------------------------|---------------------------------------|---|------------|
| | | Déficit Quantitativo Complementar (Prefeitura, 2009) | 475 |
| | 0 | Domicílios a remover (reassentamento ou remanejamento) | 4.095 |
| | SUBTOTAL | | 7.502 |
| | Demanda pri | oritária futura 2010-2024 (0 a 5s.m.) | 18.34 8 |
| TOTAL | | 25.85 0 | |
| Déficit Qualitativo | Domicílios em assentamentos precários | | 11.99 7 |

Fonte: PLHIS 2010 - Quadro 17 - SÍNTESE DAS NECESSIDADES HABITACIONAIS

Como causas para o elevado número de famílias que não têm acesso à moradia digna pode-se destacar:

- (7) famílias que não conseguindo acessar o mercado imobiliário 'formal', vão morar em assentamentos precários;
- (8) famílias cuja renda ultrapassa os limites estabelecidos como teto para acesso aos programas habitacionais;
- (9) famílias em condições de vulnerabilidade social, por muitas vezes em extrema pobreza;
- (10) comprometimento elevado da renda familiar com a moradia;
- (11) aumento da demanda decorrente de intenso processo migratório, dada a expectativa de oportunidades de trabalho, muitas vezes intensificadas por campanhas de divulgação promovidas pelo próprio governo;
- (12) desconhecimento do público alvo por parte do Poder Público, seja no aspecto quantitativo ou qualitativo, devido a inexistência de aparelhamento institucional para planejamento e monitoramento da demanda.

No que se refere ao processo de formação de assentamentos urbanos precários pode-se atribuir como principais causas:

- (4) infraestrutura urbana deficiente, seja pela insuficiência de equipamentos públicos, pela irregularidade no processo de ocupação da área urbana (loteamentos irregulares), ou ainda, pela distribuição desigual no território dos serviços públicos;
- (5) fiscalização ineficiente, tanto durante o processo de formação quanto depois de já consolidado o assentamento;
- (6) processo especulativo da terra, levando à escassez de área urbana infraestruturada para atender à demanda.

Na estruturação do espaço urbano de Macaé fica evidente a predominância da população de baixa renda no estuário do Rio Macaé, assentada em ocupações irregulares sobre faixas marginais de proteção, em áreas de risco ou de preservação ambiental.

Tal dinâmica urbana tem como efeito a segregação sócio espacial, que é uma das principais consequências da problemática apresentada nesse breve diagnóstico. Partindo desse olhar é possível construir novos cenários, como a formação de 'territórios marginalizados' e o surgimento de nichos de violência, com a apropriação desses territórios pelo poder paralelo. Nessas áreas a população permanece desassistida, pois há dificuldade de inserção das políticas públicas. Se os serviços públicos não chegam, surgem as doenças relacionadas à falta de infraestrutura, sobrecarregando o sistema público de saúde. Sem atendimento por serviços não há cobrança de IPTU, acarretando em perda de receita para o Município.

Por fim, porém não menos importante, a população segregada não cria vínculos com o território e a cidade fica sem identidade. Desassistida e morando mal, muitas famílias permanecem sujeitas às ações do poder paralelo e vulneráveis à violência urbana, que apresenta índices cada vez mais elevados. Em casos extremos, vão para as ruas e passam a depender integralmente de assistência pública.

PLANO ESTRATÉGICO

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|---|--|
| Famílias sem acesso à moradia digna | Garantir o acesso à moradia digna, especialmente para a população de 0 a 5 s.m. |
| Formação de assentamentos urbanos precários | Coibir a formação de assentamentos urbanos precários |

ODS E POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

ODS 10 – Redução das desigualdades e ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis

Avaliação Rápida Integrada RIA do PPA 2018-2021

"No que tange ao ODS 10, 100% das metas foram alinhadas. Deve-se considerar que ações voltadas a essa temática diminuem a vulnerabilidade e a desigualdade social da população, gerando reflexos em outras áreas, como a violência urbana, a igualdade de gênero, o emprego e renda etc."

"Por fim, o ODS 11, apresentou um percentual de alinhamento alto (89%), resultado bastante relevante, considerando que Macaé é um município predominantemente urbano e com tendência de crescimento dessa população."

Em contraponto, uma breve análise da implementação do PLHIS:

Foram identificados dezenove assentamentos precários, sendo quinze classificados como CONSOLIDÁVEIS, ou seja, passíveis de urbanização com regularização fundiária e quatro NÃO CONSOLIDÁVEIS, onde todas as famílias deveriam ser reassentadas para novos empreendimentos habitacionais;

Ao longo dos últimos doze anos, desde a aprovação da lei 3703/2011 que instituiu o PLHIS, o Poder Público Local realizou obras de urbanização em três assentamentos precários consolidáveis, porém ainda sem conclusão, elaborou plano e projetos de urbanização para uma ZEIS e, recentemente, avançou no processo de regularização fundiária para duas áreas;

Dentre as zonas não consolidáveis pode-se destacar a atuação em uma, em que 70% das famílias foram reassentadas e os imóveis demolidos;

Houve a mudança de classificação de uma área 'não consolidável' para 'consolidável', cujo processo para realização das obras de urbanização está em tramitação pela Secretaria Adjunta de Obras em parceria com o Governo do Estado;

No âmbito da produção habitacional não consta no PLHIS a experiência do Município na construção de 2.208 unidades através do PMCMV. O projeto foi executado nos limites dos loteamentos Bosque Azul I, II e III, área pública destinada a esse fim localizada no bairro da Ajuda, dando origem ao Conjunto Habitacional Prefeito Carlos Emir, que foi concluído em 2016. Ao Município coube a doação da área e a indicação da demanda, enquanto ao Banco do Brasil cabia a responsabilidade pela gestão financeira do Programa. Assim, o Município é o agente que intermedia a relação do beneficiário com o BB, no entanto, é o banco que efetivamente insere o beneficiário no Programa, tornando-o um mutuário através de contrato de financiamento firmado entre as partes.



TEMA CENTRAL: CRIAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TORNAR MACAÉ UMA CIDADE INTELIGENTE E INCLUSIVA

Macaé é considerada uma cidade polo entre as cidades da região Norte Fluminense. E com isso ela sofreu grandes mudanças em relação ao seu número de habitantes, população flutuante, ocupação urbana e responsabilidades de gestão, tanto das cidades circunvizinhas quanto a própria. A transformação da cidade de Macaé envolverá vários desafios nos próximos anos. A questão relevante a ser pontuada é: O que a cidade de Macaé precisa realizar para se tornar uma cidade inteligente e inclusiva?

Macaé, para se tornar uma cidade inteligente, não basta apenas adotar parâmetros de eficiência energética ou buscar políticas de sustentabilidade, mas buscar medidas de interconexão setorial e adequar vários parâmetros de gestão para torná-la uma cidade moderna e que funcione de maneira inteligente, integrada e inclusiva.

A Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana compreende-se no deslocamento das pessoas e bens dentro do espaço do município, mediante a utilização de modos de transporte não motorizados e motorizados, de vias públicas e de infraestrutura disponível, possibilitando a todos o acesso aos espaços públicos em geral, aos locais de trabalho, aos equipamentos e serviços sociais, culturais e de lazer de forma segura, eficiente, socialmente inclusiva e ambientalmente sustentável. (Plano Diretor)

Todas estas atribuições exigem a utilização tecnologia, de equipamentos, viaturas, fardamentos, estruturas e efetivo que precisam ser adquiridos, construídos e empregados. E para tal pleito, se faz necessário a justificativa obrigada por lei, através de fatos e dados comprovados oficialmente, que fundamentem a sua importância, necessidade e emprego.

Dentro de 20 anos, há a previsão para Macaé apresentar um crescimento populacional significativo, onde majoritariamente viverão em regiões urbanas e que requerem planejamento nas ações realizadas pelos órgãos competentes. Pesquisas relatam que o crescimento populacional e adensamento demográfico estão intrinsicamente relacionados com o surgimento e/ou crescimento de todo o tipo de violência.

PREVISÃO DE CRESCIMENTO POPULACIONAL PARA 20 ANOS:

Quantidade 2023: 266.000 habitantes (desconsiderando população flutuante)

Quantidade 2043: 389.000 habitantes (desconsiderando população flutuante)

O crescimento populacional, de áreas e de integração da cidade demandam a utilização de tecnologia e ferramentas de gestão eficaz. Outro fator relevante, além da integralidade entre Secretarias do município, é a dependência entre a atuação operacional tática dos servidores públicos a este processo, pois não se torna solucionável somente o acesso à inteligência artificial,

mas principalmente quem vai e como vai executar as tarefas que são exigidas em sua aplicação e por todos os setores de Macaé.

Existe uma recomendação, que os municípios usam, para definir o número de agentes de trânsito na cidade, para que se mantenha um ordenamento com índices aceitáveis é de 01 agente para cada 1.000 habitantes. Por este parâmetro, Macaé com uma população de 266 mil habitantes, deveria possuir um contingente total de 266 agentes de trânsito.

AO ANALISAR CENÁRIO ATUAL.

Contingente de agentes em 2023:

- Agentes de trânsito em Macaé 150 agentes.
- Déficit atual de 116 agentes de trânsito.

Observa-se que o recomendado seria 01 agente por cada 1.000 habitantes, logo:

- 389 mil habitantes em 2043, seguindo o crescimento medido pelos dois últimos censos do IBGE, acarreta uma necessidade de 389 agentes de trânsito no município.
- Se atualmente o déficit existente é de 116 agentes de trânsito, em 2043 com os números atuais, sem atualização do efetivo, Macaé terá um déficit de 239 agentes de trânsito.

Outro fator importante a ser pontuado é a necessidade de pautar tomadas de decisões de Mobilidade Urbana, embasadas em dados reais e de fontes seguras para se obter resultados mais próximos de uma cidade inteligente e inclusiva. No caso a ser levantado, dados relacionados a todos os fatores de Mobilidade Urbana. Estes são acessados através de órgãos públicos, que trabalham exclusivamente com o compartilhamento de dados, monitoramento e tomadas de decisão, sob esfera municipal, estadual e federal. Existem programas, entes e ferramentas que viabilizam esta ação como a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) instituída pela Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que tem como objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana. Outras políticas como a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), que se encontra em fase de formulação e tem como objetivo reduzir as desigualdades socioespaciais nas escalas intraurbana e supramunicipal e na escala da rede de cidades, ainda estão em desenvolvimento, mas que já devem ser consideradas no subeixo de Desenvolvimento Urbano.

A cidade de Macaé é polo empresarial e seu crescimento exponencial alerta às políticas públicas a necessidade de melhoria da mobilidade urbana. Esta, por conseguinte, garante o desenvolvimento urbano e metropolitano, ao aproximar moradia e emprego. Pode-se também dizer que uma moradia digna, com sistema adequado de saneamento e próxima ao trabalho tem um impacto significativo no desenvolvimento urbano de modo a melhorar a qualidade de vida das pessoas nas cidades. As questões hídricas locais também devem ser consideradas no planejamento urbano, tendo em vista seu alto potencial de geração de benefícios socioeconômicos. Por fim, destaca-se a importância do

desenvolvimento urbano para o desenvolvimento regional, considerando sua capacidade de indução de crescimento econômico juntamente com a redução das desigualdades. Dessa forma, as políticas públicas para tornar Macaé uma cidade mais inteligente e inclusiva, baseiam-se em estratégias, planos e programas já consolidados.

INDICADORES

Vínculo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Agenda 2030

- Incentivar o investimento em transporte coletivo e intermodal, integrado com o transporte ativo (de bicicleta e a pé, por exemplo), a fim de melhorar o ambiente urbano e a qualidade de vida da população, em detrimento do transporte individual motorizado;
- Incentivar a integração do planejamento urbano e do planejamento da mobilidade urbana por meio do Desenvolvimento Urbano orientado ao Transporte Sustentável – DOTS (TOD – Transit Oriented Development);
- Estimular a produção e o uso de veículos, equipamento, soluções logísticas e infraestruturas verdes, mais eficientes e sustentáveis energicamente;
- Aprimorar a qualidade dos serviços de transportes por meio da simplificação e digitalização dos serviços do setor, de forma a garantir regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade e pontualidade dos serviços prestados à população;
- Integrar o planejamento da mobilidade urbana com o planejamento de uso e ocupação do solo nas cidades;
- Viabilizar medidas de eficiência energética nos transportes, na indústria, no saneamento básico e nas edificações e em seus respectivos produtos e serviços;
- Promover o surgimento de modelos de negócios inovadores que sejam viabilizadores de ganhos sistêmicos para a mobilidade, o saneamento, a habitação popular, a economia e a segurança pública;
- Induzir boas práticas de planejamento urbano e gestão territorial, com foco no crescimento ordenado, sustentável e economicamente eficiente das cidades, ampliando a mobilidade e acessibilidade;
- Fomentar a qualificação da gestão pública e as iniciativas métricas de controle para aumentar a participação social no planejamento urbano
- Incentivar iniciativas de planejamento de infraestrutura urbana que considerem as especificidades locais, as variáveis no contexto da segurança pública, a busca por maior produtividade da economia local e a complementariedade e sinergia dos investimentos públicos e privado;

- Instituir mecanismos próprios para o financiamento de infraestrutura e desenvolvimento urbano e metropolitano;
- Incorporar práticas inovadoras e novas tecnologias no planejamento urbano, de modo a viabilizar os projetos de cidades inteligentes;
- Incrementar a capacidade dos entes federativos no planejamento e na estruturação de projetos de infraestrutura e na regulação de serviços públicos, de modo a melhorar a qualidade da prestação pública dos serviços e dar maior segurança para a ampliação da participação da iniciativa privada;
- Instituir mecanismos de coordenação e articulação entre os entes federativos para minimizar externalidades negativas dos investimentos em infraestrutura, com especial atenção às alterações do uso e da ocupação do solo urbano no entorno imediato de empreendimentos, bem como as consequências destes sobre a segurança pública e sobre a dinâmica das cidades no médio e no longo prazo;
- Incentivar a ampliação da oferta de infraestrutura urbana nas áreas de maior vulnerabilidade social e a recuperação de centros históricos degradados;
- Incentivar o aproveitamento da infraestrutura urbana subutilizada em áreas centrais das cidades, com potencial para aproximar moradia e emprego, reduzindo o tempo de deslocamento diário.

PREVISÃO LEGAL

Lei 12.587/12 – Política Nacional de Mobilidade Urbana.

PLANO ESTRATÉGICO

O plano estratégico da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana pode ser divido em três segmentos: trânsito, transporte e técnico. Sendo assim, pode-se analisar os problemas e seus respectivos objetivos e metas.

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|---|
| Infraestrutura (Semáforos; Ciclovias; Acessibilidade; Sinalização Vertical/Horizontal; Efetivo (Trânsito e Transporte); Rodoviárias e Terminais). | Desenvolvimento da infraestrutura das vias públicas afim de torná-las mais seguras, sustentáveis, acessíveis e funcionais. |
| | Manutenção dos semáforos existentes e realização de licitação para aquisição de semáforos inteligentes, conforme necessidade. |
| | Construção de Ciclovias, Ciclofaixas e Ciclorrotas. |
| | Promoção de políticas públicas e obras civis para atender os requisitos de acessibilidade definidos na legislação nos ambientes públicos. |
| | Licitação de material para sinalização vertical e horizontal. |
| | Aumento e capacitação do efetivo operacional para instalação e manutenção de sinalização vertical e horizontal já instaladas no perímetro urbano. |
| | Realização de obras civis em torno da Rodoviária Municipal, facilitando o seu acesso. |
| | Implementar um sistema inteligente por aplicativo que o usuário identifica previamente locais com vaga de estacionamento disponíveis. |
| | Criação de um sistema de eletropostos para abastecimento de veículos elétricos distribuídos no perímetro urbano; bem como a aquisição de veículos elétricos com finalidade operacional e de transporte público, reduzindo a emissão de CO2. |

Central de Monitoramento (Efetivo Operacional; Sistema Viário; Tecnologia).

Aprimoramento dos recursos tecnológicos para monitoramento da mobilidade urbana, bem como o efetivo que realiza o mesmo. Tornando Macaé uma cidade com acesso à informação unificada, sob proporções nacionais através de um diferencial de gestão pública, ordenamento e social, e assim, fortalecer e destacar o município positivamente na região.

Qualificação do efetivo operacional a partir das novas soluções tecnológicas.

Análise diária dos fluxos de veículos nas vias públicas para melhor distribuição e hierarquização do sistema viário.

Aquisição de tecnologia para transformação de Macaé em uma cidade inteligente.

Monitoramento contínuo pelos princípios da Smart City, visando traçar planos de ações baseados em evidências.

Compartilhamento de fácil acesso aos resultados obtidos pelas análises realizadas da mobilidade urbana dentro do perímetro urbano.

Criação de um sistema integrado à Defesa Civil tendo em vista a identificação, comunicação e mobilização para interdição das vias públicas em decorrência de problemas causados por forças naturais (alagamentos, desabamentos, árvores derrubadas, etc.).

Alto Índice de Acidentes.

Promover políticas públicas para a diminuição do índice de acidentes de trânsito, bem como o melhoramento da coleta e análise de dados dos acidentes ocorridos.

Realização de blitz educativas e intensificação da fiscalização com a adição de recursos tecnológicos dentro do perímetro urbano.

Realizar a instalação e a manutenção das sinalizações verticais e horizontais.

Construção de Ciclovias, Ciclofaixas e Ciclorrotas.

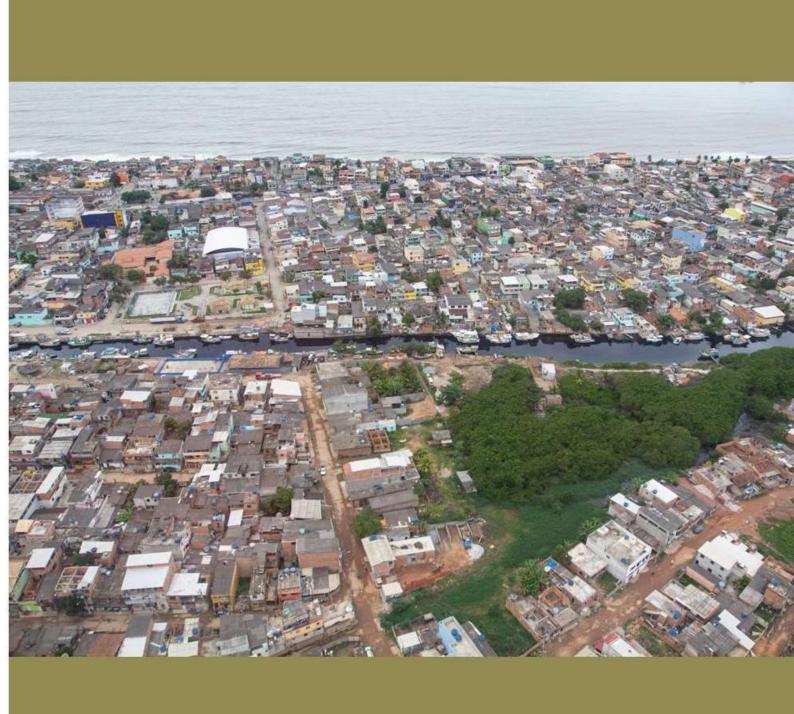
| | <u> </u> |
|--------------------------------------|--|
| | Realizar obras civis com o objetivo de evitar ou reparar as danificações (buracos, alagamentos) das rotas dentro do perímetro urbano. |
| | Comunicação contínua entre os agentes de trânsito e a central de monitoramento. |
| | Criação de um sistema de registro de acidentes de trânsito. |
| Sistema de Licenciamento. | Melhoria do sistema de licenciamento para que novos empreendimentos sejam analisados por esta secretaria. |
| Insegurança nos meios de transporte. | Criação e intensificação das políticas públicas auxiliadas às novas tecnologias para assegurar a população. |
| | Suporte do centro de monitoramento. |
| | Sistema para enfrentamento da importunação sexual. |
| Integração de Modais. | Desenvolvimento de tecnologias que facilitam a integração dos modais dentro do perímetro urbano. |
| | Desenvolvimento e manutenção de aplicativo que visa facilitar a integração de modais dentro do perímetro urbano. |
| | Realização de licitação para aquisição de mobiliários urbanos. |
| | Promover a integração dos modais. |
| | Criação de setor direcionado ao desenvolvimento e manutenção contínua do aplicativo de transporte público. |
| | Desenvolvimento e manutenção contínua dos totens de informação dentro dos terminais. |
| | Implementar um sistema de "Bicicletas Compartilhadas" que, com o auxílio de aplicativo, o usuário consegue consultar a localização das estações e a disponibilidade das bicicletas nelas estacionadas. |

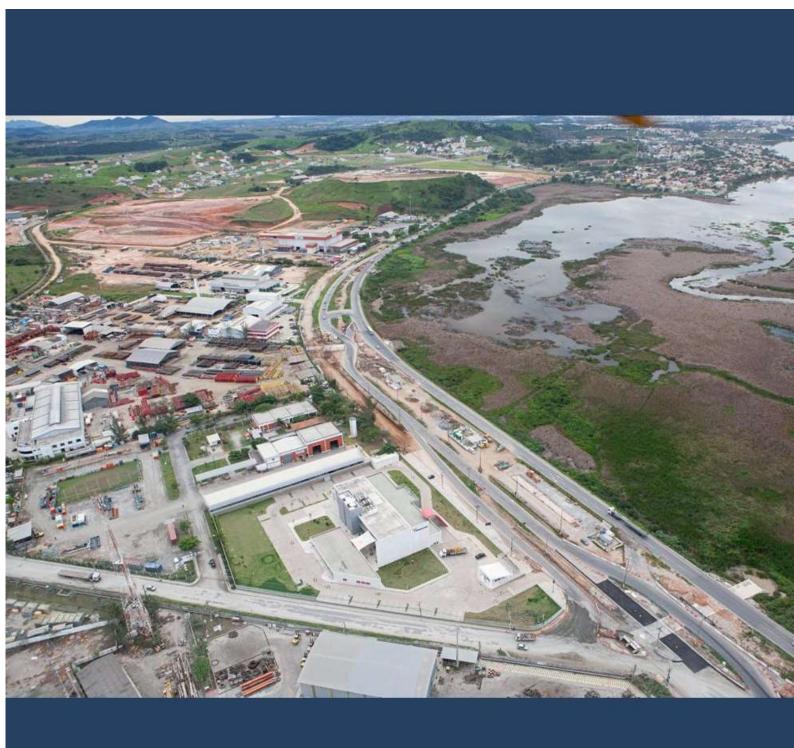
| Legalização ou atualização de Moto Taxi, Taxi, Aplicativo de Transporte de Passageiro, Entrega Rápida e Frota Escolar. | Realizar a legalização ou atualização dos serviços de Moto Taxi, Taxi, Aplicativo de Transporte de Passageiro, Entrega Rápida e Frota Escolar. Aumento do efetivo de fiscalização de Moto Taxi, Uber, Entrega Rápida e Frota Escolar. Simplificação dos processos de legalização dos serviços, garantindo a segurança e bem-estar dos motoristas e usuários. Atualização destes transportes no setor de cadastro e vistoria. Sistema de controle e análise destes transportes. |
|--|--|
| Cartão Macaé | Simplificar e agilizar os processos relacionados ao Cartão Macaé. Sistema de cadastramento e utilização do Cartão Macaé para uso da população. |

Por fim, dada as perspectivas para a cidade nos próximos anos, quando analisadas juntamente aos planos, estratégias e programas já consolidados na esfera nacional, pode-se compilar e analisar as problemáticas referentes a criação, implementação e promoção de políticas públicas de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano para tornar Macaé uma cidade inteligente e inclusiva.

EIXO V – AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E DESASTRES NATURAIS

MACAÉ: CIDADE RESILIENTE





Macaé apresenta uma expressiva diversidade de ecossistemas que vão desde montanhas, florestas, rios, restingas, lagoas, brejos, estuário, manguezal, praias e ilhas costeiras. Ao longo do tempo, o desenvolvimento econômico na região sempre foi atrelado à exploração dos recursos naturais com consequentes transformações na paisagem natural. A partir da década de 70, a exploração de campos de petróleo e gás mudou completamente a dinâmica socioeconômica e ambiental do município. O acelerado crescimento populacional e expansão urbana, resultou em profundas transformações dos ecossistemas continentais e costeiro. Neste contexto e com perspectiva de aprimoramento do modelo de desenvolvimento que visa projetar a cidade como "Capital da Energia" a gestão pública tem o desafio de garantir prosperidade e a preservação dos ecossistemas fundamentais à qualidade de vida das atuais e futuras gerações.

A gestão do executivo municipal, em especial o órgão responsável pelas políticas públicas ambientais, tem sido pautada pelo desenvolvimento com critérios de sustentabilidade, buscando soluções para os problemas relacionados ao saneamento básico, qualidade dos recursos hídricos, ocupações em áreas ambientalmente frágeis, entre outros. A avaliação, por meio de indicadores das transformações no ambiente natural e suas consequências para o projeto de cidade pretendida para os próximos vinte anos, é fundamental na busca de um modelo de desenvolvimento sustentável para Macaé. Assim as decisões de gestão do território devem ter como princípios a conservação, o uso racional dos recursos naturais e a restauração dos ecossistemas.

Os problemas ambientais estão cada vez mais complexos, e é necessário atuar de forma transversal para enfrentá-los. Temas como mudança climática e saneamento ambiental estão entre os que pedem cooperação de diversas pastas do poder público, assim trataremos de forma conjunta o Eixo 4 (Planejamento Urbano e Rural) e o Eixo 5 (Ambiente, Sustentabilidade e Desastres Naturais), entendendo que uma cidade resiliente é uma cidade que já assume seus passivos ambientais e aprende com estes erros a planejar uma nova cidade, na qual as questões ambientais são tratadas de forma prioritária e urgente em relação as questões econômicas, políticas e sociais.

As atividades humanas e ocupação do território são notadamente grandes fatores a serem considerados no ambiente natural. No entanto, se esse processo partir da premissa de que devemos entender e usar racionalmente os recursos, muitos dos problemas elencados poderiam ter sido evitados, minimizados e dirimidos. Essa é a ideia central do licenciamento ambiental que deveria ser estendida a todas as atividades e, mais do que isso, constitui importante ferramenta na gestão administrativa do território. Ao planejar, permitir ou incentivar qualquer atividade, devem ser considerados os fatores econômicos, sociais e ambientais. Soluções para os problemas já existentes podem ser encontradas nas novas tecnologias e por meio da gestão. É sempre mais benéfico para a administração pública mitigar e remediar estes problemas ao investir em planejamento a gastar recursos com problemas emergentes. A administração pública de Macaé possui capacidade técnica potencializada pelas instituições de ensino e pesquisa instaladas no município, o que nos coloca em uma posição privilegiada e de grande responsabilidade em garantir a qualidade de vida das pessoas e do ambiente natural e construído.

Para avaliar a implementação das políticas públicas municipais na área ambiental foram usados alguns indicadores internos e dados disponíveis na literatura. Alguns parâmetros associados ao ICMS ecológico que compõe o Índice Final de Conservação Ambiental – IFCA e o Índice de Qualidade do Sistema Municipal de Meio Ambiente - IQSMMA (Decreto Estadual n° 46.884/ 2019 - atualiza e renova os critérios do ICMS Ecológico) são apresentados como referencial da posição do município no Estado.

Neste contexto, a Secretaria Municipal de Ambiente e Sustentabilidade-SEMAS é o órgão executivo a nível municipal do Sistema Nacional de Meio Ambiente — SISNAMA (Lei 6938/1981) e tem a seguinte estrutura:

- órgão executivo da política ambiental municipal SEMAS;
- órgão colegiado Conselho Municipal de Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável
 COMMADS;
- órgão colegiado Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Sana (SANAPA);
- Fundo Ambiental Municipal FUNDAM;
- arcabouço legal (Código Municipal de Meio Ambiente e demais normas municipais).

O município de Macaé possui toda estrutura do sistema municipal de meio ambiente implementada e em funcionamento, o que nos habilita, por exemplo, a fazer o licenciamento e a aplicação de multas decorrentes de infrações ambientais. Levando-se em conta que a política ambiental deve ser prioridade em qualquer nível de gestão nos dias atuais, identificamos que o arcabouço legal da política ambiental é desatualizado, não regulamentado ou inexistente, causando problemas secundários nas demais políticas setoriais.

Para fins de elucidação daqui em diante vamos utilizar as figuras de 1 a 14 com o intuito de apresentar um panorama geral da gestão ambiental no município de Macaé (Ano referência: 2022) na implementação de diversas políticas ambientais e enfrentamento dos principais problemas ambientais.

O Licenciamento Ambiental Municipal é um importante instrumento de controle e monitoramento das atividades econômicas com interfaces diretas com o planejamento do território (zoneamento, restrições ou incentivos a determinadas atividades, mobilidade, etc.). É um procedimento administrativo por meio do qual a SEMAS autoriza a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades de impacto local. Os empreendimentos que extrapolam o conceito de impacto local (Lei Complementar Federal nº 140) são licenciados por outros entes da federação. A demanda por novos licenciamentos, em 2022, reflete o momento econômico do município em virtude de investimentos públicos e privados em novos empreendimentos.

A principal demanda do setor de licenciamento ambiental é atualização da legislação sobre o tema, a saber: Lei Complementar Municipal nº 027/2001 (Código Municipal de Ambiente) e Decreto Municipal nº 090/2002. A legislação deve ser alinhada à política estadual e ao Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental - SELCA (Dec. Estadual nº 46890/2019).

Além disso, um passo necessário é a implementação da informatização do procedimento (processo digital) e gestão de informação e dados, para que os requerimentos de licenças e certidões sejam protocolados pelos empreendedores, digitalmente, e estejam dialogando com os demais órgãos do SISNAMA, cujo processos já se encontram em formato digital. A implementação de tal passo possibilitará uma maior transparência para os requerentes e para a população.



Figura 1 – Dados da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental Municipal. Ano base 2022. Fonte: SEMAS.

Assim como o setor de licenciamento, a principal demanda do setor de fiscalização e controle ambiental é a atualização da legislação, o que resultaria em maior efetividade das ações de controle e fiscalização. Outra questão é a infraestrutura, este setor conta com 13 (treze) fiscais, sendo poucos destes em atividade contínua e 1 (um) assistente administrativo, trabalhando em regime de plantão para atender todo território municipal nas mais diversas demandas.



Figura 2 - Dados da Coordenadoria de Fiscalização e da Junta de Impugnação Fiscal. Ano base 2022. Fonte: SEMAS.

A Coordenadoria de Arborização e Paisagismo atua no plantio, corte e poda nas áreas públicas urbanas e em projetos específicos de reflorestamento de áreas degradadas. Quanto aos serviços de corte e poda de árvores, atualmente, o setor emite as autorizações (Ordens de Serviço) e a Secretaria Municipal Adjunta de Serviços Públicos executa o trabalho nas áreas públicas; na referida Secretaria está alocado o orçamento e toda a parte operacional. Sob a ótica do contribuinte, a reclamação que mais chega ao setor é a demora para a execução dos processos. Quanto à gestão, temos a Lei Municipal n° 3010/2007 que disciplina a arborização urbana definindo as competências do poder público municipal e do particular. Quanto ao planejamento da arborização da cidade a curto, médio e longo prazo, entendemos que o trabalho do setor é a finalização de algo maior, o planejamento de toda Macaé através da tramitação do processo administrativo que prevê a elaboração do Manual de Arborização Urbana (Processo nº 72068/2022), cuja atribuição é compartilhada com outras secretarias. Para que a Coordenação de Arborização planeje novos plantios é necessário calçadas largas, canteiros amplos e uma cidade mais acessível.



Figura 3 - Dados da Coordenadoria de Arborização. Ano base 2022. Fonte: SEMAS.

Em seu organograma atual a SEMAS possui uma Coordenadoria de Políticas Públicas responsável por elaborar e contribuir com a implementação das diversas políticas ambientais, como a política de saneamento básico, áreas protegidas, recursos hídricos, educação ambiental e gestão participativa através dos órgãos colegiados (Conselho Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - COMMADS e Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Sana-SANAPA). Além disso, esta coordenadoria é responsável pela elaboração de termos de referência para contratação e atualização de planos de gestão como os planos de manejo da unidades de

conservação (UCs), estudos preliminares técnicos para ampliação de UCs, educação ambiental e análise de Estudos de Impacto Ambiental e acompanhamentos de empreendimentos de impacto ambiental, as figuras 4 a 10 exemplificam a contribuição desta coordenadoria.

O Código Municipal de Meio Ambiente (Lei Complementar 027/20001) é o arcabouço legal para implementação das políticas ambientais municipais , mais de 2 (duas) décadas após sua aprovação muitos instrumentos do código não foram regulamentados ou implementados. Frente a dinâmica das questões relacionadas ao meio ambiente, como por exemplo a adaptação e mitigação às mudanças climáticas, a legislação necessita de atualização de modo a não gerar entraves para uma gestão eficiente em longo prazo.

Com a dinâmica econômica de Macaé, verifica-se a acelerada substituição da paisagem natural por áreas urbanas e áreas de plantio e pastagens, além da instalação de atividades com potencial poluidor e riscos elevados. A legislação ambiental municipal definiu os Espaços Territoriais Especialmente Protegidos, Áreas de Preservação Permanente-APPs, UCs, Áreas Verdes, morros, montes praias, ilhas e afloramentos rochosos. As restrições previstas na legislação não têm sido suficientes para impedir a degradação e impactos nestes espaços, é urgente a atualização e principalmente a implementação dos instrumentos legais bem como os outros instrumentos de planejamento, como Planos de Manejo de Unidades de Conservação, Plano Municipal da Mata Atlântica - PMMA, Programa Municipal de Educação Ambiental – PROMEA (Portarias SEMAS nº 001/2021, nº 003/2022 e n º 004/2022) e Manual de Arborização (Processo Administrativo nº 72068/2022). Esses Espaços são nossa maior riqueza e temos o compromisso do uso racional e sustentável com as atuais e futuras gerações.

No território municipal há 14 (quatorze) UCs, sendo 2 (duas) Federais e que se estendem para outros municípios vizinhos (Parna Jurubatuba e Rebio União), 5 (cinco) Reservas Particulares do Patrimônio Natural-RPPNs cuja gestão compete ao proprietário e 8 (oito) UCs municipais (Parque Natural Municipal do Arquipélago de Santana, Atalaia e Restinga do Barreto, Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de Santana, do Sana, Rio Novo, Morro de Santana e o Monumento Natural do Pico do Frade) todas possuem problemas de implementação que incluem desde a elaboração de Planos de Manejo, instrumento de gestão exigido pela lei 9985/2000, até questões de estrutura física e de pessoal que interferem na visitação pública ou qualquer ação de melhoria desta política municipal.



Figura 4 - Dados da Coordenadoria de Políticas Públicas. Ano base 2022. Fonte: SEMAS.



Figura 5 - Dados da Coordenadoria de Políticas Públicas. Ano base 2022. Fonte: SEMAS.



Figura 6 - Dados sobre controle de destinação de resíduos especiais. Fonte: SEMAS.

A poluição do solo, dos recursos hídricos e do ar está diretamente ligada à gestão e destinação incorreta dos resíduos sólidos e efluentes domésticos e industriais, a implementação do Plano de Saneamento é fundamental para resolver este problema que afeta a saúde da população e a qualidade do ambiente.

O Plano Municipal de Saneamento foi regulamentado pelo DECRETO Nº 169/2021 e objetiva a universalização do acesso, o controle social, e a melhoria da salubridade ambiental dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. A SEMAS auxilia na implementação do Plano de Saneamento, tendo como foco a prevenção da poluição causada pela destinação irregular de resíduos e efluentes, assim atua por exemplo na destinação de resíduos especiais, educação ambiental e monitoramento e controle de atividades através do licenciamento e fiscalização de atividades no território do município. Conforme a estrutura administrativa de Macaé, a Secretaria de Infraestrutura, especificamente as Secretarias Adjunta de Obras, Saneamento e Serviços Públicos são os órgãos com atribuições e responsabilidades pela execução do Plano de Saneamento. Atualmente o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (COMMADS), ainda que judicializado, tem a prerrogativa de auxiliar na gestão participativa da implementação desta política, até que seja regulamentado o Conselho Municipal de Saneamento Básico de Macaé



Figura 7 – Dados de visitação do Parque Atalaia. Fonte: SEMAS.

A falta de conhecimento acerca do próprio território e cultura para a conservação são problemas que potencializam todos os demais, e diante de tantas riquezas naturais a Educação Ambiental precisa ser priorizada de forma transversal e intersetorial, incentivando o grau de pertencimento e corresponsabilidade sobre a cidade, promovendo uma cidadania ativa.

Ao longo dos últimos anos iniciativas pontuais de Educação Ambiental têm sido realizadas pela administração pública municipal de forma descontínua e impondo grandes dificuldades na execução e com o resultado pouco expressivo se comparado ao esforço empregado. Ainda não elaboramos o Programa Municipal de Educação Ambiental-PROMEA conforme as diretrizes da Política Estadual e Nacional de Educação Ambiental. O desafio é tornar tais iniciativas de Educação Ambiental em um programa permanente de ação, gerando conhecimento e experiências destinadas à proteção do patrimônio ambiental do Município.



Figura 8 - Ações de Educação Ambiental em 2022. Fonte: SEMAS.



Figura 9 – Ações de Educação Ambiental em 2022. Fonte: SEMAS.



Figura 10 – Ações de Educação Ambiental em 2022. Fonte: SEMAS.



Figura 11 – ICMS Ecológico. Fonte: Observatório do ICMS Ecológico.

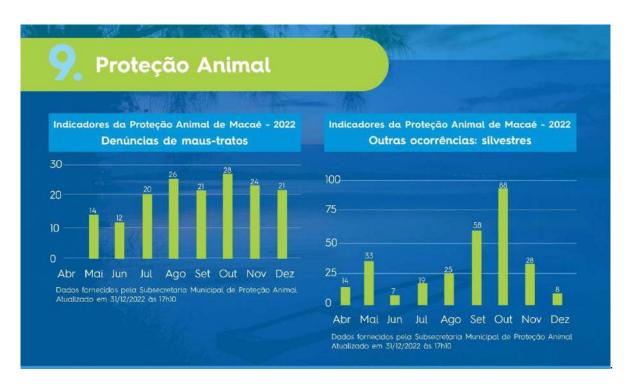


Figura 12 – Dados da Subsecretaria de Proteção Animal. Ano base 2022. Fonte: SEMAS.



Figura 13 - Dados da Coordenadoria de Políticas Públicas. Ano base 2022. Fonte: SEMAS.



Figura 14 - Dados da Coordenadoria de Políticas Públicas. Ano base 2022. Fonte: SEMAS.

Os dados do ICMS ecológico podem ser usados para auxiliar o município no contexto estadual em relação às questões ambientais. O ICMS Ecológico é uma iniciativa do Estado para financiar e fomentar as boas práticas na gestão ambiental municipal. O programa foi instituído no Estado do Rio de Janeiro em 2007. Os objetivos do ICMS Ecológico são ressarcir e recompensar os municípios pelos investimentos ambientais realizados, uma vez que os benefícios são compartilhados por todos. Para o cálculo do ICMS ecológico são considerados critérios referentes às áreas das unidades de conservação, a qualidade ambiental dos recursos hídricos, além de outros critérios referentes ao saneamento básico. Os valores totais, repassados aos municípios por meio do ICMS ecológico, correspondem ao percentual de 2,5% do total de ICMS arrecadado pelo Estado. A tabela 1 apresenta os subíndices que compõem o IFCA (Índice Final de Conservação Ambiental) e a tabela 2 os parâmetros utilizados no IQSMMA (Índice de Qualidade do Sistema Municipal de Meio Ambiente). Em relação ao IFCA município de Macaé está na 37° posição no ranking de 92 municípios no Estado, atrás de Quissamã (11°), Arraial do Cabo (15°), Campos dos Goytacazes (16°), Casimiro de Abreu (20°), Armação dos Búzios (28º), Carapebus (31°). Com relação ao IQSMMA, a posição 42° foi devida ausência ou implementação parcial dos instrumentos de gestão. O Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos está contemplado no Plano de Saneamento, ambos parcialmente implementados, O Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica-PMMA embora tenha sido elaborado e submetido ao Conselho Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – COMMADS em 2019, ainda não foi aprovado. O Programa Municipal de Educação Ambiental-PROMEA e o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro – PMGC e Manual de Arborização (processo 72068/2022) ainda não foram elaborados. Já os Planos de Manejo das Unidades de Conservação, instrumento fundamental para a gestão eficiente das mesmas, estão desatualizados ou não foram elaborados. Por fim, a ausência de legislação específica de repasse de parcela do valor recebido do ICMS Ecológico para o Fundo Municipal de Meio Ambiente (processo 70756/2021) que poderia contribuir efetivamente para maior celeridade na implementação da gestão e melhorar a pontuação no IQSMMA aumentando o valor arrecadado.

Considerando a economia/disponibilidade de recursos financeiros e a capacidade técnica local, essa posição pode ser alavancada a partir da elaboração e implantação de programas relacionados ao meio ambiente e que tem reflexos positivos em todas as outras áreas.

Tabela 1 - Índice Final de Conservação Ambiental – IFCA. Fonte: Nota Técnica ICMS Ecológico Estado do Rio de Janeiro.

| CRITÉRIOS RELACIONADOS | | SUBÍNDICES TEMÁTICOS | PORCENTAGEM(%) |
|--|---|--|----------------|
| Qualidade ambiental dos | Mananciais de Abastecimento | | 10 |
| recursos hídricos | Tratamento de Esgoto | | 20 |
| Disposição final adequada dos resíduos sólidos | Destinação de Resíduos Sólidos | | 20 |
| | F | Remediação de Vazadouros | 5 |
| | Áreas Protegidas (todas as categorias de Unidades de Conservação) | | 36 |
| Existência e efetiva implantação de áreas / protegidas | | s Protegidas Municipais(apenas s Unidades de Conservação Municipais) | 9 |
| IFCA 100 | | | |

Tabela 2 – Parâmetros que compõem o Índice de Qualidade do Sistema Municipal de Meio Ambiente - IQSMMA Fonte: Nota Técnica ICMS Ecológico Estado do Rio de Janeiro.

| Instrumentos de Gestão Ambiental Municipal | Percentual de Bonificação/ Valor adicional* IQSMMA) Parcialmente implementado | Percentual de bonificação/ valor adicional * (IQSMMA) Totalmente implementado |
|--|--|---|
| Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos | 1% | 2% |
| Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica | 0,5% | 1% |
| Plano Municipal de Saneamento Básico | 0,5% | 1% |
| Programa Municipal de Educação Ambiental | 0,5% | 1% |
| O município realiza Licenciamento Ambiental de impacto local? | 1% | 2% |
| O município possui legislação específica de repasse de | | |
| parcela do valor recebido do ICMS Ecológico no Fundo Municipal de Meio Ambiente? | 1,5% | 3% |
| Total do IQSMMA (%) | Até 10% de l | oonificação |

A agenda para o desenvolvimento sustentável proposta pela Organização das Nações Unidas visa de estabelecer metas, prazos e compromissos para o enfrentamento dos principais problemas globais como fome e a pobreza, efeitos das mudanças climáticas e igualdade e qualidade de vida às pessoas. O pacto supranacional, no qual estamos inseridos, se materializou nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas relacionadas, estipulando o ano de 2030 como prazo para que a humanidade alcance os compromissos assumidos. O planejamento municipal, na implementação da agenda 2030, deve levar em conta as dimensões sociais, ambientais, econômicas e institucionais buscando nortear ações através de uma métrica de avaliação da sustentabilidade. Os ODS não podem ser avaliados e analisados de forma dissociada, devendo portanto o órgão ambiental e da política de sustentabilidade, por sua natureza prezar pela implementação e territorialização da agenda, não se limitando a discutir um ou mais objetivos separadamente, o que vai de encontro à política global, sem deixar ninguém para trás.

Os dados levantados até o presente são preliminares, assim o diagnóstico deve ser consolidado tecnicamente com mais informações ao longo do processo de elaboração deste plano. Os principais problemas e desafios ambientais em Macaé estão relacionados à necessidade de aprimorar e implementar os instrumentos de monitoramento, controle, fiscalização e proteção dos recursos

naturais na gestão do uso e ocupação do solo. O uso racional desses recursos deve ser o primeiro a ser avaliado nas decisões de gestão para que problemas como redução da cobertura vegetal, poluição de corpos hídricos, alagamento, entre outros, não sejam agravados. Considerando os aspectos econômicos e capacidade técnica, o município tem a oportunidade de retribuir com racionalidade toda generosidade da natureza, que vai desde recursos minerais como o petróleo até a beleza cênica da nossa Serra do Mar.

É importante considerar os riscos climáticos em qualquer planejamento de modo a evitar a possibilidade de redução da oferta dos serviços ecossistêmicos e da resiliência do município. As projeções para Macaé (fonte: Plano Municipal para Conservação da Mata Atlântica, em construção) sinalizam menor volume de chuvas e pior distribuição durante o ano, estando alinhado aos diversos relatórios do IPCC - Painel intergovernamental das alterações climáticas De mesmo modo o aumento do nível do mar, modificações no padrão das correntezas, podem trazer mudanças significativas na erosão e sedimentação costeira, aumento dos riscos de falta de abastecimento de água, erosão, alagamentos e ilhas de calor entre outros fatores que não podem ser mensurados pela administração pública atualmente.

PLANO ESTRATÉGICO

Com base neste diagnóstico preliminar apresentado anteriormente a tabela 3 identifica os principais problemas, objetivos e metas. Cabe ressaltar que os problemas priorizados na tabela possuem vários desdobramentos que deverão ser aprofundados e desdobrados novamente em problemas, objetivos e metas secundárias.

A tabela 4 apresenta o Plano Plurianual do Município de Macaé para o quadriênio 2022-2025 para gestão da SEMAS, há previsão orçamentária para darmos andamento para os problemas elencados, no entanto, algumas metas não foram contratadas ou estão em trâmite, como é o caso da elaboração do Plano de Manejo das UCs, maioria dessas questões estão relacionadas a aspectos da estrutura administrativa da prefeitura como um todo e estão sendo discutidas em outro eixo.

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|---|
| Medidas de proteção, monitoramento e controle ambiental insuficientes frente à legislação existente | Revisar do Código Municipal de meio Ambiente com as normas regulamentadoras decorrentes, incluir a perspectiva das mudanças climáticas; |
| Ausência de planos setoriais de gestão: Planos de Manejo de Unidades de Conservação; Plano Municipal da Mata Atlântica - PMMA; Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro –PMGC; Programa Municipal de Educação Ambiental – PROMEA; Manual de Arborização. | Elaborar e implementar os planos normativamente previstos e incluir as demandas da agenda climática |
| Espaços Territoriais Especialmente Protegidos: - Baixo grau de implementação das Unidades de Conservação (UCs) -Desmatamento da Vegetação Nativa; Falta de conectividade entre as UCs; Áreas de Preservação Permanentes (APPs) suprimidas ou degradadas; Falta de Áreas Verdes urbanas | -Elaborar e implementar instrumentos de proteção destes espaços; - A partir da Elaboração/revisão dos Planos de Manejo, implementar e gerir as UCs; - Aprovação e implementação do Plano Municipal da Mata Atlântica; - Ampliação do Parque Atalaia, implementação de corredores ecológicos e Criação de novas UCs; - Aumentar capacidade e monitoramento, controle e fiscalização do órgão ambiental |
| Poluição do solo, cursos d'água e lençol freático. | municipal. Implementação e monitoramento (inclusive através de órgão colegiado), pelos órgãos competentes, da execução do Plano Municipal de Saneamento. Auxiliar na Revisão do Plano da Bacia do Rio Macaé e Ostras. Promover, pelo órgão competente, o saneamento do entorno e cobrar do órgão estadual o monitoramento e fiscalização. |

| Assoreamento dos corpos hídricos, diminuição da capacidade de armazenamento de água | Contribuir com a recuperação e proteção das matas ciliares |
|---|---|
| Mananciais de abastecimento público na região serrana com deficiência na regularização e fiscalização | Incentivo a recuperação dos mananciais de abastecimento público |
| Arborização urbana inadequada | Elaboração e execução do Manual de Arborização urbana (Processo nº 72068/2022 em trâmite) |
| Animais silvestre em área urbana e propriedades rurais causando conflitos | Promover, e implementar a legislação pertinente temática |



Macaé é um dos municípios do Estado do Rio de Janeiro que mais cresceu e se desenvolveu na última década, com isso vem enfrentando constantes desafios, na solução de problemas, inclusive problemas estruturais ligados à área de saneamento básico, mais especificamente relacionados ao abastecimento de água potável e ao esgotamento sanitário.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD 2020, tem como um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS: "Água Potável e Saneamento", desta forma o planejamento estratégico e integrado para buscar soluções nessa área, é uma ferramenta determinante para o alcance das metas previstas e o atendimento integral dos indicadores de desempenho estabelecidos, para os próximos vinte(20) anos de gestão.

Tabela 1 – Projeção Populacional desagregada por distritos (2020 – 2040)

| | População Urbana Residente + Flutuante (hab) | | | | | | |
|------|--|------------|--------------------|----------|-------|-------|---------|
| Ano | Sede | Cachoeiros | Córrego do Ouro | Glicério | Frade | Sana | Total |
| 2020 | 280.972 | 1.529 | 5.506 | 4.523 | 1.943 | 2.458 | 296.931 |
| 2021 | 288.860 | 1.542 | 5.651 | 4.631 | 1.988 | 2.509 | 305.181 |
| 2022 | 296.855 | 1.555 | 5.797 | 4.740 | 2.034 | 2.559 | 313.540 |
| 2023 | 304.963 | 1.566 | 5.944 | 4.849 | 2.080 | 2.609 | 322.011 |
| 2024 | 313.175 | 1.577 | 6.093 | 4.959 | 2.126 | 2.658 | 330.588 |
| 2025 | 321.497 | 1.586 | 6.244 | 5.070 | 2.172 | 2.707 | 339.276 |
| 2026 | 329.924 | 1.595 | 6.396 | 5.181 | 2.218 | 2.756 | 348.070 |
| 2027 | 338.611 | 1.610 | 6.555 | 5.300 | 2.269 | 2.812 | 357.157 |
| 2028 | 347.865 | 1.651 | 6.734 | 5.444 | 2.331 | 2.888 | 366.913 |
| 2029 | 357.260 | 1.692 | 6.915 | 5.591 | 2.393 | 2.965 | 376.816 |
| 2030 | 366.791 | 1.734 | 7.099 | 5.739 | 2.456 | 3.044 | 386.863 |

| 2031 | 376.460 | 1.776 | 7.285 | 5.890 | 2.521 | 3.123 | 397.055 |
|------|---------|-------|-------|-------|-------|-------|---------|
| 2032 | 386.265 | 1.819 | 7.475 | 6.043 | 2.586 | 3.204 | 407.392 |
| 2033 | 396.211 | 1.862 | 7.667 | 6.198 | 2.652 | 3.286 | 417.876 |
| 2034 | 406.292 | 1.906 | 7.861 | 6.355 | 2.720 | 3.369 | 428.503 |
| 2035 | 416.512 | 1.951 | 8.058 | 6.514 | 2.787 | 3.453 | 439.275 |
| 2036 | 426.867 | 1.996 | 8.258 | 6.675 | 2.856 | 3.539 | 450.191 |
| 2037 | 437.362 | 2.042 | 8.460 | 6.839 | 2.925 | 3.625 | 461.253 |
| 2038 | 447.993 | 2.089 | 8.665 | 7.005 | 2.996 | 3.713 | 472.461 |
| 2039 | 458.758 | 2.136 | 8.873 | 7.173 | 3.068 | 3.802 | 483.810 |
| 2040 | 469.667 | 2.183 | 9.083 | 7.343 | 3.140 | 3.891 | 495.307 |

Fonte: Revisão do PMSB de Macaé/RJ – Relatório Consolidado Abril 2021

PROBLEMAS

1 – Baixo índice de cobertura, referente a coleta de esgoto em áreas de expansão fora do contrato de Parceria Público Privada;

Seguindo as diretrizes do novo marco legal do saneamento básico no Brasil, Lei no 14026/2020. Os municípios passam a ter prazo legal estabelecido para atingir a universalização dos serviços de coleta e tratamento de esgoto e abastecimento de água, no âmbito municipal. Sendo assim, é de vital importância aumentar a cobertura da rede coletora de esgoto, do tipo separador absoluto nessas áreas.



Figura 1 – Área de Concessão PPP - Fonte: Revisão do PMSB de Macaé/RJ – Relatório Consolidado Abril 2021

O índice de cobertura de esgoto fora da PPP ou % cob é ferramenta indispensável para mensurarmos o avanço dos serviços de esgotamento sanitário, no âmbito municipal. O índice de cobertura de esgoto fora da PPP ou % cob pode ser calculado da seguinte forma:

% cob = (nle / nea) x 100

nle – número de ligações realizada, na rede coletora de esgoto, do tipo separador absoluto; nea – número de economias ativas existentes;

ou

% cob = (Kmei / Kmep) x 100

Kmei – Quilometragem de rede coletora de esgoto implantada, do tipo separador absoluto (Km);

Kmep – Quilometragem total de rede coletora de esgoto, do tipo separador absoluto, projetada para as áreas de expansão fora da PPP (Km);

2 – Alto índice de perdas físicas, nos serviços de abastecimento de água, na sede do Município;

Seguindo as diretrizes do novo marco legal do saneamento básico no Brasil, Lei no 14026/2020. Os municípios passam a ter prazo legal estabelecido para atingir a universalização dos serviços de coleta e tratamento de esgoto e abastecimento de água, no âmbito municipal. Desta forma é de extrema importância mensurar e controlar as perdas na distribuição da água produzida.

O índice de perdas físicas ou % perdas é um parâmetro indispensável a ser mensurado e reduzido, quando se trata de distribuição eficiente de água potável a população. O índice de perdas físicas pode ser calculado da seguinte forma:

% perdas = {(Ap + Ai – Ac – As) / (Ap + Ai – As)} x 100

Ap – volume de água produzida(m3)

Ai – volume de água tratada importada (m3)

Ac – volume de água consumida(m3)

As – volume de serviço (m3)

3 – Ausência de controle (micromedidores ou hidrômetros) no consumo de água, da região serrana do Município;

Todo sistema de abastecimento de água, que opera de forma equilibrada, normalmente consegue fornecer água de qualidade e em quantidade suficiente à população. O consumo per capita, médio, local, estabelecido é um dos parâmetros indispensáveis para garantir o equilíbrio do sistema de abastecimento. Já a ausência de micromedidores (hidrômetros) ocasionará desvios e gastos exagerados de água, desequilibrando assim o sistema de abastecimento, podendo causar ainda o desabastecimento em algumas partes deste sistema.

Esta prática inadequada fere as diretrizes do novo marco legal do saneamento básico no Brasil, lei no 14026/2020. Onde fica estabelecido que os municípios tem prazo legal para atingir a universalização dos serviços de coleta e tratamento de esgoto e abastecimento de água no âmbito municipal. Visando solucionar este problema, tecnicamente recomenda-se investimentos na instalação de micromedidores (hidrômetros), visando o controle do consumo de água distribuída à população.

O índice de hidrometração ou % hid é ferramenta indispensável no controle do consumo de água. Para termos um sistema de abastecimento de água equilibrado é necessário reduzir os desperdícios e o uso inadequado da água distribuída à população. O índice de hidrometração é calculado da seguinte forma:

% hid = (lam / lae) x 100

lam – quantidade de ligações ativas de água micromedidas

lae – quantidade de ligações ativas de água existentes

4- Baixa periodicidade de cálculo/aferição, pela Fiscalização, do Indicador de Disponibilidade de Elevatória(IDE) Mensal

Hoje o contrato de Parceria Público Privada (PPP) do Esgotamento Sanitário em Macaé, possui cerca de cem (100) Estações Elevatórias de Esgoto(EEE), em funcionamento, bombeando esgotos durante 24 horas por dia, nos quatro (04) subsistemas da cidade.

Algumas dessas elevatórias encontram-se em regiões extremamente sensíveis, tais como:

- Na orla das praias da cidade (Cavaleiros, Imbetiba, Lagomar)
- As margens da lagoa de Imboassica

No interior de Prédios Municipais (Cidade Universitária, Parque da Cidade)

Diante do cenário acima, existem reclamações e constatações de vazamento de esgoto, decorrentes de paralisações no funcionamento das Estações Elevatórias, inclusive em locais turísticos, que são essencialmente de grande relevância para município.

Todavia a periodicidade de aferição, pela Fiscalização, da disponibilidade e funcionamento das EEEs, conforme está prevista no indicador IDE (Mensal), nos permite somente um compilado de informações pontuais retratando aquela realidade registrada no momento da fiscalização e sendo assim descartando para a mensuração do indicador todo tempo de funcionamento do sistema distinto àquele registrado.

5- Periodicidade de cálculo/aferição, pela Fiscalização, do Indicador de Qualidade do Efluente Final (IDF) Mensal

O IDF é o indicador de qualidade do efluente final das diversas estações de tratamento de esgoto(ETEs) operadas pela concessionária BRK Ambiental.

Ao longo de cada mês, milhões de litros de esgotos são tratados pela concessionária, no município de Macaé, através das ETEs implantadas. O efluente final produzido pelas ETEs é lançado nos vários corpos receptores da cidade.

Todavia a periodicidade de aferição, feita pela Fiscalização, do Indicador de Qualidade de Efluente Final (IDF) conforme metodologia vigente é MENSAL. Tal modelagem nos permite somente obter resultados pontuais, retratando aquela realidade registrada no momento da fiscalização ou auditoria ao sistema.

Tal modelo atual nos leva a descartar para o cálculo do indicador a qualidade do efluente final dos demais 29 ou 30 dias do mês, nos quais não houve a aferição do indicador, já que a fiscalização para a aferição ocorre somente num dia do mês. Sem contar com as das outras 20 horas restantes do dia da fiscalização, já que tal fiscalização dura em média 04 horas deste mesmo dia.

OBJETIVOS (ações que visam gradativamente a solução dos problemas)

1 – Correlacionado ao respectivo problema apresentado anteriormente, a proposta é realizar levantamentos, elaborar estudos, elaborar projetos de engenharia e implantar rede coletora de esgoto, do tipo separador absoluto, interligando e coletando o esgoto das economias localizadas nas áreas de expansão fora das áreas de PPP, desta forma aumentaremos a cobertura de coleta de esgoto e por consequência o avançaremos em relação ao índice % cob.

- 2 Correlacionado ao respectivo problema apresentado anteriormente, a proposta é prever e executar investimentos, para intensificar e qualificar as ações de fiscalização e monitoramento dos serviços de abastecimento de água, realizados pela Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE), na sede do Município, visando a prevenção (substituição de tubulações antigas e de material obsoleto, instalação de inversor de frequência nos busters e supervisão em tempo real) e controle de perdas físicas (Macro, micro e supervisão em tempo real) e por consequência a redução do índice % perdas.
- 3 Correlacionado ao problema 2.3 apresentado anteriormente, a proposta é a elaboração e futura efetivação do Programa de Hidrometração Gradativa, das economias ativas atendidas pelos sistemas de abastecimento de água, da região serrana, no decorrer dos próximos 20 anos.

A efetivação deste programa inicialmente será desvinculada da cobrança de tarifas nestes locais.

4 - Correlacionado ao problema relacionado a periodicidade do Indicador (IDE-Mensal) apresentado anteriormente, a solução proposta para tal problema seria a revisão do Indicador IDE (contrato permite a revisão de 05 em 05 anos), propondo uma aferição/medição em tempo real, de uma amostra ((N0,5)+1): Onde N é o número de elevatórias em operação no âmbito da PPP. Daí teríamos o IDEreal (preditivo).

Tal alteração é viabilizada pela implantação (por parte da fiscalização) de sistema supervisório em tempo real através da utilização de sensores de nível dos poços de bombeamento e de informações de parâmetros elétricos indicadores do funcionamento das bombas, acoplados a um sistema de telemetria que leva a informação até a um ponto remoto no qual estará estabelecido o supervisório (software e tela de imagem) de controle da fiscalização.

Com isso será possível monitorarmos o nível do reservatório em tempo real e o histórico de funcionamento das bombas das EEEs. Desta forma é possível obtermos toda a curva de disponibilidade (IDEreal) e funcionamento das EEEs, em um determinado período de operação.

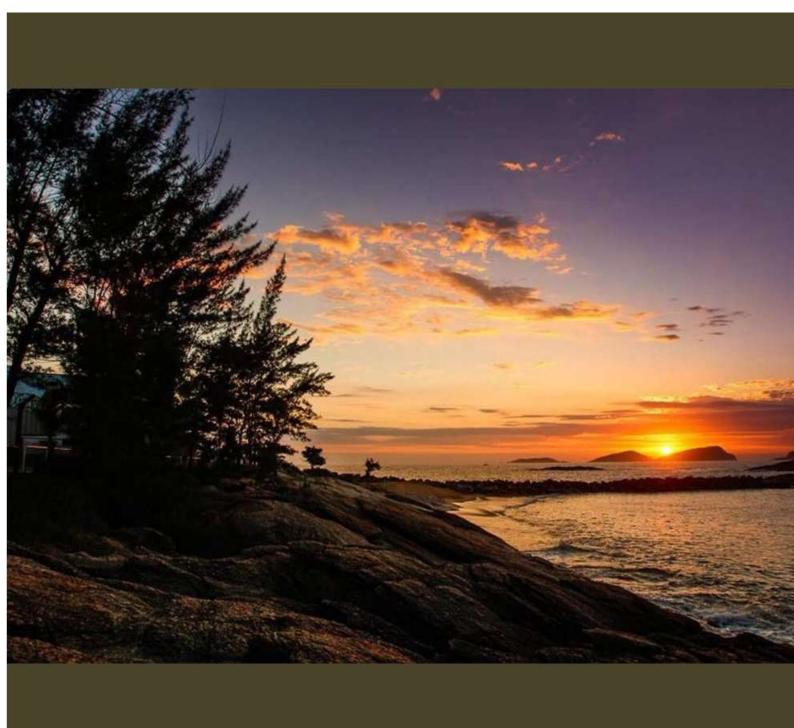
Tal filosofia seria capaz de responder se em um determinado instante a bomba havia parado, ou se houve em algum momento algum tipo de anomalia no funcionamento da elevatória, que não foi o suficiente para acarretar a indisponibilidade da mesma.

5 — Correlacionado ao problema da periodicidade de Aferição/Medição Mensal do IDF apresentado anteriormente, a solução proposta para a resolução de tal problema seria a revisão do indicador IDF (contrato permite a revisão de 05 em 05 anos), propondo uma aferição/medição em tempo real da DBO de uma amostra ((N0,5)+1) das ETEs em operação no âmbito da PPP.

Tal alteração é viabilizada pela implantação de um medidor de leitura indireta de qualidade do efluente final, que realizará o monitoramento em tempo real, do parâmetro Demanda Bioquímica de Oxigênio - DBO. Desta forma é possível obter um gráfico continuo da qualidade do efluente final informando se em algum momento foi ultrapassado a concentração limite preconizada pela legislação.

OBS: Além disso, este método permite o aprisionamento da amostra naquele exato instante que a mesma ultrapassou o valor permitido pela legislação vigente, para descarte em corpo receptor. Desta forma seria possível a coleta e análise por métodos tradicionais (standart e de metodologia consagrada, realizada por laboratórios acreditados) da amostra aprisionada e supostamente fora do padrão de qualidade requerido pela legislação.

Diante dos problemas abordados e objetivos propostos a serem alcançados, as próximas etapas do planejamento estratégico que serão desenvolvidos são: a proposição de metas, indicadores e a correlação dos problemas destacados com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Pluri Anual (PPA) e programas de trabalho existentes no planejamento orçamentário do Município.



O Turismo é um tema bastante amplo, e por essa razão foi incluído em dois eixos do Macaé+20: o Eixo 2 - Desenvolvimento Econômico Sustentável e o Eixo 5 - Ambiente, Sustentabilidade e Desastres Naturais.

Analisando-se o turismo em Macaé sob a ótica do Ambiente, Sustentabilidade e Desastres Naturais, ressaltamos a meta de realizar um Turismo Sustentável, ou seja, embasado em sustentabilidade ecológica, sociocultural e econômica. A busca deve ser constante pela harmonia entre a atividade turística e o meio ambiente, além do respeito e valorização da população do município e de sua cultura.

Em Macaé, temos belezas naturais que encantam moradores e visitantes, especialmente as Unidades de Conservação, onde destacam-se a Mata Atlântica e a Restinga. Agraciada com o mar e a montanha, Macaé apresenta atrativos capazes de atender gostos variados, oferecendo praias, lagoas, florestas, ambientes para prática de muitos esportes, no litoral e na serra. Sendo assim, é imprescindível a atuação do poder público municipal de uma forma intersetorial e integrada entre as múltiplas secretarias municipais envolvidas, para que a atividade turística se desenvolva com qualidade e segurança nesses espaços.

Destacamos alguns dos atrativos naturais do município, como a Área de Proteção Ambiental (APA) do Sana, onde o turista encontra ambientes ideais para banhos de cachoeira e contemplação da natureza, além de trilhas e outras atividades. Nos demais distritos da Região Serrana, também há muitas cachoeiras e outros atrativos naturais , como o Monumento Natural do Pico do Frade e o Parque Atalaia. Na área urbana do município, destacam-se as belas praias e a Lagoa de Imboassica, além do Arquipélago de Sant'anna, distante 8 km da costa. Há também o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, que é o único do Brasil formado exclusivamente pelo ecossistema de restinga. Esta localização urbana e o adensamento populacional, implicam em maior pressão sobre estes atrativos naturais, necessitando de especial atenção para sua sustentabilidade.

Macaé também deve valorizar seu patrimônio histórico-cultural, que se caracteriza como atrativo para turistas interessados nestas temáticas, e que demandam estrutura adequada para sua visitação.

Para elaboração deste diagnóstico, os desafios atuais para o desenvolvimento do turismo em Macaé foram organizados em grandes áreas as quais são bastante variadas. Quanto ao Eixo 5 (Ambiente, Sustentabilidade e Desastres naturais), os principais problemas diagnosticados referem-se a:

- Infraestrutura: Algumas deficiências relacionadas à infraestrutura são entraves ao desenvolvimento da atividade turística em Macaé. Podemos destacar como exemplos a inexistência de um píer para o turismo náutico e a sinalização turística deficitária;
- Qualificação Profissional: Apesar dos avanços recentes, Macaé ainda tem deficiências em termos de Qualificação Profissional no setor de turismo;
- Atrativos Turísticos: Macaé possui diversos Atrativos Turísticos, nos quais se identificam diferentes realidades em termos de estruturas necessárias para sua adequação ao acesso e permanência dos turistas;

 Região Serrana: A Região Serrana de Macaé tem grande potencial turístico, porém é ainda pouco desenvolvida nesse aspecto, especialmente os distritos de Cachoeiros de Macaé, Glicério, Frade e Córrego do Ouro. O Sana tem atividade turística intensa, e por isso mesmo necessita também de ações que possam qualificar e expandir o turismo de forma sustentável.

A seguir apresenta-se uma tabela que define **objetivos** específicos para cada um dos problemas detectados. Como **resultados** e impactos futuros esperados para o setor de Turismo, podem se destacar: o aumento do número de turistas em Macaé; o crescimento dos negócios em setores como hotelaria, restaurantes, organizadores e prestadores de serviços para eventos, e comércio em geral; a geração de emprego e renda no setor de turismo e outros relacionados; e melhoria na qualidade do atendimento aos turistas.

PLANO ESTRATÉGICO

| DDODI EMAC | ODJETIVOS |
|--|---|
| PROBLEMAS | OBJETIVOS |
| Infraestrutura: Algumas deficiências relacionadas à infraestrutura são entraves ao desenvolvimento da atividade turística em Macaé. Podemos destacar como exemplos a | Construir o Píer turístico para turismo náutico, especialmente para atender às necessidade dos passageiros em passeios para o Arquipélago de Sant'anna, com qualidade e segurança. |
| inexistência de um píer para o turismo náutico e a sinalização turística deficitária. | Melhorar a sinalização turística viária (acessos ao município, aos atrativos turísticos e de circulação) |
| | Criar sinalização interpretativa nos atrativos turísticos |
| | Implantar um projeto urbanístico e turístico para a Lagoa de Imboassica |
| | Construção da Nova Rodoviária de Macaé , incluindo Posto de Informações Turísticas e Tótem de informações turísticas |
| | Instalação de pórticos nas principais entradas do município, inclusive região serrana |
| | Ampliar o projeto urbanístico para a orla norte do município, a partir do Bar do Coco (em revitalização), passando pelo Barreto em direção ao Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba |
| | Segurança Pública: Articulação com BPTur/PM (Batalhão de Polícia Turística) para atuação no interior do estado e capacitação em turismo para a Guarda Municipal (habilidades e competências para atendimento e proteção ao turista) |
| | Atuar com a Defesa civil preventiva nos atrativos naturais, oferecendo orientação em áreas de risco, alertas de chuvas, ventos, marés, etc. |
| | Criar incentivos para que sejam adotadas práticas sustentáveis nas construções hoteleiras, como por exemplo reutilização de águas, energia solar, etc. |

Qualificação Profissional: Apesar dos avanços recentes, Macaé ainda tem deficiências em termos de Qualificação Profissional no setor de turismo.

Ampliar e manter cursos e oficinas de capacitação profissional voltadas para o setor de turismo (Condutores de Turismo, Recepção em Hotelaria, entre outros)

Desenvolvimento de ações voltadas para hospitalidade e qualificação em relação ao atendimento ao turista

Ofertar cursos e oficinas de capacitação especificamente na **Região Serrana**, facilitando o acesso da população local, qualificando assim os profissionais, comércio e empresários da serra para o turismo.

Atrativos Turísticos: Macaé possui diversos Atrativos Turísticos, nos quais se identificam diferentes realidades em termos de estruturas necessárias para sua adequação ao acesso e permanência dos turistas.

Desenvolver o turismo nas **Unidades de Conservação** (APA do Sana, APA do Arquipélago de Santanna, Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, Parque Natural Municipal Fazenda Atalaia)

Revitalização do **Patrimônio histórico** de interesse turístico

Identificar os **Atrativos Turísticos** que necessitam de intervenções e/ou melhorias e **realizar obras** (exemplos: acessos, sinalização interna, acessibilidade, equipe de atendimento e informações turísticas, etc)

Criar linha(s) de **ônibus turístico com guia,** interligando os principais atrativos turísticos

Estreitar as **parcerias com as secretarias** de Ambiente, Defesa Civil, Cultura, entre outras, com objetivo de aprimorar a gestão dos atrativos turísticos

Avaliar o **impacto ambiental do turismo**, buscando minimizar os impactos negativos. Exemplo: realizar estudos de capacidade de carga dos atrativos turísticos e controlar o acesso, especialmente nas áreas naturais.

Região Serrana: A Região Serrana de Macaé tem grande potencial turístico, porém é ainda pouco desenvolvida nesse aspecto, especialmente os distritos de Cachoeiros de Macaé, Glicério, Frade e Córrego do Ouro. O Sana tem atividade turística intensa, e por isso mesmo necessita também de ações que possam qualificar e expandir o turismo de forma sustentável.

Pavimentação da **Estrada do Sana**, oferecendo qualidade e segurança no acesso ao distrito

Implantar o **Projeto Arvorismo em Glicério** - Concessão do espaço público para arvorismo e outras atividades de turismo de aventura

Apoio feiras de artesanato locais

Investir em melhorias de **infraestrutura** nos distritos da região serrana, como pavimentação, sinalização, entre outros

Identificar potencialidades específicas de cada distrito para elaboração de projetos adequados à realidade de cada um

O turismo tem o potencial para contribuir, direta ou indiretamente, para todos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Destacam-se a seguir os ODS que consideramos mais relacionados ao eixo 5 no que diz respeito ao turismo, acompanhados de uma análise feita pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e traduzida pelo Ministério do Turismo (MTur)⁶. No caso em que o turismo foi diretamente citado nas metas das ODS pelas Nações Unidas , tais metas também aparecem em destaque a seguir:



Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

O turismo pode impulsionar a produtividade agrícola ao promover a produção, uso e venda de produtos locais nos destinos turísticos e sua total integração na cadeia de valor do turismo. Além disso, o agroturismo, um segmento de turismo em ascensão, pode complementar as atividades agrícolas tradicionais. O resultante aumento de renda para as comunidades locais pode levar a uma agricultura mais resiliente enquanto agrega valor à experiência do turismo.



Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Uma força de trabalho bem treinada e habilidosa é crucial para o turismo prosperar. O setor pode fornecer incentivos para investir em educação e formação profissional e apoiar a mobilidade de mão de obra por meio de acordos transnacionais sobre qualificações, padrões e certificações. Em particular, jovens, mulheres, pessoas idosas, povos indígenas e pessoas com necessidades especiais deveriam beneficiar-se por meios educacionais, onde o turismo tem potencial para promover a inclusão, os valores de uma cultura de tolerância, paz e não violência e todos os aspectos do intercâmbio global e de cidadania.

⁶ World Tourism Organization (UNWTO). "Turismo e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável". Publicação produzida pela OMT e traduzida da original em inglês pelo Ministério do Turismo em 2019.

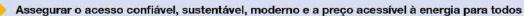




Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

O turismo pode desempenhar um papel fundamental na obtenção do acesso e segurança da água, bem como na higiene e saneamento para todos. O uso eficiente da água no setor de turismo, juntamente com medidas de segurança apropriadas, gerenciamento de águas residuais, controle de poluição e eficiência tecnológica, pode ser a chave para a salvaguarda de nosso recurso mais precioso.





Como um setor que requer uma entrada substancial de energia, o turismo pode acelerar a mudança para energia renovável e aumentar sua participação no mix energético global. Consequentemente, ao promover investimentos sólidos e de longo prazo em fontes de energia sustentáveis, o turismo pode ajudar a reduzir as emissões de gases de efeito estufa, mitigar as mudanças climáticas e contribuir para soluções inovadoras e novas soluções de energia em áreas urbanas, regionais e remotas.



Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Uma cidade que não é boa para seus cidadãos não é boa para os turistas. O turismo sustentável tem o potencial de contribuir para avanços na infraestrutura urbana e acessibilidade universal, promover regeneração de áreas degradadas e preservar o patrimônio cultural e natural, ativos dos quais depende o turismo. Maiores investimentos em infraestrutura verde (meios de transporte mais eficientes, poluição do ar reduzida, conservação de sítios do patrimônio e espaços abertos etc.) deveriam resultar em cidades mais inteligentes e verdes, das quais não apenas moradores, mas também os turistas, possam se beneficiar.



Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Um setor de turismo que adota práticas de produção e consumo sustentáveis pode ter um papel significativo no aceleramento do movimento global em direção à sustentabilidade. Para que isso aconteça, como estabelecido na meta 12.b do ODS 12, é imperativo "Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais". O Programa de Turismo Sustentável do Quadro Decenal de Programas sobre Consumo e Produção Sustentáveis busca desenvolver tais práticas de produção e consumo sustentáveis, incluindo iniciativas em eficiência de recursos que resultem em melhorias econômicas, sociais e ambientais.

Meta ODS - 12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais

12.b.1: Aplicação de instrumentos contábeis padronizados para monitorar os aspectos econômicos e ambientais da sustentabilidade do turismo



Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos

O turismo contribui para as mudanças climáticas e é afetado por elas. É, portanto, de interesse do próprio setor ter papel de liderança na resposta global às mudanças climáticas. Diminuindo o **consumo de energia** e migrando para **fontes de energia** renovável, especialmente nos setores de transporte e hospedagem, o turismo pode ajudar a enfrentar um dos desafios mais urgentes do nosso tempo.



Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Os turismos costeiro e marítimo, os maiores segmentos do turismo, particularmente para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, dependem da saúde dos ecossistemas marinhos. O desenvolvimento do turismo deve fazer parte da gestão integrada da zona costeira para ajudar a conservar e preservar ecossistemas marinhos frágeis e servir como veículo de promoção de uma economia azul, alinhado com a meta 14.7: "Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo".

Meta ODS - 14.7 Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo



Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Paisagens majestosas, florestas intocadas, rica biodiversidade e sítios naturais do patrimônio são comumente as razões principais pelas quais os turistas visitam um destino. O **turismo sustentável** pode ter um papel fundamental, não apenas na conservação e preservação da biodiversidade, mas também no respeito aos ecossistemas terrestres, devido a seus esforços direcionados à redução do desperdício e do consumo, à conservação da flora e fauna nativas e a atividades de conscientização.



O presente relatório tem como objetivo identificar os problemas do Município de Macaé, no que tange o Eixo V Ambiente, Sustentabilidade e Desastres Naturais, na ótica da defesa civil, com foco na proteção do cidadão na construção de uma cidade resiliente.

O relatório da Secretaria Municipal de Defesa Civil é composto por um conjunto de ações de prevenção, mitigação, preparação, além de resposta e reconstrução em caso de ocorrência de desastres. São atividades realizadas permanentemente pelo município de Macaé, para evitar desastres e minimizar seus efeitos.

A macropolítica de proteção e defesa civil está organizada em dois subeixos estratégicos fundamentais:

- Gestão de Riscos de Desastres;
- Gestão de Desastres.

O subeixo de Gestão de Riscos de Desastres representa a política pública que abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação frente aos riscos de desastres.

Por fim, o subeixo Gestão de Desastres representa a linha de atuação voltada para a resposta e recuperação de áreas afetadas por desastres.

A proteção e defesa civil, possui relacionamento com outras políticas públicas, tais como Planejamento urbano e rural, saneamento básico, meio ambiente e habitação, de modo que há implicações mútuas relacionadas aos seus desenvolvimentos. A garantia de uma habitação digna para a população, por exemplo, próxima aos centros urbanos, favorece a defesa civil, uma vez que evita a proliferação de construções irregulares em áreas de risco.

Os investimentos planejados em infraestrutura de macro e micro drenagem hídrica de águas pluviais urbanas, mitigam os riscos de alagamentos e enchentes na cidade.

Quando analisamos os Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODs, identificamos os objetivos 11 e 13, como as que mais se relacionam com a temática de Proteção e Defesa Civil, sendo os sub itens abaixo descritos:

- ➤ 11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas;
- ➤ 11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade;
- ➤ 11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a

Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis;

- ➤ 13.1- Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países;
- ➤ 13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima

Cabe salientar que o município de Macaé já é signatário do Marco de Sendai, através da Participação na Campanha "Construindo Cidades Resilientes". Esta campanha de iniciativa do Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres — UNISDR, que tem como objetivo incentivar os gestores municipais a desenvolverem ações para estabelecer cidades resilientes, como parte de processos de urbanização sustentável.

PRINCIPAIS PROBLEMAS ESTRATÉGICOS:

- a. Crescente aumento da vulnerabilidade social, com impacto na ocupação irregular em áreas de risco e de proteção ambiental.
- b. Ausência de um planejamento estratégico para redução de riscos de desastres, focado nos riscos geológicos e hidrológicos.
- c. Carência de investimentos em monitoramento, alerta e alarme de desastres naturais, visando a proteção do cidadão.
- d. Fragilidade na Legislação que trata sobre o poder de Polícia administrativa dos Técnicos e Agentes de Defesa Civil, quanto a fiscalização em edificações irregulares ou em situações de risco.
- e. Baixa integração entre o poder público, a população de comunidades vulneráveis e todos os integrantes da comunidade escolar, visando o fortalecimento das ações de preparação para emergências e desastres bem como a mitigação e prevenção dos riscos.
- f. Insuficiência de articulação institucional entre os integrantes do Sistema Municipal de Proteção Defesa Civil (SIMPEDEC), bem como carência de atualização do SIMPDEC.

Nos últimos anos tem-se percebido um aumento das áreas de risco do município. Os riscos naturais são as ameaças que mais têm contribuído para esse aumento, associado a pessoas expostas em áreas vulneráveis.

As ações de Proteção e Defesa Civil realizadas na cidade para a consolidação desta política municipal apresentaram nos últimos 10 anos caráter muito voltado para as ações de resposta, pouco abordando a prevenção e a integração efetiva da sociedade civil neste processo. O crescimento das ocorrências por eventos extremos fortalece a necessidade de ações na linha da gestão integrada para redução de riscos desastres e o seu gerenciamento, visando à integração da

sociedade civil organizada as políticas municipais, trabalhando de forma antecipada aos eventos adversos.

Portando, deve-se fortalecer uma política de planejamento urbano, política ambiental e sustentável para admitir qualidade de vida ao cidadão, visando uma cidade mais resilientes aos desastres.

PLANO ESTRATÉGICO

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|--|
| Crescente aumento da vulnerabilidade social, com impacto na ocupação irregular em áreas de risco e de proteção ambiental. | Reduzir as ocupações irregulares em áreas de risco e de proteção ambiental. |
| Ausência de um planejamento estratégico para redução de riscos de desastres, focado nos riscos geológicos e hidrológicos. | Reduzir as ocupações irregulares em áreas de risco e de proteção ambiental. |
| Carência de investimentos em monitoramento, alerta e alarme de desastres naturais, visando a proteção do cidadão. | Construção de um Sistema Municipal de Monitoramento, Alerta e Alarme de Desastres Naturais. |
| Fragilidade na Legislação que trata sobre o poder de Polícia administrativa dos Técnicos e Agentes de Defesa Civil, quanto a fiscalização em edificações irregulares ou em situações de risco. | Elaboração de legislação municipal que de plenos poderes de policia administrativa os Técnicos e Agentes de Defesa Civil, nas ações de fiscalizações de edificações irregulares ou em situações de risco. |
| Baixa integração entre o poder público, a população de comunidades vulneráveis e todos os integrantes da comunidade escolar, visando o fortalecimento das ações de preparação para emergências e desastres bem como a mitigação e prevenção dos riscos | Elaborar programas e projetos que visem a capacitação da população residente em comunidades vulneráveis e todos os integrantes da comunidade escolar, buscando aumentar o senso de percepção de risco do cidadão, o aprendizado de auto proteção e a atuação em emergências e desastres. |
| Insuficiência de articulação institucional entre os integrantes do Sistema Municipal de Proteção Defesa Civil (SIMPEDEC), bem como carência de atualização do SIMPDEC | Atualização da Legislação que trata o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil e aprimorar os mecanismos de articulação entre os integrantes do Sistema. |



A secretaria de Infraestrutura, em conjunto com diversas outras secretarias municipais específicas, cooperam nas atividades de prever e solucionar pontos potenciais de riscos que podem gerar desastres / acidentes naturais. A realização de projetos e obras públicas, em consonância com as diretrizes gerais do Governo Municipal, fazem parte do Plano Diretor Urbano e a legislação vigente;

Devido ao clima extremo conjugado com a tipologia específica do relevo e solo de nosso município; onde a parte urbana se desenvolve no delta do Rio Macaé e o restante, em solo residual com relevo acidentado ainda cortado pelos rios que compõe a bacia do mesmo Rio Macaé; temos experimentado a convivência de períodos de estiagem prolongada alternado com pancadas de chuva atípicas.

Fato é que, tal como os demais municípios de nosso país não possuímos infraestrutura básica para fazer frente a tais demandas e estamos trabalhando exaustivamente para tal. De tal forma que a Secretaria de Infraestrutura em conjunto com as secretarias adjuntas da pasta tem trabalhado da seguinte forma:

Devido à ocorrência de chuvas intensas (muito acima da média anterior), tivemos no ano de 2022, ocorrências de alagamentos, enchentes, deslizamento de encostas, e problemas relacionados às obras de arte corrente.

Algumas das competências necessárias para implementar um programa de mitigação dos impactos dos acidentes naturais na cidades tomam como base as orientações da ODS, onde são apontados pontos que devem ser considerados com o objetivo de desenvolvimento sustentável.

- ODS 13.1 - Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.

Com o objetivo de encontrar soluções que sejam efetivas para a prevenção dos acidentes naturais, suas causas e consequências a gestão pública busca investir no desenvolvimento de práticas e estudos conforme o aprimoramento de suas equipes e melhor mapeamento de pontos de riscos.

PLANO ESTRATÉGICO

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|--|
| Alagamentos. Dificuldade de escoamento de água pluvial devido a vazão acima do previsto, assoreamento da rede, ou falhas construtivas. | Desobstrução da rede, redimensionamento da rede segundo novo parâmetro, manutenção da rede coletora e ampliação da rede existente, em particular macrodrenagem de vários bairros, além de limpeza e dragagem do Rio Macaé, e outros na bacia e em vários canais de drenagem, como o Canal Macaé – Campos e o Canal do Capote, dentre outros. |

| Ocupações irregulares em áreas de espraiamento dos cursos d'água, em áreas consideradas como sendo áreas passíveis de enchentes. | Intensificar ações de fiscalização das ocupações irregulares e implantar ações socioeducativas para conscientizar a população sobre a exposição ao risco na ocupação de tais áreas. |
|--|---|
| Deslizamento de encostas em particular aquelas impactadas por escavações irregulares, com ângulo de inclinação impróprio para o material escavado. | Intensificar ações de fiscalização das escavações irregulares e implantar ações socioeducativas para conscientizar a população sobre a exposição ao risco em escavações dessa natureza. |
| Queda de pontes e danos a bueiros devidos o aumento de fluxo d'água dos rios e canais, em particular em pontes de madeira e bueiros de estradas vicinais no interior do município. | Substituição de tais obras de arte corrente redimensionadas para o novo fluxo em aço ou em concreto armado, e reconstrução dos bueiros e respectivas bocas, conforme o caso. |
| Erosão em pistas de rolamento devido ao aumento de fluxo d'água, algumas vertendo sobre a pista. | Elevação de greide da rodovia, correção de traçado, e implantação com redimensionamento de drenagem superficial. |



A Secretaria Municipal Adjunta de Serviços Públicos (SEMASP) foi instituída em 2016, por meio da Lei Complementar 256/2016, onde nada foi alterado conforme Lei Complementar nº 309/2022. Conforme Seção XIII, Artigo 118 desta lei, a Secretaria Municipal Adjunta de Serviços Públicos, compete suas obrigações, direitos, atribuições, competências, projetos e programas de trabalho à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Dentre suas atribuições estão:

VI – executar e fiscalizar os serviços de utilidade pública de interesse da municipalidade;

VII – promover a manutenção dos serviços de águas pluviais, bem como a limpeza dos cursos de água de competência do Município;

IX – participar de grupos de trabalho e/ou comissões, sempre que necessário, na elaboração, aplicação e avaliação de legislação atinente à sua competência e atribuição;

XI – manter permanentemente atualizado o banco de dados para seu uso e o de outros entes administrativos;

XV – promover a manutenção da pavimentação;

XVIII – conservar e manter a infraestrutura urbana da cidade, incluindo suas vias, parques, praças, jardins e cemitérios, além da prestação dos serviços de limpeza urbana e iluminação pública;

XIX – executar e conservar, especificamente, no que concerne à limpeza das vias urbanas, coordenando e fiscalizando os serviços de utilidade pública de interesse da municipalidade;

XXI – programar e executar as atividades inerentes à coleta de lixo, varrição, capina e limpeza dos logradouros públicos;

XXII — promover a guarda, conservação, reparos e manutenção de veículos, máquinas pesadas e equipamentos vinculados à secretaria;

XXIII – planejar e executar a reciclagem de lixo e de entulhos de obras, em articulação com a Secretaria Municipal de Ambiente e Sustentabilidade;

XXIV – receber de toda a municipalidade o lixo doméstico, de bares, restaurantes e similares; XXV – realizar a coleta de lixo hospitalar e de materiais poluentes, tóxicos e radioativos, dando-lhes a adequada destinação;

XXVII – administrar o aterro sanitário;

XXIX — apresentar ao órgão competente requisição de material a ser utilizado nos serviços desenvolvidos pela Secretaria Municipal Adjunta de Serviços Públicos;

XXX — valer-se do serviço de informática para a implantação de um banco de dados, objetivando melhor operacionalização e controle das atividades da Secretaria Municipal Adjunta de Serviços Públicos;

XXXI – realizar limpeza especializada e desinfecção de áreas públicas;

XXXIII – dinamizar e incrementar os serviços desenvolvidos de modo a melhorar a qualidade de vida dos munícipes, pela limpeza e ótima apresentação estética do Município, como um todo;

XXXIV – promover a limpeza das praças, jardins, trevos e equipamentos urbanos do Município;

XXXVII — sugerir ao Chefe do Poder Executivo a celebração de contratos, convênios, e outras formas de parcerias, em assuntos ligados à sua área de competência e atribuição;

XXXVIII – efetuar pequenos reparos em vias e passeios públicos;

XXXIX – realizar pequenas obras em próprios municipais;

XL – promover a guarda, conservação, reparos e manutenção de veículos, máquinas pesadas e equipamentos vinculados à Secretaria Municipal Adjunta de Serviços Públicos;

XLII – cuidar da conservação de praças, parques e jardins;

XLIII – dinamizar e incrementar os serviços de conservação e manutenção desenvolvidos, de modo a melhorar a qualidade de vida dos munícipes;

LVIX – fiscalizar e promover reparos nos logradouros públicos das regiões que estão sob sua responsabilidade;

LXVIII — executar os serviços de manutenção e conservação de estradas vicinais, utilizando máquinas patrol e pás mecânicas;

Diante do exposto, a Secretaria Municipal Adjunta de Serviços Públicos atua diariamente recebe as medições das empresas terceirizadas e, também, armazena os dados correspondentes a atendimentos das equipes internas de manutenção, o que resulta em indicadores que são lançados mensalmente no SIM (SISTEMA INTEGRADO MUNICIPAL). Estes atendimentos, por sua vez, colaboram com a redução de alagamentos, de poluição visual, acidentes com pedestres, entre veículos e a proliferação de doenças, auxiliando na manutenção do bem estar social, na qualidade de vida da população e em condições ambientais adequadas à sobrevivência.

Com relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, compreende-se que o objetivo 11, que trata das Cidades Sustentáveis e formas de torná-las mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, se encaixa com as atividades realizadas pela Secretaria, no que tange ao item 11.6 que aborda a meta de "Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros". Desse modo, a coleta domiciliar e a gestão dos resíduos que são direcionados ao Aterro Sanitário e devidamente acondicionados, impedidos de contaminarem os lençóis freáticos, também contribuem para a redução da poluição.

Outro objetivo que se enquadra aos serviços realizados pela Secretaria de Serviços Públicos se trata do 14, que se refere à Vida na Água, a conservação e uso de forma sustentável dos oceanos, mares e dos recursos marinhos. Assim, as atividades de limpeza nas redes pluviais e de esgoto, a

varrição diária por todas as ruas da cidade e a limpeza da areia das praias, diminuem o risco de poluição da água do mar, dos rios e mananciais, bem como a intoxicação e possível morte dos animais aquáticos.

PLANO ESTRATÉGICO

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|---|
| Ruas de difícil acesso aos caminhões de coleta domiciliar, aumentando a exposição do lixo por um período maior de tempo e a presença de roedores | Ampliar o serviço de coleta de lixo domiciliar de modo que alcance tais áreas |
| Ruas não pavimentadas, causando desperdício de material público, tempo, recursos humanos e transtornos como acidentes entre veículos | Criação de parceria com a Secretaria de Obras a fim de que sejam incluídos no orçamento projeto de pavimentação |
| Excesso de afundamentos em vias, devido à vida útil das manilhas que está comprometida, com isso, não é possível realizar a manutenção imediata de todos estes danos, haja vista acontecerem por toda a cidade | Criação de parceria com a Secretaria de Saneamento, a fim de auxiliar na relação dos locais que merecem prioridades na substituição e separação da rede mista |
| Descarte irregular do lixo que não permite o reaproveitamento ou descarte adequado | Reduzir o impacto ambiental gerado pela produção de resíduos |

Conclui-se que, apesar de os serviços públicos rotineiros supracitados colaborarem com um menor impacto causado pelas chuvas e outras ações da natureza, nada acontece sem a conscientização da população acerca de adoção de hábitos sustentáveis que não agridem o meio ambiente e mantém condições favoráveis à subsistência, descartando seus resíduos nos locais apropriados e nos dias e horários pré-definidos para a coleta, por exemplo.

É importante que existam campanhas de sensibilização por parte do município, bem como a promoção de ações conjuntas com outros órgãos públicos em prol do benefício mútuo. Como mencionado, a Secretaria Municipal Adjunta de Serviços Públicos atua na resolução dos problemas já existentes, não conseguindo agir de forma preventiva, uma vez que independe da mesma. No que se refere aos indicadores, os dados quantitativos existem, mas não é possível mensurar a redução dos impactos ambientais e os relacionados à saúde, ou seja, não é possível saber a diminuição no percentual de doenças infectantes após a limpeza da areia das praias, também a redução dos alagamentos com a limpeza das sarjetas e a varrição, nem a redução da produção de lixo mediante a coleta domiciliar, haja vista a migração populacional para a cidade e os efeitos da globalização que acarreta em um consumo descontrolado.



A Secretaria Municipal Adjunta de Políticas Energéticas – SEMAPE, possui como algumas de suas atribuições, promover a pesquisa e o desenvolvimento voltados para soluções que compatibilizem o desenvolvimento do polo energético e a preservação dos recursos naturais do município, bem como desenvolver programas de assistência técnica e difundir a tecnologia apropriada às atividades socioeconômicas do Município (art. 112, I e II, Lei Complementar nº 256/2016), dentre outras atividades.

Como se sabe, a Agenda 2030 reflete os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para os próximos 15 anos. No âmbito do setor de energético (nacional, estadual e municipal), encontrase, ainda, uma série de obstáculos a serem enfrentados relacionados ao momento de transição energética que está sendo vivenciado, tanto em escala global, como nacional. Essa é uma construção recente, é um esforço conjunto, de países, empresas, instituições e sociedade civil.

Dentre os obstáculos vislumbrados estão, a ausência de uma grande diversidade de matrizes energéticas (matriz econômica concentrada na cadeia de óleo e gás); falta de acesso às políticas efetivas de energia renovável para as comunidades de baixa renda; a pendência de regulação para o ambiente de negócios de energia renováveis, incluindo a distribuição; a inexistência de atrativos para a Indústria de tecnologias inovadoras (baixo investimento na matriz econômica de inovação tecnológica).

O grande desafio atual é consolidar o Município de Macaé como a Capital Nacional da Energia, sendo exemplo de sustentabilidade e de transição energética, substituindo o modelo de sua matriz energética atual por uma maior parcela de fontes de energias renováveis.

"Em 2021, o brasil foi escolhido pelas nações unidas como o país campeão da transição energética. O país tem capacidade para ser um grande exportador mundial de energia limpa." (portal.gov.br7)

Restringindo-se ao cenário nacional atual, é possível observar que o Brasil possui um potencial de ser um dos maiores exportadores mundiais de energia limpa, inclusive, este é um dos objetivos da atual gestão da Petrobras8.

Nesse sentido, pela natureza das atribuições da SEMAPE, ressalta-se que muitas vezes é necessária uma articulação intersetorial, pela complementaridade de ações, buscando um olhar para a totalidade das manifestações das questões sociais atinentes às empresas do setor privado, que geralmente são as detentoras das tecnologias inovadoras, além de possuírem a expertise para execução dos projetos inovadores, das universidades integrantes do Polo Universitário e seus acadêmicos, dos órgãos de governança (demais Secretarias) e também da sociedade civil.

Desse modo, o *primeiro problema* a ser apontado enquanto desafio ao serviço da SEMAPE, é a ausência de projetos de eficiência energética nos órgãos municipais, o que acaba por gerar um

⁷ https://www.gov.br/pt-br/noticias/energia-minerais-e-combustiveis/2021/10/brasil-e-referencia-no-campo-da-energia-limpa-e-renovavel

⁸ https://www.poder360.com.br/economia/prates-reafirma-que-petrobras-investira-em-transicao-energetica/

maior gasto de energia, indo contra o viés da sustentabilidade.

O segundo problema identificado é a pendência de regulação para o ambiente de negócios de energia renováveis, como a energia eólica offshore, que aguarda a aprovação de projeto de lei do governo federal.

Diante dessa exposição inicial, avança-se, agora, à descrição de problemas específicos, pontuando, ainda, alguns indicadores a estes relacionados.

Segundo o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) referente à "Energia Limpa e Acessível – ODS 7" assinala que, em Macaé, dois indicadores se direcionam a essa questão:

- 1- O primeiro indicador expressivo apontado pelo índice é a "Domicílios com acesso à energia elétrica". O índice em Macaé é de 99,86 pontos percentuais, enquanto a meta indicada são 99 pontos (Fonte: IBGE Censo).
 - Este indicador demonstra o percentual de domicílios com acesso à energia elétrica sobre o total de domicílios do município. Dessa forma, observa-se que o município ultrapassa a meta imposta pelo indicador apontado, com bastante eficiência.
- 2- O segundo indicador é o da "Vulnerabilidade Energética". Este indicador demonstra o grau de suscetibilidade de um sistema socioecológico aos efeitos das mudanças climáticas.

Nota-se que, mais uma vez, o Município de Macaé atende aos parâmetros impostos pelo indicador, atingindo um índice acima da média. O índice para considerar que o indicador foi atingido é de 0,47. Macaé atinge o índice de 0,34, acima da meta imposta (Fonte: AdaptaBrasil). Lembrando que neste caso, quanto menor é o valor do índice, maior é a pontuação.

Por fim, destacamos que apesar dos grandes desafios acerca da mudança da matriz energética local buscando a ampliação da produção de energia limpa e todos os reflexos do processo de transição energética, a Secretaria Municipal Adjunta de Políticas Energéticas atinge os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável referentes às suas atribuições no Eixo — Desenvolvimento Econômico Sustentável (ODS – 7).

Neste breve texto, foram apenas apontadas as situações prioritárias, de acordo com os indicadores apresentados no Índice de Desenvolvimento Sustentável. Para transformação de tal realidade, é necessário pensar a política pública de forma intersetorial, para se atingir as metas estabelecidas e alcançar resultados abrangentes e complementares.

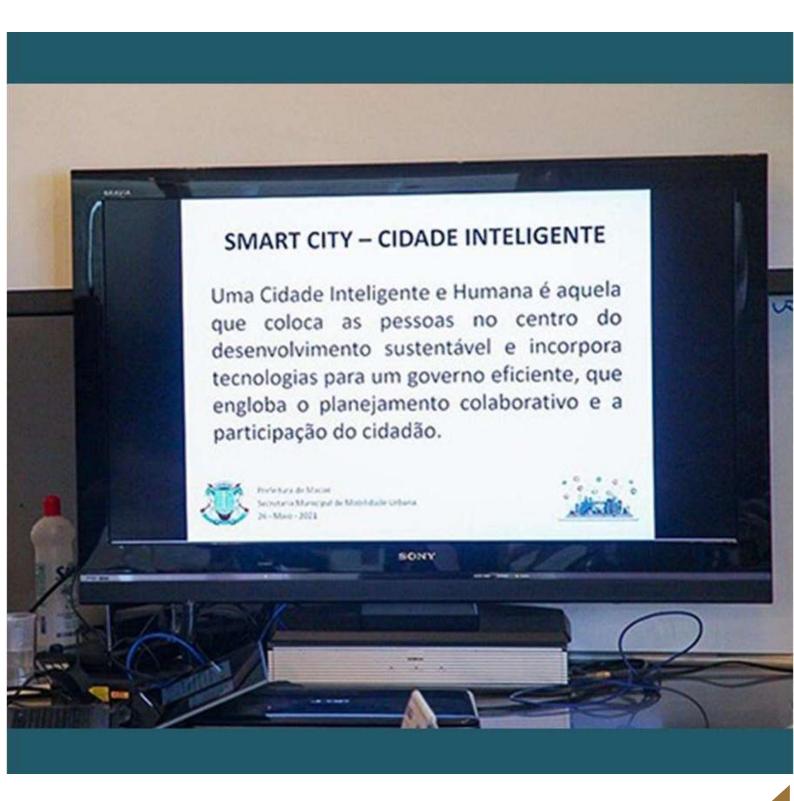
PLANO ESTRATÉGICO

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|---|--|
| Ausência de projetos de eficiência energética nos órgãos municipais. | Reduzir o gasto de energia, através da execução de projetos de eficiência energética nos órgãos municipais, visando um ambiente mais sustentável. |
| Pendência de regulação para o ambiente de negócios de energia renováveis. | Realizar a regulamentação do ambiente de negócios de energia renováveis, como a geração distribuída e as fazendas eólicas offshore. |
| | Ocorre que, ainda está pendente a aprovação projetos de lei/normas regulamentadoras em âmbito federal, para que seja realizada a regulamentação em âmbito municipal, viabilizando os projetos. |

MACAÉ: CIDADE TECNOLÓGICA



MACAÉ+20 NO ÂMBITO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



Macaé é uma cidade em constante crescimento, com grande potencial para se tornar um polo de ciência, tecnologia e inovação. Com o objetivo de aproveitar ao máximo esse potencial, propomos para projeto Macaé +20, que dentre outros eixos, visa desenvolver a cidade em tecnologia e inovação, com foco em criar uma cidade inteligente, moderna e conectada.

OBJETIVOS

- Identificar e aproveitar os recursos disponíveis na cidade, incluindo infraestrutura, mão de obra qualificada, instituições de ensino e pesquisa, empresas e organizações.
- Criar um ecossistema inovador, o aumento da competitividade da cidade em nível nacional e internacional e a promoção do desenvolvimento econômico sustentável.
- Desenvolver parcerias estratégicas com empresas, instituições de ensino e pesquisa, investidores e outras cidades que alcançara o sucesso com o desenvolvimento tecnológico e inovação.
- Atrair empresas e talentos qualificados, oferecendo incentivos fiscais e um ambiente de negócios favorável, além de investir em infraestrutura de qualidade, como transporte público eficiente, espaços de coworking e incubadoras de startups.
- Formar e capacitar talentos locais, investindo em programas de capacitação em áreas de tecnologia e inovação, como ciência da computação, engenharias, matemática, e ciência de dados.
- Implementar uma infraestrutura de TIC de qualidade para suportar as demandas tecnológicas, incluindo redes de fibra óptica de alta velocidade, data centers e tecnologias de nuvem.
- Promover uma cultura que valorize o risco e a experimentação, incentivando a colaboração e o compartilhamento de conhecimento.
- Criar um ambiente favorável para a criação de startups e o empreendedorismo, com a criação de políticas públicas que incentivem a inovação e o empreendedorismo.
- Investir em pesquisa e desenvolvimento em áreas estratégicas como robótica, biotecnologia e energias renováveis.
- Realizar avaliações constantes dos resultados e fazer ajustes sempre que necessário, a fim de garantir que a cidade esteja na vanguarda da inovação e tecnologia.

MAPEAMENTO DE RECURSOS

A identificação e aproveitamento dos recursos disponíveis na cidade de Macaé é o primeiro passo para o desenvolvimento tecnológico e inovação. Nessa etapa, será feita uma análise minuciosa da infraestrutura disponível, identificando as deficiências e necessidades de investimento. Serão avaliados os espaços públicos e privados disponíveis, bem como as possibilidades de criação de novos espaços para incentivar a inovação e a criatividade.

Será feita também uma análise da mão de obra qualificada disponível na cidade, identificando as áreas de maior demanda e necessidade de capacitação. Serão mapeadas as instituições de ensino e pesquisa, com o objetivo de estabelecer parcerias e criar programas de capacitação em áreas de tecnologia e inovação. Além disso, serão identificadas empresas e organizações que possam ser parceiras estratégicas para o desenvolvimento tecnológico da cidade.

ECOSSISTEMA INOVADOR

Criar um ecossistema inovador em Macaé implica em uma série de medidas para aumentar a competitividade da cidade em nível nacional e internacional. Serão criadas políticas públicas que incentivem a inovação e o empreendedorismo, além de espaços de coworking e incubadoras de startups. Também será promovido um ambiente de negócios favorável, com incentivos fiscais para atrair empresas de base tecnológica e talentos qualificados.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico sustentável será uma prioridade em todas as etapas do projeto. Isso significa que todas as ações serão planejadas tendo em vista a preservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais. Serão criadas políticas públicas para incentivar a adoção de tecnologias limpas e renováveis, bem como a redução do consumo de energia e a gestão sustentável dos resíduos. Tudo isso contribuirá para a promoção do desenvolvimento econômico sustentável, que é fundamental para garantir um futuro próspero e equilibrado para Macaé.

FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES ACADÊMICAS

O objetivo de desenvolver parcerias estratégicas com empresas, instituições de ensino e pesquisa, investidores e outras cidades que possuem experiência em desenvolvimento tecnológico e inovação é fundamental para impulsionar o ecossistema inovador de Macaé. A cidade poderá se beneficiar das trocas de experiências, conhecimentos e tecnologias com empresas e organizações de outros locais, bem como atraindo investimentos e recursos financeiros para projetos de pesquisa e desenvolvimento.

A cooperação com instituições de ensino e pesquisa também é essencial para o desenvolvimento tecnológico da cidade. Através dessas parcerias, Macaé poderá contar com pesquisas e estudos avançados que contribuirão para o aprimoramento das tecnologias existentes e para o desenvolvimento de novas soluções inovadoras. Além disso, a cidade poderá oferecer oportunidades para jovens talentos em áreas como ciência da computação, engenharia de software e inteligência artificial, fortalecendo a formação de recursos humanos qualificados em áreas de tecnologia e inovação.

INCENTIVOS E QUALIFICAÇÃO

Para atrair empresas e talentos qualificados, Macaé precisará criar um ambiente de negócios favorável. Isso significa investir em infraestrutura de qualidade, como transporte público eficiente, espaços de coworking e incubadoras de startups. Além disso, a cidade pode oferecer incentivos fiscais para as empresas que se instalarem na região, como isenções de impostos ou taxas reduzidas. Esses incentivos fiscais podem ser direcionados para empresas de setores estratégicos, como tecnologia, energias renováveis e biotecnologia. Isso ajudará a atrair investimentos e empresas que estejam dispostas a investir na cidade.

Além dos incentivos fiscais, Macaé também precisa investir em educação e capacitação. Isso significa oferecer programas de treinamento e capacitação para os trabalhadores locais, a fim de prepará-los para os empregos do futuro. A cidade pode estabelecer parcerias com universidades e instituições de ensino para oferecer cursos de graduação e pós-graduação em áreas de tecnologia e inovação. Isso irá atrair talentos qualificados e ajudar a fortalecer a indústria local.

DESENVOLVIMENTO DOS TALENTOS LOCAIS

Formar e capacitar talentos locais é fundamental para o desenvolvimento de uma cidade inteligente e inovadora. Para isso, é necessário investir em programas de capacitação em áreas de tecnologia e inovação, tais como ciência da computação, engenharia de software, inteligência artificial e ciência de dados. Esses programas de capacitação podem ser oferecidos por instituições de ensino e pesquisa locais, além de empresas e organizações que possuem expertise nessas áreas.

Além disso, é importante incentivar a participação de jovens e mulheres em programas de capacitação em tecnologia e inovação, a fim de aumentar a diversidade no setor. O investimento em programas de capacitação é essencial para garantir que a cidade tenha mão de obra qualificada e pronta para atender às demandas do mercado de trabalho em constante evolução. Dessa forma, a cidade pode se tornar um polo de tecnologia e inovação, atraindo empresas e talentos qualificados de todo o mundo.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Implementar uma infraestrutura de TIC de qualidade é crucial para que a cidade de Macaé possa oferecer uma infraestrutura tecnológica eficiente e de alto nível para seus habitantes e empresas. A cidade precisa investir em tecnologias avançadas, como redes de fibra óptica de alta velocidade, data centers e tecnologias de nuvem para suportar a crescente demanda por serviços digitais e a realização de atividades online. Além disso, é importante estabelecer políticas públicas para garantir que a infraestrutura seja utilizada de maneira adequada e segura, evitando problemas como vazamento de dados e ataques cibernéticos.

Com uma infraestrutura de TIC de qualidade, a cidade de Macaé poderá se tornar um polo de tecnologia e inovação, atraindo empresas e startups que buscam um ambiente tecnologicamente avançado e colaborativo para seus negócios. A disponibilidade de serviços de internet de alta velocidade e tecnologias de nuvem permitirá que empresas de diversos setores possam crescer e inovar, tornando Macaé um centro de referência em tecnologia e inovação. Além disso, uma infraestrutura de TIC avançada também pode melhorar a qualidade de vida da população, facilitando o acesso a serviços digitais em áreas como saúde, educação e transporte.

CULTURA DE INOVAÇÃO

É fundamental fomentar uma cultura empreendedora e inovadora na cidade, que permita a experimentação e o aprendizado por meio de tentativa e erro. Isso significa incentivar os indivíduos a assumir riscos calculados e a experimentar novas ideias e abordagens, mesmo que elas possam falhar.

Para promover essa cultura, é necessário criar um ambiente colaborativo e aberto, onde as pessoas se sintam à vontade para compartilhar conhecimento, ideias e feedback. Isso pode ser feito por meio da criação de espaços de trabalho compartilhados, eventos de networking, programas de mentoria e treinamento em habilidades de comunicação e liderança. Além disso, é importante valorizar as iniciativas empreendedoras e as pequenas empresas locais, reconhecendo a importância desses atores na construção de uma economia inovadora e sustentável.

ACELERAÇÃO DE STARTUPS

Para fomentar o empreendedorismo e a inovação, com a criação de um ambiente favorável para o surgimento de startups, são necessárias políticas públicas que incentivem a inovação e o empreendedorismo, que possam fornecer recursos e apoio para aqueles que querem criar e desenvolver novos negócios. É importante que a cidade ofereça uma rede de suporte, como incubadoras de startups, aceleradoras, programas de mentorias e investimentos em tecnologia.

O estímulo ao empreendedorismo e à inovação pode trazer benefícios para a cidade, como a criação de empregos qualificados, o desenvolvimento de soluções para problemas locais e a atração de investimentos. Além disso, a criação de uma cultura empreendedora pode motivar a população a desenvolver ideias inovadoras e transformadoras.

NEGÓCIOS ESTRATÉGICOS

O projeto MACAÉ +20 em Ciência, Tecnologia e Inovação visa investir em áreas estratégicas de pesquisa e desenvolvimento para aprimorar a cidade em campos como a inteligência artificial, robótica, biotecnologia e energias renováveis. À medida que a cidade investe em tecnologias inovadoras e soluções sustentáveis, ela se torna mais atraente para empresas que procuram um ambiente de negócios inovador e sustentável, impulsionando a economia e o desenvolvimento.

ACOMPANHAMENTO DE DESEMPENHO

Por fim, destaca-se a importância de realizar avaliações constantes dos resultados obtidos e fazer ajustes quando necessário, a fim de manter a cidade na vanguarda da inovação e tecnologia. A criação de um ambiente inovador e sustentável requer uma abordagem ágil e flexível para se adaptar às mudanças tecnológicas e às necessidades da cidade. Com avaliações regulares e ajustes estratégicos, a cidade de Macaé poderá permanecer competitiva e sustentável em um mundo cada vez mais digital e tecnológico.

O desenvolvimento de Macaé nos eixos da tecnologia e inovação é um projeto complexo que requer a identificação e utilização dos recursos disponíveis na cidade, a definição de uma visão clara, o estabelecimento de parcerias estratégicas, a atração de empresas e talentos qualificados, a capacitação de talentos locais, a implementação de infraestrutura de TI de qualidade, a

promoção de uma cultura que valorize o risco e a experimentação, a criação de startups e o empreendedorismo, o investimento em pesquisa e desenvolvimento, e a avaliação constante dos resultados.

Ao seguir esse plano, Macaé tem o potencial de se tornar um modelo de referência em inovação, proporcionando aos seus habitantes uma cidade inteligente, com educação tecnológica, assistência social e saúde de qualidade e um ambiente favorável para o desenvolvimento de negócios e criação de novas ideias. O futuro de Macaé está em nossas mãos e precisamos trabalhar juntos para alcançar esse objetivo.

Com a implementação dessas ações, Macaé poderá se tornar uma cidade modelo de referência em inovação e tecnologia, atraindo investimentos e talentos qualificados para a cidade, além de oferecer um ambiente de negócios favorável para as empresas locais e startups. A cidade poderá se destacar nacional e internacionalmente como um polo de inovação e tecnologia, gerando desenvolvimento econômico sustentável e qualidade de vida para a população.



A Secretaria de Desenvolvimento Econômico tem como finalidade maior atrair investimentos para o Município procurando trazer para dentro dos nossos limites empresas de todos os segmentos, e não somente aquelas do mercado de óleo e gás, considerados hoje a vocação do município, no intuito de diversificar a economia local, abrindo um leque maior de atividades.

Entretanto temos dificuldades de atender certas demandas de algumas empresas porque estamos muito aquém do necessário em tecnologia e inovação para atrairmos um número maior de empresas e investimentos em nosso município.

Baseados nas informações do ICM (Índice de Concorrência Municipal) edição 2022, que conta com a participação de 119 municípios a nível nacional e destes 13 municípios a nível estadual, todos acima de 250.000 habitantes, podemos identificar que no EIXO I (Acessando o Mercado Local), Capítulo III (Regulação Urbanística) que avalia os procedimentos necessários para licenciamento de obras e reformas dos municípios tendo por base a estrutura legislativa e a infraestrutura tecnológica dos municípios no tocante às construções, manutenções e reformas dos empreendimentos como segue:

COMPARATIVO DE PONTUAÇÃO DO MUNICÍPIO (de 0 a 100)

Média Nacional 33,95

Média Sudeste 31,93

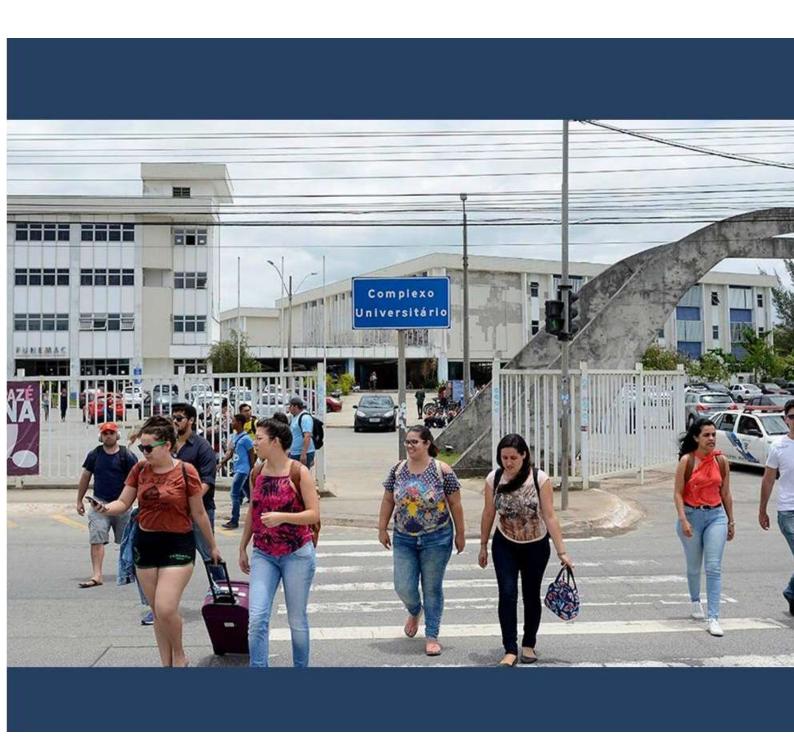
Macaé 28,15

Ranking Estadual 4º (de13cidades)
Ranking Nacional 78º (de 119 cidades)

Tendo em vista o ICM, verificamos que em nível de REGULAÇÃO URBANÍSTICA, estamos aquém da média, o que acende uma luz de alerta apontando a necessidade de uma nova visão em nível de inovação e tecnologia . Tanto em nível de equipamentos, quanto em nível de softwares adequados a gestão pública , que vão permitir maior celeridade nos procedimentos acima definidos como necessários.

No campo do executivo e legislativo do município que se iniciem discussões para implantação da ainda inexistente inovação tecnológica como matriz econômica, oferecendo incentivos fiscais para empresas de inovação e tecnologia, da implementação do Distrito Industrial, investimento na tecnologia digital 5G e outras tecnologias mais adequadas aos tempos atuais.

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|--|
| Tecnologia e equipamentos ultrapassados. | Agilizar os processos internos |
| Marco Legal | Implantação do marco legal da ciência e tecnologia instituído pela Lei nº 13.243/2016 e regulamentado pelo Decreto nº 9.283/2018 |



TEMA: PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO

A Secretaria Municipal Adjunta de Ensino Superior (Semaes), vinculada à Secretaria Municipal de Educação, foi criada em 2016 pela Lei Complementar 256 que dispõe sobre a reestruturação da Administração Pública Municipal, absorvendo as atribuições e a estrutura administrativa da extinta Fundação Educacional de Macaé (FUNEMAC).

A Semaes tem por atribuição planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação de políticas voltadas para a educação superior no município de Macaé. Cabe também à Secretaria, propor, desenvolver e executar projetos e programas voltados para a ampliação do acesso e da permanência de estudantes na etapa da formação superior. Em conjunto com a Prefeitura Municipal de Macaé, Secretaria Municipal de Educação e outros órgãos competentes, a Semaes é responsável pela política de apoio ao estudante do ensino superior.

De acordo com as atribuições no que concerne à temática da Tecnologia e da Inovação, apresenta no corpo da Lei 256/2016 diversas atribuições cuja importância consta no artigo 70° da referida lei, que serão expressas a seguir, considerando que, atualmente, algumas nomenclaturas e siglas sofreram modificações:

VII – apoiar a qualificação de mão de obra técnica e especializada de 2º e 3º graus e a formação de pesquisadores, através do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, do Laboratório de Engenharia e Exploração de Petróleo – LENEP/MACAÉ, do Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé – NUPEM, da Incubadora de Tecnologia e Inovação de Macaé, além de universidades e outros centros de pesquisa e formação, nacionais e internacionais;

VIII – executar atividades nas áreas de ensino superior, pesquisa e extensão e de educação profissional e dos institutos técnicos;

IX – elaborar, coordenar, promover e executar as políticas e ações do ensino superior, pesquisa e extensão, de qualificação e requalificação profissional, utilizando o conhecimento técnico-científico, pedagógico e cultural de entidades de ensino e pesquisa, nacionais e internacionais;

X – consolidar a estruturação do Complexo Universitário, com vistas a ordenar o ensino superior para atender à demanda de formação, capacitação, pesquisa e extensão, necessários ao desenvolvimento sustentável e corrigir os desequilíbrios na produção e difusão do conhecimento;

X-A - promover integração entre ensino médio e ensino superior através do Colégio de Aplicação - CAP, estabelecendo parceria com as IES presentes no Complexo Universitário, principalmente a FeMASS.

XI – administrar o Complexo Universitário;

XII — estabelecer parcerias e consórcios com universidades, prioritariamente públicas, brasileiras e estrangeiras, para promover o permanente aperfeiçoamento cultural e profissional do Município;

XIII – promover cursos, oficinas, simpósios e outros instrumentos para treinamento e capacitação profissional, qualificação e requalificação nos setores primário, secundário e terciário;

XV – estabelecer e gerenciar programas para concessão de bolsas de incentivo às atividades universitárias,

docentes, técnicas e de pesquisa em geral;

XVI – fomentar a criação e/ou instalação de cursos de ensino superior e de outros níveis de ensino no Município, observando-se a necessidade de fortalecer o campo das ciências humanas, no âmbito da graduação e da pós-graduação. (MACAÈ, 2016)

Nessa perspectiva, cabe ressaltar que o papel da Secretaria Municipal Adjunta de Ensino Superior, apresenta em sua missão, de maneira resumida, a tarefa de desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito do Ensino Superior. Atentando também, para a realização de ações visando a permanência dos alunos nos cursos de graduação, viabilizando a redução nas taxas de evasão e distorções que retardem excessivamente o tempo necessário para a formação. Tal visão tem relações com a tarefa de administrar e expandir o complexo universitário.

Além disso, o fomento a pesquisa, ao desenvolvimento científico e à inovação são funções fundamentais da Secretaria Municipal Adjunta de Ensino Superior. Nesse sentido, além das publicações já realizadas, que constam no histórico da produção científica no município de Macaé, juntamente com o Observatório da Cidade de Macaé, com o Boletim Ciência Macaé, também por causa da Revista Femass, essa Secretaria tem atuado no financiamento à pesquisa através de editais focados no desenvolvimento científico, na inovação e na solução de problemas e desafios reais enfrentados pela Administração Pública Municipal.

A SEMAES busca consolidar e fortalecer o ecossistema de desenvolvimento e inovação existente em Macaé. Faz isso através do financiamento à pesquisa científica, tal como por meio do oferecimento de bens e serviços que viabilizem a permanência dos alunos na graduação e a conclusão em tempo adequado. Também pela administração e pela tarefa de expandir o complexo universitário, focando não apenas na construção de novos blocos, mas na prestação de serviços que façam a diferença na vida de discentes, docentes e pesquisadores.

Acerca dos problemas recorrentes, cabe ressaltar que um dos que se destacam e despertam muita atenção da secretaria está: (1). Alto índice de abandono nos cursos de graduação. Nessa perspectiva, obtida através da análise de indicadores de processo, alguns indicadores de resultado podem ajudar a acompanhar a evolução da questão:

- a) Percentual de obra construída do restaurante-escola no complexo universitário;
- b) Percentual de obra construída da quadra poliesportiva;
- c) Demanda atendida no TSU;
- d) Tempo médio até a formatura por curso de graduação.

O último item cabe destacar, é outro problema agudo que será enfrentado. (2) Tempo médio até a formatura por curso de graduação. Tal questão levará a Secretaria a um esforço de captação e consolidação de dados para compreender as razões para a defasagem identificada. Nesse sentido, alguns indicadores poderiam ser úteis:

 a) Tempo médio de conclusão em cada curso de graduação existente no complexo universitário; b) Disciplinas com maior índice de reprovação;

Outro problema a ser enfrentado é (3) garantir o financiamento à pesquisa científica. O município que valoriza o conhecimento precisou atuar no fomento científico em virtude da instabilidade dos mecanismos federais e estaduais de fomento. Desse modo, alguns indicadores se destacam para mensurar tal questão:

- a) Orçamento destinado à pesquisa executado no ano vigente / orçamento executado no ano anterior;
- b) Artigos publicados provenientes dos editais de fomento;
- c) Bolsas concedidas a discentes;
- d) Bolsas concedidas a docentes;
- e) Publicações realizadas;
- f) Criação de dois cursos de graduação, Letras e Pedagogia;
- g) Ampliação do polo, construção dos blocos E & F;
- h) Construção da sede do colégio de aplicação;
- i) Criação e Implantação do Espaço Balneário com Ciência.

j)

Assim, as atribuições da Secretaria de Ensino Superior contribuem para o atendimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em especial os que tratam da igualdade de acesso à educação para homens e mulheres, contribuindo para eliminação das disparidades de gênero e formação de pessoas m situação de vulnerabilidade social, povos indígenas e pessoas com deficiência (ODS 4.3 e 4.5), da participação de jovens e adultos na educação formal (4.3.1), do aumento do número de jovens e adultos com habilidades relevantes, incluindo habilidades em tecnologias e comunicação (TIC) (4.4 e 4.5), a garantia de que alunos adquiram até 2030 conhecimentos para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis (4.7) A Secretaria também pode contribuir para os objetivos 4.c, 4.c.1., relacionados à qualificação de professores. Além disso, o incentivo à pesquisa desenvolvido por meio do Programa Macaé Conecta, desenvolvido desde 2021, atua diretamente no ODS 9.5 que visa o fortalecimento da pesquisa científica, melhoria das capacidades tecnológicas de setores industriais e aumento do número de trabalhadores no setor.

São muitas as tarefas e grandiosos os desafios, mas o enfrentamento é essencial para se superarem as lacunas e os gargalos que limitam a efetividade do serviço prestado à população macaense. Atuamos, nesse sentido, tendo como base três macroproblemas, enfrentados por meio de ações vinculadas a uma estratégia.

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|---|--|
| Alto índice de abandono nos cursos de graduação | Reduzir a evasão nos cursos de graduação. |
| Tempo médio para a conclusão de curso elevado | Elevar a quantidade de estudantes que concluem a graduações no tempo adequado. |
| Garantir o financiamento à pesquisa científica. | Consolidar o ecossistema de pesquisa, desenvolvimento e inovação em Macaé. |



A Secretaria Municipal Adjunta de Políticas Energéticas – SEMAPE, possui como algumas de suas atribuições, promover a pesquisa e o desenvolvimento voltados para soluções que compatibilizem o desenvolvimento do polo energético e a preservação dos recursos naturais do município, bem como desenvolver programas de assistência técnica e difundir a tecnologia apropriada às atividades socioeconômicas do Município (art. 112, I e II, Lei Complementar nº 256/2016), dentre outras atividades.

Como se sabe, a Agenda 2030 reflete os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para os próximos 15 anos. No âmbito do setor de energético (nacional, estadual e municipal), encontrase, ainda, uma série de obstáculos a serem enfrentados relacionados ao momento de transição energética que está sendo vivenciado, tanto em escala global, como nacional. Essa é uma construção recente, é um esforço conjunto, de países, empresas, instituições e sociedade civil.

Dentre os obstáculos vislumbrados estão, uma articulação que ainda se encontra deficitária entre a governança, academia e setor privado; ausência de uma política para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas ao tema; ausência de incentivos fiscais para empresas de inovação e tecnologia; a falta de um ambiente de inovação implementado (como parques tecnológicos, por exemplo).

O grande desafio atual é consolidar o Município de Macaé como a Capital Nacional da Energia, sendo exemplo de sustentabilidade e de transição energética, substituindo o modelo de sua matriz energética atual por uma maior parcela de fontes de energias renováveis.

"EM 2021, O BRASIL FOI ESCOLHIDO PELAS NAÇÕES UNIDAS COMO O PAÍS CAMPEÃO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA. O PAÍS TEM CAPACIDADE PARA SER UM GRANDE EXPORTADOR MUNDIAL DE ENERGIA LIMPA." (portal.gov.br9)

Restringindo-se ao cenário nacional atual, é possível observar que o Brasil possui um potencial de ser um dos maiores exportadores mundiais de energia limpa, inclusive, este é um dos objetivos da atual gestão da Petrobras10.

Nesse sentido, pela natureza das atribuições da SEMAPE, ressalta-se que muitas vezes é necessária uma articulação intersetorial, pela complementaridade de ações, buscando um olhar para a totalidade das manifestações das questões sociais atinentes às empresas do setor privado, que geralmente são as detentoras das tecnologias inovadoras, além de possuírem a expertise para execução dos projetos inovadores, das universidades integrantes do Polo Universitário e seus acadêmicos, dos órgãos de governança (demais Secretarias) e também da sociedade civil.

Desse modo, o *primeiro problema* a ser apontado enquanto desafio ao serviço da SEMAPE, é o fato de existir uma articulação que ainda se encontra deficitária entre a governança, academia e setor privado, uma vez que ainda inexistem eventos periódicos fomentando a participação conjunta e ativa de todos esses atores para construção do melhor cenário energético local,

⁹ https://www.gov.br/pt-br/noticias/energia-minerais-e-combustiveis/2021/10/brasil-e-referencia-no-campo-da-energia-limpa-e-renovavel

¹⁰ https://www.poder360.com.br/economia/prates-reafirma-que-petrobras-investira-em-transicao-energetica/

considerando o viés econômico, social e ambiental.

O segundo problema identificado é a ausência de uma política para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas ao tema de energia, desenvolvimento e transição energética, pela inexistência de parcerias, prêmios ou programas de incentivo para uma maior colaboração entre o mercado privado e a academia, para apresentar projetos inovadores relacionados à questão energética.

O terceiro problema mapeado é a ausência de incentivos fiscais para empresas de inovação e tecnologia o que acaba sendo causa geradora do quarto problema, que é a falta de um ambiente de inovação implementado (como parques tecnológicos, por exemplo).

Diante dessa exposição inicial, avança-se, agora, à descrição de problemas específicos, pontuando, ainda, alguns indicadores a estes relacionados.

Segundo o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) referente à "Energia Limpa e Acessível – ODS 7" assinala que, em Macaé, dois indicadores se direcionam a essa questão:

O primeiro indicador expressivo apontado pelo índice é a "Domicílios com acesso à energia elétrica". O índice em Macaé é de 99,86 pontos percentuais, enquanto a meta indicada são 99 pontos (Fonte: IBGE - Censo).

Este indicador demonstra o percentual de domicílios com acesso à energia elétrica sobre o total de domicílios do município. Dessa forma, observa-se que o município ultrapassa a meta imposta pelo indicador apontado, com bastante eficiência.

O segundo indicador é o da "Vulnerabilidade Energética". Este indicador demonstra o grau de suscetibilidade de um sistema socioecológico aos efeitos das mudanças climáticas.

Nota-se que, mais uma vez, o Município de Macaé atende aos parâmetros impostos pelo indicador, atingindo um índice acima da média. O índice para considerar que o indicador foi atingido é de 0,47. Macaé atinge o índice de 0,34, acima da meta imposta (Fonte: AdaptaBrasil). Lembrando que neste caso, quanto menor é o valor do índice, maior é a pontuação.

Por fim, destacamos que apesar dos grandes desafios acerca da mudança da matriz energética local buscando a ampliação da produção de energia limpa e todos os reflexos do processo de transição energética, a Secretaria Municipal Adjunta de Políticas Energéticas atinge os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável referentes às suas atribuições no Eixo – Inovação e Tecnologia (ODS – 7).

Neste breve texto, foram apenas apontadas as situações prioritárias, de acordo com os indicadores apresentados no Índice de Desenvolvimento Sustentável. Para transformação de tal realidade, é necessário pensar a política pública de forma intersetorial, para se atingir as metas estabelecidas e alcançar resultados abrangentes e complementares.

| PROBLEMA | OBJETIVO | |
|--|--|--|
| Articulação deficitária entre a governança, academia e setor privado. | A criação de eventos periódicos, para fomentar o debate e a participação de todos esses atores para construção do melhor cenário energético local, considerando o viés econômico, social e ambiental. | |
| Ausência de uma política para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas ao tema de energia, desenvolvimento e transição energética. | A criação de parcerias, prêmios ou programas de incentivo para uma maior colaboração entre o mercado privado e a academia, para apresentar projetos sustentáveis e inovadores relacionados à questão energética. | |
| Ausência de incentivos fiscais para empresas de inovação e tecnologia | A criação de programas ou medidas que gerem incentivos para a implantação de empresas de inovação e tecnologia, principalmente referentes ao setor de energia limpa, no município. | |
| Falta de um ambiente de inovação implementado. | A criação de um parque tecnológico. | |



As iniciativas de ofertas de cursos de qualificação e capacitação profissional representam uma das formas mais efetiva de um Governo municipal atuar no desenvolvimento econômico local, já que é um dos caminhos para a retomada da economia e para o fortalecimento da empregabilidade, da geração de renda e, consequentemente, de inclusão social sustentável.

Por esta razão, cada vez mais tem sido evidenciada a necessidade investimento público e privado em estruturas que viabilizem a profissionalização de um novo capital humano, preparado para acelerar o desenvolvimento econômico e social da cidade.

Historicamente, o Município de Macaé desenvolveu várias ações no sentido de contribuir para oferta de cursos de qualificação profissional a seus munícipes. Abaixo, relacionamos o marco legal:

- i. Criação do Centro de Educação Tecnológica e Profissional de Macaé, designado pela sigla CETEP, autarquia criada pelo artigo 40 da Lei nº 1.997/99, como ramificação da Fundação Educacional de Macaé – FUNEMAC, com a finalidade de suprir a demanda de mão-deobra qualificada, necessária a produtividade do Município de Macaé, no mercado de trabalho.
- A Lei nº 2.936/2007, desvincula o CETEP da FUNEMAC, que passa a integrar a estrutura da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia.
- ii. A Lei nº 3.029/2008, dispõe sobre a regulamentação do CETEP, constituiu entidade de direito público de natureza autárquica, com personalidade jurídica própria, dotada de patrimônio e autonomia jurídica e financeira.
- iii. § 3º, Artigo 91 da LC nº 238/2015, transforma o CETEP na Agência de Trabalho, Emprego, Educação Profissional e Renda AGETRAB.
- iv. A Lei nº 4.104/2015, regulamenta a Agência de Trabalho, Emprego, Educação Profissional e Renda AGETRAB.
- v. O artigo 74 da Lei Complementar nº 256/2016, transfere as atividades de ensino do antigo CETEP (AGETRAB) para a Secretaria Municipal Adjunta de Qualificação Profissional SMAQP.

Porém, não podemos nos furtar de registrar o "retrocesso", no campo do desenvolvimento da Qualificação Profissional no Município de Macaé, gerado pela Lei Complementar nº 256/2016 de 31/12/2016 (Dispõe sobre a reestruturação na Administração Pública Municipal e dá outras providências), lei que transformou uma autarquia (AGETRAB) em Secretaria Municipal Adjunta de Qualificação Profissional.

Como autarquia municipal, a AGETRAB vinha atuando de forma efetiva para suprir a demanda por mão de obra qualificada na região, através de parcerias com empresas da Indústria de Óleo e Gás, obtendo, inclusive, aporte financeiro para custeio (compartilhamento do custeio) dos cursos de qualificação (Ex.: Programa de Desenvolvimento de Macaé e Região – PRODESMAR).

Sendo mais específico, o modelo atual (LC 256/2016), limitou o campo de atuação da SMAQP, direcionou todo o ônus do custeio para o Município, gerando dificuldade para contratação de corpo docente e, consequentemente, limitou a oferta de cursos de qualificação profissional.

Tecnicamente, para este tipo de atividade (oferta de cursos de qualificação profissional), o modelo autárquico possibilita maior agilidade e autonomia operacional ao poder público, além disso, possibilita captação de recursos públicos e privados, nacionais e internacionais, permitindo maior desoneração financeira do Município.

Abaixo apresentamos um comparativo dos modelos jurídicos:

| Autarquia | Fundação Pública de Direito Público | Secretaria Municipal Adjunta |
|--|---|--|
| Criada por Lei Específica | Autorizada em Lei | Lei da Administração Direta |
| Autonomia Jurídica | Autonomia Jurídica | Não Existe |
| Autonomia Administrativa e Financeira | Autonomia Administrativa e Financeira | Não Existe |
| Executar atividades nas áreas de pesquisa de qualificação e requalificação profissional. | Executar atividades nas áreas de pesquisa de qualificação e requalificação profissional e estabelecer programas para concessão de bolsas | Não |
| Firmar Convênios c/ Órgão Públicos | Firmar Convênios c/ Órgão Públicos | Convênios através do Município |
| Firmar Parceria com Iniciativa Privada | Firmar Parceria com Iniciativa Privada | Através do Município |
| Desenvolver Serviços | Desenvolver e Comercializar Produtos e Serviços | Não |
| Cobrar, receber e remunerar e ser remunerado por serviços prestados | Cobrar, receber, remunerar e ser remunerado por serviços prestados | Não |
| Captar recursos diretamente nas esferas públicas e privada | Captar recursos diretamente nas esferas públicas e privada. | Captar recursos nas esferas públicas através do Município |
| Desoneração Orçamentaria e Financeira do Município – Sustentabilidade | Desoneração Orçamentaria e Financeira do Município – Sustentabilidade | Dependência Orçamentária e Financeira do Município |
| Maior abrangência nos níveis de cursos ofertados | Maior abrangência nos níveis de cursos ofertados | Restrição nos níveis de cursos Ofertados (Cursos Básico) |

A revitalização dos campos maduros nos próximos anos por meio do PROMAR (Programa de Revitalização e Incentivo à Produção de Campos Marítimos) e a base Benedicto Lacerda no Terminal Cabiúnas devolvem à região a perspectiva de promover dignidade e qualidade de vida à população através de mais de 200 mil empregos que serão gerados pela operação a longo prazo.

A nova dinâmica da economia local, impulsionada pelos projetos de transformação do gás natural em energia, garante a Macaé a referência em investimentos e expertise para o Parque Térmico Sudeste, com o processamento do gás natural e as novas termelétricas, a rota 5, a rota 2 com o projeto rota cabiúnas.

Nesse contexto, os cursos de qualificação e capacitação profissional que o mercado macaense exige vão além dos cursos livres, hoje ministrados pela Secretaria Adjunta de Qualificação Profissional tais como: cabeleireiro, auxiliar de análises clínicas, auxiliar administrativo, auxiliar de saúde bucal, logística, etc., sendo necessário avançarmos para cursos nas áreas de mecânica, elétrica, hidráulica, caldeiraria, solda, pintura industrial, segurança do trabalho, TI, dentre outras.

Logo, a necessidade de concentrar esforços e investimentos na criação de em uma nova estrutura jurídica, com instalações físicas adequadas, infraestrutura tecnológica e projeto pedagógico voltado para a oferta de cursos de qualificação profissional, alinhados as demandas e as tendências de mercado das diversas áreas econômicas atuantes no Município (comércio, indústria, serviços, etc.), torna-se imperativa, pois certamente contribuirá, não só, para reduzir o déficit de qualificação dos munícipes que buscam emprego formal, mas também, para a criação dos pequenos e médios negócios que proporcione geração de emprego e renda.

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|---|---|
| Limitação jurídica, administrativa e financeira para o desenvolvimento e operacionalização de infraestrutura que permita oferecer cursos técnicos de qualificação profissional, alinhados com as reais demandas dos setores econômicos atuantes em Macaé. | Universalizar o acesso, ampliar a variedade e as modalidades de oferta de cursos de qualificação técnica-profissional (Presencial e EAD). |

EIXO VII – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

MACAÉ: POR UMA GESTÃO MODERNA, EFICIENTE E ÁGIL





A Secretaria Municipal Adjunta de Comunicação (Secom) tem uma política institucional baseadna construção de canais de diálogo com os cidadãos e no estabelecimento de diretrizes que possibilitem a adoção de estratégias de comunicação que reforcem a participação da população nas decisões governamentais.

É de competência da Secom atualizar sua Política de Comunicação periodicamente, sempre que se fizer necessário, além de buscar conectar as áreas-fim, garantir o alinhamento estratégico do órgão; reduzir a assimetria de informações; desenvolver um clima organizacional positivo e colaborativo; desenvolver cultura de comunicação proativa e, ao mesmo tempo, sensibilizar a população; engajar cidadãos; apresentar a Prefeitura como parceira da gestão pública e obter divulgação positiva na imprensa.

Como missão, a secretaria busca fortalecer a identidade e imagem da Prefeitura de Macaé, por meio de ações que promovam o diálogo e a interação com seus públicos, sejam eles internos (servidores e colaboradores) ou externos (clientes, parceiros, imprensa e sociedade em geral).

Obrigatoriamente, a Secom fará uma comunicação fácil e inclusiva, que busque a integração social e fomente o controle social por meio de um discurso democrático, baseado na Lei nº 12.527/2011 (Regulamenta o direito de acesso à informação pública) e a Lei 13.146 art. 63 (Assegura acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência) e a Lei Complementar 256/2016, que prevê as funções políticas e administrativas da Secretaria Municipal Adjunta de Comunicação.

Desta forma, pelas características das atribuições da Secom, vale destacar o trabalho intersetorial que a secretaria exerce, com ações que dizem respeito à conduta, tanto organizacional, quanto executiva das atividades realizadas por esta secretaria, visando estabelecer parâmetros para a gestão estratégica da Comunicação Institucional da administração municipal com seus mais variados públicos de relacionamento.

Desse modo, um primeiro desafio a ser apontado é a implementação de todas as ações do Plano Municipal de Comunicação — documento que traça, de maneira clara e objetiva, os critérios a serem adotados para o aprimoramento e qualificação da Prefeitura de Macaé como um agente crível produtor de conteúdo. Por meio dele, a SECOM busca orientar o planejamento de sua atuação para os próximos anos, pautada sempre pela transparência e no dever de ser um facilitador na transmissão de informações de relevância e interesse ao público a que se destina.

Em um segundo desafio, destaca-se a comunicação como ferramenta estratégica e, como tal, requer planejamento, acompanhamento e avaliação, buscando garantir que os esforços nas práticas adotadas sejam eficazes dentro de uma perspectiva de condução de uma comunicação inclusiva, participativa e democrática. Para isso, é necessário estabelecer e monitorar indicadores quantitativos e qualitativos que possam atualizar, periodicamente, a Política de Comunicação do município.

Entre desafios específicos está a ausência de um canal de comunicação interna, que possa avançar a interlocução entre os setores. Para isso, são necessárias a modernização de processos e a implementação de tecnologias, exemplificadas no Plano Municipal de Comunicação, que possam fortalecer a identidade e imagem da Prefeitura de Macaé com os setores da administração municipal.

Em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - 12.8, a Comunicação, até 2030, visa garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza. Outra proposta - prevista no ODS 16.10 - é assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

Diante do exposto, faz-se necessário o cumprimento dos desafios para que as políticas de comunicação sejam concretizadas como braço estratégico da gestão pública e, também, possam contribuir com as metas da administração municipal dos próximos 20 anos, sendo referência nas ações de comunicação e relacionamento com o público interno e sociedade em geral.

| PROBLEMA | OBJETIVO | |
|--|--|--|
| Dificuldades em implementar todas as ações previstas no Plano Municipal de Comunicação devido à ausência de algumas ferramentas digitais e, também, a dificuldades em romper barreiras de procedimentos usados há anos | Reduzir falhas, aumentar a eficiência e formalizar processos | |
| Ausência de uma área de comunicação interna no Portal do Servidor | Permitir acesso aos conteúdos intersetoriais para fluidez dos fluxos e processos | |
| Indicadores de Comunicação desatualizados | Contribuir com a gestão dos processos de comunicação | |



O Eixo 7 do Programa Macaé +20 trata dos temas ligados a Modernização da Gestão, extremamente relevante para a atualidade, onde exige da Administração Pública o acompanhamento das inovações tecnológicas com fito de implementar ferramentas de gestão e governança de maneira eficiente.

Nesse sentido, diante das atribuições da Controladoria Geral do Município elencadas nos artigos 57 e seguintes da Lei Complementar Municipal n.º 256/16, iremos abordar nesse diagnóstico os tópicos relacionados a questão da modernização da gestão no que tange aos problemas encontrados.

Passamos então aos problemas identificados dentro da discussão relacionada ao tema de modernização da gestão e que estão ligados a Controladoria Geral. Um primeiro problema encontrado é a burocratização devido a concentração das análises prévias e de conformidade dos procedimentos licitatórios dentro da Controladoria Geral do Município.

Todos os procedimentos licitatórios ou de contratação direta, excetos os oriundos da Secretária Municipal de Saúde e Educação, passam pelo crivo de controle através das análises prévias e de conformidade dentro da Controladoria Geral, dessa forma, todos esses procedimentos de todos os órgãos da Prefeitura Municipal de Macaé passam por esse trâmite, dessa forma gerando uma burocratização e acarretando um tempo maior para fim das aquisições para atender seus objetivos.

Entretanto, com o advindo da Lei Federal n.º 14.133/2, que é o novo marco regulatório das Licitações e Contratos, inovou ao aplicar 3 linhas de defesas, conforme *aduz*, *in verbis*:

Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa:

I - primeira linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade;

II - segunda linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade;

III - terceira linha de defesa, integrada pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.

Nesse sentindo, insta salientar que a primeira linha de defesa é composta pelos atores que atuam junto ao procedimento licitatório, surgindo a necessidade do controle ser permanente e desconcentrado.

Atualmente no Município, contamos com duas Unidades Descentralizadas de Controle Interno – UDCI's localizadas nas Secretarias Municipais de Saúde e Educação, onde as análises prévias de controle nos procedimentos licitatórios são feitas por servidores lotados na respectiva UDCI e após seguem para revisão na controladoria geral.

Com essas duas UDCI's já podemos experimentar uma diminuição expressiva no prazo médio que os processos esperavam para serem apreciados em sede de análise prévia, conforme demonstra os dados abaixo:







Outras Secretarias já estão na iminência de terem sua UDCI implantada, entretanto, o objetivo é que todas as Secretarias tenham sua UDCI e que a Controladoria Geral atue apenas como fiscalizador para desburocratizar os procedimentos.

Um segundo problema identificado é a ausência de normatização dos procedimentos, principalmente relativos a licitações e liquidação de despesas. A partir do conhecimento empírico adquirido através de diálogos com os atores que atuam nessas áreas, foi constatado que a grande maioria se queixa que em determinados procedimentos não sabem como atuar por não haver regulamentação daquele tipo de procedimento.

Dessa forma, acaba gerando um desgaste tendo em vista que muitas vezes o processo retorna a Secretaria de origem para correções que já tem seu entendimento consolidado entre os Órgãos consultivos do Município. Não obstante, alguns procedimentos tem sua regulamentação dentro do Município, entretanto, são regulamentos antigos e que não cabem mais nos dias de hoje, nesse viés, urge a necessidade da edição de regulamentos através de Decretos, Instruções Normativas e demais atos bem como a atualização dos regulamentos antigos, sendo revogados e editados novos regulamentos sobre o tema.

O terceiro problema observado é a deficiência de capacitação dos servidores, que conforme já dito anteriormente, com o advento da Lei Federal n.º 14.133/21, todos os atores envolvidos nos procedimentos licitatórios devem atuar no controle dos procedimentos.

Nesse viés, urge a necessidade da capacitação constante desses servidores e demais que atuem nessa área, não tão somente da fase licitatória, mas também na gestão e fiscalização de contratos administrativos. Através de observações, foi constatado que há no Município uma grande deficiência de capacitação dos servidores que atuam como gestores e fiscais de contratos administrativos e muita das vezes podendo gerar problemas na prestação de serviços à população e até mesmo dano ao erário.

Nesse sentido, a Controladoria tem o objetivo de capacitar os servidores para atuem de forma contundente e eficiente nessas áreas, trazendo cursos do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, sendo o Município um polo regional do programa da "ECG Presente" da Egrégia Corte de Contas do Estado, inclusive com cronograma de diversos cursos para o próximo mês, conforme cronograma abaixo:

| Licitações, Atos de Dispensa e Inexigibilidade sob a ótica da Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021 - ECG Presente | 30 | 12/06 a 16/06 (12/06 - das 13130 às 16h 13 a 15/06 - das 3h às 17h 16/06 - das 10 às 12h30) |
|--|----|---|
| ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA - Plan. e instr. processual na fase prep. da contratação de bens e serviços comuns - ECG Presente | 18 | 20/06 a 22/06 (das 10 às 16b) |
| Planilha de Custos e Formação de Preços de Serviços, pela IN 05/2017 do MPDG sob a ótica da Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021 - ECG Presente | 18 | 26/06 a 28/06 (das 10 às 16h) |
| Valor Estimado das Contratações Públicas sob a ótica da Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021 - ECG Presente | 18 | 03/07 a 05/07 (das 10 às 16h) |
| Contratos Administratívos sob a ótica da Lei nº 14,133/2021 - ECG Presente | 30 | 10/07 a 14/07 (10/07 - das 13\30 às 16\) 11 a 13/07 - das 5\) às 17\) 14/07 - das 10 às 12\30) |
| Gestão e Fiscalização de Contratos sob a ótica da Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021 - ECG Presente | 18 | 01/08 a 03/08 (das 10 às 16k) |
| Gestão do Crédito Tributário - ECG Presente | 30 | 21/08 a 25/08 (das 10 às 16k) |

O quarto problema identificado são as problemáticas envolvidas com a utilização do processo físico. A utilização do processo físico vem gerando diversos transtornos a Administração, um deles se relaciona com o custo e o tempo da tramitação entre os setores, tendo em vista que muitas das vezes se encontram em prédios diferente, exigindo um veículo e servidores para a tarefa, esse deslocamento ainda aumenta o tempo que o procedimento irá perdurar.

Outro transtorno diz respeito a transparência dos atos, tendo em vista que a partir da implantação de um sistema de processo eletrônico, pode se ter vistas aos processos de forma online, sem precisar fazer um requerimento de cópia de inteiro teor no Protocolo Geral, que além de moroso, tendo em vista que tem que se localizar em qual unidade o processo se encontra, também é custoso para o cidadão.

Não obstante, ainda temos a problemática relativa ao Arquivo Geral, onde cada vez mais deve dispor de espaço físico e servidores para se manter conservado e organizado. Em um levantamento feito, estimasse que no Arquivo Geral exista mais de 20.000.000 (vinte milhões) de folhas a serem digitalizadas, salienta-se que atualmente encontra-se na fase de estudo preliminar a digitalização de todo acervo do arquivo geral. Nesse viés, a implantação do SEI é um objetivo a ser alcançado para desafogarmos o Arquivo Geral e darmos mais celeridade e transparência aos processos administrativos.

Como pode se observar, há diversos desafios para uma Gestão moderna e eficiente que se comunique com a tecnologia e com os sistemas de Governança atuais, os desafios são muitos, mas somente com uma Gestão moderna, a Administração Municipal poderá fornecer serviços de qualidade aos Munícipes.

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|---|--|
| Burocratização devido à centralização das análises dos processos licitatórios | Desconcentração do controle interno com a criação das Unidades Descentralizadas de Controle Interno – UDCI's em todas as Secretarias. |
| Ausência de normatização | Edição de normativas com fito de instituir regramentos para os procedimentos e atualização dos regulamentos já existentes, principalmente no tocante a procedimentos licitatórios e de liquidação de despesas. |
| Deficiência de capacitação | Aumento do número de cursos ministrados aos servidores. |
| Processo físico e o desgaste com seu manuseio | Implantação do SEI e digitalização do acervo do arquivo geral. |





Oficina em Processo Participativo, primeira ação coletiva do EGIM na área de gestão

O Escritório de Gestão, Indicadores e Metas - EGIM foi criado através do Decreto nº 197/2021, de 10 de agosto de 2021, publicado no D.O. de 11 de agosto de 2021 e revalidado pela Lei Complementar 309/2022.

Compete ao EGIM planejar, propor e auxiliar na gestão dos programas de governo voltados às áreas de atuação da administração municipal. Para atingir seus objetivos, o EGIM atua com diagnósticos de gerenciamento, levando em conta o levantamento, monitoramento e a análise situacional, para que os processos se tornem mais eficazes e coesos com os objetivos da administração municipal.

Como método de trabalho o EGIM planeja, implementa e coordena a coleta de dados e informações necessárias para a estruturação de indicadores e o monitoramento dos resultados, tendo em vista a tomada de decisões estratégicas referentes às ações de políticas públicas implantadas pelo Governo Municipal.

Missão

Atuar de forma ética, com responsabilidade social e ambiental, na elaboração, monitoramento e desenvolvimento de ações estratégicas, considerando o fornecimento de produtos e serviços com eficácia, eficiência e efetividade, voltado ao atendimento das necessidades da população, contribuindo para o desenvolvimento da região.

Visão

Ser referência na área de planejamento estratégico e gestão pública.

Valores

Desenvolvimento sustentável

Integração

Inovação

Ética Transparência

Responsabilidade social

Objetivo

- Gerar resultados efetivos para a sociedade, executando projetos estratégicos para o município.
- Princípios Básicos
- Foco nos projetos estratégicos; gestão orientada para resultados; processos operacionais simplificados; integração e agilidade entre os órgãos municipais.



Estrutura de apoio e de resolução de problemas utilizada pelo EGIM na atual administração

Estruturação do trabalho

- 1. Definição de programas e projetos de médio e curto prazos
 - Levantamento dos programas e projetos (reuniões com os secretários e técnicos)
 - Checagem de dotação orçamentária, origem dos recursos, principais restrições
 - Definição de técnicos responsáveis nas secretarias

- 2. Alinhamento dos programas e projetos com as diretrizes de governo e demandas atuais
- Apresentação dos programas e projetos almejados ou em andamento pelas secretarias ao Prefeito

Cortes de duplicidade

Alinhamento entre as secretarias

Alinhamento entre as demandas, o plano de governo, o Plano Diretor e os recursos orçamentários necessários

- Definição da carteira de projetos
- Definição de projetos prioritários
- Monitoramento

PREMISSAS

- Estrutura de gestão e administração alicerçada em diretrizes, metas e objetivos;
- Planejamento e gestão com visão de curto, médio e longo prazo;
- Coleta, análise e acompanhamento do plano estratégico de forma organizada e sistemática;
- Plataforma gerencial para ações inovadoras (SIM);
- Integração da cidade.

COMPETÊNCIAS

- Técnicos
- Elaborar o Plano de Ação, estabelecer o Indicador e a meta e alimentar o SIM
- Secretários
- Apresentação do andamento dos projetos em reunião de secretários
- EGIM
- Monitoramento do SIM e apoio na viabilização dos projetos

PROBLEMATIZAÇÃO

Desde a sua criação, para alcançar os seus objetivos, o EGIM utiliza-se de várias ferramentas que trabalham em ambiente web para monitorar e acompanhar os processos e indicadores da gestão municipal, ambas desenvolvidas por técnicos da própria prefeitura.

Uma delas é o Sistema Integrado Municipal (SIM), que entre outras funcionalidades permite ao EGIM reunir digitalmente os principais indicadores das secretarias e de outras estruturas organizacionais da prefeitura, criando a possibilidade de se gerar séries históricas e também através de um mecanismo de avaliação saber o percentual que um projeto já foi executado.

Outra é o App EGIM, que permite aos técnicos do órgão acompanharem em tempo real o status de tramitação de cada processo prioritário e estruturante da prefeitura monitorado por ele.

Além destas o EGIM está georreferenciando todos os projetos por ele monitorados utilizando o GeoMacaé, uma ferramenta para gestão de dados espaciais municipais desenvolvida internamente, cujos produtos (mapas e imagens) estão disponíveis para consulta no Portal Web da Prefeitura de Macaé.

No entanto, a despeito destas ações para melhorar o acompanhamento dos projetos municipais, a estrutura governamental como um todo carece de ferramentas mais robustas e que conversem com todos os segmentos da gestão, incluindo os atores externos.

Neste aspecto, fica bastante evidente a deficiência para se alcançar a modernização da gestão municipal, por conta da prefeitura ter uma parque de equipamentos (computadores e programas) completamente sucateados e desatualizados, um verdadeiro entrave na prestação de serviços mais eficientes e eficazes.

Dito isto, é urgente que o governo supere o quanto antes este problema e implante como prioridade o governo eletrônico, seja através do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), do governo federal, ou por outra iniciativa semelhante.

Sem que isso seja feito, alguns conceitos modernos de se trabalhar a gestão municipal, que estão sendo implantados em vários municípios ao redor do mundo, como por exemplo, o conceito de Smart City (Cidade Inteligente), não poderão ser utilizados como ferramentas de aprimoramento da gestão no município.

Neste aspecto, a proposta de remodelação dos processos de comunicação entre os setores da Prefeitura de Macaé tem o objetivo de reduzir falhas, aumentar a eficiência e formalizar processos.

Nesse sentido, diversas instituições públicas municipais investem na modernização da comunicação como forma de contribuir com a gestão estratégica a curto, médio e longo prazo. O ganho com a mudança de modelo torna os processos mais ágeis, simples, transparentes e econômicos.

Outra proposta é conectar servidores por meio da criação de uma área de comunicação interna dentro do Portal do Servidor (intranet). A prefeitura conta com diversas secretarias e órgãos, por isso a importância desses profissionais terem acesso aos conteúdos intersetoriais para fluidez dos

fluxos e processos. A medida reduz o tempo de comunicação e troca de informações entre os servidores, já que todos terão acesso ao mesmo ambiente.

INDICADORES E METAS

Compete a Coordenadoria de Indicadores e Metas qualificar a utilização dos indicadores pelo município Macaé. Se antes trabalhava-se apenas com indicações de resultados, hoje em dia a prefeitura já consegue incorporar indicadores mais complexos que a auxilia na formação e acompanhamento de políticas públicas.

No Quadro 1 o EGIM começa a monitorar e a trabalhar com os indicadores de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), quando constatamos que ainda há um longo caminho a ser percorrido para o município melhorar o seu desempenho.



Quadro 1 - Resultado dos ODS em Macaé

Fonte: ONU Brasil, 2021

Quadro 2 - Dados Externos



Fonte: índice Firjan de Desenvolvimento Municipal; IGM - Brasil

O mesmo pode-se afirmar para o Quadro 2, e, neste caso, são indicadores externos que demonstram que ao logo do tempo Macaé vem perdendo posições em relação ao desempenho da medição de seus indicadores. Neste caso, a avaliação foi feita pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal e pelo Índice de Gestão Municipal.

No entanto, os novos tempos exigem que os gestores municipais alinhem a equipe do governo aos princípios e compromissos do Executivo, constantes no Plano de Governo, na legislação pertinente e no Plano Diretor, além de integrá-la aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Abaixo relacionamos os principais problemas encontrados neste eixo e a descrição dos objetivos a serem alcançados em relação a cada um deles.

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|---|--|
| Entropia no processo de comunicação entre os setores da prefeitura. | Remodelar os processos de comunicação entre os setores organizacionais da prefeitura para reduzir falhas, aumentar a eficiência e formalizar processos. |
| Atraso na implantação do governo eletrônico. | Transformar os processos analógicos em digitais/Implantar a Cidade Digital (governo eletrônico) / Implantar o Sistema Eletrônico de Informação (SEI)/Avançar nas entregas dos serviços para a população/Desenvolver e utilizar ferramentas gerenciais em ambiente web. |
| Ausência de uma área de comunicação interna no Portal do Servidor. | Acessar os conteúdos intersetoriais para fluidez dos fluxos e processos. |
| Ausência de uma política pública de inserção do cidadão na decisão orçamentária. | Implantar o Orçamento Participativo. |
| Não cumprimento do Plano Diretor. | Fazer com que as secretarias municipais implementem o Plano Diretor, especialmente cumprindo as Disposições Gerais e Transitórias (DGTs). |
| Falta de uma política governamental de capacitação do servidor municipal. | Implementar Programas de desenvolvimento/capacitação dos servidores públicos . |
| Atraso e burocracia na tramitação de processos. | Estabelecer na Administração procedimentos e rotinas, através da criação de um manual de procedimentos. |
| Falta de ordenamento e de estrutura jurídica para gerir o crescimento da Região Serrana ocupação do solo na região serrana. | |
| Reduzida oferta de serviços ao cidadão no portal da prefeitura. | Ampliar a oferta de serviços para a população no portal da Prefeitura. |
| Democratização do sinal de internet para a população carente. | Ampliar o acesso grátis à internet. |

| Baixa interação da comunidade nos canais de relacionamento oficiais da prefeitura. | Estimular o controle social através da participação popular. |
|--|---|
| Deficiência no monitoramento dos projetos estruturantes. | Trabalhar os projetos estruturantes com foco no Plano de Governo, nos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e na legislação específica pertinente. |

Por fim, passamos a correlacionar os indicadores de ODS com os indicadores municipais, embora, a rigor, o Escritório de Gestão Indicadores e Metas (EGIM) tenha uma íntima relação com a maior parte deles.

Neste quadro abaixo relacionamos os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que têm uma ligação com o município e o que a administração municipal está realizando para alcançar estes objetivos.

| ODS | GOVERNO MUNICIPAL |
|---|---|
| 10.3 - Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito | Reforma administrativa com assessoria da UFRJ |
| 11.a - Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento | Plano Acelera Macaé desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e o planejamento habitacional da Secretaria e Habitação |
| 12.7 - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais | Ações da Controladoria Geral do Município |
| 16.5 - Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas | Norma estabelecida pelo prefeito Welberth Rezende e ações da Procuradoria Geral do Município |

| 16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis | Determinação do prefeito Welberth Rezende ações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico |
|---|---|
| 16.Grau de estruturação das políticas de transparência (%) | Melhoria continua nos serviços do Portal da Prefeitura e elaboração do Plano Municipal de Comunicação e Plano Municipal de Tecnologia da Informação |

BIBLIOGRAFIA

BAUER, R. Social indicators. Cambridge: MIT Press, 1967. CARLEY, M. Indicadores sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CONRADO, Roque. Instrumentos de medición de los DESC: la experiencia colombiana.

JANUZI, Paulo de Martino. Indicadores Sociais no Brasil. Campinas: Ed. Alínea, 2001.

JANUZI, Paulo de Martino. Revista Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.36(1):51-72, jan/ fev 2002.

JANNUZZI, P. de M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, medidas e aplicações. 3. ed. Campinas: Alínea; Campinas: PUC, 2004.

MOURÃO, P. Contributo para o estudo económico dos indicadores regionais. Departamento de Economia/ Núcleo de Investigação em Políticas Económicas, Universidade do Minho, 2006.

ONU BRASIL. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Nações Unidas Brasil. 2021. Disponível em https://www.undp.org/

SCHEERENS, J. Melhorar a eficácia das escolas. Lisboa: ASA, 2004.



A Secretaria Municipal de Fazenda expressa o compromisso do órgão em prover e gerir recursos financeiros para o desenvolvimento do Município de Macaé. Ser profissional, ser transparente, ser inovador, ser exemplo de probidade, disciplina e ética são valores que norteiam as ações desenvolvidas pela Secretaria

Em atenção ao Projeto Macaé +20 a SEMFAZ tem por objetivo propor caminhos para uma administração fazendária, inovadora, conectada às transformações tecnológicas e sociais como protagonista da retomada da sustentabilidade fiscal, da indução do crescimento econômico e do retorno do investimento no Município.

Considerando a Lei Complementar nº 256/2016 que elenca as atribuições da SEMFAZ, alinhandose ao projeto, destacam-se os objetivos:

- Gerir as finanças do Município, visando participação e sensibilidade dos cidadãos macaenses para função socioeconômica dos tributos nos investimentos de serviços públicos;
- Potencializar a arrecadação, por meio do incentivo ao cumprimento voluntário, e ainda promover práticas visando coibir à sonegação;
- ➤ Viabilizar e facilitar à população o acesso aos serviços públicos (SEMFAZ) por meio da ampliação de serviços digitais;
- Exercer a política econômica e financeira do município provendo estimativas e previsão da Receita Anual e do PPA(Plano Plurianual).

O crescimento econômico sustentável em um Município, dentre outros pilares, é subsidiado pela geração de renda e riqueza. Nessa diretriz perpassa o fortalecimento da arrecadação de receita própria, posto que o aumento populacional, em contrapartida, amplia a demanda de oferta dos serviços públicos obrigatórios prestados pela municipalidade.

O desenvolvimento de estudos internos, desenvolvido pela equipe técnica da SEMFAZ, atentou para um problema: a base do cadastro imobiliário não estava crescendo na proporção das construções habitacionais. Tal situação adveio de um fator positivo e relevante: evolução de empregabilidade no Município, devido ao incremento da atividade econômica. Cabe ressaltar que, esse incremento da atividade econômica não se reflete em aumento da base tributária, isto é, um aumento na produção municipal não se reflete na valorização dois imóveis municipais e na arrecadação do IPTU.

Considerando necessário atualização dos cadastros imobiliários e ainda com propósito de oxigenar a base do cadastro imobiliário, oportunidade para a regularização de imóveis prediais, tendo em vista que há imóveis cadastrados como territoriais, a Secretaria de Fazenda iniciou processo para contratação de serviços de Geoprocessamento — Pregão Eletrônico nº098/2022(em fase de Licitação), que tem como principal função gerar novos dados e informações espaciais com cobertura dos 1216km² que o Município possui, sendo 100km² em área urbana e 1116km² em área rural. Seguindo esse propósito, é esperado pela Secretaria, a inclusão de mais 90000 inscrições, podendo vislumbrar grandes possibilidades de aumento da sua receita.

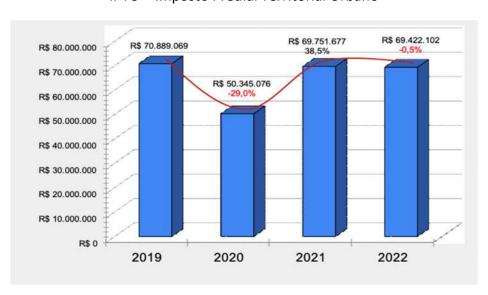
Outra fonte que favorece o desenvolvimento sustentável é o ISSQN(Imposto de Serviços de Qualquer Natureza), nesse imposto o crescimento econômico se reflete diretamente na base do imposto e, portanto, na sua arrecadação. O ISSQN incide sobre parte da produção econômica, ou seja, sobre a maioria dos serviços prestados, mas não incide sobre as mercadorias, sujeitas a ICMS.

Em princípio o ISSQN é um imposto que apresenta um grande potencial de expansão, considerando a crescente elevação do peso das atividades de prestação de serviços, diretamente influenciado pelo ritmo da atividade econômica. O setor de prestação de serviços possui um grande número de contribuintes, que é volátil, posto que a vida produtiva das médias e pequenas empresas e dos profissionais prestadores de serviços, sofrem alterações constantes nas atividades desenvolvidas e por conseguinte na arrecadação de impostos. Estas características do setor tornam a administração do ISSQN onerosa, pois encarecem a manutenção do cadastro de contribuintes e geram a necessidade de revisões mais frequentes.

Por fim o ISSQN é um imposto "nobre" cuja arrecadação só é expressiva em Município com atividade econômica desenvolvida e máquina administrativa com modelo de gestão capaz de acompanhar e aperfeiçoar ações de equalizar as variantes desse imposto.

Demonstramos abaixo o desempenho da arrecadação própria exclusiva do Município (principais: IPTU-ITBI-ISSQN-TAXA). Ressalta-se que esses tributos de competência Municipal podem ser alterados por lei própria, e sua administração pode ser melhorada visando incrementar a receita. Entretanto, vale lembrar que há determinações legais para estas alterações, embasadas na legislação constitucional e ainda, fator importante elencar que há limites financeiros para o aumento da arrecadação, dados pela natureza do tributo e de sua base de incidência, ou seja, pelas características da estrutura produtiva, social e dos rendimentos legais.

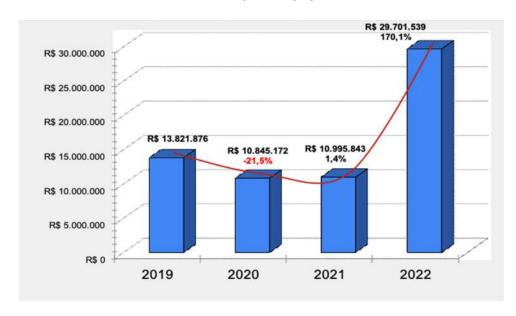
GRÁFICOS



IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano

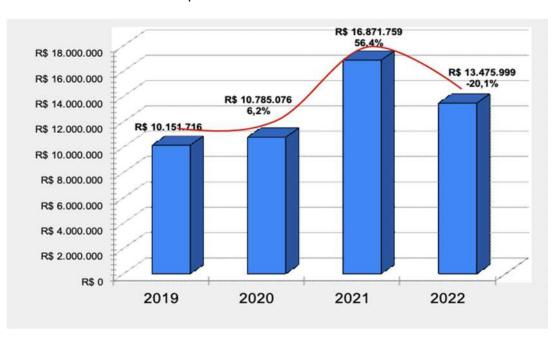
Fonte: Prefeitura de Macaé

TAXAS DIVERSAS



Fonte: Prefeitura de Macaé

ITBI – Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis



Fonte: Prefeitura de Macaé

R\$ 729.744.632 8,4% R\$ 673.196.810 R\$ 800.000.000 14,9% R\$ 585,956,810 R\$ 700.000.000 R\$ 577.292.274 R\$ 600.000.000 R\$ 500.000.000 R\$ 400.000.000 R\$ 300.000.000 R\$ 200.000.000 R\$ 100.000.000 R\$ 0 2019 2020 2021 2022

ISQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

Fonte: Prefeitura de Macaé

A Secretaria Municipal de Fazenda utiliza atualmente, dois sistemas: tributário e de contabilidade. Por meio de estudos realizados pelos servidores gestores dos sistemas, identificou-se que o Município de Macaé, com sua pujança, deve avançar para compartilhar as ações em Sistema Único através de alta tecnologia, e que ofereça serviços digitais modernos e de excelência, visando atingir a eficiência fortalecendo a conexão entre o Município x Munícipe. Sendo assim esta Secretaria já iniciou processo de contratação de Sistema Único protocolado sob o nº9325/2023 com objetivo de obter cadastro único do cidadão e empresa e ofertar inúmeros serviços à população, através de uma forma dinâmica e eficiente.

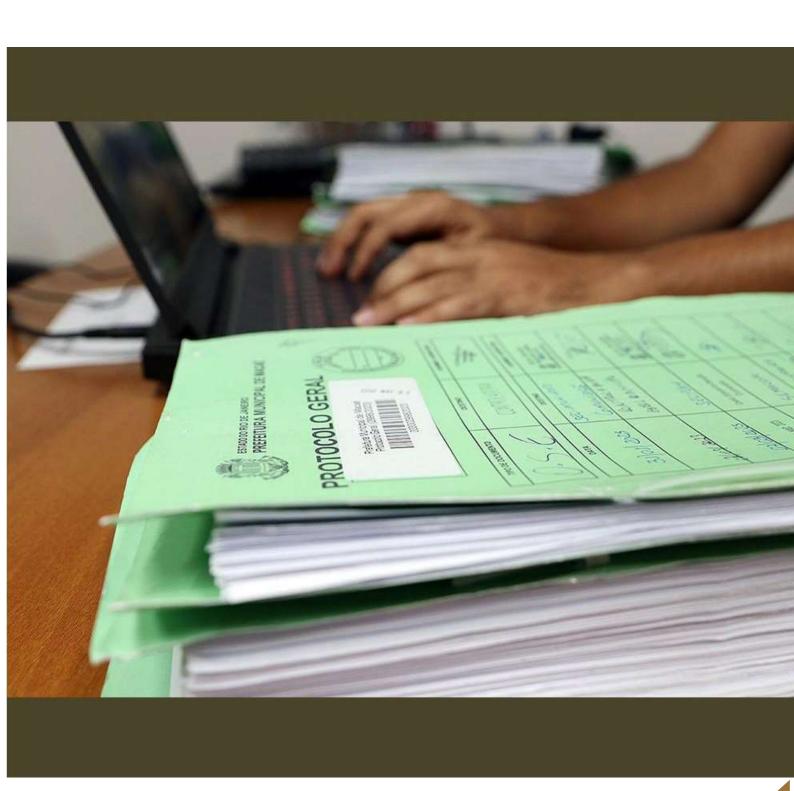
| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|---|
| Cadastro Imobiliário- Redesenhar, atualização e aprimoramento. | Atualizar e regularizar a base de dados dos contribuintes |

| Fiscalização Tributária- Aprimoramento e Planejamento Estratégico | Desenvolver estratégias e metodologias de gestão, visando melhoria e eficácia na fiscalização, tendo como referencial o Plano Anual de Fiscalização. |
|--|--|
| Imóvel- Planta Genérica de Valores PGV- Geração de dados atualizados através do geoprocessamento. | Prover ações para atualizar os valores parametrizados dos imóveis em consonância com tipologia, área construída, localização. |
| Desenvolvimento de Sistema Tributário/Contábil | Modernizar a Administração Fazendária, estimulando inovação do modelo de gestão e dos processos de trabalho (interlocução e agilidade) através do uso de tecnologias da informação afins ao Sistema Tributário e Contábil do município |

O Projeto Macaé +20 veio confirmar o acerto para que o Município de Macaé vá ao encontro da vanguarda. Um projeto voltado para que máquina pública funcione entrelaçando saberes e relações intersetoriais. Ressalta-se a fundamental importância da atitude de diálogos entre Gestores das Secretarias Municipais de para fazer acontecer na prática às intensivas pautadas no Projeto Macaé +20.

Como âncora desse projeto destaca-se o real valor e apoio incondicional do Chefe do Poder Executivo, um gestor desenvolvimentista e visionário, com olhar voltado para o futuro e aberto ao diálogo, em prol do Município de Macaé e, por conseguinte tencionando atenção singular aos anseios dos Munícipes.

A Secretaria Municipal de Fazenda, que tem uma missão árdua que é "prever" a receita pública, subsídio que custeia as Despesas Públicas. Diante de um cenário de incertezas políticas e oscilações de comportamento da economia nas esferas Mundial e Nacional, os impactos financeiros afetam diretamente o desenvolvimento de projetos indispensáveis as evidências demandas em favor de uma Macaé cada vez melhor . Por fim registramos que nos colocamos à disposição do Projeto Macaé+20 e ainda que, estaremos desenvolvendo práticas e percorrendo caminhos de uma Gestão Pública Fiscal ética e de excelência, rumo à promoção de resultados inovadores e com olhares voltados ao cidadão



Modernizar a gestão pública, em uma concepção ampla, significa rever os meios atualmente utilizados na atividade estatal, considerando as inovações tecnológicas e as melhores práticas da gestão, desde que atendido ao interesse público.

Nesse sentido, é imperioso destacar que a Administração Pública, no mundo contemporâneo caracterizado pela globalização, deve estar cada vez mais pautada em implementar medidas alinhadas com a governança e a *accountability*, cujas ações de governo necessariamente devem observar a transparência, o controle e o interesse público. A propósito, a atuação estatal deve, ao mesmo tempo, estar focada tanto na Administração Pública (como organização), como também no atendimento ao interesse público, em uma sociedade plural e pluralista (OSRBORNE, 2010).

Com efeito, a Secretaria Municipal Adjunta de Licitações e Contratos, órgão que tem como atribuição precípua orientar a atuação dos órgãos e entes municipais no âmbito de licitações e contratos, tem pautado a sua atuação na busca da eficiência das contratações públicas, com ênfase no planejamento, na economicidade e na transparência de suas ações, além da capacitação dos servidores que atuam na matéria, em atendimento à Lei Complementar Municipal nº 256/2016.

Nesse sentido, o relatório de gestão da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos do ano 2022 destaca o aumento de mais de 96% do número de processos administrativos e de 51% em procedimentos licitatórios, quando comparados com os dados do ano anterior, com uma economicidade anual de mais de 54 milhões, correspondente a um desconto médio de 27,64%, contribuindo para com a eficiência na gestão de recursos públicos.¹¹

Na mesma linha, o Índice de Concorrência dos Municípios, edição 2022, realizado pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Economia, aponta em seu Capítulo 8 (Contratando com o Poder Público) a avaliação acerca do tratamento dos processos licitatórios de acordo com as melhores práticas internacionais, a fim de garantir o justo acesso aos procedimentos e a confiança, além de promover a competição, transparência, integridade e valorização do recurso público. O referido estudo demonstra que Macaé obteve a maior nota na região sudeste na área de contratações públicas, sendo a segunda colocada de todos os municípios consultados nesse quesito.¹²

Contudo, a atuação desta Secretaria Adjunta permite apontar os seguintes problemas a serem enfrentados, a fim de contribuir para com a modernização da gestão:

- a) **Planejamento**: há a necessidade de mudança da cultura organizacional, no sentido de propor e discutir com antecedência as contratações públicas, as quais devem estar alinhadas com as ferramentas de planejamento (Plano Diretor, Plano de Contratações Anual e Leis Orçamentárias);
- b) **Processo eletrônico:** atualmente, o Município de Macaé conta com a cessão de uso do software SEI (Sistema Eletrônico de Informações), cuja utilização resultará em enormes ganhos na produtividade e eficiência, além da economia de recursos materiais e humanos. Para a sua efetiva

¹¹ Disponível em: https://www.macae.rj.gov.br/licitacoes/conteudo/titulo/relatorio-de-gestao. Acesso em: 13 mar. 2023.

¹² Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/reg/indice-de-concorrencia-dos-municipios-brasileiros-icm/resultados/2022. Acesso em: 13 mar. 2023.

implementação, há a necessidade de modernização do parque tecnológico da Prefeitura, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal Adjunta de Ciência e Tecnologia.

c) Valorização do servidor: a atuação na área de contratações públicas, notadamente em face da responsabilização dos agentes que atuam na área, apontam para a revisão da política de gestão de pessoal, a fim de permitir a sua capacitação constante, o incentivo e a devida remuneração por produtividade para atividades desempenhadas por gestores e fiscais de contratos, de forma geral.

No que concerne à correlação dos problemas supracitados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), inclusos na chamada "Agenda 2030", pode se verificar que estes encontram aderência ao Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Nesse sentido, os problemas apresentados parecem guardar correlação com o indicador 16.6.1 — Despesas públicas primárias como proporção do orçamento original aprovado, por setor (ou por códigos de orçamento ou similares), na medida em que a implementação do planejamento e do processo eletrônico, bem como o investimento em pessoal, resulta em aumento do indicador supracitado.

Ademais, a implementação do processo eletrônico guarda aderência ainda com o Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, notadamente o indicador 11.6 – Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros. Isso porque o processo eletrônico tem como consequência a drástica redução do uso de equipamentos e insumos (papel, impressoras e insumos de impressão).

Inobstante os inúmeros desafios na gestão pública a serem enfrentados, espera-se que as situações propostas contribuam para o aprimoramento da gestão pública no Município de Macaé.

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|---|
| Falta de planejamento em contratações públicas | Mudança da cultura organizacional. |
| Falta do processo eletrônico | Implementar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI). |
| Ausência de valorização do servidor público | Reconhecer a importância do servidor público no âmbito das contratações públicas. |



A Ouvidoria Geral do Município de Macaé (OGM) foi criada oficialmente através da Lei Complementar 046/2004, e iniciou suas atividades em setembro de 2010. A necessidade de estabelecer os mecanismos de participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários serviços públicos tratados na Lei Federal n° 13.460/2017, levaram o município a tratar a questão por intermédio da Lei Ordinária 4.558/2019 onde dispõem que as atribuições da Ouvidoria são

- XVI. promover a participação do usuário na administração pública, em cooperação com outras entidades de defesa do usuário;
- XVII. acompanhar a prestação dos serviços, visando garantir a sua efetividade;
- XVIII. propor aperfeiçoamento na prestação dos serviços;
- XIX. auxiliar na prevenção e correção dos atos e procedimentos incompatíveis com os princípios estabelecidos nesta Lei;
- XX. propor a adoção de medidas para a defesa dos direitos do usuário, em observância às determinações desta Lei;
- XXI. receber, analisar e encaminhar às autoridades competentes as manifestações, acompanhando tratamento e a efetiva conclusão das manifestações de usuário perante órgão ou entidade a que se vincula e;
- XXII. promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou a entidade pública, sem prejuízo de outros órgãos competentes.

Ainda em relação a Lei Complementar n° 309/2022, que altera a Lei Complementar nº 256/2016, são atribuições da Ouvidoria:

- XLV. organizar os mecanismos e canais de acesso dos interessados à Ouvidoria;
- XLVI. orientar os servidores e os usuários de serviços públicos sobre a melhor forma de encaminharem os seus pedidos, instruí-los e acompanharem a sua tramitação;
- XLVII. receber críticas, reclamações, denúncias e sugestões sobre procedimentos e práticas inadequadas ou irregulares, atuando no sentido de levar os responsáveis a aperfeiçoá-los e corrigilos, buscando sempre o diálogo entre as partes;
- XLVIII. encaminhar todas as denúncias recebidas ao setor responsável para a devida apuração;
- XLIX. dar encaminhamento as manifestações diferenciadas, pulverizadas e até conflitantes, oferecendo a cada cidadão um tratamento personalizado e a todos um tratamento equânime;
- L. contribuir para a resolução de problemas administrativos oferecendo alternativas e informações sobre a legislação e as normas internas vigentes;

- LI. acompanhar a tramitação dos processos em que se envolva, dando ciência aos interessados das providências adotadas;
- LII. agilizar a tramitação de processos e procedimentos relativos a situações jurídicoadministrativas em que não exista ou em que se tenha demonstrado insuficiente a atuação de outros controles administrativos, internos ou externos, ou quando eventuais embaraços processuais se estiverem sobrepondo às questões de mérito, com prejuízo para os interessados;
- LIII. preparar, anualmente, estatísticas indicativas do nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados no âmbito da Prefeitura Municipal de Macaé, divulgando os seus resultados;
- LIV. propor a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões dos responsáveis pela inadequada prestação do serviço público;
- LV. sugerir a expedição de atos normativos e de orientações, com o intuito de corrigir situações inadequadas ao serviço prestado pelos vários órgãos, secretarias e/ou órgão equivalente;
- LVI. encaminhar para estudo da Administração, direta ou indiretamente, propostas de reformulação de normas e de mudanças de procedimentos, que lhe pareçam a causa de problemas, para cuja solução tenha sido chamada a contribuir.
- LVII. orientar a atuação das demais unidades de Ouvidoria existentes na Prefeitura municipal de Macaé;
- LVIII. promover capacitação e treinamento relacionados às atividades de Ouvidoria na Prefeitura Municipal de Macaé;
- LIX. cooperar com as demais Ouvidorias Públicas, no sentido de salvaguardar os direitos dos cidadãos e garantir a qualidade das ações e serviços prestados;
- LX. elaborar o relatório anual das manifestações recebidas na Ouvidoria, contendo descrição das atividades desenvolvidas, incluindo sugestões visando à melhoria das relações da Administração Pública municipal com a comunidade, a fim de garantir o respeito dos direitos cidadãos, e cumprir a legislação vigente;
- LXI. proceder à oitiva da comunidade, anotando suas reclamações, sugestões e pedidos, tomando as providências cabíveis quanto ao encaminhamento dessas anotações;
- LXII. esmerar-se no atendimento ao público, tratando-o com urbanidade e respeito, sem qualquer tipo de discriminação;
- LXIII. promover e executar os serviços de Ouvidoria do Município, através do recebimento das demandas da população, encaminhamento aos órgãos e entidades responsáveis e monitoramento das soluções;

LXIV. manter sob sigilo o nome do demandante, salvo nos casos em que sua identificação, junto aos órgãos da Administração Pública municipal, seja indispensável para a solução do problema e atendimento do interessado;

LXV. manter registro, classificação e/ou sistematização das ocorrências, incidentes e soluções de problemas apresentados à sua consideração;

LXVI. exercer outras atribuições que lhe forem ou regularmente cometidas."

Desta forma, em acordo com as regulamentações supra citadas e outras cabe a Ouvidoria Geral de Macaé implementar a Política Municipal de Ouvidoria, esta através do Sistema Municipal de Ouvidorias (SMO). Este último composto pela OGM - órgão gerenciador do SMO - e atualmente 15 ouvidorias setoriais, que tratam de políticas públicas específicas, tais como saúde, educação, desenvolvimento social, dentre outras.

A OGM de Macaé resguardadas as suas atribuições específicas busca desenvolver a Política Municipal de Ouvidoria em observância aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, criadas pela Organização das Nações Unidas como pacto global para alcançar o desenvolvimento sustentável até o ano de 2030. Neste sentido, nos importa destacar que os objetivos 10 - Redução das desigualdades - e 16 - Paz, justiça e instituições eficazes - correspondem diretamente àqueles a serem alcançados em resposta aos desafios da Política Municipal de Ouvidoria.

Apoiados na compreensão que as escolhas de investimento da gestão precisa ser estratégica e atuar em problemas encarados como nós críticos, que uma vez resolvidos impactaram positivamente em diferentes áreas, apontamos a seguir três problemas/situações problemas a serem enfrentadas e já consideradas no Plano Plurianual da OGM:

A primeira trata-se da "Dificuldade de acesso aos mecanismos, instrumentos e ou equipamentos que operacionalizam a participação social no município". Em que pese o fato do Município de Macaé apresentar várias formas de recepção de manifestações de ouvidoria, percebemos que ainda são necessárias ações que possam alcançar questões referente a implementação de políticas públicas que não chegam espontaneamente ao executivo municipal. Assim, entendemos que só será possível alcançarmos estas questões com a modernização da gestão e ou criação de mecanismos pautados em cidades inteligentes. Neste sentido vislumbramos "n° de ações de ouvidoria ativa realizadas" como um indicador a ser trabalhado. Tomando o ano de 2021 como base podemos afirmar que não foi realizada nenhuma ação do tipo.

A segunda situação problema a ser enfrentada é o "Baixo índice de resposta a população". Consideradas as legislações em vigor no âmbito federal e municipal, o executivo Macaense tem encontrado problemas para responder a contento e/ou em hábil a população. Observamos ainda hoje que no ano de 2021 apenas 80% das manifestações de ouvidoria encontram-se finalizadas, ou seja, 20% destas manifestações encontram-se abertas com prazo de resposta extrapolado. Em relação aos pedidos de acesso à informação 4% ainda se encontram abertos sem resposta e com prazos extrapolados. Cabe ainda destacar que não possuímos um sistema que consiga caracterizar o percentual de manifestações de ouvidoria e pedidos de acesso à informação, respondidos dentro do prazo legal estabelecido. Também neste quesito precisaríamos de ações de modernização da gestão e ou criação de mecanismos pautados em cidades inteligentes para corresponder a expectativa legal.

Em outra medida a terceira situação problema identificada e não menos importante é a "Dificuldade dos servidores/colaboradores corresponderem as exigências legais na prestação das ações e/ou serviço oferecido". De modo geral não existe um aparato legal estruturado e permanente que esteja dedicado a atualização da força de trabalho. O conhecimento e o monitoramento de atualizações legais sobre o cotidiano de trabalho que envolve cada política pública parece ocorrer muito mais como uma ação isolada e conforme interesse de cada servidor/colaborador do que uma exigência do Poder público municipal. No caso específico do Sistema Municipal de Ouvidorias no ano de 2021 não encontramos registro do nº de profissionais capacitados e não houve a oferta de nenhum curso ou evento pelo município para esta temática. Entendemos que a modernização da gestão e construção de uma cidade inteligente passa obrigatoriamente pela problematização dos processos de trabalho e capacitação de seus servidores/colaboradores.

Implementar a Política Municipal de Ouvidorias com intuito de contribuir com uma sociedade mais justa e democrática, pautada na defesa dos direitos humanos constitui-se o nosso maior desafio. Para tanto recorreremos as algumas ações específicas pensadas a partir deste primeiro momento/desenho de situações problemas prioritárias que deverão ser encaradas nos próximos 20 anos. Neste contexto entendemos que os eixos "Modernização da gestão" e "Cidades inteligentes" são fundamentais no enfrentamento dos desafios postos.

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|--|
| Dificuldade de acesso aos mecanismos, instrumentos e ou equipamentos que operacionalizam a participação social no município. | Ampliar o acesso dos usuários do serviço público ao Sistema Municipal de Ouvidorias. (*) ODS - Objetivos de desenvolvimento sustentável - 10.3.1, 16.3.3, 16.5.1, 16.6.2, 16.10.2, 16.b.1. DIRETRIZ 1: Garantir a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário do serviço público da administração pública municipal. |

| Qualificar o processo de trabalho do Sistema Municipal de Ouvidorias. (*) ODS - Objetivos de desenvolvimento sustentável - 10.3.1, 16.3.3, 16.5.1, 16.6.2, |
|---|
| 16.10.2, 16.b.1. |
| DIRETRIZ 1: Garantir a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário do serviço público da administração pública municipal. |
| Implementar o Programa Municipal de Educação Permanente em Ouvidoria Pública. |
| (*) ODS - Objetivos de desenvolvimento sustentável - 10.3.1, 16.3.3, 16.5.1, 16.6.2, 16.10.2, 16.b.1. |
| DIRETRIZ 1: Garantir a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário do serviço público da administração pública municipal. |
| |

DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL QUE FUNDAMENTAM O "PLANO ESTRATÉGICO"

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

- 16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos
- 16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas
- 16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis
- 16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais
- 16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.



A MISSÃO orientadora do PROCON é orientar, defender e representar o consumidor, contribuindo para o equilíbrio de seus direitos e deveres no aperfeiçoamento das relações sociais de consumo, com base nos valores da ética e da qualidade de trabalho.

Para tanto, na gestão de 2021-2023, a Secretaria Municipal Adjunta de Proteção e Defesa do Consumidor de Macaé tem se aperfeiçoado na busca de meios de harmonizar os interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilizar a proteção e defesa do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico do município, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica, sempre com base na boa-fé e no equilíbrio das relações entre consumidores e fornecedores.

Vale ressaltar que o nosso maior patrimônio é o nosso capital humano, pois nada disso seria possível sem o inegável trabalho e esforço dos nossos valorosos servidores públicos.

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) mostrou recorde no total de endividados no Brasil.

Em 2022, 77,9% das famílias no País contraíram dívidas nas principais modalidades - cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro, financiamento de casa e outros tipos de dívida. Em termos absolutos, a cada 100 famílias, 78 endividaram-se, recorde da série anual iniciada em 2010. O crescimento anual de 7 pontos percentuais na proporção de endividados foi o quarto consecutivo e o maior já observado na pesquisa, que mostra aceleração no período de menor grau da pandemia. Os principais indicadores são:

Quadro 1. Resumo dos principais indicadores

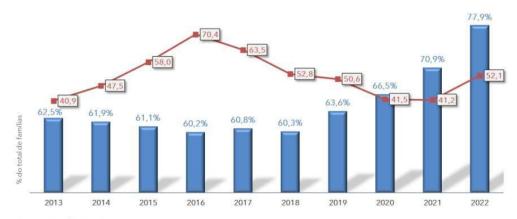
| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|--|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| PEIC (percentual do total) – Média anual | | | | | | | | | | |
| Famílias endividadas | 62,5% | 61,9% | 61,1% | 60,2% | 60,8% | 60,3% | 63,6% | 66,5% | 70,9% | 77,9% |
| Famílias com dívidas em atraso | 21,2% | 19,4% | 20,9% | 24,2% | 25,4% | 24,0% | 24,0% | 25,5% | 25,2% | 28,9% |
| Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso | 6,9% | 6,3% | 7,7% | 9,2% | 10,2% | 9,7% | 9,6% | 11,0% | 10,5% | 10,7% |
| PEIC - Var. em p.p. | | | | | | | | | | |
| Famílias endividadas | 4,3 | -0,6 | -0,8 | -1,0 | 0,6 | -0,5 | 3,4 | 2,8 | 4,4 | 7,0 |
| Famílias com dívidas em atraso | -0,2 | -1,8 | 1,5 | 3,2 | 1,2 | -1,4 | -0,1 | 1,5 | -0,3 | 3,7 |
| Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso | -0,2 | -0,6 | 1,4 | 1,5 | 1,1 | -0,5 | -0,1 | 1,4 | -0,6 | 0,2 |
| | | | | | | | | | | |

Fonte: Peic/CNC

O rápido aumento dos juros entre 2020 e 2022 coincidiu com aumento de 14,3 pontos na proporção total de endividados no País. Essa dinâmica se distingue, por exemplo, da observada entre 2013 e 2016, em que o ciclo de aperto dos juros foi acompanhado de redução do endividamento. A queda dos juros para nível abaixo de dois dígitos em 2018 estimulou o uso do crédito e, consequentemente, o maior endividamento entre os brasileiros.

Gráfico 1. Proporção de endividados x taxa de juros média recursos livres pessoas físicas – evolução histórica

Proporção de Endividados X juros médios pessoas físicas



Fonte: Peic/CNC e Bacen

Entretanto, no período de menor grau da pandemia, os consumidores intensificaram a busca por crédito mesmo em um contexto de alta dos juros, em contraste com 2018.

A proporção de endividados alcançou 78,9% das famílias do grupo com até dez salários mínimos de renda mensal, e 74,3% entre as com mais de dez salários de rendimento. Os incrementos da parcela de endividados em 2022, nos dois grupos, também foram os maiores desde 2010: +6,8 p.p. e +8,3 p.p., respectivamente, é primeira vez - na história da Peic - que a proporção de endividados entre os mais ricos alcançou mais de 70% de consumidores desse grupo, que essencialmente utilizaram o cartão de crédito para financiar despesas com a retomada do consumo de serviços, viagens e entretenimento fora de casa a partir de 2021. Assim, o avanço no endividamento no período de menor grau da pandemia é explicado por três fatores: 1 - Entre as famílias mais pobres, o crédito foi fundamental para recomposição da renda e suporte ao consumo de itens de primeira necessidade, diante dos efeitos perversos da crise sanitária sobre o emprego formal e informal e da alta rápida e intensa da inflação. 2 - Entre as famílias mais ricas, a retomada do consumo reprimido nos tempos de lockdown levou a mais contrações de dívidas por este grupo. 3 - E, para todos os consumidores, as inovações tecnológicas nos serviços financeiros incentivaram o uso do crédito na aquisição de bens e serviços de forma geral.

É importante enfatizar que os três períodos mais relevantes considerados na pesquisa são: a primeira metade do ano de 2020, em que foram impostas as restrições mais rigorosas visando o controle da pandemia; o primeiro semestre de 2021, que mesclou o momento mais letal da pandemia, o início da vacinação e reabertura das atividades; e o primeiro semestre de 2022, com um cenário de vacinação e de retomada das atividades econômicas já consolidadas e uma volta à normalidade.

Inclusive, nesse período, o PROCON de Macaé teve uma forte atuação no combate ao aumento injustificado de preços e na harmonização das relações de consumo, compondo os conflitos de modo a preservar o direito do consumidor e a atividade econômica dos fornecedores.

Destaques: combate ao aumento de preço do álcool em gel, máscaras e demais produtos saneantes, botijão de gás, alimentos que compões a cesta básica e testes de covid; harmonização das relações de consumo no setor aéreo, turismo, shows, eventos e escolar. Assim como também foi o início do processo de informatização de todos os processos e procedimentos administrativos do PROCON, com trabalho e atendimento remoto.

Atualmente, o PROCON Macaé, tem desenvolvido programas de aprendizagem e melhoria contínua através da capacitação e orientação dos servidores e melhoria dos processos administrativos.

Também vem desenvolvendo programas de orientação à população, como por exemplo: Palestra sobre "A relação de consumo e suas peculiaridades"; "Diga não à discriminação nas relações de consumo"; "Bate papo jurídico", sobre processos administrativos; "Acessibilidade e direitos da pessoa com deficiência"; "Direitos do consumidor idoso"; "Telemarketing abusivo"; "Dano elétrico devido à queda de energia?"; "Consumidor, você conhece os seus direitos?". Orientações sobre o consumo consciente: PROCON nas ruas, orientado os consumidores; orientação dos jovens consumidores com o Projeto PROCON das escolas e Fiscal Mirim e campanhas de renegociação de dívidas.

Os resultados esperados com os projetos futuros e em andamento são:

Melhoria na qualidade do atendimento;

Mais celeridade nos processos;

Maior alcance da Fiscalização;

Maior alcance do atendimento;

Menor taxa de endividamento da população;

Acompanhamento do processo (passo a passo) na plataforma digital;

Consumidores, comerciantes e prestadores de serviços mais conscientes dos seus direitos e deveres;

Aumento do percentual de resolução no primeiro atendimento; • Aumento do percentual de acordos.

Tendo em vista que é papel do PROCON defender e representar o consumidor, contribuindo para o equilíbrio de seus direitos e deveres no aperfeiçoamento das relações sociais de consumo, a Secretaria Municipal Adjunta de Proteção e Defesa do Consumidor de Macaé vem se aperfeiçoando na busca de meios para harmonizar os interesses dos participantes nas relações de consumo e mecanismos para compatibilizar a proteção e defesa do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico do município.

Para que os objetivos sejam atendidos, é necessário ultrapassar barreiras tecnológicas – investindo em software e hardware -, aperfeiçoar o nosso capital humano através de treinamentos e capacitação dos servidores, melhorar a qualidade do atendimento e dos processos administrativos, aumentar o alcance da fiscalização e orientação dos consumidores.



A Procuradoria Geral do Município, criada pela Lei Ordinária n. 907/1984, e estruturada pela Lei Ordinária n. 1772/1997, instituição de caráter permanente, é órgão de assessoramento direto ao Chefe do Poder Executivo Municipal, incumbido de gerir os assuntos jurídicos de interesse do Município, dotada de Procuradores, e com estrutura orgânica própria (Art. 1º da LCM 092/2007).

Nesse viés, encontra-se disposto nos incisos do art. 3º da Lei Complementar Municipal n. 092/2007, a competência da Procuradoria Geral do Município.

Visando atendimento ao proposto pelo Eixo 7, destacamos os incisos IX, e X, em que a Procuradoria propôs ao Prefeito Municipal a criação da Lei do Acordo (n. 4808/2021), visando reduzir as demandas judiciais, e propiciando em casos específicos, formalização de acordos judiciais, e extrajudiciais, com redução de, pelo menos, 30% do valor devido, ante aceitação da parte contrária, trazendo com isso, à municipalidade, vantajosidade, e economicidade, in verbis:

Art. 3º - Compete à Procuradoria Geral do Município:

(...)

IX – Propor ao Prefeito Municipal e aos Secretários Municipais Especiais a expedição de normas legais, ou regulamentares de natureza geral;

X – Propor ao Prefeito Municipal medidas de caráter jurídico que visem proteger o patrimônio, aperfeiçoar as práticas administrativas e uniformizar as decisões da Administração e das entidades e órgãos do Município;

(...)

Para além da medida acima referida, o Município de Macaé a partir da atual gestão, está empenhada em proceder ao levantamento e regularização dos bens imóveis, oriundos de desapropriações e/ou doações.

Nesse viés, há de se destacar que, a Procuradoria Geral do Município, diferente das demais secretarias municipais, atua, precipuamente, como órgão consultivo, e não executor.

Destacamos que, com o advento da Lei do Acordo Judicial e Extrajudicial, o Município de Macaé estima, inicialmente, formalizar 113 (cento e treze) acordos, gerando assim uma economia em torno de R\$ 300 (trezentos) mil reais.

Ademais, é sabido que atualmente não é possível mensurar a quantidade de bens imóveis existentes de propriedade do Município, e a sua regularização propiciará, inclusive, a redução de contratos de locação, reduzindo as despesas neste quesito.

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|---|
| Alta demanda de processos extrajudiciais e judiciais, com vultoso passivo financeiro (Lei do Acordo) | Reduzir o passivo financeiro através de acordo que apresentar vantajosidade ao Município no que tange a redução dos valores. |
| Inexistência de documentos que comprovem a efetiva propriedade de alguns bens pertencentes ao município. | Proceder à regularização através do competente registro de imóveis nos cartórios. |



A Secretaria Municipal Adjunta de Recursos Humanos, criada pela Lei Complementar Municipal 256/16, vem, através deste relatório, apresentar tópicos relacionados ao tema em questão que acredita ser pertinente quanto da modernização da gestão no que tange aos problemas que enfrenta atualmente.

Esta adjunta então passa aos problemas identificados inerentes diretamente ao trabalho desenvolvido pela mesma. Primeiro, seria o fato dos processos da administração direta serem todos físicos, trazendo uma certa morosidade, bem como burocracia nas questões relacionadas aos servidores, que demandam diariamente a está Secretaria solicitando documentações, dando entrada em pedidos, bem como aposentadorias, dentro outros benefícios relacionados a vida do servidor municipal.

É importante destacar que a digitalização, bem como a Informatização de processo físicos, além de trazer celeridade aos procedimentos, acarretam em economia de espaço físico como um todo para a Administração, além de maior segurança aos andamentos processuais.

Um segundo problema enfrentado por este órgão, é a escassez de mão de obra qualificada. Com o avanço do mercado de trabalho no âmbito privado bem como a modernização de sistemas de atendimento ao público, a administração pública precisa se atentar, bem como se estruturar para oferecer aos munícipes, serviços de qualidade, sempre com eficiência e eficácia.

Sugere-se que oficinas, cursos, grupos de estudos, workshops deveriam ser organizados e promovidos pela própria administração, a fim de qualificar os servidores atualmente ativos, com o objetivo de trazer sempre inovação no atendimento, bem como modernizar a prestação de serviços aos usuários e trazer as tendências que unem o melhor entre tecnologia e relacionamento para dentro da administração pública.

Em tempo, é importante esclarecer as ações que está Secretaria já implementou, como a criação do Sistema Descentralizado de Gestão Informatizada, o também chamado SDGC. Um sistema completamente eletrônico, onde as folhas de ponto são atualizadas instantaneamente, permitindo que os servidores acessem seus registros biométricos, bem como contracheques, rendimentos anuais e demais informações referentes a sua vida laboral. Podemos relacionar tal medida com o ODS 8.2.

Também é possível mencionar os convênios celebrados por esta SEMARH com diversas instituições de ensino superior, a fim de oportunizar aos jovens estudantes, a realização de estágios, a fim de desempenharem atividades relacionadas a sua escolha profissional, bem como ingressar tais jovens ao mercado de trabalho, trazendo-lhes vasta experiência no âmbito público, estando diretamente relacionado ao ODS 8.6. Todas as Secretarias que manifestam interesse ou necessidade da atuação de estagiários, são comtemplados através dos convênios, quando estagiários são encaminhados, trazendo um benefício à todo o sistema público municipal.

Por fim, importante mencionar que são muitos os desafios que precisam ser enfrentados a fim de tornar uma administração pública moderna, eficiente e contemporânea, entretanto as soluções são tangíveis e podem se tornar executáveis.

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|----------------------------------|--|
| Morosidade do Processo físico | 1- Informatização e digitalização dos processos físicos, tornando- os céleres e seguros. |
| Ausência de capacitação | 2- Promover e organizar cursos para qualificar os servidores a fim de trazer maior eficiência ao atendimento de seus usuários. |

TEMA CENTRAL: EXPANSÃO DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS E PROMOÇÃO DA INTERAÇÃO DO CIDADÃO COM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL



A Secretaria Municipal de Relações Institucionais (SEMARI) foi instituída em 2016, por meio da Lei Complementar municipal n. 256/2016, ratificado no artigo 2º da Lei Complementar 309/2022. As atividades da Secretaria Municipal Adjunta de Relações Institucionais estão diretamente relacionadas à estrutura da Secretaria Municipal da Casa Civil. Dentre as atribuições previstas, destacamos o inciso LII- do Art.5º:

LIII- tomar as medidas necessárias para o cumprimento dos programas de trabalho.

A Secretaria Municipal Adjunta de Relações Institucionais tem em suas competências a responsabilidade de prestar assistência ao Chefe do Executivo em suas relações político-administrativas com os munícipes e as entidades públicas e privadas; coordenar as relações com as entidades da sociedade civil estabelecidas diretamente pelos Órgãos da Prefeitura e utilizar mecanismos que permitam ao munícipe a oportunidade de exercer a sua cidadania, de participar da Administração Pública Municipal, identificando e melhor direcionando ações que visem o aperfeiçoamento do serviço público municipal.

Nessa toada, a Secretaria desenvolve o relacionamento com instituições, articulando estratégias para estabelecer parcerias em programas de sustentabilidade e responsabilidade social. Identifica e avalia oportunidades de parcerias, a fim de atender os objetivos da administração e consolidar os planos de governo programados pelo Gestor, articulando com todas as demais secretarias e órgãos da gestão municipal.

Dada a natureza das atribuições da SEMARI, podemos evidenciar que, quase na sua integralidade, a Secretaria executa um trabalho intersetorial, com forte busca por articulação entre setores e pela complementaridade de ações, buscando um olhar para a totalidade das manifestações da questões sociais atinentes à população que demanda atendimento, bem como o fortalecimento do município frente a captação de recursos federais.

Acreditamos que o fortalecimento dos municípios se reflete no desenvolvimento de todo o País. No momento em que colocamos a municipalidade em primeiro lugar, estamos pensando no cidadão na sua forma mais pura de convívio na sociedade. É no município que estão os problemas de saúde, educação, segurança e todos os outros com reflexo direto sobre as nossas vidas e, especialmente, sobre as nossas famílias. Desenvolvendo a municipalidade, estaremos garantindo ao usuário do serviço melhores condições sociais e de vida e, ao poder público, a garantia de alcançar os melhores resultados em sua gestão.

O município de Macaé se sustentou por décadas com recursos oriundos dos royalties do petróleo, chegando a uma arrecadação de R\$ 3,09 bilhões em 2021. Com isso, a necessidade de captar recursos da União era dispensável.

Frisamos a importância da captação de recursos federais, uma vez que as transferências voluntárias são definidas como a entrega de recursos financeiros a outro ente da federação a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional e legal.

Os convênios, contratos de repasse, termos de fomento, termos de colaboração e termos de

parceria têm se constituído instrumentos estratégicos de descentralização para execução das políticas públicas do Governo Federal, que com isso, conseguem aumentar significativamente as áreas de atuação e de abrangência e consequentemente os resultados.

Segundo a CGU, a avaliação da Gestão das **Transferências Voluntárias** da União (Relatório de Auditoria no 201700374), divulgado em julho de 2018, o processo de transferências voluntárias da União movimentou cerca de R\$ 90,0 bilhões entre 2008 e 2016, por intermédio de aproximadamente 150 mil instrumentos celebrados com o Distrito Federal, estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos.

As descentralizações de créditos, por meio da celebração de **Termo de Execução Descentralizada** – **TED**, regulamentadas pelo **Decreto nº 10.426**, **de 16/07/20**, também são estratégias de captação de recursos para execução das políticas públicas entre órgãos e entidades da administração pública federal. Por força da Emenda Constitucional nº 86, que instituiu o orçamento impositivo, 1,2% da receita corrente líquida da União passou a ser destinado a emendas parlamentares. Evidencia-se que, nos três últimos exercícios, aproximadamente 80% dos instrumentos firmados, em termos de quantidade, foram oriundos de emendas parlamentares, destes 80% derivados de emendas impositivas.

A Emenda Constitucional nº 105, de 12/12/19, acrescentou o art.166-A à Constituição Federal que prevê a possibilidade de emendas individuais impositivas por meio de **transferência especial**, para Estados e Municípios sem finalidade prévia definida e sem a necessidade de celebrar instrumento de repasse, ou de **transferência com finalidade definida**, operacionalizadas pelos instrumentos como convênio, contrato de repasse, termo de compromisso, fundo a fundo, dentre outros.

Percebe-se o expressivo volume de recursos disponíveis no Governo Federal. Entretanto, grande número de órgãos e instituições desconhecem os programas de governo e os órgãos e entidades que devem ser contatados. Há também, carência de projetos por parte dos municípios com qualidade e prioridade suficientes para acessar e captar esses recursos. Quando existem, em muitos casos, as propostas não são aprovadas devido ao fornecimento incorreto de informações, ao não cumprimento das diretrizes de governo e à inobservância das normas legais vigentes.

O Decreto Municipal nº 089/2023 de 12 de abril de 2023, dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Captação e Fomento a Parcerias Estadual e Federal denominado Programa Macaé Metrópole, e tem como objetivo principal captar recursos e estabelecer novas parcerias visando subsidiar o Município em seu processo de metropolização, dado ao seu elevado crescimento urbano, a integração de outras cidades e o seu protagonismo como centralidade econômica, atraindo pessoas, capitais e investimentos. Com isso, Macaé intenciona fortalecer a rede de parcerias com captação de recursos federais disponibilizados nos programas dos Ministérios.

INDICADORES

Vínculo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Agenda 2030

- Melhorar a governança do setor público, aumentando a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações de governo;
- Ampliar a competitividade do município de forma a se aproximar das economias desenvolvidas por meio da captação de recursos da União;
- Aumentar a produtividade da economia municipal;
- Aproveitar o potencial da força de trabalho, aperfeiçoando sua qualificação na elaboração de projetos;
- Alcançar uma maior integração econômica regional;
- Melhorar o acesso aos serviços prestados e a sua qualidade;
- Efetivar os direitos fundamentais e a cidadania;
- Desburocratizar serviços públicos para garantir o pleno exercício da cidadania;
- Aperfeiçoar os mecanismos institucionais de decisão, diálogo e negociação sobre a transferência de recursos e a execução de programas;
- Potencializar a capacidade local na gestão de projetos desenvolvidos com recursos públicos;
- Fomentar atividades econômicas com base nas potencialidades regionais e na identidade cultural da região;
- Reforçar o apoio Federal para a implementação eficaz e orientada da capacitação, a fim de apoiar os planos municipais para implementar os objetivos de desenvolvimento sustentável;
- Reforçar a parceria Federal para o desenvolvimento sustentável, que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável no município.

No âmbito público a captação de recursos objetiva obter investimentos e financiamentos a fim de necessidades e aperfeiçoar os serviços públicos disponibilizados para à sociedade. Nesse contexto, a captação de recursos contribui para desenvolvimento econômico e social. Do mesmo modo que, quando o cidadão assume um postura ativa na formação das políticas públicas, contribui sistematicamente nas decisões de melhorias coletivas de interesse comum, assumindo o importante papel na colaboração do aumento tanto da eficácia e na abrangência das ações públicas, como a capacidade de formulação dos movimentos sociais.

| PROBLEMA | OBJETIVO |
|--|--|
| Baixa arrecadação de recursos federais | Incentivar a captação de recursos federais no âmbito municipal |
| Dificuldade do cidadão no acesso aos serviços e resposta às demandas atendidas X solicitadas | Permitir que o cidadão assuma um postura ativa na formação das políticas públicas e tenha acesso ao feedback das demandas requeridas |



